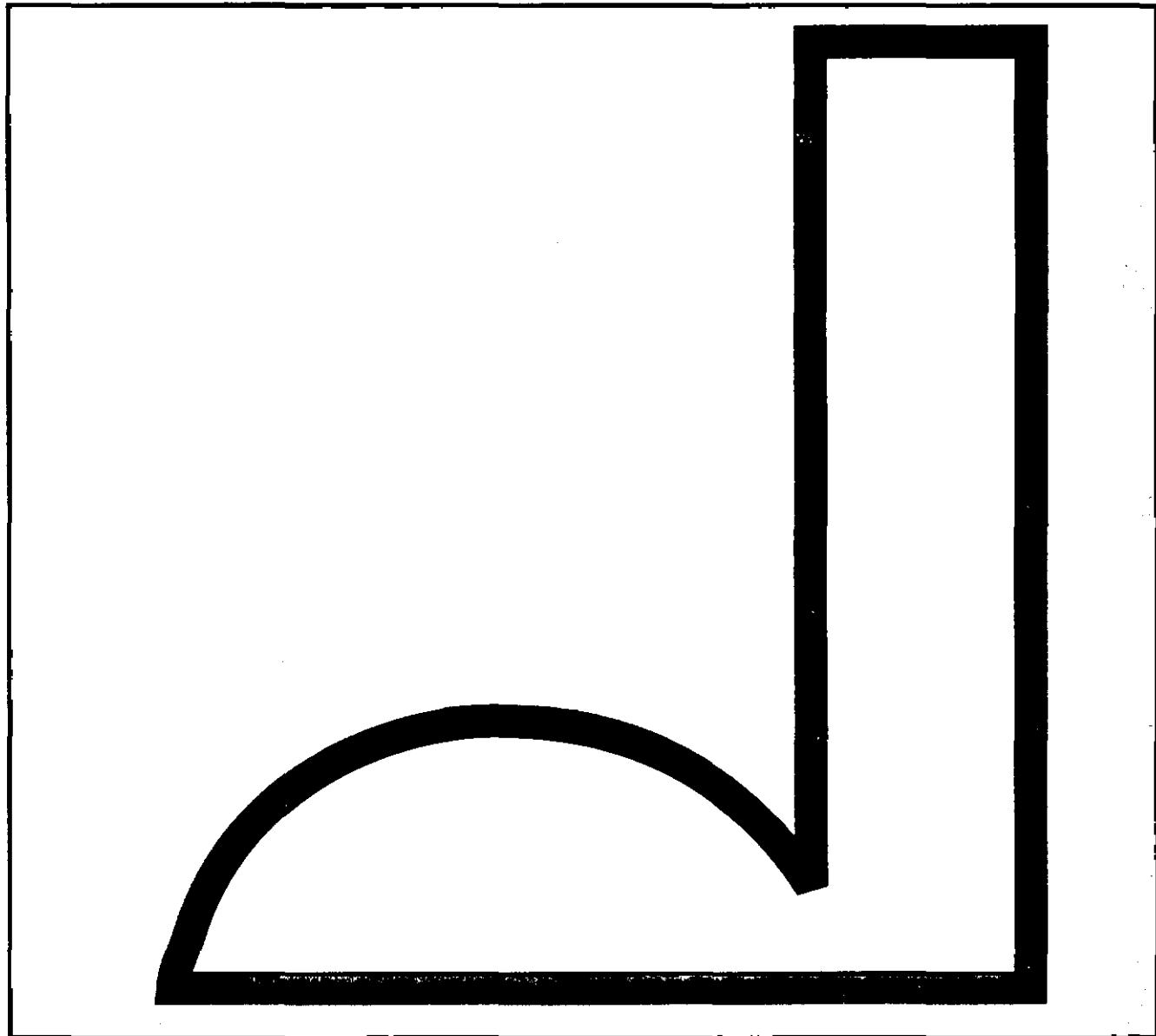




República Federativa do Brasil



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LV - Nº 190 - QUINTA-FEIRA, 30 DE NOVEMBRO DE 2000 - BRASÍLIA - DF

MESA		
Presidente <i>Antonio Carlos Magalhães – PFL – BA</i> 1º Vice-Presidente <i>Geraldo Melo – PSDB – RN</i> 2º Vice-Presidente <i>Ademir Andrade – PSB – PA</i> 1º Secretário <i>Ronaldo Cunha Lima – PMDB – PB</i> 2º Secretário <i>Carlos Patrocínio – PFL – TO</i>	3º Secretário <i>Nabor Júnior – PMDB – AC</i> 4º Secretário <i>Casildo Maldaner⁽³⁾ – PMDB – SC</i>	Suplentes de Secretário <i>1º Eduardo Suplicy – Bloco – SP</i> <i>2º Lúdio Coelho – PSDB – MS</i> <i>3º Jonas Pinheiro – PFL – MT</i> <i>4º Marluce Pinto – PMDB – RR</i>
CORREGEDORIA PARLAMENTAR Corregedor⁽¹⁾ <i>Romeu Tuma – PFL – SP</i> Corregedores Substitutos⁽¹⁾ <i>Ramez Tebet – PMDB – MS</i> <i>Vago</i> <i>Lúcio Alcântara – PSDB – CE</i>	PROCURADORIA PARLAMENTAR Procuradores⁽²⁾ <i>Amir Lando – PMDB – RO</i> <i>Ramez Tebet – PMDB – MS</i> <i>Alberto Silva – PMDB – PI</i> <i>Djalma Bessa – PFL – BA</i> <i>Bernardo Cabral – PFL – AM</i>	
LIDERANÇAS		
LIDERANÇA DO GOVERNO Líder <i>José Roberto Arruda</i> Vice-Líderes <i>Romero Jucá</i> <i>Moreira Mendes</i> LIDERANÇA DO PFL – 21 Líder <i>Hugo Napoleão</i> Vice-Líderes <i>Edison Lobão</i> <i>Francelino Pereira</i> <i>Romeu Tuma</i> <i>Eduardo Siqueira Campos</i> <i>Mozarildo Cavalcanti</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i>	LIDERANÇA DO PMDB – 26 Líder <i>Jader Barbalho</i> Vice-Líderes <i>José Alencar</i> <i>Iris Rezende</i> <i>Amir Lando</i> <i>Ramez Tebet</i> <i>Gilberto Mestrinho</i> <i>Renan Calheiros</i> <i>Agnelo Alves</i> <i>Vago</i> LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DE OPOSIÇÃO (PT/PDT/PV) – 10 Líder <i>Heloisa Helena</i> Vice-Líderes <i>Eduardo Suplicy</i> <i>Sebastião Rocha</i> <i>Jefferson Péres</i>	LIDERANÇA DO PSDB – 14 Líder <i>Sérgio Machado</i> Vice-Líderes <i>Osmar Dias</i> <i>Pedro Piva</i> <i>Romero Jucá</i> <i>Antero Paes de Barros</i> LIDERANÇA DO PPB – 2 Líder <i>Leomar Quintanilha</i> Vice-Líder <i>Vago</i> LIDERANÇA DO PPS – 3 Líder <i>Paulo Hartung</i> Vice-Líder <i>Vago</i> LIDERANÇA DO PSB – 3 Líder <i>Roberto Sturnino</i> Vice-Líder <i>Vago</i> LIDERANÇA DO PTB – 1 Líder <i>Arlindo Porto</i>

(1) Reeleitos em 2/04/1997

(2) Designação: 30/06/1999

(3) Licenciado de 18/08 a 16/12/2000.

EXPEDIENTE	
<i>Agaciel da Silva Maia</i> Diretor-Geral do Senado Federal <i>Claudionor Moura Nunes</i> Diretor da Secretaria Especial de Edição e Publicações <i>Júlio Werner Pedroso</i> Diretor da Subsecretaria Industrial	<i>Raimundo Carreiro Silva</i> Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal <i>Márcia Maria Corrêa de Azevedo</i> Diretora da Subsecretaria de Ata <i>Denise Ortega de Baere</i> Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

Atualizado em 25.10.2000

SUMÁRIO

CONGRESSO NACIONAL

1 – DECRETOS LEGISLATIVOS

Nº 237, de 2000, que aprova o ato que outorga permissão a "Fundação Bom Jesus de Rádio e Televisão" para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Pindamonhangaba, Estado de São Paulo.....	23305
Nº 238, de 2000, que aprova o ato que outorga permissão a "Fundação Dom Bosco" para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul.....	23305
Nº 239, de 2000, que aprova o ato que renova a concessão outorgada a "Rádio Globo Eldorado Ltda." para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.....	23305
Nº 240, de 2000, que aprova o ato que autoriza a "Associação Comunitária de Rádio de São João do Piauí" a executar serviço de radiodifusão comunitária na localidade de São João do Piauí, Estado do Piauí.....	23305

SENADO FEDERAL

2 – ATA DA 164º SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 29 DE NOVEMBRO DE 2000

2.1 – ABERTURA

2.2 – EXPEDIENTE (*)

2.2.1 – Ofício do Ministro de Estado da Fazenda

Nº 650/2000, de 21 do corrente, encaminhando informações referentes ao Requerimento nº 470, de 2000, do Senador Osmar Dias, e esclarecendo que cópias dos relatórios referentes ao quesito nº 1 deixaram de ser enviadas por conterem informações protegidas pelo sigilo previsto no art. 38 da Lei nº 4.595, de 1964. Ao Arquivo.....	23306
--	-------

(*) Leitura de parecer após a Ordem do Dia (Item 2.3.3)

2.2.2 – Ofício do Procurador-Geral da Justiça do Estado do Acre

Nº 994/2000, de 23 do corrente, apresentando Promotor de Justiça para representar o Ministério Público do Estado do Acre, que deverá examinar os documentos citados no OF.	
--	--

283-4/2000 – PRSF, do Gabinete do Presidente do Senado Federal (Anexado ao Requerimento nº 118, de 1999). À publicação.....

23306

2.2.3 – Ofício

Nº 11-203/2000, de 29 do corrente, do Senador Ermândes Amorim, comunicando sua renúncia ao mandato de Senador da República, a partir desta data. À publicação.....

23307

2.2.4 – Discursos do Expediente

SENADOR PAULO HARTUNG – Críticas à atuação do Governo Federal na área sócio-econômica e de segurança pública.....

23307

SENADOR MOREIRA MENDES – Considerações sobre a reportagem publicada pela revista *Veja*, em 22 novembro, sob o título "Até onde a Amazônia pode resistir?", contrária à suspensão dos investimentos necessários para o desenvolvimento da região.....

23310

SENADOR ROMERO JUCÁ, como Líder – Transcrição do pronunciamento proferido pelo ministro do Orçamento e Gestão, Martus Tavares, em solenidade realizada, ontem, na Confe-

deração Nacional da Indústria, que criou a rede Brasileira de Promoção de Investimentos, bem como o tópico o discurso do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

SENADOR ROBERTO FREIRE, como Líder – Racionalidade na discussão do salário mínimo. Favorável à extinção das emendas individuais ao Orçamento da União.

SENADOR IRIS REZENDE – Apoio à decisão da extinção das emendas individuais para consolidação do novo valor do salário mínimo. Propostas para melhoria da justiça social no Brasil.

2.2.5 – Leitura de requerimento

Nº 593, de 2000, de autoria da Senadora Heloísa Helena, solicitando a convocação do Ministro do Desenvolvimento Agrário, Raul Belens Jungmann Pinto, para prestar informações, perante o Plenário, sobre as providências tomadas pelo Ministério sobre os graves conflitos agrários no Brasil. Será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

2.2.6 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 255, de 2000, de autoria do Senador Paulo Hartung, que dá nova redação ao art. 6º e acrescenta os arts. 10-A e 10-B à Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, para, nos termos dos §§ 3º e 4º do art. 100 da Constituição Federal, com a redação da Emenda Constitucional nº 30, de 2000, conceituar as obrigações de pequeno valor e disciplinar o pagamento de obrigações de pequeno valor e do crédito de natureza alimentícia devido pela Fazenda Pública em virtude de sentença judiciária transitada em julgado – precatório. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

Projeto de Lei do Senado nº 256, de 2000 – Complementar, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que altera a composição do Conselho a que se refere a Lei Complementar nº 67, de 13 de junho de 1991. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

2.2.7 – Comunicação da Presidência

Retificação de erro de impressão no item nº 3 da Ordem do Dia da presente sessão, o nome do Senhor Sebastião de Oliveira Castro Filho para exercer o cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça, quando, na verdade, é para compor o Superior Tribunal de Justiça, na vaga de Desembargador.

2.3 – ORDEM DO DIA

Item 1

Projeto de Lei do Senado nº 591, de 1999 – Complementar, de autoria do Senador Freitas

23316

Neto, que altera a composição do Conselho a que se refere a Lei Complementar nº 66, de 17 de junho de 1991 (Conselho Deliberativo da Sudene). Aprovado com emendas, após usarem da palavra os Srs. Hugo Napoleão e Freitas Neto. À Comissão Diretora para redação final. (Votação nominal)

23337

23321

Item 2

Parecer nº 1.146, de 2000, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Fogaça, sobre a Mensagem nº 208, de 2000 (nº 1.437/2000, na origem), de 28 de novembro último, pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome da Senhora Anne Elisabeth Nunes de Oliveira, para exercer o cargo de Defensor Público-Geral da União, com mandato de 2 anos. Aprovado. (Votação nominal e secreta)

23338

23322

Item 3

Parecer nº 1.147, de 2000, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Iris Rezende, sobre a Mensagem nº 237, de 2000 (nº 1.718/2000, na origem), de 28 de novembro último, pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do Senhor Sebastião de Oliveira Castro Filho, para exercer o cargo de Desembargador do Superior Tribunal de Justiça. Aprovado.

23340

23326

Item 4

Projeto de Decreto Legislativo nº 89, de 2000 (nº 225/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga a permissão à Rádio Interativa Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Agual, Estado de São Paulo. Aprovado, com abstenção do PT. À Comissão Diretora para redação final.

23342

23327

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 89, de 2000 (Parecer nº 1.160, de 2000-CDIR). Aprovada. À promulgação.

23342

23331

Item 5

Projeto de Decreto Legislativo nº 165, de 2000 (nº 323/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Belo Horizonte Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais. Aprovado, com abstenção do PT. À Comissão Diretora para redação final.

23342

23332

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 165, de 2000 (Parecer nº 1.161, de 2000-CDIR). Aprovada. À promulgação.

23343

Item 6

Projeto de Decreto Legislativo nº 166, de 2000 (nº 276/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga a concessão à MR Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Urbano Santos, Estado do Maranhão. Aprovado, com abstenção do PT. À Comissão Diretora para redação final..... 23343

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 166, de 2000 (Parecer nº 1.162, de 2000-CDIR). Aprovada. À promulgação..... 23343

Item 7

Projeto de Decreto Legislativo nº 217, de 2000 (nº 447/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Comunicação, Cultura e Desporto do Município de Elesbão Veloso a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Elesbão Veloso, Estado do Piauí. Aprovado, com abstenção do PT. À Comissão Diretora para redação final..... 23344

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 217, de 2000 (Parecer nº 1.163, de 2000-CDIR). Aprovada. À promulgação..... 23344

Item 8

Requerimento nº 567, de 2000, do Senador Jefferson Péres e outros Senhores Senadores, solicitando a convocação do Ministro-Chefe do Gabinete da Segurança Institucional da Presidência da República, General Alberto Mendes Cardoso para, perante o Plenário do Senado Federal, prestar esclarecimentos sobre operações da Agência Brasileira de Inteligência – Abin. Votação adiada para o dia 5-12-2000, nos termos do Requerimento nº 595, de 2000, após usarem da palavra os Srs. Jefferson Péres, José Roberto Arruda, Roberto Requião, Eduardo Suplicy e a Sra. Heloísa Helena, sendo lido e aprovado ainda nesta oportunidade, o Requerimento nº 596, de 2000, de autoria do Senador José Roberto Arruda, solicitando a convocação do Ministro Chefe do Gabinete da Segurança Institucional da Presidência da República, perante o Órgão de Controle e Fiscalização Externos da Política Nacional de Inteligência..... 23345

2.3.1 – Matéria apreciada após a Ordem do Dia

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 591, de 1999-Complementar (Parecer nº 1.164, de 2000-CDIR). Aprovada, nos termos do Requerimento nº 597, de 2000. À Câmara dos Deputados..... 23349

2.3.2 – Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR MAGUITO VILELA, como Líder

– Regozijo pela aprovação do Sr. Sebastião de Oliveira Castro Filho para o Superior Tribunal de Justiça. Homenagem ao Dia Internacional de Solidariedade ao Povo Palestino..... 23350

SENADOR LAURO CAMPOS, como Líder

– Análise do movimento dos trabalhadores sem-terra no País..... 23352

SENADOR ROBERTO SATURNINO – Esvaziamento da Empresa de Financiadora dos Estados e Projetos – FINEP..... 23434

SENADOR ERNANDES AMORIM – Considerações sobre sua eleição para a Prefeitura Municipal de Ariquemes..... 23435

SENADOR JUVÉNCIO DA FONSECA – Contradições da reforma administrativa do governo do Estado de Mato Grosso do Sul..... 23436

2.3.3 – Leitura de parecer

Nº 1.165, de 2000, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 2000 (nº 4.653/98, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que regulamenta o § 2º do art. 236 da Constituição Federal, mediante o estabelecimento de normas gerais para fixação de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro..... 23440

2.3.4 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante à Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 2000 (nº 4.653/98, na Casa de origem), cujo parecer foi lido anteriormente..... 23444

2.3.5 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR ADEMIR ANDRADE – Críticas ao Governo Federal pelo corte no Orçamento da União dos recursos destinados ao Ministério da Saúde..... 23444

SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA – Reflexão sobre o uso da Internet, mais precisamente o uso do correio eletrônico..... 23445

2.3.6 – Comunicações da Presidência

Lembrando que o tempo destinado aos oradores da hora do Expediente da sessão deliberativa ordinária de amanhã, dia 30, será dedicado a homenagear o centenário de nascimento do ex-Senador Milton Campos, de acordo com o Requerimento nº 138, de 2000, do Senador Francisco Pereira e outros Srs. Senadores, esclarecendo, ainda, que continuam abertas as inscrições para a referida homenagem..... 23447

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, quinta-feira, às 10 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada.....

23447

2.4 – ENCERRAMENTO

3 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, EM 29-11-2000

4 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Convocação da 14ª Reunião do Conselho, a realizar-se no dia 6 de dezembro de 2000, quarta-feira, às 17 horas, na Sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada a ouvir, nos autos da Denúncia nº 1, de 2000, o Sr. Pedro José Coelho Pinto, Advogado do Banco do Brasil S/A, lotado na Assessoria Jurídica Regional no Estado do Pará; e os Srs. Lucimálva Saraiva Barbosa e José Raimundo Farias Canto, ex-Advogados da mesma instituição, atendendo à solicitação, deferida pela Presidência do Conselho, da Exmº Srº Senadora Heloísa Helena, Relatora do processo em referência.....

23447

5 – PARECERES

Nº 64, de 2000-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 46, de 2000-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos Órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor global de R\$ 8.816.931,00 (oito milhões, oitocentos e dezesseis mil, novecentos e trinta e um reais), para reforço de dotações constantes dos orçamentos vigentes.....

23448

Nº 65, de 2000-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 47, de 2000-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Mi-

nistério do Meio Ambiente, crédito especial no valor de R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais), para os fins que especifica.....

23452

6 – ATOS DO PRESIDENTE

Nºs 47 e 48, de 2000.....

23456

7 – ATO DA COMISSÃO DIRETORA

Nº 15, DE 2000 (Republicação).....

23458

8 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nº 1.182, de 2000, referente ao servidor Evaldo Carlos Bezerra da Costa.....

23459

Nº 1.183, de 2000, referente ao servidor Sidney de Jesus Silva Viana.....

23460

Nº 1.184, de 2000, referente ao servidor João Batista Luciano da Silva.....

23461

Nº 1.185, de 2000, referente ao servidor Sidney de Jesus S. Viana.....

23462

Nº 1.186, de 2000, referente à servidora Maria Cristina Portella de Azevedo.....

23463

Nº 1.187, de 2000, referente ao servidor Marco Cesar Sgreccia.....

23464

Nº 1.188, de 2000, referente ao servidor Gustavo Antonio M. de Freitas.....

23465

Nº 1.189, de 2000.....

23466

Nº 1.190, de 2000, referente à servidora Sandra Maria Goes dos Santos.....

23467

Nº 1.191, de 2000.....

23468

9 – ÓRGÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO EXTERNOS DA POLÍTICA NACIONAL DE INTELIGÊNCIA (OCFEPNI)**10 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR****11 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES****12 – COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA****13 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)**

CONGRESSO NACIONAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 237, DE 2000

Aprova o ato que outorga permissão a "Fundação Bom Jesus de Rádio e Televisão" para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pindamonhangaba, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 298, de 9 de dezembro de 1998, que outorga permissão a "Fundação Bom Jesus de Rádio e Televisão" para executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Pindamonhangaba, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 29 de novembro de 2000. – Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 238, DE 2000

Aprova o ato que outorga permissão a "Fundação Dom Bosco" para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 30, de 19 de março de 1999, que outorga permissão a "Fundação Dom Bosco" para executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 29 de novembro de 2000. – Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 239, DE 2000

Aprova o ato que renova a concessão outorgada a "Rádio Globo Eldorado Ltda." para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 14 de outubro de 1998, que renova por dez anos, a partir de 1º de novembro de 1993, a concessão outorgada a "Rádio Globo Eldorado Ltda." para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 29 de novembro de 2000. – Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 240, DE 2000

Aprova o ato que autoriza a "Associação Comunitária de Rádio de São João do Piauí" a executar serviço de radiodifusão comunitária na localidade de São João do Piauí, Estado do Piauí.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 112, de 4 de agosto de 1999, que autoriza a "Associação Comunitária de Rádio de São João do Piauí" a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na localidade de São João do Piauí, Estado do Piauí.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 29 de novembro de 2000. – Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente.

Ata da 164ª Sessão Deliberativa Ordinária em 29 de novembro de 2000

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Antonio Carlos Magalhães, Geraldo Melo
Carlos Patrocínio, Edison Lobão e Henrique Loyola*

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE
PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Agnelo Alves – Albino Boaventura – Alvaro Dias – Amir Lando – Antero Paes de Barros – Antonio Carlos Magalhães – Antônio Carlos Valadares – Arlindo Porto – Artur da Tavola – Bello Parga – Bernardo Cabral – Carlos Bezerra – Carlos Patrocínio – Carlos Wilson – Djalma Bessa – Edison Lobão – Eduardo Siqueira Campos – Eduardo Suplicy – Emilia Fernandes – Fernando Matusalém – Francelino Pereira – Freitas Neto – Geraldo Althoff – Geraldo Cândido – Geraldo Melo – Gerson Camata – Gilberto Mestrinho – Heloisa Helena – Henrique Loyola – Hugo Napoleão – Iris Rezende – Jader Barbalho – Jefferson Peres – João Alberto Souza – Jonas Pinheiro – José Agripino – José Alencar – José Eduardo Dutra – José Fogaça – José Jorge – José Roberto Arruda – Julio Eduardo – Juvêncio da Fonseca – Lauro Campos – Leomar Quintanilha – Lúcio Alcântara – Lúdio Coelho – Luiz Pontes – Maguito Vilela – Maria do Carmo Alves – Marluce Pinto – Moreira Mendes – Mozarlido Cavalcanti – Nabor Júnior – Ney Suassuna – Osmar Dias – Paulo Hartung – Paulo Souto – Pedro Piva – Pedro Simon – Renan Calheiros – Ricardo Santos – Roberto Freire – Roberto Requião – Roberto Saturnino – Romero Jucá – Romeu Tuma – Ronaldo Cunha Lima – Sebastião Rocha – Sérgio Machado – Teotônio Vilela Filho – Tião Viana – Valmir Amaral – Wellington Roberto.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A lista de presença acusa o comparecimento de 74 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

OFICIO DO MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA

Nº 650/2000, de 21 do corrente, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 470, de 2000, do Senador Osmar Dias, e esclarecendo que cópias dos relatórios referentes ao quesito nº 1 deixaram de ser enviadas por conterem informações protegidas pelo sigilo previsto no art. 38 da Lei nº 4.595, de 1964.

As informações foram encaminhadas, em cópias, ao Requerente.

O Requerimento vai ao arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O Expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte:

OF/GAB/PGJ/Nº 994

Rio Branco-AC, 23 de novembro de 2000

Senhor Presidente,

Permita-me apresentar a Vossa Excelência, o Promotor de Justiça Ricardo Coelho de Carvalho, Membro do Grupo Especial de Trabalho de Combate ao Crime Organizado, representando o Ministério Público do Estado do Acre, que deverá examinar os documentos citados no OF.281-4/2000-PREF, do Gabinete do Presidente do Senado Federal.

Respeitosamente, – Edmar Azevedo Monteiro Filho, Procurador-Geral de Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O ofício lido vai à publicação e será anexado ao processado do Requerimento nº 118, de 1999.

A documentação solicitada já foi encaminhada à autoridade requerente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte:

Ofício GSEA nº 11-203/00

Brasília, 29 de novembro de 2000

Senhor Presidente,

Com meus cumprimentos especiais, sirvo-me do presente para comunicar a Vossa Excelência que estou reassumindo, na data de hoje, dia 29 de novembro de 2000, o cargo de Senador nesta Casa.

Cordialmente, — Senador **Ernandes Amorim**, PPB/RO.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) — O expediente lido vai à publicação.

O SR. PAULO HARTUNG (PPS — ES) — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) — Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. PAULO HARTUNG (PPS — ES. Pela ordem.) — Sr. Presidente, pela ordem de chegada, eu gostaria de requerer o uso da palavra para uma comunicação inadiável, na forma do Regimento, para o nosso Senador Roberto Saturnino, que foi o primeiro a chegar ao plenário, e depois para mim.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) — Senador Paulo Hartung, V. Ex^a está inscrito como primeiro orador na sessão de hoje. V. Ex^a declina dessa inscrição?

O SR. PAULO HARTUNG (PPS — ES) — Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) — Então, nesse caso, V. Ex^a aproveitará o seu discurso para fazer a comunicação inadiável.

O SR. PAULO HARTUNG (PPS — ES) — Sr. Presidente, declino da minha inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) — Senador Paulo Hartung, já que V. Ex^a declina da inscrição, atendendo ainda a um pedido seu, fica inscrito em primeiro lugar o Senador Roberto Saturnino. V. Ex^a fica inscrito em segundo lugar, para fazer uso da palavra para uma comunicação inadiável no momento oportuno.

O SR. ERNANDES AMORIM (PPB — RO) — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) — Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. ERNANDES AMORIM (PPB — RO. Pela ordem.) — Sr. Presidente, solicito minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) — Senador Ernandes Amorim, V. Ex^a fica inscrito em terceiro lugar.

As comunicações serão feitas na prorrogação da Hora do Expediente.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB — GO) — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) — Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB — GO. Pela ordem.) — Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como hoje é o Dia Internacional de Solidariedade ao Povo Palestino, também desejo fazer uma comunicação a esta Casa. Portanto, quero contar com a boa vontade de V. Ex^a no sentido de permitir que eu fique inscrito em quarto lugar para uma comunicação inadiável, possibilitando-me essa oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) — V. Ex^a fica inscrito como suplente na lista das comunicações inadiáveis. A primeira suplência fica assegurada a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) — Passa-se à lista de oradores.

O SR. PAULO HARTUNG (PPS — ES) — Sr. Presidente, declino da minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) — Em virtude de o Senador Paulo Hartung ter declinado da sua inscrição para uma comunicação inadiável, a Mesa comunica ao Senador Maguito Vilela que S. Ex^a fica inscrito como suplente convocado da lista de comunicações inadiáveis na sessão de hoje.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Hartung, como primeiro orador inscrito, por 20 minutos.

O SR. PAULO HARTUNG (PPS — ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, as eleições municipais foram, sem sombra de dúvida, um dos fatos marcantes deste ano não só pelo funcionamento do seu aparato eletrônico, que, salvo algumas denúncias isoladas de irregularidades, teve a aprovação do País, mas também por proporcionar uma reação popular à falta de iniciativas públicas que melhorem a qualidade de vida do cidadão, sobretudo, nos centros urbanos. O Brasil viveu, neste ano, um cenário frustrante no que diz respeito ao social. E, de certa forma, esse foi o recado das urnas.

Se o resultado das eleições municipais foi positivo, no plano político houve um impasse com a paralisação do Congresso Nacional, provocada pelas divergências na base de apoio ao Governo. Também contribuiu para isso a insistência de setores desta mesma base de fazer avançar uma pseudo-reforma político-partidária, que só tem como finalidade inviabi-

lizar a emergência do novo e perpetuar no poder as oligarquias representadas principalmente pelas grandes agremiações partidárias.

Embora tenha aprovado propostas relevantes, como a Lei de Responsabilidade Fiscal, a Emenda Constitucional da Saúde, a criação da Agência Nacional de Águas, o Congresso Nacional poderia estar encerrando a atual Sessão Legislativa com um desempenho bem melhor. É desolador, por exemplo, não termos votado matérias importantes como a Lei das Sociedades Anônimas; uma verdadeira reforma política; a reforma do Judiciário; a tão necessária regulamentação do sistema financeiro; a flexibilização do sigilo bancário para fins fiscais, matéria esta que, só agora, no final do ano, vai começar a tramitar nesta Casa; o projeto que combate a elisão fiscal; e as restrições ao uso de medidas provisórias.

A reforma tributária merece uma reflexão à parte. Há seis anos, o Congresso espera que a sanha arrecadadora da equipe econômica se acalme para tirar a proposta do fundo das gavetas. É uma ganância desmedida por arrecadar, que, segundo o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, incluiu, nos últimos dois anos, quase dois milhões de trabalhadores, que eram isentos, entre os contribuintes do Imposto de Renda, por um motivo que tenho denunciado nesta Casa, que é a não correção da tabela de Imposto de Renda da pessoa física. Por essas e outras medidas, como o aumento da CPMF e da alíquota da Cofins, podemos perceber que o Governo não se convence da necessidade de modernizar o sistema tributário brasileiro.

Por conta disso, o que se viu nesta Casa, de alguns anos para cá, foi a aprovação de remendos no caótico sistema tributário nacional, que tem um pé na década de 60 e outro na Constituição de 1988 e que acaba punindo o assalariado e onerando a cadeia produtiva, o que torna os produtos nacionais pouco competitivos diante dos nossos parceiros comerciais.

A reforma política, Sr. Presidente, foi um factóide de ocasião. Não está claro nem para mim nem para a opinião pública se a base do Governo é a favor do voto distrital simples ou misto, se apóia o financiamento de campanha exclusivo ou adota uma proposta que inclua recursos privados. Não se definiu também se o parlamentarismo poderia ou não ser adotado a partir de 2006 e se é conveniente modificar o gravíssimo problema que existe de representação na Câmara dos Deputados, que deveria ser uma representação proporcional ao nosso povo. O fato é que o Governo jogou com sua base – isso está muito claro – para não promover uma verdadeira reforma política e

usou as eventuais discussões sobre o assunto para gerar aquele "fato novo" capaz de desviar a atenção da mídia e da opinião pública quando entrava em pauta assuntos desagradáveis ao Poder.

No que diz respeito ao social, há que se considerar avanços na área de Saúde, como a melhoria do Sistema Único de Saúde (SUS) e a expansão do programa Saúde na Família; na agricultura, com o Pronaf; na Educação, com o Fundef. No entanto, os problemas sociais ainda são gravíssimos no nosso País, principalmente no setor educacional, no qual os índices de analfabetismo são extremamente altos e é baixíssima a qualidade do ensino fundamental público e privado. E a recente pesquisa do MEC demonstra isso de forma cabal. Parece também que o Executivo ainda não se deu conta da necessidade de se olhar com atenção para o ensino de segundo grau. Esta é uma reflexão que temos que fazer: se estão aumentando as matrículas no primeiro grau, a pressão no segundo grau já está batendo nas portas das nossas escolas. Por fim, Sr. Presidente, o abandono das universidades públicas está a exigir um amplo debate nacional.

Caminhamos para um cenário de caos urbano, com a falta de políticas de infra-estrutura voltadas para o desenvolvimento ordenado das nossas áreas urbanas. Essas áreas, que concentram hoje, segundo o censo do IBGE que começa a ser divulgado, mais de 80% da nossa população, tornam-se espaços onde cresce a violência, em decorrência, entre outros fatores, das injustiças sociais, oferecendo ao cidadão cada vez menos condições de levar uma vida com um mínimo de conforto e dignidade.

Não é mais possível que o Governo continue adiando a apresentação ao Congresso Nacional e à sociedade de uma política que defina um marco regulatório e a titularidade dos serviços de saneamento básico para o País. Enfim, o setor precisa de regras claras que abram caminho para os investimentos públicos e privados. Digo isso no momento em que a Organização Mundial de Saúde (OMS) e o Unicef vêm a público divulgar que 63,5 milhões, dos aproximadamente 160 milhões de brasileiros, não são atendidos por rede coletora de esgotos. Os números revelam a precariedade de um serviço básico que reclama investimentos da ordem de R\$44 bilhões para a próxima década, mas que receberá, no próximo ano, conforme já antecipou o Governo Federal, apenas R\$2,5 bilhões, condicionados aos famosos cortes orçamentários. Os presumíveis recursos para 2001, portanto, multiplicados por dez, atingem pouco mais que a me-

tade do valor necessário, citado no início de meu pronunciamento.

A desordem nos transportes e no trânsito das nossas cidades caminha na direção do insuportável. Diante da inexistência de uma política para o setor, torna-se cada vez mais oneroso para o Estado e pernoso e inseguro para o cidadão utilizar os meios de transporte público, principalmente nas capitais e nos grandes aglomerados urbanos.

Da mesma maneira, preocupa-nos a falta de uma política nacional de segurança pública. Há cerca de seis meses, o Governo divulgou um conjunto de medidas que parecia ter sido concebido para o curto, médio e longo prazos, em parceria com os Governos estaduais, no intuito de melhorar a segurança em nossas cidades, combater o crime organizado e o narcotráfico.

A verdade, Sr. Presidente, é que o País não logrou, desde o lançamento do programa, qualquer resultado significativo. E pior: o que se pode compreender, pelo noticiário e pelas estatísticas, é que as autoridades estaduais e federais vão perdendo o controle sobre a criminalidade, sobretudo nas periferias das grandes cidades brasileiras.

A economia apresentou avanços, de certa forma beneficiada pela flutuação cambial que tantos transtornos havia gerado para o nosso povo em 1999. O País encerrará o ano com inflação em baixa, com o mercado de trabalho em tímida recuperação, a renda parando de cair e as contas públicas gerando resultados, se não satisfatórios, pelo menos animadores. É importante ressaltar ainda que a execução orçamentária deste ano produzirá um considerável superávit primário.

Em que pese ter vacilado na questão dos juros, é importante dizer que reconhecemos que o Banco Central tomou medidas relevantes. Avançou na redução do depósito compulsório e estudou com profundidade a composição do custo do dinheiro na rede bancária comercial, mas pecou – e é bom registrar – quando não aproveitou os momentos de calmaria para baixar mais um pouco a taxa Selic, que é mantida congelada em 16,5% desde julho. Isso pode ser mais um elemento a contribuir com as dificuldades que enfrentaremos para crescer no ano que vem, já que está muito claro para todos nós que teremos pela frente um cenário internacional imprevisível e desfavorável.

É bem verdade que o Governo vai colher este ano bons resultados em setores importantes da economia, como o têxtil, o de calçados, de eletrodomésti-

cos e automobilístico. Mas a política de comércio exterior revelou-se, no mínimo, insuficiente. Mesmo com o crescimento das exportações, fruto em grande parte da mudança no câmbio, foram contrariadas as previsões de que haveria, no fim do ano, um superávit comercial de aproximadamente R\$5 bilhões, anunciado amplamente pelo Governo, no início deste ano.

Todas as projeções indicam que, ao invés do prometido resultado positivo, a balança comercial fechará no vermelho, visto que até novembro deste ano apresentou um déficit acumulado da ordem de R\$310 milhões. Esse quadro demonstra o equívoco do Governo, que passa a impressão de acreditar ser mais fácil não ter políticas efetivas e duradouras, apostando que eventuais oportunidades de mercado surjam para resolver os nossos problemas de caixa. Não é assim que essa questão funciona no mundo e muito menos o será no Brasil.

Temos pela frente percalços que não podem ser desprezados. A situação da Argentina é um deles. Os acontecimentos relativos àquele importante parceiro comercial devem servir-nos de exemplo. O desequilíbrio nas contas externas, particularmente na balança comercial, deve ser enfrentado com firmeza pelo Governo brasileiro.

Não há mais, Sr. Presidente, a ilusão de registrar no ano que vem, crescimento de 5% do Produto Interno Bruto, resultado que seguramente proporcionaria considerável redução no nível de desemprego em nosso País. Pelas projeções de analistas e declarações de próprios integrantes da equipe econômica do Governo, cresceremos algo entre 3% e 4%, em 2001, o que resultará numa oferta limitada de postos de trabalho. Isso sem perder de vista que vamos fechar o ano com aproximadamente 8% a 9% da População Economicamente Ativa (PEA) desempregada. Um índice que, na Região Metropolitana de São Paulo, chega a 17,3%.

As previsões mais otimistas levam a crer que haverá melhorias na oferta de emprego a partir do segundo trimestre de 2001, ou seja, daqui a quase cinco meses. O cenário, no entanto, poderia até ser de maior otimismo se o setor que mais emprega, a construção civil, desse sinais de aquecimento para o início do próximo ano. Ao contrário, esse setor vive à margem em termos de políticas públicas.

O próprio Presidente do Banco Central, Armínio Fraga, reconheceu, em recente entrevista, que para enfrentar a onda de estabilidade no mundo e crescer, o Brasil precisa adotar uma agenda microeconômica, com a aprovação da reforma tributária, da Lei das So-

ciadas Anônimas e de medidas que reduzam o custo do capital, o custo do dinheiro em nosso País, Sr. Presidente. Seriam iniciativas que reforçariam a nossa economia para enfrentar um cenário internacional nebuloso, com as incertezas argentinas, a alta do preço do petróleo e principalmente – aqui grifo – um mercado financeiro mundial retraído em função do previsto menor crescimento da economia americana.

O aumento brusco do preço do petróleo no mercado internacional, é importante registrar, está interferindo negativamente no resultado da balança comercial brasileira. Mas, se olharmos com um pouco mais de atenção os produtos que estão sendo importados pelo nosso País, vamos nos deparar, Sr. Presidente, com enormes obstáculos nos chamados bens intermediários.

Fabricamos e montamos automóveis, aviões, eletrodomésticos, entre outros produtos, e somos obrigados a importar alguns bens, principalmente eletrônicos, que já poderiam estar sendo fabricados no País, não fosse o imobilismo que toma conta dos responsáveis pela política de desenvolvimento econômico do Brasil. Acredito que seria uma demonstração de maturidade debruçarmo-nos sobre a formulação de uma política industrial, não aquela política industrial do passado, do período de substituição de importações – ninguém está falando nisso! –, mas uma política industrial contemporânea que substitua significativamente essas importações de bens que poderiam muito bem estar sendo produzidos no nosso próprio País.

Sr. Presidente, mesmo liderando um Partido de oposição nesta Casa, quero aqui fazer uma crítica construtiva, afirmando que é inadiável que o Governo volte a governar. O Executivo precisa sair da inércia, com propostas efetivas de políticas públicas, priorizando a área social. Neste momento, a impressão crescente na opinião pública é que o Governo está na defensiva, acomodado em cima de conquistas do passado.

O resultado da eleição municipal, insisto, deixou claro que a estabilidade da moeda não é suficiente. O cidadão, na minha opinião, diz com clareza que não abre mão de uma moeda forte, de um real forte, pois é uma conquista, inclusive porque ele quer, a partir daí, colocar na mesa as suas reivindicações e negociá-las com o Governo.

No próximo ano não teremos eleições. Assim, estamos diante de uma excelente oportunidade para o Governo tomar a iniciativa de apresentar ao País uma agenda de compromissos com o desenvolvimento interno. O Governo deve estar atento para não incorrer no erro de, mais adiante, acomodado como

está atualmente, ser obrigado a recorrer a medidas reativas, em função de fatos consumados que, muitas vezes, esbarram no velho populismo fiscal do nosso País.

O Executivo, Sr. Presidente, na nossa opinião, precisa enxergar as prioridades do País e adotar uma agenda de reformas. Eu diria assim, de uma nova geração de reformas. Vamos colocar que a primeira geração foram essas reformas feitas até agora. O Governo precisa adotar uma nova geração de reformas, reformas essas agora mais ligadas à microeconomia, dando ênfase, volto a frisar, à lei das sociedades anônimas, à reforma tributária, entre outras que já citei neste pronunciamento. Precisa, Sr. Presidente, de decisões que reduzam o custo do capital, para que tenha crédito a custo adequado no nosso País, além de uma política industrial, como citei anteriormente, que diminua a nossa dependência de bens intermediários que oneram as nossas contas externas, a nossa balança comercial e aumenta a vulnerabilidade do País neste contexto que estamos vivendo no mundo.

O País reclama medidas urgentes que dêem impulso às políticas sociais, sobretudo para estancar a decadência da qualidade de vida das populações das nossas cidades. Quem anda pelos centros urbanos do nosso País enxerga a real situação do nosso povo. Talvez seja um pouco difícil enxergá-la dos palácios de Brasília, mas quem anda pelos centros urbanos, repito, enxerga essa crise social. Se medidas não forem adotadas, Sr. Presidente, continuaremos assistindo, em 2001, a um Governo em estado de letargia, arrastando-se sem rumo e gastando suas poucas energias para resolver, como no presente, as crises cíclicas de uma base política extremamente heterogênea.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Tem a palavra, por vinte minutos, o Senador Moreira Mendes.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, com a finalidade de mostrar a realidade da indústria de base florestal, em Rondônia, trago, inicialmente, à discussão matéria veiculada na revista *Veja*, no dia 22 de novembro, já debatida nesta Casa, sob o título: "Até onde a Amazônia pode resistir", considerando que a matéria em questão afeta todos os Estados amazônicos e diretamente o meu Estado, Rondônia.

Tendo como objetivo principal atacar os investimentos do Governo Federal na Amazônia, no âmbito do programa Avança Brasil e seus efeitos sobre o

meio ambiente, a publicação, baseada em estudos e pesquisas do cientista William Laurence da Smithsonian Institution dos Estados Unidos e do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – o INPA, emite parecer catastrófico, com previsão altamente pessimista quanto à devastação total das florestas da Amazônia, prevendo que, em apenas 28 anos, restarão aproximadamente 28% de mata virgem.

A tese do referido cientista tenta provar que qualquer investimento em obras de infra-estrutura na Amazônia representa um avassalador avanço sobre as florestas, chegando mesmo a prever, com precisão milimétrica, que as obras do Avança Brasil poderão representar um incremento de 25% sobre os atuais 20 mil quilômetros quadrados de devastação anual da floresta.

Observa-se que o estudo visa a fazer o Governo retroceder quanto ao programa de investimentos na Amazônia em áreas estratégicas para o seu desenvolvimento, como a construção e pavimentação de oito mil quilômetros de rodovias, construção e ampliação de portos e aeroportos, gasodutos, hidrovias do Araguaia/Tocantins, com 2.250km; Madeira/Solimões, com 1.056km; linhas de transmissão; e mais de 1.400km da ferrovia Norte/Sul, com previsão de recursos da ordem de R\$40 bilhões, nos próximos oito anos.

Ao enfocar o impacto ambiental decorrente dessas obras, a reportagem dá um destaque especial e tendencioso quanto à atuação da atividade madeireira ao afirmar: "A ação destrutiva começa com a retirada da madeira. Em seguida, os madeireiros partem para uma área nova e a terra arrasada que deixam para trás se transforma em local de plantação ou pastagem para gado".

Todos que convivem com a realidade do campo, na agricultura, na pecuária ou na atividade da exploração florestal, sabe que, na maioria das vezes, ocorre exatamente o processo inverso.

Conforme pretendo demonstrar adiante, a imprensa de um modo geral considera o madeireiro, erroneamente, como o grande responsável pela devastação das florestas, o verdadeiro bicho papão que come criancinhas.

Não posso admitir o cancelamento desses investimentos, pois na região habita cerca de 19 milhões de brasileiros, que dependem da ação do Governo para assegurar alternativas de sobrevivência. Ao contrário do que prevê a reportagem, a suspensão desses investimentos, sim, poderá significar maior pressão sobre as florestas por falta de outras alternativas econômicas que poderão surgir.

Elogiosa é a posição do Secretário de Planejamento e Investimentos Estratégicos do Ministério do Meio Ambiente, José Paulo Silveira, ao afirmar: "Não dá para imaginar a instalação de uma redoma sobre a floresta, condenando populações locais ao abandono".

Contrariamente à posição central defendida, a reportagem admite, com base em estudos e parecer do Instituto do Homem e do Meio Ambiente – Imazon, que é possível a exploração racional das florestas, por meio do manejo florestal, e que a atividade madeireira é a grande vocação da região em decorrência da baixa fertilidade dos solos, estimada em 83%, portanto, inservíveis para a agricultura e pecuária. Este indicador, entretanto, não se aplica a Rondônia, pois, de acordo com o zoneamento sócio-econômico e ecológico do Estado, as terras férteis representam 51% da sua área total.

Feitas essas considerações pertinentes, pretendendo, como disse, mostrar a importância da indústria de base florestal em Rondônia, bem como mostrar a forma discricionária como é tratado o empresário do setor madeireiro, que tem sido o alvo mais fácil e mais visível de um complexo processo de exploração dos recursos florestais, do qual também faz parte o próprio Governo Federal. Explico: o movimento de ocupação da Amazônia, a partir da década de 70, foi patrocinado pelo Governo Federal, que incentivou o processo de migração como forma de diminuir as pressões sociais de várias outras regiões do País e também sob o pretexto da suposta soberania e segurança nacional, cujo lema era "Integrar para não entregar". O equívoco dessa política governamental provocou um intenso fluxo migratório para o meu Estado, o que elevou a sua população de 111.064 habitantes, em 1970, para 503.125 habitantes em 1980, atingindo impressionante índice de crescimento da ordem de 16% ao ano no período, quando a média de crescimento do País girava em torno de 2%. Hoje, são aproximadamente 1.4 milhão de habitantes.

Constatou-se a incompatibilidade das políticas públicas tradicionalmente adotadas pelo Governo Federal às peculiaridades locais, refletindo-se no grande avanço dos desmatamentos desnecessários, feitos, muitas vezes, em áreas improdutivas, à revelia de qualquer espécie de planejamento e ocupação sustentável, visando simplesmente satisfazer condições burocráticas impostas pelo Incra, que assegurassem a posse da terra àquele que mais derrubasse ou que mais prejudicasse a floresta.

A intensificação dessa prática constituiu-se numa avassaladora onda de desperdício de materiais lenhosos, produtos e subprodutos florestais, culmi-

nando ainda com a formação de grandes áreas de capoeiras. No entanto, dada a grande oferta de madeira proveniente dos desmatamentos, o desastre seria ainda maior caso não houvesse a instalação de indústrias madeireiras que promoveram parte do aproveitamento da madeira que, invariavelmente, seria transformada em cinzas nas queimadas.

Só para exemplificar, o total de áreas desmatadas no Estado cresceu de 420 mil hectares, em 1978, para 3 milhões de hectares, em 1988, e para 5.611.294 hectares em 1998, o que corresponde a apenas 23,52% da área total do Estado. Ainda assim, há que se considerar que existe cobertura florestal em quase 77% do Estado de Rondônia, que deverá ser mantida por força do zoneamento sócio-econômico e ecológico, instituído pela Lei Estadual nº 233, de 06/07/2000, sancionada pelo Governador José de Abreu Bianco.

Portanto, no Estado de Rondônia, como temos dito, o verde é legal, o verde é imposição da lei. Vale lembrar, ainda, que Rondônia é o único Estado da Federação que tem o zoneamento socioeconômico e ecológico em escala de 1: 250.000, cujo fundamento principal é a preservação dos ecossistemas frágeis e a definição das melhores aptidões do uso do solo e de seus recursos naturais, como as áreas que servem para exploração intensiva para as atividades agropecuária e madeireira.

O Sr. Ermandes Amorim (PPB – RO) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Com prazer, ouço V. Ex^a.

O Sr. Ermandes Amorim (PPB – RO) – Senador Moreira Mendes, eu sou baiano e estava na Bahia em 1975, recém-formado, quando ouvi o chamamento feito pela imprensa nacional para ocupação da Amazônia. Àquela época, tive a oportunidade de sair de uma faculdade para ser assentado em um programa de reforma agrária de sucesso na Amazônia. E lá, a mando do governo, desmatamos, num projeto de desenvolvimento de uma área que estava perdida no mundo e no espaço. Ocupando aquela área, com progresso e desenvolvimento, chegou-se a se usufruir daquela região. Porém, lamentavelmente, as leis ambientais e as perversidades contra a Amazônia impuseram o seu retrocesso. Para tudo o que se prevê ou que se venha a fazer, existe um empecilho para se desenvolver aquela região. Utilizam como desculpa a lei ambiental, os interesses internacionais, os barbudos das ONGs, que não trazem lucros para o Brasil, mas são informes, são pontos avançados de interesse internacional. Por isso, é normal que, hoje, a

Amazônia esteja prejudicada. Além disso, há os madeireiros, os que lá residem. V. Ex^a é testemunha desse processo, porque reside naquele Estado há quase 30 anos. V. Ex^a sabe que o que foi proposto não era essa política. Hoje se fala em manter a selva intacta, mas se esquecem de que ali há brasileiros, há interesses nacionais; que estão invadindo as nossas fronteiras; que a Amazônia está sendo comprada, nas suas áreas maiores, por grupos internacionais. Esta Casa tem que redimensionar essa situação para não expulsar de lá quem foi convidado. Não sou mais o peão que foi para lá. Hoje sou um fazendeiro, um político. Hoje estou nesta Casa somando esforços com V. Ex^a, com o nosso grande Líder da Amazônia, que é o nosso eterno Governador, nosso amigo Gilberto Mestrinho. Ainda hoje, estive no Ministério da Agricultura, nobre Senador, procurando meios para buscar uma modificação na lei que dá sustentação ao controle dos animais selvagens da Amazônia, como é o caso do jacaré. Na nossa região, ele está matando e comendo as pessoas. Atualmente, o maior dizimador dos cardumes é o jacaré. Estamos procurando, neste Congresso, um meio de aprovar uma alteração na lei, para que o jacaré, depois de um metro e meio, seja abatido. A partir daí, ele se torna uma fera. Ele come o homem, como fez em Porto Velho. V. Ex^a é testemunha, é conhecedor desse fato. Os peixes já não são uma alimentação suficiente para esses animais. Eles estão comendo seres humanos e animais. Portanto, a selva, a madeira em si tem que ser explorada. Chega uma época em que determinados tipos de madeira não crescem, não se desenvolvem; têm que ser administradas, industrializadas. E esses madeireiros não podem ser jogados para escanteio, porque são empresários e têm que ter apoio. V. Ex^a sabe que estou retorando a Rondônia como Prefeito de uma cidade importante. Lá, no meu Município, terei que conviver com o apoio deste Congresso, com a aquiescência do próprio Ibama e do próprio Ministério, para que os madeireiros não sejam expulsos, para que a classe não seja extermínada. Eles têm uma proposta de trabalho, e esta Casa tem a obrigação de apoiá-los. Por isso, V. Ex^a está no caminho certo. Deve-se buscar uma saída para todos. Acho que a Amazônia é isso aí! É uma nova descoberta para esta Pátria, e temos que ter o cuidado devido. V. Ex^a está trabalhando em cima disso, e temos debatido sobre esse tema constantemente nesta Casa. Agradeço-lhe a permissão para este aparte. Muito obrigado.

O Sr. Gilberto Mestrinho (PMDB – AM) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Moreira Mendes?

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Eminent Senador Ermândes Amorim, antes de comentar o seu aparte, que muito engrandece o meu pronunciamento, quero ouvir também o aparte do Senador Gilberto Mestrinho, Professor em Amazônia.

O Sr. Gilberto Mestrinho (PMDB – AM) – Nobre Senador Moreira Mendes, do vizinho Estado de Rondônia, V. Ex^a está fazendo um pronunciamento muito importante, porque busca desmistificar essas notícias que são divulgadas em reportagens escandalosas e que servem não ao interesse nacional, mas a interesses outros que não são aqueles da Amazônia nem do Brasil. O que se combate agora é o programa "Avança Brasil". O Governo Federal teve uma lembrança que há muito tempo não tinha, de mencionar que realizaria programas, também na Amazônia, de integração com o "Avança Brasil". E quais são esses programas? Hidrovias. A Amazônia é caracterizada por hidrovias. Hidrovia é um nome novo, de modismo que se deu aos rios. A hidrovia apenas busca corrigir o nível do rio e a navegação no rio, para que ela se faça com mais segurança e possa atender a um trecho econômico maior das populações que lá vivem e que lá trabalham. Porém, esses rios já existem desde o alude dos Andes, em épocas imemoriais, e sempre foram navegáveis. O rio Madeira, por exemplo – V. Ex^a se referiu à hidrovia do Madeira –, é um dos mais antigos que temos; depois do Purus, do Negro e do Juruá, é um dos mais antigos. Sempre teve uma navegação intensa, desde a época da borracha. Havia problemas – porque os rios da Amazonas têm mutações – que precisavam ser corrigidos: um banco de areia aqui, uma pedra acolá. Problemas esses que têm que ser corrigidos para que a navegação se faça com velocidade. Mas a hidrovia do Madeira possibilitou que a soja do norte de Mato Grosso e do Estado de Rondônia pudesse descer o rio para Porto Itacoatiara e, a partir daí, ser exportada por um preço entre 20 a U\$25 mais barato no mercado internacional. Até então, o produto saía dali para o Paranaguá, no Paraná, de caminhão. Ora, não se falava antes no Madeira ou na hidrovia do Madeira até que se começou a transportar soja pelo referido rio. É preciso combater as hidrovias na região, porque o mesmo acontecerá com a hidrovia do Tocantins, que vai escoar soja do Tocantins, do Pará, do Mato Grosso, etc.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Aliás, Senador Gilberto Mestrinho, essa matéria já tem sido objeto de sérias críticas por parte dessas ONGs, que não querem também a existência da hidrovia do Tocantins.

O Sr. Gilberto Mestrinho (PMDB – AM) – Correto. Eles têm feito um trabalho terrível para evitar essa

hidrovia, corrigindo determinadas áreas do Tocantins para permitir esse escoamento. Assim, o "Avança Brasil" quer fazer essa hidrovia, embora não coloque verba no Orçamento. Isso ocorre muito também. Fazem o programa e divulgam-no, mas a verba para fazê-lo, esquecem! Um outro programa são os eixos rodoviários, que são fundamentais, porque os rios na Amazônia têm um sentido, sempre em busca do oceano ou do rio mãe. E precisamos de estradas. É fundamental fazer estradas na região amazônica, mesmo porque, vários rios da Amazônia não têm água suficiente o ano todo. Eles impedem a navegação para determinadas áreas, e precisa haver penetração por meio da estrada. Lembro-me de que eles atacam ali também a rodovia 174. Ela já existe há 40 anos. Era uma estrada de barro, que foi asfaltada. Mas, na época, diziam que isso causaria um dano terrível à Amazônia. Por quê? Ora, porque tem as populações indígenas! Os Waimiri-atroari, que antes da estrada eram menos de 300, somam atualmente mais de mil...

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – E com saúde e educação.

O Sr. Gilberto Mestrinho (PMDB – AM) – Exatamente, com saúde, com desenvolvimento, com educação e freqüentando universidades. É sabido que os Waimiri-atroari deixaram de ser violentos como antes. Lembro-me dos missionários bíblicos, que foram dizimados por eles, o pessoal Funai, denominado SPI àquele tempo, a missão do Padre Caleri. Hoje isso não acontece. Os Waimiri-atroari convivem pacificamente com os brancos e até recebem royalties pela licença para utilizarem a estrada e também pela utilização de uma passagem para Paranapanema. Vivem felizes, integrados nesse convívio, mantendo suas tradições e seus cultivares. Mas é preciso combater essas estradas. Porque tudo que se faz significa desenvolvimento e crescimento econômico para a Amazônia. Voltam-se, também, contra a exploração madeireira.

Recentemente, em Haia, houve uma reunião em que se discutia a respeito do desenvolvimento limpo. O que é o desenvolvimento limpo? É retirar da atmosfera a sujeira produzida pelo mundo desenvolvido, que nela despeja milhões e milhões de toneladas de sujeira a cada segundo. A única forma de retirá-la seria reduzindo a sua emissão. Mas ninguém aceita reduzir essas emissões. Fizeram o Protocolo de Kyoto, mas ninguém quis assiná-lo. Querem estabelecer multas, mas ninguém aceita as penalidades. Assim, querem usar a floresta Amazônica como sumidouro, por acreditarem que somente ela pode receber todo esse lixo. Mas eles mesmo dizem, quando se discute o estabelecimento do pagamento dos royalties pelo

sumidouro dos gases, que a floresta só absorve gás carbônico quando está em crescimento. Por isso, manejar a floresta Amazônica seria o maior benefício que se faria ao meio ambiente, porque as árvores em crescimento, como todo vegetal em crescimento, retira gás carbônico da atmosfera e o transformam em matéria – ou seja, madeira, folhas, caules, etc. Assim, não há nenhuma culpa. Culpar, no caso, os madeireiros por destruição, é falácia. V. Ex^a mesmo falou que, em Rondônia, quando houve aquela avalanche de colonização, o Estado passou de pouco mais de cem mil habitantes para um milhão e quatrocentos mil em um período curto. No entanto, em Rondônia, apesar de todos os erros apontados pelo eminentíssimo Senador Moreira Mendes, não se desmatou 1% da Amazônia, que cobre uma área de 550 milhões de hectares – e lá há somente 5 milhões de hectares até hoje. Logo, não há esse dano todo. Assim, Senador, parabéns a V. Ex^a. O que é preciso é que se desmistifique aquilo que se diz sobre a Amazônia, e que nos dêem o direito de nos integrarmos à sociedade brasileira e não nos reservem o papel exclusivo de "lixeiros da sujeira do mundo desenvolvido". Parabéns a V. Ex^a.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Obrigado, Senador Gilberto Mestrinho. Definitivamente V. Ex^a, com o seu conhecimento, só pode engrandecer o meu pronunciamento.

Eu pediria ao eminentíssimo Presidente, embora já tenha visto o sinal alertando-me que o meu tempo está esgotado, a compreensão de V. Ex^a, assim como a dos eminentes Pares, para que me permitissem concluir o meu pronunciamento por tratar de assunto de extrema importância para o meu Estado.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Loyola) – Pois não. Apenas lembrando que há oradores inscritos.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – A indústria madeireira é pioneira em nosso jovem Estado, e vem contribuindo decisivamente para sua ocupação e desenvolvimento, à despeito das situações adversas que muitas vezes enfrenta, como a poderosa concorrência com outros centros produtores que se agrava ainda mais com as pressões emanadas dos organismos ambientalistas que se caracterizam pela incompreensão e o preconceito em relação a sua atividade, e, ainda, pela ação fiscalizadora do Ibama, que ao invés de ordenar e orientar pela ação de alguns dos seus servidores – alguns, répito – tem, na verdade, contribuído para o desarranjo do setor por meio daquela velha e conhecida prática de "impôr dificuldades" para depois "vender" facilidades.

Resultado: perda da competitividade da "banda sadiá" do setor madeireiro no meu Estado, que é a

maioria, para a "banda podre", constituída por alguns poucos madeireiros inescrupulosos, e, principalmente, dos "toreiros" clandestinos que extraem madeiras das reservas indígenas, das florestas nacionais e dos parques estaduais e as vendem aos maus madeireiros, aos quais me referi, com o beneplácito e conivência, lamentavelmente, de alguns setores do Ibama.

É importante enfatizar que não existe economia no mundo que não esteja pautada pela exploração dos recursos naturais. Certamente cabe ao Governo, mediante adequado planejamento e gerenciamento ambiental, minimizar os impactos negativos resultantes da atividade econômica.

Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, depois desta breve retrospectiva, resta lembrar que é consenso hoje, no Brasil, a necessidade da preservação dos recursos naturais da Amazônia. Mas é necessário também ressaltar que as pressões excessivas para deixá-la intocada poderão abrigar outros interesses que em nada se relacionam com o "bem-estar das futuras gerações", como tão bem difundido por muitas ONGs, e a utilização de suas riquezas, em um processo de desenvolvimento sustentável, em termos econômicos e ecológicos, deve ser ditada pelas conveniências e possibilidades dos Estados que a integram no exercício da sua responsabilidade soberana.

É imperioso frisar a contribuição do segmento da indústria de base florestal na economia do meu Estado. Dados do "Estudo Para o Fortalecimento do Setor Madeireiro", difundido e realizado pela Fiero e pelo Sebrae, de Rondônia, afirmam que as mais de 1.200 indústrias do setor são responsáveis por 12% da arrecadação do ICMS do Estado, pela geração de aproximadamente 40 mil empregos diretos e indiretos, por 70% das exportações e contribui com dois terços do PIB industrial do Estado. Esses indicadores evidenciam o peso dessa atividade no contexto da economia de Rondônia.

Sabe-se que esse setor é também muito importante na economia dos demais Estados Amazônicos em maior ou menor proporção. No entanto, essa indústria tem sido estigmatizada como a grande vilã do processo desordenado de ocupação da Amazônia, quando, na verdade, tem-se constituído num verdadeiro agente de desenvolvimento, aproveitando uma pequena parcela do material lenhoso resultante das atividades de desmatamento e queimada, algo em torno de apenas 5% do total disponível. Donde se conclui que há um enorme desperdício de madeira que poderia ser transformada em geração de emprego e renda, não fosse o excesso da burocracia do órgão oficial do meio am-

biente, o Ibama, associado à falta de pesquisa para o aproveitamento de novas espécies.

Aliás, Sr. Presidente, o Ibama, em Rondônia, definitivamente não faz o seu dever de casa. Deixa de lado a fiscalização das áreas federais – parques nacionais, reservas biológicas e extrativistas, florestas nacionais e reservas indígenas – para apenas se preocupar com o pequeno produtor.

Nessas reservas são constantes as invasões por terem a absoluta garantia da impunidade, quando não são até incentivadas pela omissão ou interesses financeiros de alguns de seus fiscais e de seus dirigentes locais, por não representarem oportunidades de lucros, mas o alvo preferencial daqueles poucos fiscais e dirigentes corruptos da instituição a que me refiro são os madeireiros. Esses, sim, representam oportunidade de lucros substanciais. Para comprovar tal raciocínio, basta verificar os evidentes sinais de enriquecimento exibidos por cada um deles, com casas suntuosas e carros importados, em flagrante desacordo com a remuneração que recebem.

Paralelamente, para mostrar sua presença no Estado, o Ibama desenvolve operações de grande repercussão nacional, com a utilização de policiais federais fortemente armados e até mesmo helicópteros, GPS, e todo um equipamento hi-tech, sempre à luz dos holofotes da mídia e das ONGs, é claro!

E o alvo dessa pantomima é invariavelmente o pequeno produtor, que não tem como pagar suborno e é utilizado como instrumento de manobra do Ibama para a exibição de ações fiscalizadoras e de combate às derrubadas e queimadas, que, na maioria das vezes, não ultrapassam 1, 2 ou 3 hectares, ou mesmo pequenas pastagens, como é o caso do produtor Adão Alves dos Santos, de Presidente Médici, que recebeu uma multa de R\$5 mil porque teria queimado menos de um hectare de pasto. Nem se vender o sítio, a mulher e os filhos ele conseguirá pagar a multa que lhe foi imposta.

Enquanto isso, reservas federais são invadidas por tratores de esteira abrindo estradas, skiders, caminhões trucados, e esses não são "vistos" pelo sistema e pelos equipamentos de alta tecnologia de que dispõe o Ibama.

Voltando ao tema, Sr. Presidente, é importante frisar que a questão do desflorestamento da Amazônia brasileira está intimamente ligada ao uso do solo para fins agrícolas e à formação de pastagens para a pecuária. Portanto, há uma visão distorcida quando se associa a figura do madeireiro aos desmatamentos e à devastações das florestas.

A despeito de tudo o que foi dito sobre a atividade do setor madeireiro como importante fator de desenvolvimento socioeconômico da região Amazônica e de Rondônia, as opiniões da mídia nacional e internacional são sempre negativas, desprovidas de informações realísticas e carregadas de preconceitos. Invariavelmente, a indústria madeireira é apresentada como a maior responsável pela devastação da floresta.

A verdade é que a maioria de nossas indústrias já adota a extração da madeira planejada e seletiva, organiza bancos de dados sobre as árvores plantadas em seus domínios, identifica espécies e as classifica para elaborar o plano de corte. Mas, infelizmente, a maioria das publicações faz uma abordagem equivocada da atividade madeireira, pautando-se pelo noticiário catastrófico e alarmante.

É necessário reverter esse quadro de incompreensão da atividade de base florestal. Com o intuito de se contrapor a esse estado de desinformação e preconceito, a Federação das Indústrias do Estado de Rondônia, em parceria com o Sebrae de Rondônia, elaborou o "Estudo para Fortalecimento do Setor Madeireiro", com vistas a promover o desenvolvimento e a valorização da indústria de base florestal. Um dos resultados desse trabalho é a campanha publicitária cujo slogan principal é: "Floresta. Quem depende de mim não quer o meu fim".

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Senador Moreira Mendes, permita-me interromper V. Ex^a.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Sr. Presidente, faltam apenas duas laudas.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Senador Moreira Mendes, o tempo de V. Ex^a já se esgotou há 13 minutos. Há companheiros inscritos para usarem da palavra para comunicações urgentes.

Peço a V. Ex^a que compreenda a dificuldade da Mesa.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Vou terminar, Sr. Presidente.

Terei a honra de distribuir o material publicitário dessa campanha a que me referi a cada um dos Srs. Senadores logo após terminar este meu pronunciamento.

Vale lembrar que a Floresta Amazônica é um dos maiores patrimônios de nosso País, um orgulho para todos os brasileiros. Para a indústria, além de um patrimônio natural, a floresta é o motivo de sua sobrevivência, assim como significa a sobrevivência de homens e mulheres que tiram da atividade o sustento de suas famílias.

Para enfrentar essa realidade é necessário que o setor esteja organizado e mobilizado. Cada industrial

deve orgulhar-se ao afirmar que, ao contrário do que se apregoa, os madeireiros, os bons madeireiros, são contra a devastação, estimulam a educação ambiental e a preservação da Floresta Amazônica. Devem, sim, conamar seus colegas de ofício a deixar claro que os madeireiros vivem da floresta e querem e podem explorá-la sem destruí-la, de forma sustentável.

Concluindo, Sr. Presidente, a árdua tarefa que temos pela frente não se resolverá com iniciativas isoladas. O trabalho que a Federação das Indústrias do Estado de Rondônia está desenvolvendo neste momento é apenas o primeiro passo de uma longa caminhada. As Federações das Indústrias e os Governos Estaduais da região Amazônica, a classe empresarial e os poderes constituídos, preocupados com o desenvolvimento e o bem-estar de suas populações, devem seguir juntos em prol dessa mesma causa.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Moreira Mendes, o Sr. Geraldo Melo, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada sucessivamente pelos Srs. Henrique Loyola e Edison Lobão.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Na forma do art. 14, inciso II, alínea "a", do Regimento Interno, concedo a palavra, como Líder, ao nobre Senador Romero Jucá. S. Ex^a dispõe de 5 minutos.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR) Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, pedi a palavra para, em nome da Liderança do PSDB, registrar a instituição da Rede Brasileira de Promoção de Investimentos, Investe Brasil, em solenidade realizada, ontem, na Confederação Nacional das Indústrias, num pacto firmado entre o Governo Federal e 47 instituições e associações de classe, com o objetivo de criar um instrumento para divulgar o País e atrair investimentos compatíveis com a nova realidade brasileira.

A solenidade contou com a presença do Presidente Fernando Henrique Cardoso, de representantes de 47 entidades, dos Presidentes da Confederação Nacional da Indústria, da Confederação Nacional da Agricultura, da Confederação Nacional do Comércio e de diversas outras entidades, além de 10 Ministros do Governo Federal. Na oportunidade, o Presidente pôde explicitar a confiança no País e os níveis de investimentos, inclusive os de capitais estrangeiros, crescentes a cada ano.

Neste momento, quero registrar a importância da Investe Brasil como instrumento moderno e ágil para captar recursos internacionais, fundamentais

para o nosso desenvolvimento. O ano de 1999 trouxe para o País investimentos em torno de US\$30 bilhões. Sem dúvida, a Investe Brasil terá como meta ampliar esse valor.

Aproveito a oportunidade para, parabenizando as confederações, parabenizar também o Ministro Martus Tavares, coordenador, pelo Governo brasileiro, dos trabalhos que culminaram com a implementação da Rede Investe Brasil. O Ministro Martus Tavares e a sua equipe foram incansáveis. Em curto espaço de tempo, elaboraram e estruturaram esse instrumento, que considero da maior importância.

Peço, portanto, neste momento, a transcrição, nos Anais da Casa, do discurso do Ministro Martus Tavares na solenidade de ontem, do Protocolo de Intenção firmado entre o Governo brasileiro e as associações, criando a Rede Brasileira de Promoção de Investimentos, bem como de tópicos do discurso do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Eram essas as colocações que eu gostaria de fazer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ EM
SEU PRONUNCIAMENTO:**

PROTOCOLO DE INTENÇÃO

A União, por intermédio dos Ministérios da Fazenda; das Relações Exteriores; dos Transportes; da Agricultura e do Abastecimento; do Trabalho e Emprego; do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; de Minas e Energia; da Integração Nacional; das Comunicações; e do Planejamento, Orçamento e Gestão, nas pessoas de seus respectivos titulares e/ou mediante representação por delegação de competência, de um lado, e, de outro, as entidades instituidoras da Rede Brasileira de Promoção de Investimentos, doravante denominada apenas por Investe Brasil, em processo de constituição sob a natureza de sociedade civil, sem fins lucrativos, tendo por objeto estatutário "a atração e promoção de investimentos diretos internacionais e nacionais para o desenvolvimento do País" e considerando os princípios básicos que norteiam sua criação, ajustam o presente Protocolo de Intenção, segundo as cláusulas e condições a seguir:

Cláusula Primeira – Do objeto – O presente instrumento tem por objeto a formal manifestação por parte da União, quanto ao interesse público no que concerne à concepção, criação, desenvolvimento e implementação das atividades da Investe Brasil nas finalidades a que se destinam.

Cláusula Segunda – Da qualificação e do interesse público – Caso a Investe Brasil venha a ser qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, de conformidade com a Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999, fica desde já manifestado o interesse público na formalização dos Termos de Parceria previstos nos arts. 9º a 15 do Capítulo II da Lei das Oscip.

Cláusula Terceira – Dos Termos de Parceria – Os Termos de Parceria a serem firmados com o setor público, em que cons-

tar direito a assento no Conselho de Administração, no limite de dez membros, deverão estabelecer o compromisso de custeio, de forma paritária com os mantenedores das atividades permanentes da Investe Brasil, previstas em seu Estatuto.

Cláusula Quarta – Da rescisão – O presente instrumento poderá ser rescindido a qualquer tempo, por acordo entre as partes, por descumprimento de qualquer de suas cláusulas e condições, ou, ainda, por conveniência administrativa da União, não cabendo à Investe Brasil qualquer tipo de indenização, salvo as expressamente contidas na Lei das Oscip.

Cláusula Quinta – Da Publicidade – O presente instrumento será publicado, por extrato, no Diário Oficial da União, de conformidade com a legislação aplicável, às expensas da União, por intermédio do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Cláusula Sexta – Do foro – Fica eleito o foro da Circunscrição Judiciária de Brasília – DF, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem justos e acordados, assinam o presente Protocolo de Intenção, em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas adiante subscritas.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2000. Pela União:

Embaixador Luiz Felipe de Selvas Corrêa
Ministro de Estado Interino das Relações Exteriores

Pedro Sampaio Malan
Ministro de Estado da Fazenda

Eliseu Lemos Padilha
Ministro de Estado dos Transportes

Marcos Vinícius Pratini de Moraes
Ministro de Estado da Agricultura e do Abastecimento

Francisco Oswaldo Neves Dorneles
Ministro de Estado de Trabalho e Emprego

Alcides Tápias
Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Rodolpho Tourinho Neto
Ministro de Estado de Minas e Energia

João Pimenta da Veiga Filho
Ministro de Estado das Comunicações

Martus Tavares
Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

Fernando Bezerra

Ministro de Estado da Integração Nacional.

Pelas entidades instituidoras da Investe Brasil:

SETOR FINANCEIRO

Antônio Borgia

Confederação Nacional das Instituições Financeiras – CNF

SETOR DE INDÚSTRIA

Carlos Eduardo Moreira Ferreira

Confederação Nacional da Indústria – CNI

SETOR DE TRANSPORTES

Clésio Soares de Andrade

Confederação Nacional do Transporte – CNT

SETOR AGRÍCOLA

Antônio Ernesto Werner de Salvo

Confederação Nacional da Agricultura – CNA

SETOR DE COMÉRCIO

Antonio de Oliveira Santos
Confederação Nacional do Comércio – CNC

SETOR DE INFRA-ESTRUTURA

José Augusto Marques
Associação Brasileira de Infra-Estrutura e Indústrias de Base – ABDIB

Cristiano Kok
Associação Brasileira de Engenharia Industrial – ABEMI

Luiz Fernando Santos Reis
Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada – SINICON

Cyro Laurena
Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva – SINAENCO

Arlindo Moura
Associação Paulista de Empresários de Obras Públicas – APEOP

Aluizio Guimarães Cupertino
Sindicato da Indústria de Construção Pesada do Estado de São Paulo – SINICESP

SETOR DE BENS DE CAPITAL

Luiz Carlos Delben Leite
Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos – ABIMAQ

Benjamin Funari Neto

Associação Brasileira da Indústria Elétrica Eletrônica – ABINEE

SETOR PREVIDENCIÁRIO, DE SEGUROS E DE MERCADO DE CAPITAIS

Carlos Duarte Caldas

Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Privada – ABRAPP

João Elísio Ferraz de Campos

Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização – FENASEG

Manoel Felix Cintra Neto

Bolsa de Mercadorias e Futuros – BM & F

Paulo Roberto Teixeira da Cunha Mendonça

Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos – CETIP

Alfredo Rizkalah

Bolsa de Valores do Estado de São Paulo – BOVESPA

Carlos Alberto Reis

Bolsa de Valores do Estado do Rio de Janeiro – BOVERJ

Antônio Carlos Vianna Laje

Bolsa de Valores Minas-Espírito Santo-Brasília – BOVMESB

SETOR DE PROMOÇÃO DE FEIRAS

CONGRESSOS E EVENTOS

José Rafael Guagliardi

União Brasileira dos Promotores de Feiras – UBRAFE

CÂMARAS INTERNACIONAIS

John E. Mein Rubens Branco Joel Korn

Câmara Americana

Ingo Plöger

Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha

Horácio Ives Freyre

Câmara de Comércio Argentino-Brasileira de São Paulo

Ronaldo Camargo Veirano

Câmara Britânica de Comércio e Indústria no Brasil

Francisco Itzalna
Câmara de Comércio Brasil-Canadá

Herman Fuentes
Câmara de Comércio Brasil-Chile

Juan Andres Martinez Valles
Câmara Oficial Espanhola de Comércio no Brasil

Albert Corcos Jean Larcher
Câmara de Comércio França-Brasil

Jan Wiegerink
Câmara de Comércio Holando-Brasileira

Eduardo Pollastri Raffaele di Luca
Câmara de Comércio Italiana

Masahiko Sadakata
Câmara de Comércio e Indústria Japonesa do Brasil

Antonio Carreiras
Câmara de Comércio Brasil-Portugal

Nils Grafström
Câmara de Comércio Sueco-Brasileira

Ernesto Moerl
Câmara de Comércio Suíço-Brasileira

Testemunhas:

Presidente participa de solenidade da Investe Brasil

O Presidente Fernando Henrique Cardoso, o ministro Martus Tavares e 10 ministros de Estado participam nesta terça-feira, às 15 horas, na sede da Confederação Nacional da Indústria - CNI, da assinatura de um protocolo de intenções entre a União e as entidades instituidoras da Rede Brasileira de Promoção de Investimentos - Investe Brasil. Trata-se de uma parceria entre o governo federal e associações de classe empresarial reunidas numa sociedade civil, sem fins lucrativos, que terá como objetivo a atração de investimentos para o Brasil, por meio da divulgação e promoção do País.

A sede da Rede deverá ser em Brasília e o início das atividades da Investe Brasil está previsto para janeiro de 2001. Antes disso, a Assembléa Geral da entidade, formada pelos sócios-mantenedores privados, de diversos setores empresarial terá um assento no Conselho de Administração deverá contratar uma empresa para montar o plano de trabalho para os próximos três anos, bem como uma empresa especializada para a escolha dos principais executivos da Rede.

O setor público estará representado no Conselho pelos seguintes Ministérios Planejamento, Orçamento e Gestão, Relações Exteriores, Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fazenda, Integração Nacional, Minas e Energia, Trabalho e Emprego, Agricultura e Abastecimento, Transportes e Comunicações.

As despesas previstas para o primeiro ano de funcionamento da Investe Brasil são estimadas em cerca de R\$8 milhões que deverão ser rateados entre os sócios-mantenedores, na proporção de 400 cotas de R\$20 mil cada, sendo destinadas 200 cotas ao setor público e 200 ao setor privado. Cada sócio-mantenedor pode subscrever no mínimo uma e no máximo 20 cotas. No caso de um sócio mantenedor subscrever 20 cotas, este deverá ser o representante de determinado setor empresarial.

Os serviços prestados pela Investe Brasil atenderão tanto ao setor público quanto ao setor privado. Entre as atividades per-

manententes estão a promoção da imagem do País, à prestação de informações sobre a economia e o ambiente de negócios no Brasil e a divulgação dos projetos de desenvolvimento do Governo. A Investe Brasil oferecerá informação solicitadas por investidores e atuará como uma Rede integrada no trabalho de promover o Brasil.

Brasil lança rede para atrair investidor

Elliane Machado

O Governo e iniciativa privada se unem para trazer mais investimentos para o País. O presidente Fernando Henrique Cardoso criou ontem a Rede Brasileira de Promoção de Investimentos (Investe Brasil), com a finalidade de divulgar e promover o Brasil para investidores em potencial. A rede entra em funcionamento a partir de janeiro. A expectativa é aumentar progressivamente a vinda de investimentos nacionais e estrangeiros. No ano passado, o Brasil recebeu US\$30 bilhões provenientes do exterior.

Investe Brasil, que entra em operação em Janeiro, vai promover e divulgar o País

O lançamento e a assinatura do protocolo de intenções entre a União e as 43 entidades mantenedoras da rede contou também com a presença do presidente da Confederação Nacional das Indústrias (CNI), Deputado Moreira Ferreira, e de dez ministros de Estado.

Com o programa, serão criados grupos de trabalho com profissionais voltados para a promoção de investimentos, seguindo uma tendência mundial, como feito em mais de cem países. Eles informarão aos investidores estrangeiros oportunidades de negócios, legislação, regime de tributação, linhas de financiamento, incentivos fiscais e outros dados que ajudarão na tomada de decisão de investimento.

O Presidente Fernando Henrique afirmou que a rede funcionará em momento positivo de desenvolvimento econômico brasileiro, quando as taxas de crescimento subiram quase 4% nos três primeiros trimestres do ano.

Também citou que, depois do Plano Real, o Brasil recebeu US\$100 bilhões de investimentos, sendo US\$60 bilhões nos últimos dois anos. Temos crescimento com estabilidade, só não vê quem é cego ou não quer ver". E acrescentou, referindo-se aos opositores, que "quem critica não propõe nada ou propõe coisas inviáveis."

Fernando Henrique Cardoso afirmou que o Investe Brasil reflete o trabalho conjunto de vários ministérios.

A iniciativa privada participará da rede com representantes de setores diversos. O ministro de Planejamento, Gestão e Orçamento, Martus Tavares, ressaltou que existia uma carência de informações sobre o País e que os investidores estrangeiros não sabiam qual era a porta de entrada para se investir no Brasil. Para ele, as reformas realizadas neste governo construíram um ambiente favorável ao investimento privado, tanto nacional quanto estrangeiro. "No Brasil não faltam oportunidades atrativas para o setor privado, pois temos um mercado de quase US\$700 bilhões, com um crescimento potencial de 4 a 5% ao ano", disse Tavares.

O presidente do CNI, Deputado Moreira Ferreira, afirmou que a conquista da estabilidade permitiu que entidades lançarem sem um organismo que promovesse pontes para o crescimento da economia brasileira.

Mas assegurou que o País precisa adaptar sua estrutura produtiva para aumentar sua capacidade exportadora e se beneficiar dos pólos de expansão em novos segmentos tecnológicos. "O investimento estrangeiro é uma das principais fontes de transferência de tecnologia e é elemento fundamental para a estratégia de inserção no comércio global", afirmou.

Também desenvolverá atividades sob demanda, de acordo com seus objetivos de promover o País para fins de investimento. Se, como exemplo, um governo estadual tiver interesse em divulgar oportunidades de investimento específicas, poderá contratar a Investe Brasil para fazer a promoção junto a investidores em potencial. Os custos desses serviços serão bancados por quem contratá-los.

Nova figura jurídica

Após a sua constituição, a Investe Brasil pretende qualificar-se como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPI). Essa nova figura jurídica foi definida pela Lei nº 9.790/99, que apresenta uma alternativa para o terceiro setor. Essa legislação também prevê o termo de parceria, instrumento jurídico que viabiliza a parceria entre o setor público e as Oscipi, permitindo a negociação de objetivos e metas e também a monitorização e a avaliação dos resultados alcançados.

www.investebrazil.com

Com a Rede Brasileira de Promoção de Investimentos, o Brasil passa a fazer parte de um grupo de países que já criaram organismos semelhantes para divulgar as oportunidades que oferecem aos investidores internacionais – Austrália, Argentina, Noruega, França e Reino Unido são alguns deles.

Será criado o site [investebrazil.com](http://www.investebrazil.com), adotando-se a mesma marca já consagrada por iniciativas semelhantes em outros países e familiar à cultura empresarial e, portanto, de fácil identificação junto ao investidor.

Recordes de investimento

A estabilização da economia, o fim dos monopólios estatais, a abertura econômica têm levado o País a bater recordes sucessivos de atração de capital direto para a produção. De uma média anual de US\$1,5 bilhão, entre 1980 e 1994, os investimentos estrangeiros saltaram para US\$10 bilhões, em 1997, US\$29 bilhões, em 1998, e US\$30 bilhões, em 1999, com expectativa de atingir o mesmo volume em 2000.

Grande parte dos recursos entraram no País através das privatizações. Mas os cenários para os próximos anos indicam que o estoque de oportunidades de privatização tende a se esgotar, o que poderia reduzir o fluxo de investimentos externos para o País.

No entanto, o nível de ingresso de recursos estrangeiros poderá ser mantido e ampliado, através de uma agência de promoção de investimentos, semelhante às existentes em vários países, que divulgue, junto aos investidores, novos projetos de desenvolvimento. O Estudo dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento, realizado pelo Governo Federal, identificou um conjunto de projetos de infra-estrutura que somam US\$180 bilhões para os próximos 8 anos.

Muitos desses projetos estão incluídos no Plano Plurianual 2000-2003 – o Avança Brasil. A iniciativa privada terá papel fundamental nos empreendimentos em infra-estrutura, através de parcerias com o setor público.

Discurso do Ministro Martus Tavares

28 de novembro de 2000

REDE BRASILEIRA DE PROMOÇÃO DE INVESTIMENTOS INVESTE BRASIL

Senhores,

Estar aqui hoje participando deste evento tem um significado muito especial para mim. Há cerca de um ano, conversando com investidores em Washington e com o embaixador do Brasil nos Estados Unidos, Rubens Barbosa, tive a noção exata da importância de o País contar com um instrumento como este que estamos viabilizando agora para atrair investidores e oferecer todo o tipo de informação necessária à realização de investimentos e negócios.

À época, identifiquei grande interesse dos investidores pelo produto Brasil, mas constatei também uma enorme carência de informações sobre o País. Mais do que isso, havia uma carência básica: a quem procurar para ter as informações? Qual é a porta de entrada para se investir no Brasil?

Motivado por esses contatos, propus na Câmara de Desenvolvimento a criação de um instrumento que pudesse efetivamente promover o Brasil no exterior e atrair novos investidores.

A idéia prosperou e isso só foi possível graças ao apoio do Presidente Fernando Henrique e ao interesse das entidades privadas que, desde o primeiro momento, se engajaram no projeto de criação da Rede Brasileira de Promoção de Investimentos/Investe Brasil.

Senhores,

As reformas realizadas neste Governo e a bem sucedida transição para os novos regimes fiscal e cambial convergem para a construção de um ambiente favorável ao investimento privado, tanto nacional como estrangeiro.

É o investimento privado que completa os efeitos das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento.

É o investimento privado que gera o produto, as divisas, a renda e, sobretudo, as oportunidades de emprego de que o País necessita.

Todos os cenários indicam que o Brasil crescerá nos próximos anos a taxas de 4 a 5 por cento ao ano.

Nos primeiros nove meses deste ano, verificamos um crescimento de 3,9 por cento do PIB. Todos os setores tiveram desempenho positivo, com destaque para a Indústria e agropecuária. Para 2001, apesar das incertezas externas as estimativas convergem para uma taxa de crescimento do País entre 4 e 4,5 por cento.

Um longo caminho foi percorrido para chegarmos a esse ponto.

Se não olharmos para o passado recente, podemos esquecer lições importantes: o esforço para construir e sustentar a estabilidade em meio a crises internacionais, a reforma do Estado e a privatização de amplos setores da economia; o aprofundamento dos processos de desregulamentação e de integração comercial; a implementação e consolidação da disciplina e da responsabilidade fiscal; a realização de investimentos básicos em infra-estrutura econômica e a redução do Custo Brasil. Tudo isso para tornar o País mais competitivo.

Não poderia deixar de ressaltar os investimentos que o Governo vem fazendo nas áreas de Educação, Ciência e TECNO-

logia, Saúde, Treinamento e Capacitação de trabalhadores, tão importantes para a garantia do crescimento a longo prazo.

O que eu quero sublinhar com isso é que há uma estratégia para assegurar o desenvolvimento sustentado. E é nessa estratégia que se apóia a iniciativa do Governo de articular uma ampla parceria com o setor privado.

Nos próximos anos, precisamos expandir e modernizar a infra-estrutura de transportes, de energia e de telecomunicações.

Investir no setor produtivo e na área social

Este é um desafio de proporções gigantescas que só será vencido se somarmos o investimento público ao privado, financiados pelas poupanças interna e externa.

Não faltam no Brasil oportunidades atrativas para o setor Privado

Temos um mercado de quase 700 bilhões de dólares, com um crescimento potencial de 4 a 5 por cento ao ano. Somos uma democracia e uma economia estáveis. Temos um moderno sistema de regulação e fiscalização dos serviços de utilidade pública operados pelo setor privado, na forma de agências reguladoras. Temos uma carteira de projetos e de oportunidades de negócios raras no mundo.

Na área de telecomunicações, por exemplo, os números são notáveis. Entre dezembro 1994 e setembro de 2000, a quantidade de telefones fixos instalados cresceu 160 por cento. Os telefones públicos saltaram de 343 mil para 840 mil. O número de celulares aumentou 25 vezes, de 800 mil para 20 milhões. Só este ano, até setembro, o número de telefones fixos instalados cresceu 24 por cento e o de celulares 35 por cento.¹

Na área de energia elétrica, o País também ampliou sua capacidade, mas não o suficiente para atender a um mercado em expansão. Hoje, o Brasil aproveita somente 25 por cento de seus recursos para a geração de energia elétrica. São necessários, portanto, investimentos para expandir um setor, que cresceu 36 por cento em termos de consumo, entre janeiro de 1994 e setembro de 2000.

Poderia citar vários outros exemplos para demonstrar o potencial de crescimento das oportunidades de investimentos, privados mencionando as áreas de Transportes, Recursos Hídricos, Irrigação, Saneamento, Turismo, etc.

Em suma, tanto na recuperação, como na ampliação da infra-estrutura econômica as oportunidades se multiplicam.

O Avança Brasil, o Plano Plurianual para o período 2000-2003, prevê em seus programas obras de Infra-estrutura que demandarão recursos da ordem de 212 bilhões de Reais.

São projetos estratégicos com elevado poder de multiplicação de investimentos privados e capacidade de integrar o Brasil, tanto internamente, como aos países vizinhos e aos mercados internacionais, por meio de: gasodutos, hidrovias, rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, termelétricas, hidrelétricas e linhas de transmissão.

Esses projetos vão mudar, lá estão mudando, a face deste País. E mais da metade deles será realizada com recursos privados.

Senhores,

Para que tudo isso aconteça, cabe ao Governo assegurar as condições macroeconômicas favoráveis ao desenvolvimento e prosseguir com as reformas que ampliam a competitividade da economia brasileira.

Ao setor privado está reservada a missão de transformar em realidade as oportunidades que o Brasil oferece.

A participação da poupança externa nesse esforço de investimento é necessária e bem-vinda.

A propósito disso, chamo atenção para os recordes na captação de investimentos estrangeiros que o país vem alcançando nos últimos seis anos. De uma média anual de um bilhão e meio de dólares entre 1980 e 1994, o fluxo de investimento direto estrangeiro passou para 30 bilhões de dólares em 1999.

No ano passado, o País superou a China, tornando-se o primeiro colocado no ranking dos países em desenvolvimento com investimentos diretos superiores a 3 por cento do PIB. Até outubro deste ano, os ingressos chegaram a 22,9 bilhões de dólares e deverão novamente alcançar o patamar de 30 bilhões de dólares.

Mais importante é constatar que apenas 13,5 por cento desse montante decorreu de privatizações, contra quase 34 por cento no mesmo período de 1999².

Também é importante mencionar que a taxa de investimento da economia voltou a crescer depois de três anos. Segundo o Ipea, o investimento realizado no País no segundo trimestre de 2000 teve uma participação de 19,3 por cento do PIB. No ano passado, essa participação foi de 18,3 por cento do PIB.

Esses números são animadores, mas há ainda um grande trabalho a ser feito nessa área.

A disputa pela poupança externa é cada vez mais acirrada. Exige um trabalho profissional e muito agressivo. Países desenvolvidos e emergentes concorrem entre si pelos investimentos diretos estrangeiros, para financiar o seu desenvolvimento econômico e social. Mais de 100 países contam hoje com organismos voltados para a promoção de investimentos, a maioria deles criada nos últimos seis anos e fortemente direcionados para a disputa pela poupança externa.

No caso do Brasil, os investidores se queixam da falta de informações confiáveis e atualizadas sobre: as oportunidades de negócio, a legislação, o regime de tributação, as linhas de financiamento, os incentivos fiscais, a infra-estrutura econômica e logística, assim como outros elementos necessários ao aprofundamento de análises para a decisão de investimento.

Foi diante desse quadro que a Câmara de Desenvolvimento decidiu instituir, em dezembro de 1999, um Grupo de Trabalho para estudar a criação de uma organização orientada para a promoção de investimentos diretos nacionais e estrangeiros.

O resultado desse trabalho apontou para a necessidade de se criar uma instituição ágil e flexível, de abrangência nacional, capaz de atender às demandas de potenciais investidores. Da mesma maneira, a experiência internacional sugeriu uma forte participação do setor privado no empreendimento, de forma a absorver a visão empresarial de negócios e os métodos de gestão privados.

e, pela iniciativa privada, 42 das principais entidades representativas dos diversos setores da economia – Financeiro, Agrícola, Transportes, Indústria, Comércio, Infra-Estrutura, Bens de Capital, Previdência e Seguros, Mercado de Capitais e Bolsas de Valores, Câmaras Internacionais Bilaterais e de Promoção de Feiras e Eventos.

Esse processo, que levou à construção, por consenso, do modelo de instituição que desejamos implantar, culmina hoje com a assinatura do Protocolo de Intenções, que é um marco histórico nas relações entre o setor público e o setor privado.

É significativo também que o modelo que estamos adotando para a promoção de investimentos configure um avanço nas relações entre o Estado e a Sociedade Civil, dentro do espírito da Lei nº 9.970, de 1999, que criou as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP).

Dessa maneira, estamos colocando em prática o entendimento de que não é privilégio exclusivo do Estado a execução de políticas ou atividades de interesse público. As soluções para os problemas nacionais podem ser ampliadas e enriquecidas com a competência gerencial e a capacidade de mobilização de recursos que o setor privado, em particular, e a sociedade civil, de um modo geral, podem agregar.

Tal como concebida, a Investe Brasil é muito mais que a sua estrutura física. Ela deverá formar uma vasta rede virtual de informações e de pessoas, constituindo um espaço de cooperação entre organizações privadas, agências governamentais, de âmbito nacional, estadual e municipal. Todos mobilizados em torno de um propósito comum: promover investimentos no Brasil.

A nossa expectativa é que a Investe Brasil venha a contribuir vigorosamente para a atração e promoção de investimentos diretos nacionais e internacionais, através da articulação, integração e mobilização de iniciativas existentes, dentro do princípio de operação em rede.

Assim, a Investe Brasil contribuirá para que o País tenha condições de disputar de maneira competitiva os fluxos disponíveis de capital de forma a impulsionar o nosso desenvolvimento econômico e social.

Muito Obrigado.

O DISCURSO DO PRESIDENTE

Brasília – O Presidente Fernando Henrique Cardoso defendeu as medidas econômicas de seu governo e traçou um cenário otimista para o País ontem, na solenidade de criação da Rede Brasileira de Promoção de Investimento, na Confederação Nacional da Indústria (CNI). Estes são os principais pontos de seu discurso.

Investimentos – Do Plano Real para cá entraram, no mínimo, US\$100 bilhões.

Cegos – Temos um projeto nacional de desenvolvimento. Só não vê quem é cego ou quem não quer ver. O plano Avança Brasil é isso.

Pressões – Não sei o que vai acontecer lá fora, isso não é o que nos deve orientar. Nossa exportação, por enquanto, é muito pequena, 7% do Produto Interno Bruto, mas vamos ampliar. Temos um imenso mercado interno também. As coisas não são excludentes.

Críticas – Quem critica não propõe nada. Claro que há erros, claro que se pode melhorar, claro que ainda falta fazer, mas o rumo está dado e aconteça o que acontecer nós vamos manter esse rumo.

Crescimento – Estamos num momento em que o Brasil marcha para frente, há crescimento econômico, há desenvolvimento das forças produtivas. A despeito de quaisquer turbulências externas, há expectativa de crescimento continuado. Acabou aquela dúvida se seria estabilização e crescimento, isso é passado, é crescimento com estabilização. Se alguns não acreditavam, hoje não têm como negar que estamos retomando o crescimento com força.

Salário mínimo – Quantas vezes se aumentou o salário mínimo sem pensar como iria financiar? Não queriam saber: aumenta, o presidente que se vire. O presidente não. Quem pagava era a sociedade, ou com inflação ou com corte de outros investimentos. Agora estamos discutindo: vamos cortar o quê? Existe a consciência de que não dá para resolver tudo com incremento de imposto. Então, ou se corta alguma coisa ou não há o que fazer. Como todo mundo quer melhorar o mínimo, vai ter de discutir prioridades.

Ministros – As discussões relativas à estabilidade, desenvolvimento, mercado interno e externo, reformas tributária, educacional, não podem ser mais pensadas compartmentalizadamente. É trabalho em conjunto. O Investe Brasil é resultado de trabalho em conjunto, os ministros de áreas diferentes participaram e não disputaram. No meu caso, quando olho para os ministros, não vejo partido, vejo se são bons ou maus servidores do País.

Sonho – Vamos ter a concessão das bandas C, D e E da telefonia. Olha o número do preço mínimo: R\$6,7 bilhões. O Banespa, R\$7 bilhões. Quando fui ministro da Fazenda, quando se falava de R\$1 bilhão, era um sonho de uma noite de verão ou de inverno, não sei.

Apelo – Isso aqui não é mais um jogo de soma zero, que um ganha outro perde. Vamos fazer um esforço grande para todos ganharmos. Para que o trabalhador ganhe melhor, para que haja mais emprego, para que o setor privado e o setor público trabalhem juntos. Está nas nossas mãos a possibilidade de darmos esse salto, definitivamente rompendo com o Brasil arcaico.

Durante o discurso do Sr. Romero Jucá, o Sr. Edison Lobão, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Carlos Patrocínio, 2º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – V. Ex^a será atendido, na forma do Regimento.

Concedo a palavra ao eminente Senador Roberto Freire, pela Liderança do PPS.

O SR. ROBERTO FREIRE (PPS – ES. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, dois importantes assuntos afloraram no momento em que o Orçamento, em elaboração nesta Casa, começou a representar um espaço privilegiado de discussão de prioridades. O primeiro deles é uma certa racionalidade na discussão do valor do salário mínimo. Não se trata de mero ajuste da economia, e poderia ser resolvido nos primeiros de maio de cada ano, como foi um pouco a tradição do populismo brasileiro, discutindo-se com racionalidade aquilo que é talvez o grande condicionamento que so-

fre o salário mínimo no Brasil, que é a questão previdenciária e fiscal.

Esse tema está sendo discutido no momento exato, ou seja, no processo de elaboração orçamentária. É evidente que a discussão, quando se trata dos valores, perde muito de racionalidade, porque é indigno o salário de R\$151,00, como também o de R\$180,00, de acordo com todos os indicadores deste País, por exemplo, os do Dieese, para prover o mínimo que qualquer família no Brasil precisaria para ter condições da própria dignidade humana. De qualquer forma, algumas pesquisas demonstram que R\$180,00 de salário mínimo podem significar a superação da linha de pobreza de um número razoável de cidadãos brasileiros.

Esta é uma discussão que também deve merecer preocupação de nossa parte: onde buscar fontes para financiar, do ponto de vista previdenciário – discutindo, portanto, com racionalidade, a questão fiscal – o aumento do salário mínimo e, com isso, viabilizar a superação da linha de pobreza de um número significativo de brasileiros.

Nesse sentido, além do aspecto positivo da racionalidade da discussão do salário mínimo no momento apropriado, gostaria de ressaltar um segundo aspecto: a fonte de financiamento obtida a partir da extinção das chamadas emendas individuais de Parlamentares.

O que não é novidade, porque, na campanha de 1998 para a Presidência da República, o PPS, com o candidato Ciro Gomes, defendeu a extinção das emendas individuais, no momento em que o Governo lançou um de seus pacotes de contenção de despesas e de ajuste fiscal, o célebre "pacote dos 51".

Está-se chegando a isso agora. Há reações. O PFL já reage na Câmara, exatamente pelos piores malefícios que podem ser prestados por essas emendas individuais, que significam clientelismo, fisiologismo, reprodução das elites, financiamento de campanha e – o mais grave do ponto de vista político – dispersão e pulverização de recursos que poderiam ser instrumentos geradores de emprego, renda e crescimento econômico. Elas significam pulverização pura e simples, sem nenhuma racionalidade, com os percalços do fisiologismo, do clientelismo, da reprodução das elites e do financiamento de campanha, mascarado, mas financiamento de campanha.

E este Congresso pode aumentar o salário mínimo, buscando fontes de financiamento, sem criar problemas fiscais para a Previdência, se tiver a coragem de paralisar essa sangria, completamente desnecessária e sem nenhuma justificativa. É em nome do PPS que vimos falar aqui da importância desses dois aspectos: racionalidade na discussão do salário mínimo e o fim das emendas individuais.

Por último, li no jornal da Câmara dos Deputados que um Parlamentar nordestino disse que o fim das cestas básicas era uma agressão à dignidade do povo nordestino. Quero dizer que S. Ex^a está falando por si e não pelo nordestino, porque a cesta básica não confere dignidade a ninguém, mesmo quando dada em emergências ou conjunturas que sejam fruto de calamidade. A cesta básica é algo que corresponde muito mais à esmola, que, segundo Luiz Gonzaga, quando dada, vicia o cidadão e não lhe dá dignidade. S. Ex^a, portanto, fala sozinho.

O fim da cesta básica é algo interessante de se discutir, mas com alternativa, porque ela significa o mínimo para a sobrevivência de algumas pessoas. E a alternativa tem que ser apresentada no momento da sua extinção.

Queria apenas trazer uma sugestão: que o Governo extinguisse a cesta básica, cadastrando as famílias e enviando o valor correspondente, em termos monetários, pelo correio, para que as famílias fizessem suas opções de compra, de consumo; que as vinculasse, ao mesmo tempo, a trabalhos comunitários ou a um programa de renda mínima básica, como o Bolsa-Escola, para aquelas que têm crianças em idade escolar. Isso talvez conferisse muito mais dignidade aos nordestinos, que, repito, não se sentem agredidos em nada. Para eles, a agressão é exatamente a existência da cesta básica. Aquilo de que eles precisam é dignidade, emprego e renda.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao eminente Senador Iris Rezende.

O SR. IRIS REZENDE (PMDB – GO) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, a preocupação manifestada aqui pelo Senador Roberto Freire foi a mesma que nos levou, hoje, a alinhavar este pequeno pronunciamento: a questão social em nosso País.

Em princípio, escrevi, Sr. Presidente, que a definição do salário mínimo em R\$180,00, resultado do esforço conjunto do Congresso Nacional e do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, sem dúvida, representa uma conquista importante para o conjunto dos trabalhadores brasileiros. A medida terá efeitos imediatos na economia e certamente vai colaborar no processo de retomada do crescimento, a partir do incremento da renda da população. Estou certo de que, vigendo esse salário, os supermercados e os

shoppings estarão mais cheios, e o povo, indiscutivelmente, em grande parte, melhor alimentado.

No noticiário do início da tarde, tomamos conhecimento da reação de um elevado número de Parlamentares contra a decisão de extinção das emendas pessoais – cujo montante chega a R\$1,6 bilhão – para cobrir, junto à Previdência, o gasto que o aumento do salário mínimo para R\$180,00 vai acarretar.

Não refuto uma observação sequer do Senador Roberto Freire sobre as emendas pessoais. No entanto, devo dizer que grande parte dessas emendas tem trazido resultados principalmente para as pequenas comunidades, que, muitas vezes, não têm recursos para a construção de uma creche ou de um sistema sanitário, para aquisição de veículos usados para buscar estudantes na zona rural. São essas emendas que vêm acudindo grande parte das Prefeituras do País.

S. Ex^a tem razão. Quero que uma minoria constitua as exceções que trazem o seu protesto – que até eu endossaria –, porque não podemos permitir que o Parlamentar apresente uma emenda destinada a um Município, para dela tirar proveito eleitoral. Estou muito à vontade para dizer isso, Sr. Presidente, porque, durante os três ou quatro primeiros anos nesta Casa, as minhas emendas se destinavam aos 15 Municípios mais pobres do meu Estado e, muitas vezes, eu me limitava, simplesmente, a comunicar ao prefeito aquela iniciativa pessoal.

De forma que quero manifestar a V. Ex^a e aos Srs. Senadores que estou absolutamente de acordo que se lance mão da nossa prerrogativa das emendas pessoais para que se consolide o salário mínimo de R\$ 180,00.

Mas, Sr. Presidente, as nossas preocupações não ficam restritas a R\$ 173,00 ou R\$ 180,00, porque não é um salário mínimo de R\$ 180,00 que vai solucionar os problemas sociais do nosso país. Entendo que R\$ 180,00 não são suficientes para uma família, neste país, viver com dignidade.

O que nos preocupa são justamente aqueles milhares de brasileiros que não têm salário, que estão desempregados ou subempregados e que dependem da ação imediata do governo para se verem livres do drama da fome e da miséria.

Se, por um lado, festejamos o aumento de 20% no valor do salário mínimo, por outro lado ficamos extremamente preocupados com os cortes em gastos sociais anunciados pelo governo no Orçamento de 2001. Ficamos em alerta porque são esses recursos que garantem sobrevida àqueles que nada têm, que

nada possuem, que dependem, por exemplo, da cesta básica para se alimentar.

Estou de acordo com as observações feitas pelo respeitável colega Roberto Freire em relação à cesta básica. Entretanto, vivemos em um cenário cruel, mas real, em que milhares e milhares de famílias, já desprovidas de força para o trabalho, não têm o que comer, não têm onde morar.

A sociedade tem, por intermédio do poder público, que assumir essas questões. Há anos era a Sociedade São Vicente de Paula que distribuía alimentos e remédios, prestando ajuda aos que mais necessitam em centenas e centenas de municípios; eram os clubes de serviço e as igrejas, principalmente os espiritas, prestando ajuda àqueles que realmente dela precisam. Mas em um determinado momento, o poder público federal, estadual e municipal entenderam que precisavam e precisam assumir essa responsabilidade. É claro, pois temos de sair dessa situação.

Sr. Presidente, vou tecer mais algumas considerações.

Cerca de trinta e dois milhões de pessoas defrontam-se diariamente com o problema da fome no Brasil, número equivalente ao de toda a população de um país como a Argentina. Os números atualizados do IPEA apontam ainda a existência de cerca de 21 milhões de brasileiros vivendo em estado de indigência relativa. O percentual de pessoas que passam fome em nosso país é muito superior ao índice considerado tolerável pela Organização Mundial de Saúde, que é de 3%.

O Brasil continua sendo um dos países mais injustos do mundo. Se tivesse um nível de desigualdade parecido com a média mundial, nosso país, com a renda per capita que possui, deveria ter apenas 10% de pobres em sua população. A realidade é bem outra: cerca de 30%.

Um estudo realizado pelo Banco Mundial mostra que os brasileiros com idade entre 5 e 17 anos representam 57% dos pobres de nosso país, embora correspondam apenas a 41% da nossa população.

A pesquisa realizada pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância revela que o Brasil tem hoje pelo menos 50 mil crianças e adolescentes pobres que vivem e trabalham em depósitos de lixo a céu aberto, os chamados lixões. É uma situação dramática e inaceitável.

A desnutrição é considerada pelo Unicef uma das piores consequências da pobreza. Ela é uma "emergência silenciosa", que ocorre e persiste independentemente de guerras, de catástrofes ou de pe-

ríodos de extrema escassez de alimentos. Sua persistência tem profundas e assustadoras implicações para a criança, para a sociedade e para o futuro da humanidade. A desnutrição atinge principalmente os fetos em período de desenvolvimento, as crianças até os três anos de idade e as mulheres, especificamente nos períodos antes e durante a gravidez e enquanto estão amamentando os seus filhos.

Crianças desnutridas freqüentemente sofrem a perda de capacidades mentais preciosas, adoecem constantemente e tornam-se muito mais propensas a morrer de doenças comuns na infância. As que sobrevivem podem crescer com incapacitações físicas e mentais permanentes.

A desnutrição, Sr. Presidente, está envolvida em mais de 50% dos casos de morte de crianças em todo o mundo. Nos países em desenvolvimento a desnutrição é um dos fatores responsáveis por mais da metade dos quase 12 milhões de mortes anuais de menores de 5 anos.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Brasil tem condições de modificar esse cenário, construindo a verdadeira justiça social, se colocarmos em prática projetos criativos e eficientes, se garantirmos os recursos sociais necessários, se fiscalizarmos corretamente a sua aplicação evitando os desvios e a corrupção e se quisermos realmente acabar com a marginalidade.

O que não é mais suportável é saber que, dos cerca de 70 milhões de trabalhadores brasileiros, 37 milhões têm renda mensal inferior a R\$408,00 e que apenas 10% da população concentram 47% da renda nacional. Em um país cuja economia produz anualmente perto de US\$1 trilhão em bens e serviços e se posiciona como a oitava economia do mundo não se admite a falta de uma política efetiva de combate à exclusão social.

O país precisa investir mais na modernização de nossa infra-estrutura global para podermos ampliar o mercado interno e dinamizar a produção agrícola e industrial.

Na agricultura, por exemplo, as possibilidades brasileiras são simplesmente gigantescas, tão grandes ou maiores do que as americanas. Na indústria, temos todas as condições de aumentar muito mais os ganhos de produtividade, a qualidade dos nossos produtos, que já alcançam graus elevados de competitividade no mercado internacional, e dimensionar o nosso avanço tecnológico.

A outra questão, Sr. Presidente, está ligada diretamente ao conhecimento e ao progresso científico e

refere-se particularmente aos investimentos urgentes que precisam ser feitos em ciência, tecnologia e educação, que serão as determinantes mais importantes no século XXI. Lamentavelmente, o Brasil investe pouco nas três áreas e essa política precisa ser revista.

Para termos uma idéia do esforço que necessitamos fazer para superar as deficiências nesses três pontos, basta lembrar que investimos apenas \$565,00 anualmente por aluno matriculado da primeira à oitava séries do primeiro grau nas escolas públicas. Assim, em termos globais, o total de todo dinheiro disponível para a educação não ultrapassa 4,8% do Produto Interno Bruto. Por sua vez, em relação à ciência e à tecnologia, o quadro é ainda mais preocupante porque só gastamos 1,2% do nosso PIB, ao mesmo tempo em que a Europa e os Estados Unidos gastam 3%.

Sr. Presidente, temos que começar a escrever um novo capítulo de nossa história. Precisamos estar prontos para realizarmos, em médio prazo, o nosso grande sonho e o nosso grande projeto de ser uma Nação de primeira linha na América e no resto do mundo.

Sabemos perfeitamente que realizar esse projeto é um gigantesco desafio, mas o povo brasileiro é portador de uma capacidade impressionante para superar as adversidades e de uma criatividade sem limites. Nenhum outro povo consegue se igualar a nós nesses campos, e esse capital é extremamente valioso no mundo em que vivemos.

A economia globalizada exige enormes sacrifícios da sociedade e dos sistemas econômicos. Nesta economia instável e geradora de crises, inegavelmente a criatividade de um povo aparece como um grande capital. Se o Governo quiser utilizar esse potencial criativo de nossa gente, com certeza vamos superar as dificuldades da era presente e construir uma Nação próspera e, sobretudo, justa.

Para empreendermos essa jornada, torna-se imprescindível resgatar no Orçamento os recursos sociais necessários para combater a miséria e devolver a dignidade a milhares de brasileiros.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso é homem sensível para com as questões do povo mais pobre, tem-se empenhado para diminuir as nossas desigualdades e certamente haverá de rever essas decisões de cortes nos gastos sociais que nada servem ao País.

Ao invés de se mirar nos gráficos e nas pranchetas dos acadêmicos de plantão, o Presidente da República certamente vai preferir se influenciar pela rea-

lidade que vem das ruas e dos campos de um País que ainda tem uma enorme dívida social para ser resgatada.

Para isso, torna-se imprescindível manter os gastos sociais orçamentários, compreendendo-se que esses recursos representam, na verdade, um investimento na vida e no bem-estar de nosso povo.

Se encontramos fontes para garantir um salário mínimo de R\$180, naturalmente vamos encontrar fontes para garantir as dotações orçamentárias necessárias à política social que o Governo vem desenvolvendo em nosso País.

O Sr. Carlos Bezerra (PMDB – MT) – Senador Iris Rezende, V. Ex* me concede um aparte?

O SR. IRIS REZENDE (PMDB – GO) – Com muita honra, concedo um aparte ao nosso grande Senador Carlos Bezerra, digno representante do Estado de Mato Grosso.

O Sr. Carlos Bezerra (PMDB – MT) – Senador Iris Rezende, estou acompanhando com atenção o pronunciamento de V. Ex*, principalmente quando fala das emendas para atender aos municípios brasileiros e na questão da subnutrição no Brasil. A FAO diz que o Brasil precisa de cem milhões de toneladas de grãos para alimentar a nossa população. Estamos patinando nos oitenta milhões de toneladas e vendemos a metade dessa produção. Por aí V. Ex* pode imaginar quanta gente está passando fome no Brasil. Mas o ponto principal que quero destacar é a questão do atendimento aos municípios com verbas federais. Esse é um dos processos nefastos deste País. Essa centralização dos recursos em Brasília tem que acabar. Estamos falhando com a Nação, com o País. Quando digo nós, refiro-me a quase todos os partidos, inclusive o nosso Partido, o nosso querido PMDB. Este é um dos maiores problemas do Brasil: a centralização de recursos. Trata-se de um país de dimensão continental, cujos municípios contam recursos do Governo Federal, sessenta por cento E os municípios ficam de "pires na mão", passando toda a espécie de privação e necessidade.

O Sr. Gilberto Mestrinho (PMDB – AM) – São 65%.

O Sr. Carlos Bezerra (PMDB – MT) – São 65%, ajudou-me o Senador Gilberto Mestrinho. Falou-se há pouco em reforma tributária. Fiquei até animado: vamos discutir alguma coisa séria neste País, porque considero que esse é o maior e o mais sério problema do Brasil. Os municípios não estariam nessa penúria se a situação fosse diferente, se eles recebessem um

volume maior de recursos. Falou-se na tal reforma tributária, mas ela virou uma piada. Fizeram um pacto: a União, os Estados e os Municípios ficam com o que têm; não vamos tirar nada de ninguém. Nossa reforma tributária virou piada e, mesmo assim, está engavetada. Então, o Presidente Fernando Henrique, que é sociólogo, que se apresenta ao mundo como homem moderno – já está na reta final do seu Governo – está devendo isso ao Brasil. E nós estamos, a grande maioria, a usar esse paternalismo para sobrevivência política, e não queremos mudar, não queremos reformar. No entanto, ainda haverá alguém neste País que vai pensar diferente, e este País vai mudar, com certeza, e vai caminhar para frente. Vamos conseguir descentralizar as ações, acabar com essa vergonha, pois esse é o maior mal do Brasil. Países do mundo, pequenissimos, como a Suécia, a Suíça, a Itália, têm seus recursos descentralizados. O Brasil é o único País do mundo que centraliza tudo. Tem problemas sociais de toda a espécie, com trinta milhões de brasileiros vivendo em miséria absoluta, como afirmou V. Ex*. Isso nos causa indignação, causa-nos espanto. o entanto, estamos assistindo a tudo isso de cama - rote, sem fazer as mudanças necessárias. Quero parabenizá-lo por levantar questão tão importante na tarde de hoje, dessa tribuna. Manifesto a minha solidariedade a um recurso de V. Ex*. Quero ainda protestar por essa brutal centralização existente no Brasil. Muito obrigado, Senador Iris Rezende.

O SR. IRIS REZENDE (PMDB – GO) – Muito obrigado, Senador Carlos Bezerra, pelo aparte. Permita-me incluí-lo no nosso pronunciamento, o que fará com que ele se torne um motivo maior para a apreciação daqueles que têm sobre os ombros a responsabilidade de decisão neste País.

Concluindo, Sr. Presidente, Senador Carlos Bezerra, não faz muito tempo, desta tribuna, eu falava a respeito da propalada reforma tributária, chamando a atenção do Congresso Nacional porque se estava criando muita expectativa em torno dessa reforma. Assim aconteceu em relação à convocação da Assembléia Nacional Constituinte, porque o povo brasileiro, àquela época, pensava que, aprovada a nova Constituição, ninguém precisaria trabalhar mais. E foi uma decepção.

Vem-se falando em reforma tributária e tenho advertido que o Governo Federal, os governos estaduais e também os governos municipais estão pensando em arrumar a sua vida com essa reforma. Estou de acordo com V. Ex*: a legislação tributária vi-

gente no País é, em grande parte, resquício do arbítrio, quando os ditadores faziam com que os governadores e os prefeitos viessem comer em suas mãos, buscando migalhas para que pudessem sobreviver e ninguém reagia. Nem um governador ou um prefeito, neste País, reagia àquele estado de coisas. E isso fica.

Também estou de acordo com V. Ex^a em relação a outro ponto: temos que mudar, temos que estabelecer uma reforma tributária que dê condições ao Governo Federal, aos governos estaduais e aos municipais para que cada um assuma as suas responsabilidades, não as jogando nas costas dos outros. É necessário que se solucionem os problemas que afigem o nosso povo. Não podemos, Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, ficarmos aqui, Deputados e Senadores, de porta em porta de Ministério, buscando migalhas para que os prefeitos possam resolver os mínimos problemas. Hoje, o grande Senador, o grande Deputado não é aquele que apresenta o melhor projeto, não é aquele que estuda com mais profundidade os seus pareceres, mas é aquele que consegue o maior volume de recursos para os Municípios do seu Estado. Ai daquele que não conseguir algum recurso, porque, na época da eleição, não será nem recebido pelo povo!

Temos que acabar com isso, temos que estabelecer a dignidade dos prefeitos, dos governadores, do Presidente da República. Precisamos ter coragem cívica e votar uma reforma tributária que dê solução, de uma vez por todas, aos problemas que afigem os Poderes Públicos deste País e, consequentemente, a sociedade brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Iris Rezende, o Sr. Carlos Patrocínio, 2º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Geraldo Melo, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A Mesa assegura aos Srs. Senadores inscritos para comunicações inadiáveis o uso da palavra após a Ordem do Dia, em virtude do adiantado da hora.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 593, DE 2000

Nos termos do art. 397, inciso I, do Regimento Interno, requeiro a convocação de Sua Exceléncia o Senhor Ministro do Desenvolvimento Agrário Raul Belens Jungmann Pinto, a fim de que, perante o Plenário, preste informações sobre as providências tomadas pelo ministério sobre os graves conflitos agrários no Brasil.

Justificação

A violência contra trabalhadores rurais, que participam da luta pela reforma agrária, aumentou neste ano se comparado com o ano anterior. Até agora já foram assassinados 12 trabalhadores rurais ligados ao MST.

A intensificação dos conflitos e as recentes mortes indicam a ineficiência das políticas agrária e agrícola do governo federal, bem como a impunidade quando se trata de assassinos e torturadores de trabalhadores rurais.

No Paraná, que pode ser considerado como caso exemplar da intensificação desses conflitos, no último dia 21 de novembro mais um trabalhador rural foi assassinado, Sebastião Maia, executado em Querência do Norte. A onda de violência, com despejos arbitrários, prisões e espancamentos de trabalhadores e suas lideranças é constante.

Desde 1995 já foram registrados no Paraná 16 assassinatos de trabalhadores rurais, 31 tentativas de assassinatos, 7 torturados, 322 feridos e 470 presos em 130 ações de despejo.

Diversas entidades que defendem os direitos humanos e a reforma agrária têm denunciado a ação do governador Jaime Lerner e do Incra, que segundo afirmam, tem emperrado e protelado a reforma agrária no Paraná.

Neste ano também aumentou o número de prisões contra trabalhadores rurais sem terra. Até o mês de setembro foram presos 258 trabalhadores, sendo que sete ainda se encontram presos (seis em São Paulo e um no Paraná). Os motivos alegados para as prisões são ocupação de terra e protestos em rodovias.

Esses fatos demonstram a gravidade do problema e a necessária e urgente intervenção do Ministério do Desenvolvimento Agrário, para agilizar os procedimentos para a reforma agrária como principal medida para atenuar os conflitos agrários no Brasil.

Sala das Sessões, 29 de novembro de 2000. – Heloísa Helena.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O requerimento lido será publicado e incluído em Ordem do Dia oportunamente, de acordo com o Regimento Interno.

Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 255, de 2000

Dá nova redação ao art. 6º e acrescenta os arts. 10-A e 10-B à Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, para, nos termos dos §§ 3º e 4º do art. 100 da Constituição Federal, com a redação da Emenda Constitucional nº 30, de 2000, conceituar as obrigações de pequeno valor e disciplinar o pagamento de obrigações de pequeno valor e do crédito de natureza alimentícia devido pela Fazenda Pública em virtude de sentença judiciária transitada em julgado – precatório.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 6º da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º Os pagamentos devidos pela Fazenda Pública federal, estadual ou municipal e pelas autarquias e fundações públicas em virtude de sentença judiciária transitada em julgado, far-se-ão:

I – dos créditos em geral:

a) de pequeno valor, assim considerados aqueles de valor individual de até R\$5.181,00 (cinco mil, cento e oitenta e um reais), em até 60 (sessenta) dias da citação no processo de execução, devendo depositar em juízo o valor, na hipótese de embargos; ou

b) exclusivamente na ordem cronológica da apresentação dos precatórios judiciais e à conta do respectivo crédito proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim, devendo ser pago até o final do exercício seguinte, se apresentado até 1º de julho.

II – dos créditos de natureza alimentícia:

a) de pequeno valor, assim considerados aqueles de valor individual de até R\$5.181,00 (cinco mil, cento e oitenta e um reais), em até 60 (sessenta) dias da citação no processo de execução, devendo depositar em juízo o valor, na hipótese de embargos; e

b) de valor individual de mais de R\$5.181,00 (cinco mil, cento e oitenta e um reais), até esse limite será pago na forma da alínea anterior e o excedente será quitado em até 180 (cento e oitenta) dias do recebimento da citação no processo de execução, à conta da rubrica orçamentária própria, ou mediante crédito orçamentário adicional, se necessário, obedecida a ordem cronológica dos requisitórios judiciais dessa mesma natureza.

§ 1º Na hipótese de preterimento do direito de precedência em face da ordem cronológica da apresentação do precatório ou ordem judicial de pagamento, dentro de cada hipótese prevista neste artigo, o juiz, a requerimento da parte interessada, determinará o seqüestro da quantia necessária à satisfação do débito.

§ 2º Consideram-se créditos de natureza alimentar os decorrentes da relação de trabalho ou emprego, de benefícios previdenciários e de indenização por morte ou invalidez, fundadas na responsabilidade civil, em virtude de sentença transitada em julgado." (NR)

Art. 2º Acrescenta os seguintes arts. 10-A e 10-B à Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997:

"Art. 10-A. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no âmbito de suas competências, disciplinarão, mediante lei, o conceito de condenação de pequeno valor de que trata o art. 6º desta lei, observados os seguintes pisos:

I – no caso dos Estados e do Distrito Federal, R\$2.500,00 (dois mil e quinhentos reais); e

II – no caso dos municípios:

a) com mais de 1.000.000 de habitantes, R\$2.500,00 (dois mil e quinhentos reais);

b) com mais de 200.000 até 1.000.000 de habitantes, R\$1.200,00 (mil e duzentos reais);

- c) de mais de 50.000 até 200.000 habitantes, R\$1.000,00 (um mil reais);
- d) de mais de 10.000 até 50.000 habitantes, R\$800,00 (oitocentos reais); e
- e) até 10.000 habitantes, R\$500,00 (quinquinhentos reais).

Art. 10-B. Os valores expressos nesta lei serão atualizados anualmente, em 1º de janeiro, pela variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA), apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ou, na hipótese de sua extinção, outro que o venha substituir."

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O presente projeto de lei visa precípua mente adaptar a regulação do procedimento dos precatórios judiciais à nova redação dada ao art. 100 da Constituição Federal pela Emenda Constitucional nº 30, de 2000.

A citada emenda constitucional contempla os seguintes §§ 3º e 4º no texto do art. 100:

"§ 3º O disposto no caput deste artigo, relativamente à expedição de precatórios, não se aplica aos pagamentos de obrigações definidas em lei como de pequeno valor que a Fazenda Federal, Estadual, Distrital ou Municipal deva fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado.

§ 4º A lei poderá fixar valores distintos para o fim previsto no § 3º deste artigo, segundo as diferentes capacidades das entidades de direito público."

A própria lei que se pretende alterar, fornece a base de cálculo para se chegar ao que seja causa de pequeno valor. Adotamos como base de cálculo aquela em que é permitida a transação ou acordo judicial para pôr fim à ação respectiva pelo Advogado-Geral da União ou dirigentes máximos das autarquias, das fundações e das empresas públicas federais, ou seja, R\$50.000,00 (cinquenta mil reais). Como esse limite se refere à causa, é preciso considerar que as ações respectivas podem reunir vários autores, sendo que os tribunais regionais federais pátios, em sua maioria, admite um máximo de 10 autores por processo, razão pela qual pode-se adotar como parâmetro 10% daquele montante para a definição do que seja causa de

pequeno valor. Outro parâmetro considerado é o art. 128 da Lei nº 8.213, de 1991, que fixa o teto de obrigações do INSS isentas do rito do precatório, sendo do seguinte teor o dispositivo, com a redação que lhe deu a Lei nº 9.032/95: "Art. 128. As demandas judiciais que tiverem por objeto as questões reguladas nesta lei e cujo valor da execução, por autor, não for superior a R\$4.988,57 (quatro mil, novecentos e oitenta e oito reais e cinqüenta e sete centavos), serão isentas de pagamento de custas e quitadas imediatamente, não se lhes aplicando o disposto nos arts. 730 e 731 do Código de Processo Civil". Considerando, por fim, que o Senado aprovou o PLC nº 39, de 2000, atualizando esse último valor e fixando-o em R\$5.181,00 (cinco mil, cento e oitenta e um reais), a proposição adota este mesmo valor, considerado individualmente (por autor).

Assim, propõe-se a inserção do conceito legal de obrigação (crédito) de pequeno valor inserido na Constituição Federal pela redação do § 3º do art. 100 dada pela Emenda Constitucional nº 30, de 2000.

Propõe-se, ainda, dar tratamento diferenciado ao pagamento dos créditos de natureza alimentar, mediante a adoção de critério mais célere para sua quitação, dispensando o precatório judicial aqueles de pequeno valor e estabelecendo prazo de 180 dias para a quitação do que exceder daquele valor, devendo o pagamento ser efetuado à conta dos recursos da rubrica própria destinada ao pagamento de decisões judiciais, que deverá ser reforçada por meio de crédito suplementar, se necessário.

A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a despeito de votos vencidos, se firmou no sentido de que mesmo os créditos de natureza alimentar tenham que se submeter ao procedimento dos precatórios judiciais.

Não obstante a ressalva que fazemos de nosso pessoal entendimento, tendo em vista que o caput do art. 100 da Constituição Federal se inicia, exatamente, estabelecendo exceção à regra do dispositivo para os créditos de natureza alimentar, entendemos que a decisão da Corte Constitucional há de ser prestigiada. Todavia, a nova ordem constitucional abre espaço fértil ao adequado tratamento do crédito de pequeno valor e daquele de natureza alimentar.

Com efeito, é preciso estabelecer arcabouço normativo infraconstitucional que compatibilize as normas constitucionais relativas ao pagamento de sentenças judiciais de natureza alimentar, transitadas

em julgado, tendo em vista a urgência de que se revestem, com aquelas que regulam o direito financeiro e orçamentário, que exige a previsão orçamentária autorizativa do gasto público.

A alternativa proposta, partindo da exceção prevista constitucionalmente, assegura o pagamento imediato (em até 60 dias) do crédito de natureza alimentar de pequena monta e o do excedente em até cento e oitenta dias, por meio de dotação orçamentária própria, que poderá ser suplementada mediante crédito adicional, caso necessário, assegurando os meios necessários à subsistência do credor alimentício.

Estabelece, outrossim, em respeito às suas autonomias e autorizado pelo transrito § 4º do art. 100, que os estados e os municípios, no âmbito de suas respectivas competências legislativas, disciplinarão o conceito de condenação de pequeno valor, observado o piso de: R\$2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), para os estados e municípios com mais de 1.000.000 de habitantes; R\$1.200,00 (mil e duzentos reais), para municípios com mais de 200.000 até 1.000.000 de habitantes; R\$1.000,00 (um mil reais) para municípios com mais de 50.000 até 200.000 habitantes; R\$800,00 (oitocentos reais) para municípios com mais de 10.000 até 50.000 habitantes; e R\$500,00 (quinquinhentos reais) para municípios com até 10.000 habitantes.

Esta graduação é imperativo da diversidade das realidades encontradas nos municípios brasileiros. A fixação de um valor absoluto, aplicável a todos os municípios, poderia resultar em valores extremos, seja inferior ou superior, inviabilizando a aplicação da lei. Por outro lado, deixar de fixar o piso poderá implicar falta de regulamentação dos entes federados ou a sua fixação em valores irrisórios.

Cumpre-nos o dever de frisar o nosso entendimento de que a edição dessa lei federal é condição para que os precatórios judiciais possam ser parcelados em até 10 anos – demanda específica de estados e municípios – nos termos do disposto no art. 78 do ADCT, já que depende de lei federal a definição do que venha a ser obrigação de pequeno valor.

Essas as razões que me levam a apresentar a presente proposição que, espero, merecerá o apoio dos nobres pares.

Sala das Sessões, 29 de novembro de 2000. –
Senador Paulo Hartung.

**LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SUBSECRETARIA DE ATA**

LEI N° 9.469, DE 10 DE JULHO DE 1997

Regulamenta o disposto no inciso VI do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993; dispõe sobre a intervenção da União nas causas em que figurarem, como autores ou réus, entes da administração indireta; regula os pagamentos devidos pela Fazenda Pública em virtude de sentença judiciária; revoga a Lei nº 8.197, de 27 de junho de 1991, e a Lei nº 9.081, de 19 de julho de 1995, e dá outras providências.

Faço saber que o Presidente da República adotou a Medida Provisória nº 1.561-6, de 1997, que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente, para os efeitos do disposto no parágrafo único do art. 62 da Constituição Federal, promulgo a seguinte Lei:

Art. 6º Os pagamentos devidos pela Fazenda Pública federal, estadual ou municipal e pelas autarquias e fundações públicas, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão, exclusivamente, na ordem cronológica da apresentação dos precatórios judiciais e à conta do respectivo crédito.

Art. 10. Aplica-se às autarquias e fundações públicas o disposto nos arts. 188 e 475, *caput*, e no seu inciso II, do Código de Processo Civil.

**EMENDA CONSTITUCIONAL N° 30,
DE 13 DE SETEMBRO DE 2000**

Altera a redação do art. 100 da Constituição Federal e acrescenta o art. 78 no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, referente ao pagamento de precatórios judiciais.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 100 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 100."

"§ 1º É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciários, apresentados até 1º de julho, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente." (NR)

"§ 1º-A Os débitos de natureza alimentícia compreendem aqueles decorrentes de salários, vencimentos, proventos, pensões e suas complementações, benefícios previdenciários e indenizações por morte ou invalidez, fundadas na responsabilidade civil, em virtude de sentença transitada em julgado." (AC)*

"§ 2º As dotações orçamentárias e os créditos abertos serão consignados diretamente ao Poder Judiciário, cabendo ao Presidente do Tribunal que proferir a decisão exequenda determinar o pagamento segundo as possibilidades do depósito, e autorizar, a requerimento do credor, e exclusivamente para o caso de preterimento de seu direito de precedência, o seqüestro da quantia necessária à satisfação do débito." (NR)

"§ 3º O disposto no **caput** deste artigo, relativamente a expedição de precatórios, não se aplica aos pagamentos de obrigações definidas em lei como de pequeno valor que a Fazenda Federal, Estadual, Distrital ou Municipal deva fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado." (NR)

"§ 4º A lei poderá fixar valores distintos para o fim previsto no § 3º deste artigo, segundo as diferentes capacidades das entidades de direito público." (AC)

"§ 5º O Presidente do Tribunal competente que, por ato comissivo ou omissivo, retardar ou tentar frustrar a liquidação regular de precatório incorrerá em crime de responsabilidade." (AC)

Art. 2º É acrescido, no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, o art. 78, com a seguinte redação:

"Art. 78. Ressalvados os créditos definidos em lei como de pequeno valor, os de natureza alimentícia, os de que trata o art. 33 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e suas complementações e os que já tiverem os seus respectivos recursos liberados ou depositados em juízo, os precatórios pendentes na data de promulgação desta Emenda e os que decorram de ações iniciais ajuizadas até 31 de dezembro de 1999 serão liquidados pelo seu valor real, em moeda corrente, acrescido de juros legais, em prestações anuais, iguais e sucessivas, no prazo máximo de dez anos, permitida a cessão dos créditos." (AC)

"§ 1º É permitida a decomposição de parcelas, a critério do credor." (AC)

"§ 2º As prestações anuais a que se refere o **caput** deste artigo terão, se não liquidadas até o final do exercício a que se referem, poder liberatório do pagamento de tributos da entidade devedora." (AC)

"§ 3º O prazo referido no **caput** deste artigo fica reduzido para dois anos, nos casos de precatórios judiciais originários de desapropriação de imóvel residencial do credor, desde que comprovadamente único à época da imissão na posse." (AC)

"§ 4º Presidente do Tribunal competente deverá, vencido o prazo ou em caso de omissão no orçamento, ou preterição ao direito de precedência, a requerimento do credor, requisitar ou determinar o seqüestro de recursos financeiros da entidade executada, suficientes à satisfação da prestação." (AC)

Art. 3º Esta emenda constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

* AC = Acréscimo

Brasília, 13 de setembro de 2000. – Mesa da Câmara dos Deputados Mesa do Senado Federal

Deputado Michel Temer – Senador Antônio Carlos Magalhães, Presidente

Deputado Heráclito Fortes – Senador Geraldo Melo, 1º Vice-Presidente

Deputado Severino Cavalcanti – Senador Ademir Andrade, 2º Vice-Presidente

Deputado Ubiratan Aguiar – Senador Ronaldo Cunha Lima, 1º Secretário

Deputado Nelson Trad – Senador Carlos Patrício, 2º Secretário

Deputado Jaques Wagner – Senador Nabor Júnior

LEI N° 9.032, DE 28 DE ABRIL DE 1995

Dispõe sobre o valor do salário mínimo, altera dispositivos das Leis nº 8.212 e nº 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, e dá outras providências.

O Presidente da República faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 128. As demandas judiciais que tiverem por objeto as questões reguladas nesta lei e cujo valor da execução, por autor, não for superior a R\$4.988,57 (quatro mil, novecentos e oitenta e oito reais e cinqüenta e sete centavos), serão isentas de pagamento de custas e quitadas imediatamente, não se lhes aplicando o disposto nos arts. 730 e 731 do Código de Processo Civil.

LEI N° 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991

Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência social e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 128. As demandas judiciais que tiverem por objeto das questões reguladas nesta lei, de valor, não superior a Cr\$1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros) obedecerão ao rito sumaríssimo e serão isentas de pagamento de custas e liquidações imediatamente, não se lhes aplicando o disposto nos arts. 730 e 731 do Código de Processo Civil.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 256, DE 2000–COMPLEMENTAR

Altera a composição do Conselho a que refere a Lei Complementar nº 67, de 13 de junho de 1991.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Dê-se ao inciso II do art. 1º da Lei Complementar nº 67, de 13 de junho de 1991, a seguinte redação:

II – um representante de cada um dos seguintes Ministérios:

- a) da Educação;
- b) da Saúde;
- c) da Economia, Fazenda e Planejamento;
- d) da Agricultura;
- e) da Integração Nacional;
- f) do Desenvolvimento Agrário.

Art. 2º Acrescente-se ao art. 1º da Lei Complementar nº 67, de 13 de junho de 1991, o seguinte inciso:

“IX – um representante dos municípios situados na área de atuação da Sudam;”

Art. 3º Acrescente-se ao art. 1º da Lei Complementar nº 67, de 13 de junho de 1991, o seguinte parágrafo, renumerando-se os demais:

“§ 4º O representante dos Municípios a que se refere o inciso IX será indicado por entidade que congregue a maioria das Associações Estaduais de Municípios e Federações Estaduais de Municípios dos Estados situados na área de atuação da Sudam.”

Art. 3º Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O inciso II cita ministérios que foram extintos já há algum tempo e outros que foram desmembrados. O art. 1º desta lei complementar visa corrigir estes erros causados pelas sucessivas mudanças no organograma do Poder Executivo.

Os arts. 2º e 3º visam corrigir erros mais graves, que deveriam já haverem sido modificados de maneira a garantir a todos os poderes abrangidos pela atuação da Sudam o seu direito de opinião.

Não é compreensível como um órgão da importância e dimensão como a Sudam não tenha em seu Conselho Deliberativo um representante dos Municípios abrangidos por sua intendência.

São para os Municípios que são direcionados a maioria das ações daquele órgão, e é dos Municípios o interesse maior em decidir como essas ações serão pautadas.

Neste sentido apresento o projeto de lei complementar em tela para corrigir este fato e dar aos interessados maiores oportunidades de opinar sobre as decisões que ocorrerão, diretamente, no sentido da melhoria da qualidade de vida de seus habitantes.

Sala das Sessões, 29 de novembro de 2000. –
Senador **Mozarildo Cavalcanti**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LCP – 000066 de 12-6-91

**LEI COMPLEMENTAR N° 67
DE 13 DE JUNHO DE 1991**

Dispõe sobre a composição do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

O Presidente da República faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei complementar:

Art. 1º O Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), autarquia federal instituída pela Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966, passa a ter a seguinte composição:

I – representantes dos Governos dos Estados situados na área de atuação da Sudam;

II – um representante de cada um dos seguintes Ministérios:

- a) da Educação;
- b) da Saúde;
- c) da Economia, Fazenda e Planejamento;
- d) da Agricultura e Reforma Agrária;
- e) da Infra-Estrutura;
- f) da Ação Social.

III – o Secretário do Desenvolvimento Regional da Presidência da República;

IV – um representante da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República;

V – o Superintendente da Sudam;

VI – um representante das classes produtoras;

VII – um representante das classes trabalhadoras;

VIII – o Presidente do Banco da Amazônia S.A. (Basa).

1º O representante das classes produtoras e seu respectivo suplente serão indicados, em lista tríplice, pelas Confederações Nacionais da Indústria, do Comércio e da Agricultura.

2º O representante das classes trabalhadoras e seu respectivo suplente serão indicados, em lista tríplice, pelas Confederações Nacionais dos Trabalhadores na Indústria, no Comércio e na Agricultura.

3º Os representantes das classes produtoras e trabalhadoras e seus respectivos suplentes terão mandato de um ano e serão designados pelo Secretário do Desenvolvimento Regional, por indicação das respectivas confederações, escolhidos, mediante sistema de rodízio, dentre filiados às federações das categorias sediadas na área de atuação da Sudam.

4º Presidente da República poderá designar membros eventuais, conforme a natureza da matéria a ser apreciada pelo conselho.

Art. 2º Todos os conselheiros ou seus representantes terão direito de voto.

Art. 3º A Presidência do Conselho será exercida pelo Secretário do Desenvolvimento Regional.

Art. 4º Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 13 de junho de 1991; 170º da Independência e 103º da República. – **FERNANDO COLLOR, Jarbas Passarinho.**

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Os projetos lidos serão publicados e remetidos à Comissão competente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A Presidência comunica ao Plenário que, por erro de impressão, consta do item nº 3 da Ordem do Dia da presente sessão o nome do Sr. Sebastião de Oliveira Castro Filho para exercer o cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça, quando, na verdade, é para compor o Superior Tribunal de Justiça, na vaga de Desembargador.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Passa-se à

Item 1

**PROJETO DE LEI DO SENADO N° 591
DE 1999-COMPLEMENTAR
(Votação nominal)**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 591, de 1999-Complementar, de autoria do Senador Freitas Neto, que altera a composição do Conselho a que se refere a Lei Complementar

tar nº 66, de 17 de junho de 1991 (Conselho Deliberativo da Sudene), tendo

Parecer sob nº 1.066, de 2000, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Edison Lobão, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta.

Durante o prazo regimental de cinco dias úteis perante a Mesa, não foram oferecidas emendas à proposição.

Passa-se à discussão em conjunto do projeto e das emendas, em turno único.

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra ao Senador Hugo Napoleão, para discutir.

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL – PI. Para discutir.) – Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, vem ao plenário desta Casa projeto de lei complementar de autoria do Senador Freitas Neto, da representação do Piauí, meu querido Estado, com o objetivo de incluir, no Conselho Deliberativo da SUDENE, um membro representante dos municípios, seja representante de associações estaduais, seja representante das federações e municípios nos Estados, evidentemente na área da abrangência da atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste.

O tema, Sr. Presidente, é muito conhecido por V. Ex^a, Governador de Estado nordestino que foi – brilhante, aliás. Tendo eu, também, sido Governador de Estado e participado das reuniões do Conselho Deliberativo da SUDENE, quero dar um depoimento, não direi histórico porque conhecido, que presenciei pessoalmente.

Conversava o ex-Presidente Juscelino Kubitschek, certa feita com o Dr. José Cândido Pessoa, que fora diretor do DNOCS, no curso do seu governo, para narrar que, ao ver, no interior de Pernambuco, uma multidão de famintos e de vítimas da seca, decidiu criar um órgão exclusivamente nordestino que se ocupasse de minimizar aqueles problemas terríveis que até hoje assolam a região. Em verdade, a bem dizer, foi um órgão que teve a maior utilidade, mas que teve os seus altos e baixos – andou, virou, mexeu, melhorou, piorou –, mas por todos nós deve ser preservado no interesse da região. É bem verdade que,

num primeiro passo, Minas Gerais, na área de Montes Claros, do chamado polígono das secas, passou a fazer parte da SUDENE e, mais recentemente, áreas de Minas Gerais e do Espírito Santo também foram incluídas.

Entretanto, esse Órgão que devemos prestigiar, sem dúvida alguma, mudou a composição do seu Conselho. E, numa dessas ocasiões, era Superintendente o hoje Vice-Governador do Maranhão, Dr. José Reinaldo Tavares, que resolveu aumentar o número de representantes do Conselho Deliberativo da SUDENE. E eu, que era assíduo às reuniões, lá estava, religiosamente, às últimas sextas-feiras do mês, às 9 horas, para discutir os problemas do Piauí. Tive a surpresa de, em determinado momento, verificar que, na expansão promovida pelo então Superintendente José Reinaldo Tavares, participaram, não apenas os Governadores, mas, os representantes de ministérios e de confederações de trabalhadores, por exemplo, a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura e a Confederação Nacional da Agricultura – de empregados e empregadores, vamos dizer assim. E, em dado momento, numa discussão, houve um pedido de vista com relação a projeto do Piauí, mais precisamente do Município de Canto do Buriti. Nesse exato momento, um dos representantes pediu vista, concedida automaticamente. Um mês depois, o projeto voltou e deveria ser colocado em votação, mas pediu-se nova vista. E o Presidente, que era um Ministro de Estado, resolveu concedê-la, arrepiando o Regimento, com o consentimento de todo o Plenário, exceto dos Governadores. Após esse fato, o Governador da Bahia resolveu retirar-se do plenário e não mais voltar. E ficou uma situação difícil, em que os Governadores foram vencidos pelos representantes.

Assim, num primeiro momento, estranhei demais o aumento da representação, mas o destino quis que fosse assim. E tendo eu sido, no passado, como sou hoje, Parlamentar, estava acostumado às vitórias e às derrotas no campo eleitoral ou no campo parlamentar e acabei entendendo que, afinal, o aumento da representação tinha uma vantagem: trazia uma maior participação, uma maior democratização do Órgão. E terminei por aceitar aquela contingência.

Agora, em boa hora, o Senador Freitas Neto propõe a participação dos municípios, que são a célula mãe, a célula mater de toda a estrutura da federação brasileira. S. Ex^a, na justificação, questiona por-

que excluir tão importante instituição do processo de deliberação de fatos que dizem respeito à região. Tem S. Exª toda a razão.

Por isso, venho aqui como Senador, e, mais tarde, oferecerei o voto do Partido como sugestão aos meus colegas de Bancada, para dizer que – apesar de tê-lo compreendido posteriormente – entendo ser uma medida democrática a participação dos municípios nas decisões do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. Agora, é necessário que todos nós, representantes dos Estados, participantes da SUDENE, estejamos sempre dispostos a ajudá-la, nunca a esvaziá-la. Às vezes, tenho assistido políticos e, em certos casos, governadores, combatendo a SUDENE, o que não é, absolutamente, uma boa política para o nosso tão sofrido Nordeste.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Hugo Napoleão, o Sr. Geraldo Melo, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência que é ocupada pelo Sr. Antonio Carlos Magalhães, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Continua em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

O SR. FREITAS NETO (PFL – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao nobre Senador Freitas Neto, para encaminhar a votação.

O SR. FREITAS NETO (PFL – PI) – Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs Senadores, o Senador Hugo Napoleão já discorreu sobre a nossa intenção quando apresentamos dispositivo para alterar ou acrescentar artigo à Lei Complementar nº 66, de 12 de junho de 1991, que estabelece a atual composição do Conselho Deliberativo da Sudene. Atualmente aquele Conselho é composto dos Governadores dos Estados da área de abrangência da Sudene, de representantes de seis Ministérios federais, do Superintendente da Sudene, do Presidente do Banco do Nordeste, de um representante das classes produ-

ras e de um representante das classes trabalhadoras, ficando os Municípios, para onde as ações, em última instância, objetivam-se, inteiramente fora das discussões. Embora, infelizmente, aquele Conselho esteja esvaziado, temos ainda a esperança de que volte a ter o relevante papel que teve no passado para o desenvolvimento da nossa Região, possibilitando que os Municípios possam ter sua voz.

Entendo, Sr. Presidente, que, na época em que se estipulou a composição do Conselho, não existia, provavelmente, uma entidade que efetivamente representasse a maioria dos Municípios da região nordestina, e evidentemente que não se podia fazer como se fez com os Governadores, colocando o Governador de cada Estado. Mas agora já existe. Foi criada recentemente a União Municipalista do Nordeste. Mesmo assim, no nosso projeto que agora vai à votação nesta Casa, não quisemos nominar a entidade, mas simplesmente estipular que a entidade que congregue a maioria das associações e federações estaduais de Municípios, situados na área de atuação da Sudene, deve indicar o representante dos Municípios.

Portanto, peço o apoio dos Senadores aqui presentes no sentido de colaborarem para que os Municípios possam ser ouvidos no Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.

Esse foi o nosso intuito e para ele peço o apoio dos meus caros Pares nesta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SR. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – O Bloco vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL – PI) – O PFL recomenda o voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR) – O PSDB encaminha o voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PAULO HARTUNG (PPS – ES) – O PPS encaminha o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Os Srs Senadores já podem votar o Projeto de Lei do Senado nº 591, de 2000, Complementar, de autoria do nobre Senador Freitas Neto, que exige maioria absoluta.

(Procede-se à votação nominal.)

VOTAÇÃO NOMINAL

Senado Federal

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 591, DE 1999 - COMPLEMENTAR

ALTERA A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO A QUE SE REFERE A LEI COMPLEMENTAR N° 66, DE 17/06/1991 (CONSELHO DELIBERATIVO DA SUDENE)

Nº Sessão: 1 N° vot.: 1 Data Início: 29/11/2000 Hora Início: 16:20:51
 Sessão Data: 29/11/2000 Hora: 14:30 Data Fim: 29/11/2000 Hora Fim: 16:31:52

Partido	UF	Nome do Senador	Voto	Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PMDB	RN	AGNELO ALVES	SIM	PMDB	RS	PEDRO SIMON	SIM
PMDB	GO	ALBINO BOAVENTURA	SIM	PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	SIM
PSDB	PR	ALVARO DIAS	SIM	PSDB	ES	RICARDO SANTOS	SIM
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SIM	PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	SIM
PTB	MG	ARLINDO PORTO	SIM	PSB	RJ	ROBERTO SATURNINO	SIM
PSDB	RJ	ARTUR DA TAVOLA	SIM	PSDB	RR	ROMERO JUCA	SIM
PFL	MA	BELLO PARGA	SIM	PFL	SP	ROMEO TUMA	SIM
PMDB	MT	CARLOS BEZERRA	SIM	BLOCO	AC	TIÃO VIANA	SIM
PFL	TO	CARLOS PATROCINIO	SIM	PMDB	DF	VALMIR AMARAL	SIM
PPS	PE	CARLOS WILSON	SIM	PMDB	PB	WELLINGTON ROBERTO	SIM
PFL	BA	DJAIMA BESSA	SIM				
PFL	MA	EDISON LOBÃO	SIM				
PFL	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	SIM				
BLOCO	SP	EDUARDO SUPlicy	SIM				
BLOCO	RS	EMILIA FERNANDES	SIM				
PPB	RO	ERNANDES AMORIM	SIM				
PFL	MG	FRANCESCO PEREIRA	SIM				
PFL	PI	FREITAS NETO	SIM				
PFL	SC	GERALDO ALTHOFF	SIM				
BLOCO	RJ	GERALDO CÂNDIDO	SIM				
PSDB	RN	GERALDO MELO	SIM				
PMDB	ES	GERSON CAMATA	SIM				
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	SIM				
BLOCO	AL	HELOISA HÉLENA	SIM				
PMDB	SC	HENRIQUE LOYOLA	SIM				
PFL	PI	HUGO NAPOLEÃO	SIM				
PMDB	GO	IRIS REZENDE	SIM				
PMDB	PA	JADER BARBALHO	SIM				
BLOCO	AM	JEFFERSON PERES	SIM				
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	SIM				
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	SIM				
PMDB	MG	JOSÉ ALENCAR	SIM				
BLOCO	SE	JOSÉ EDUARDO DUTRA	SIM				
PMDB	RS	JOSÉ FOGAÇA	SIM				
PFL	PE	JOSÉ JORGE	SIM				
PSDB	DF	JOSÉ ROBERTO ARRUDA	SIM				
BLOCO	AC	JULIO EDUARDO	SIM				
PFL	MS	JUVENÍCIO DA FONSECA	SIM				
BLOCO	DF	LAURO CAMPOS	SIM				
PPB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	SIM				
PSDB	CE	LÚCIO ALCÂNTARA	SIM				
PSDB	MS	LUDO COELHO	SIM				
PSDB	CE	LURZ PONTES	SIM				
PMDB	GO	MAGUTO VILELA	SIM				
PMDB	RR	MARUICE PINTO	SIM				
PFL	RO	MOREIRA MENDES	SIM				
PFL	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	SIM				
PMDB	AC	NABOR JUNIOR	SIM				
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	SIM				
PSDB	PR	OSMAR DIAS	SIM				
PPS	ES	PAULO HARTUNG	SIM				
PFL	BA	PAULO SOUTO	SIM				
PSDB	SP	PEDRO PIVA	SIM				

Presid.: ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

Votos SIM: 63

1º Sec.:

Votos NÃO: 0

2º Sec.:

Total: 63

3º Sec.:

Votos ABST: 0

4º Sec.:

Emissão em 29/11/2000 - 16:31:54

Operador: HEITOR LEDUR

O SR. PRESIDENTE (Antônio Carlos Magalhães) – Votaram SIM 63 Senadores. Nenhum Senador votou NÃO.

Não houve abstenções.

Total de votos: 63.

Aprovado.

Votação em globo das Emendas nºs 1 e 2 da CCJ de Parecer favorável.

As Srs. e os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa.)

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL – PI) – Sr. Presidente, gostaria de fazer um esclarecimento à Bancada. Trata-se de emendas de redação. Voto "sim".

(Procede-se à votação nominal.)

VOTAÇÃO NOMINAL

Senado Federal

EMENDAS N°S 1 E 2-CCJ, AO PLS N° 591, DE 1999 - COMPLEMENTAR

Nº Sessão:	1	Nº vot.:	2	Data Início:	29/11/2000	Hora Início:	16:32:03
Partido	UF	Nome do Senador	Voto	Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PMDB	RN	AGNELIO ALVES	SIM	PMDB	AL	RENAI CALHEIROS	SIM
PMDB	GO	ALBINO BOAVENTURA	SIM	PSDB	ES	RICARDO SANTOS	SIM
PSDB	PR	ALVARO DIAS	SIM	PMDB	PR	ROBERTO REQUIAO	SIM
PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS	SIM	PSB	RJ	ROBERTO SATURNINO	SIM
PSB	SE	ANTONIO CARLOS VALADARES	SIM	PSDB	RR	ROMERO JUCA	SIM
PTB	MG	ARUNDO PORTO	SIM	PFL	SP	ROMEU TUMA	SIM
PSDB	RJ	ARTUR DA TAVOLA	SIM	PMDB	DF	VALMIR AMARAL	SIM
PFL	MA	BELLO PARCA	SIM	PMDB	PB	WELLINGTON ROBERTO	SIM
PMDB	MT	CARLOS BEZERRA	SIM				
PFL	TO	CARLOS PATROCINIO	SIM				
PPS	PE	CARLOS WILSON	SIM				
PFL	BA	DJALMA BESSA	SIM				
PFL	MA	EDISON LOBAO	SIM				
PFL	TO	EDUARDO SQUEIJA CAMPOS	SIM				
BLOCO	SP	EDUARDO BUPUCY	SIM				
PPB	RO	ERNANDES AMORIM	SIM				
PFL	MG	FRANCINEU PEREIRA	ABST.				
PFL	PI	FREITAS NETO	SIM				
PFL	SC	GERALDO ALTHOR	SIM				
BLOCO	RJ	GERALDO CANDIDO	SIM				
PSDB	RN	GERALDO MELO	SIM				
PMDB	ES	GERSON CAMATA	SIM				
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	SIM				
BLOCO	AL	HELOISA HELENA	ABST.				
PMDB	SC	HENRIQUE LOYOLA	SIM				
PFL	PI	HUGO NAPOLEAO	SIM				
PMDB	GO	IRIS REZENDE	SIM				
PMDB	PA	JADER BARBALHO	SIM				
BLOCO	AM	JEFFERSON PERES	SIM				
PMDB	MA	JOAO ALBERTO SOUZA	SIM				
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	SIM				
PFL	RN	JOSE AGRIPINHO	SIM				
BLOCO	SE	JOSE EDUARDO DUTRA	SIM				
PMDB	RS	JOSE FOGACA	SIM				
PFL	PE	JOSE JORGE	SIM				
PSDB	DF	JOSE ROBERTO ARRUDA	SIM				
PFL	MS	JUVENTINIO DA FONSECA	SIM				
BLOCO	DF	LAURO CAMPOS	ABST.				
PPB	TO	LEOMAR QUINTANilha	SIM				
PSDB	CE	LUCIO ALCANTARA	SIM				
PSDB	MB	LUDIO COELHO	SIM				
PSDB	CE	LUIZ PONTES	SIM				
PMDB	GO	MAGUITO VILELA	SIM				
PMDB	RR	MARLUCE PINTO	SIM				
PFL	RO	MOREIRA MENDES	SIM				
PFL	RR	MOLARILDO CAVALCANTI	SIM				
PMDB	AC	NABOR JUNIOR	SIM				
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	SIM				
PSDB	PR	OSMAR DIAS	SIM				
PPS	ES	PAULO HARTUNG	SIM				
PFL	BA	PAULO SOUTO	SIM				
PSDB	SP	PEDRO PIVA	SIM				
PMDB	RS	PEDRO SIMON	SIM				

Presid.: ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

1º Sec.:

2º Sec.:

3º Sec.:

4º Sec.:

Operador: HIRTON LIDUR

Votos SIM: 58

Votos NÃO: 0

Votos ABST: 3

Total: 61

Emissão em 29/11/2000 16:34:59

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Votaram SIM 58 Srs. Senadores. Nenhum Sr. Senador votou NÃO.

Houve três abstenções.

Aprovadas.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 591,
DE 1999 – COMPLEMENTAR**

Altera a composição do Conselho a que se refere a Lei Complementar nº 66, de 17 de junho de 1991.

Art 1º Acrescente-se ao art. 1º da Lei Complementar nº 66 de 12 de junho de 1991, o seguinte inciso:

“VIII-A um representante dos Municípios situados na área de atuação da Sudene.”

Art. 2º Acrescente-se ao art. 1º da Lei Complementar nº 66, de 12 de junho de 1991, o seguinte parágrafo:

“§ 5º-A O representante dos Municípios a que se refere o inciso VIII-A será indicado por entidade que congregue a maioria das Associações Estaduais de Municípios e Federações Estaduais de Municípios dos Estados situados na área de atuação da Sudene.” (NR)

Art. 3º A presente lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

São as seguintes as emendas aprovadas:

EMENDA Nº 1 – CCJ

Dê-se à ementa do PLS nº 591, de 1999 – Complementar a seguinte redação:

“Altera a composição do Conselho a que se refere a Lei Complementar nº 66, de 12 de junho de 1991.”

EMENDA Nº 2 – CCJ

Suprime-se a letra a colocada após a numeração do inciso no art. 1º, bem como a letra a e a ex-

pressão “NR” usadas na redação do parágrafo de que trata o art. 2º.

Sala da Comissão, 25 de outubro de 2000. – **José Agripino**, Presidente – **Edison Lobão**, Relator – **Sérgio Machado** – **Romeu Tuma** – **Alvaro Dias** – **Iris Rezende** – **Bernardo Cabral** – **José Fogaça** – **Antonio Carlos Valadares** – **Artur da Távola** – **José Eduardo Dutra** – **Ramez Tebet**.

O SR. EDUARDO SUPILY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – V. Exª tem a palavra, Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPILY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, como V. Exª está aguardando a chegada de mais alguns Senadores, gostaria de obter uma informação de interesse de todos os Congressistas, de toda a Casa e do País.

O art. 62 da Constituição determina que “em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional, que, estando em recesso, será convocado extraordinariamente para se reunir no prazo de cinco dias”. Menciona também, no parágrafo único, que “as medidas provisórias perderão eficácia, desde a edição, se não forem convertidas em lei no prazo de trinta dias, a partir da sua publicação, devendo o Congresso Nacional disciplinar as relações jurídicas delas decorrentes”.

Baseado no referido artigo e levando em consideração que muito provavelmente, ao longo do mês de dezembro, o Governo terá que editar medidas provisórias, indago de V. Exª se o Congresso será convocado ou se estará o Presidente da República considerando a necessidade de convocação de trabalhos extraordinários em janeiro. Essa é a indagação de muitos Congressistas. Se, porventura, V. Exª já tiver uma informação a respeito, agradecemos saber, até para que possamos planejar as nossas atividades em janeiro. Se não for possível responder agora, quem sabe V. Exª possa fazê-lo no momento em que tiver a informação.

Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Entendo que, convocado o Congresso para o exame das medidas provisórias e havendo muitas

matérias, principalmente na Câmara dos Deputados, e nesta Casa para votação, não se deveria limitar a convocação apenas às medidas provisórias; essa deveria ser mais ampla. Mas, nesse sentido, terei que me entender com o Presidente da Câmara, Deputado Michel Temer, para saber quando isso deverá se realizar, levando em conta que as medidas provisórias, se forem editadas até o dia 15 de dezembro, terão que ser reeditadas até 15 de janeiro. Conseqüentemente, o Congresso terá que ser convocado.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Não há ainda informação da Presidência da República sobre a eventual necessidade, na avaliação do Presidente, de convocação extraordinária?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Posso até procurar

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Posso procurar saber da Presidência da República, mas posso também ter esperança de que não se editem mais medidas provisórias.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Obrigado, Sr. Presidente.

Na medida em que, talvez na próxima semana, houver uma informação sobre isso, o planejamento das atividades de todos os Srs. Congressistas será facilitado. É por isso que formulei a pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Aviso aos Srs. Senadores que ainda teremos três votações nominais.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Item 2:

PARECER Nº 1.146, DE 2000
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Requerimento nº 591, de 2000 – art. 281 do Regimento Interno)
(Escolha de Autoridade)
(Votação secreta)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 1.146, de 2000, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Fogaça, sobre a Mensagem nº 208, de 2000 (nº 1.437/2000, na origem), de 28 de novembro último, pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome da Srª Anne Elisabeth Nunes de Oliveira, para exercer o cargo de Defensor Público-Geral da União, com mandato de 2 anos.

Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se à votação que, de acordo com o disposto no art. 383, inciso VII, combinado com o art. 291, inciso I, alínea "e", do Regimento Interno, deve ser procedida por escrutínio secreto.

De acordo com a alínea "j" do art. 288 do Regimento Interno, a matéria depende, para sua aprovação, do voto favorável da maioria absoluta da composição da Casa.

Em votação de acordo com o disposto no art. 383 do Regimento Interno (escrutínio secreto). Segundo a alínea j do Regimento Interno, a matéria depende, para a sua aprovação, do voto favorável da maioria absoluta da composição da Casa.

As Srªs. e os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa.)

(Procede-se à votação nominal e secreta.)

VOTAÇÃO SECRETA

Senado Federal

PARECER N° 1.146, DE 2000 - ESCOLHA DE AUTORIDADE

Sra. ANNE ELISABETH NUNES DE OLIVEIRA, PARA EXERCER O CARGO DE DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DA UNIÃO

Nº Sessão:	1	Nº vot.:	3	Data Início:	29/11/2000	Hora Início:	16:35:13
Sessão Data:	29/11/2000	Hora:	14:30	Data Fim:	29/11/2000	Hora Fim:	16:37:42
Partido	UF	Nome do Senador	Voto	Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PMDB	RN	AGNELO ALVES	Votou	PFL	BA	PAULO SOUTO	Votou
PMDB	GC	ALBINO BOAVENTURA	Votou	PSDB	SP	PEDRO PIVA	Votou
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou	PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou
PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS	Votou	PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	Votou	PSDB	ES	R CARDOSO SANTOS	Votou
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou	PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	Votou
PTB	MG	ARLINDO PORTO	Votou	PSB	RJ	ROBERTO SATURNINO	Votou
PSDB	RJ	ARTUR DA TAVOLA	Votou	PSDB	RR	ROMERO JUÇÁ	Votou
PFL	MA	BELLO PARGA	Votou	PFL	SP	ROMEO TUVA	Votou
PMDB	MT	CARLOS BEZERRA	Votou	PMDB	DF	VALMIR AMARAL	Votou
PFL	TO	CARLOS PATROCINIO	Votou	PMDB	PB	WELLINGTON ROBERTO	Votou
PPS	PE	CARLOS WILSON	Votou				
PFL	BA	DJALMA BESSA	Votou				
PFL	MA	EDISON LOBÃO	Votou				
PFL	TO	EDUARDO SQUERA CAMPOS	Votou				
BLOCO	SP	EDUARDO SUPlicy	Votou				
BLOCO	RS	EMILIA FERNANDES	Votou				
PPB	RO	ERNANDES AMORIM	Votou				
PFL	MG	FRANCINEU PEREIRA	Votou				
PFL	PI	FREITAS NETO	Votou				
PFL	SC	GERALDO ALTHOFF	Votou				
BLOCO	RJ	GERALDO CÂNDIDO	Votou				
PSDB	RN	GERALDO MELO	Votou				
PMDB	ES	GERSON CAMATA	Votou				
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	Votou				
BLOCO	AL	HELOISA HELENA	Votou				
PMDB	SC	HENRIQUE LOYOLA	Votou				
PFL	PI	HUGO NAPOLEÃO	Votou				
PMDB	GO	IRIS REZENDE	Votou				
PMDB	PA	JADER BARBALHO	Votou				
BLOCO	AM	JEFFERSON PERES	Votou				
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	Votou				
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	Votou				
PFL	RN	JOSE AGripin	Votou				
PMDB	MG	JOSE ALENCAR	Votou				
BLOCO	SE	JOSE EDUARDO DUTRA	Votou				
PMDB	RS	JOSE FOGACA	Votou				
PFL	PE	JOSE JORGE	Votou				
PSDB	DF	JOSE ROBERTO ARRUDA	Votou				
PFL	MS	JUVENIL DA FONSECA	Votou				
BLOCO	DF	LAURO CAMPOS	Votou				
PPB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	Votou				
PSDB	CE	LÚCIO ALCÂNTARA	Votou				
PSDB	MS	LÚDIO COELHO	Votou				
PSDB	CE	LUÍZ PONTES	Votou				
PMDB	GO	MAGUITO VILELA	Votou				
PMDB	TR	MARLUCE PINTO	Votou				
PFL	RO	MOREIRA MENDES	Votou				
PFL	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	Votou				
PMDB	AC	NABOR JUNIOR	Votou				
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	Votou				
PSDB	PR	OSMAR DIAS	Votou				
PPS	ES	PAULO HARTUNG	Votou				

Presid.: ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

1º Secr.:

2º Secr.:

3º Secr.:

4º Secr.:

Votos SIM: 61

Votos NÃO: 1

Total: 64

Votos ABST:2

Emissão em 29/11/2000 - 16:37:43

Operador: HEITOR LEDUR

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Encerrada a votação.

Votaram SIM 61 Srs. Senadores e NÃO 1 Sr. Senador.

Houve 2 abstenções. Total: 64 votos.

Foi aprovado o nome da Senhora Anne Elisabeth Nunes de Oliveira.

Será feita a devida comunicação ao Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Item 3:

PARECER Nº 1.147, DE 2000
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Requerimento nº 592, de 2000 – art. 281 do Regimento Interno)
(Escolha de Autoridade)
(Votação secreta)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 1.147, de 2000, da Comissão de Constitui-

ção, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Iris Rezende, sobre a Mensagem nº 237, de 2000 (nº 1.718/2000, na origem), de 28 de novembro último, pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do Sr. Sebastião de Oliveira Castro Filho, para exercer o cargo de Desembargador do Superior Tribunal de Justiça.

Em discussão o parecer, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se à votação que, de acordo com o disposto no art. 383, inciso VII, combinado com o art. 291, inciso I, alínea "e", do Regimento Interno, deve ser procedida por escrutínio secreto.

As Sr's. e os Srs. Senadores podem votar. (Pausa.)

(Procede-se à votação nominal e secreta.)

VOTAÇÃO SECRETA



Senado Federal

PARECER N° 1.147, DE 2000 - ESCOLHA DE AUTORIDADE

Sr. SEBASTIÃO DE OLIVEIRA CASTRO FILHO, PARA EXERCER O CARGO DE DESEMBARGADOR DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Nº Sessão: 1 Nº vot.: 4 Data Início: 29/11/2000 Hora Início: 16:37:58
 Sessão Data: 29/11/2000 Hora: 14:30 Data Fim: 29/11/2000 Hora Fim: 16:43:25

Partido	UF	Nome do Senador	Voto	Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PMDB	RN	AGNELO ALVES	Votou	PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou
PMDB	GO	ALBINO BOAVENTURA	Votou	PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou	PSDB	ES	RICARDO SANTOS	Votou
PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS	Votou	PPS	PE	ROBERTO FREIRE	Votou
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	Votou	PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	Votou
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou	PSB	RJ	ROBERTO SATURNINO	Votou
PTB	MG	ARLINDO PORTO	Votou	PSDB	RR	ROMERO JUCA	Votou
PSDB	RJ	ARTUR DA TAVOLA	Votou	PPL	SP	ROMEL TUMA	Votou
PFL	MA	BELLO PARGA	Votou	BLOCO	AP	SEBASTIÃO RCCHA	Votou
PMDB	MT	CARLOS BEZERRA	Votou	PSDB	CE	SÉRGIO MACHADO	Votou
PFL	TO	CARLOS PATROCINIO	Votou	PSDB	AL	TEOTÔNIO VILELA FILHO	Votou
PPS	PE	CARLOS WILSON	Votou	PMDB	DF	VALMIR AMARAL	Votou
PFL	BA	DJALMA BESSA	Votou	PMDB	PB	WELLINGTON ROBERTO	Votou
PFL	MA	EDISON LOBÃO	Votou				
PFL	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	Votou				
BLOCO	SP	EDUARDO SUPlicY	Votou				
BLOCO	RS	EMILIA FERNANDES	Votou				
PPB	RO	ERNANDES AMORIM	Votou				
PFL	MG	FRANCELINO PEREIRA	Votou				
PFL	PI	FREITAS NETO	Votou				
PFL	SC	GERALDO ALTHOFF	Votou				
BLOCO	RJ	GERALDO CÂNDIDO	Votou				
PMDB	ES	GERSON CAMATA	Votou				
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	Votou				
BLOCO	AL	HELOISA HELENA	Votou				
PMDB	SC	HENRIQUE LOYOLA	Votou				
PFL	PI	HUGO NAPOLEÃO	Votou				
PMDB	GO	IRIS REZENDE	Votou				
PMDB	PA	JADER BARBALHO	Votou				
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	Votou				
PFL	MT	JONAS PINHERO	Votou				
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	Votou				
PMDP	MG	JOSÉ ALENCAR	Votou				
BLOCO	SE	JOSÉ EDUARDO D'LETRA	Votou				
PMDB	RS	JOSÉ FOGACA	Votou				
PFL	PE	JOSÉ JORGE	Votou				
PSDB	DF	JOSÉ ROBERTO ARRUDA	Votou				
PFL	MS	JUVENTÍCIO DA FONSECA	Votou				
BLOCO	D	LAURO CAMPOS	Votou				
PPB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	Votou				
PSDB	CE	LÚCIO ALCANTARA	Votou				
PSDB	MS	LÚDIO COELHO	Votou				
PSDB	CE	LUIZ PONTES	Votou				
PMDB	GO	MAGUITO VILELA	Votou				
PMDB	RR	MARLUCE PINTO	Votou				
PFL	RO	MOREIRA MENDES	Votou				
PFL	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	Votou				
PMDB	AC	NABOR JUNIOR	Votou				
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	Votou				
FSDB	PR	OSMAR DIAS	Votou				
PPS	ES	PAULO HARTUNG	Votou				
PFL	BA	PAULO SOUTO	Votou				
PSDB	SP	PEDRO PIVA	Votou				

Presidente: ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

Votos SIM: 63

1º Secr.:

2º Secr.:

3º Secr.:

4º Secr.:

Operador: HEITOR LEDUR

Votos NÃO: 1

Total: 66

Votos ABST: 2

Emissão em 29/11/2000 - 16:43:31

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Votaram SIM 63 Srs. Senadores; e NÃO 1.

Houve 2 abstenções.

Total: 66 votos.

Foi aprovado o nome do Senhor Sebastião de Oliveira Castro Filho..

Será feita a devida comunicação ao Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Item 4:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 89, de 2000 (nº 225/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga a permissão à Rádio Interativa Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Agual, Estado de São Paulo, tendo

Parecer favorável, sob nº 860, de 2000, da Comissão de Educação, Relator: Senador Romeu Tuma.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permanecem sentados. (Pausa.)

Aprovado, com abstenção do PT.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 1.160, DE 2000 (Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 89, de 2000 (nº 225, de 1999, na Câmara dos Deputados)

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 89, de 2000 (nº 225 de 1999, na Câmara dos Deputados) que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Interativa Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Agual Estado de São Paulo.

Sala de Reuniões da Comissão, em 29 de novembro de 2000. – **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente – **Ronaldo Cunha Lima**, Relator – **Eduardo Suplicy** – **Geraldo Melo** – **Carlos Patrocínio**.

ANEXO AO PARECER Nº 1.160, DE 2000

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, _____, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2000

Aprova o ato que outorga permissão à “Rádio Interativa Ltda.” para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade de Agual, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É Aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 238, de 4 de dezembro de 1998, que outorga permissão à “Rádio Interativa Ltda.” para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade de Agual, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na ata desta publicação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam querem permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

O projeto vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Item 5:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 165, de 2000 (nº 323/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Belo Horizonte Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.056, de 2000, da Comissão de Educação, Relator: Senador Francelino Pereira, com abstenção do Senador Geraldo Cândido.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queriam permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado, com abstenção do PT.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte:

PARECER N^º 1.161, DE 2000
(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo n^º 165, de 2000 (n^º 323, de 1999, na Câmara dos Deputados).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo n^º 165, de 2000 (n^º 323, de 1999, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Belo Horizonte Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Sala de Reuniões da Comissão, 29 de novembro de 2000. – **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente – **Ronaldo Cunha Lima**, Relator – **Eduardo Suplicy** – **Geraldo Melo** – **Carlos patrocínio**.

ANEXO AO PARECER N^º 1.161, DE 2000

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO N^º , DE 2000

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à "Rádio Belo Horizonte Ltda." para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere a Portaria n^º 208, de 1º de outubro de 1998, que renova por dez anos, a partir de 5 de dezembro de 1994, a per-

missão outorgada a "Rádio Belo Horizonte Ltda." para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queriam permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

O projeto vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Item 6:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo n^º 166, de 2000 (n^º 276/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga a concessão à MR Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Urbano Santos, Estado do Maranhão, tendo

Parecer favorável, sob n^º 1.031, de 2000, da Comissão de Educação, Relator: Senador Edison Lobão, com voto contrário do Senador Lauro Campos.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queriam permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado, com abstenção do PT.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte:

PARECER N^º 1.162, DE 2000
(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo n^º 166, de 2000 (n^º 276 de 1999, na Câmara dos Deputados).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 166, de 2000 (nº 276, de 1999, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à MR Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Urbano Santos, Estado do Maranhão.

Sala de Reuniões da Comissão, 29 de novembro de 2000. – **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente – **Ronaldo Cunha Lima**, Relator – **Eduardo Suplicy** – **Geraldo Melo** – **Carlos Patrocínio**.

ANEXO AO PARECER Nº 1.162, DE 2000

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, _____, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2000

Aprova o ato que outorga concessão a "MR Radiodifusão Ltda." para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na localidade de Urbano Santos, Estado do Maranhão.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 28 de dezembro de 1998, que outorga concessão a "MR Radiodifusão Ltda." para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na localidade de Urbano Santos, Estado do Maranhão.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srª e os Srs. Senadores que aprovam querem permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

O projeto vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Item 7:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 217, de 2000 (nº 447/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Comunicação, Cultura e Desporto do Município de Elesbão Veloso a executar serviço

de radiodifusão comunitária na cidade de Elesbão Veloso, Estado do Piauí, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.109, de 2000, da Comissão de Educação, Relator: Senador Freitas Neto.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srª e os Srs. Senadores que aprovam querem permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado, com abstenção do PT.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 1.163, DE 2000

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 217, de 2000 (nº 447, de 2000, na Câmara dos Deputados).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 217, de 2000 (nº 447, de 2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Comunicação, Cultura e Desporto do Município de Elesbão Veloso a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Elesbão Veloso, Estado do Piauí.

Sala de Reuniões da Comissão, 29 de novembro de 2000. – **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente – **Ronaldo Cunha Lima**, Relator – **Eduardo Suplicy** – **Geraldo Melo**.

ANEXO AO PARECER Nº 1.163, DE 2000

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, _____, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2000

Aprova o ato que autoriza a "Associação de Comunicação, Cultura e Desporto do Município de Elesbão Veloso" a executar serviço de radiodifusão comuni-

tária na localidade de Elesbão Veloso, Estado do Piauí.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 101, de 30 de julho de 1999, que autoriza a "Associação de Comunicação, Cultura e Desporto do Município de Elesbão Veloso" a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radio-difusão comunitária na localidade de Elesbão Veloso, Estado do Piauí.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

O projeto vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Item 8:

Votação, em turno único, do **Requerimento nº 567, de 2000**, do Senador Jefferson Péres e outros Senhores Senadores, solicitando a convocação do Ministro-Chefe do Gabinete da Segurança Institucional da Presidência da República, General Alberto Mendes Cardoso para, perante o Plenário do Senado Federal, prestar esclarecimentos sobre operações da Agência Brasileira de Inteligência Abin.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrício.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 594, DE 2000

Sr. Presidente,

Tramita na Casa a Mensagem nº 135, de 2000, pela qual o Senhor Presidente da República encaminha ao Senado Federal, para exame e sugestões, o texto da proposta da Política Nacional de Inteligência, que define os objetivos e estabelece as diretrizes para os órgãos encarregados do exercício da atividade de inteligência no País, de conformidade com o que dispõe o art. 5º, parágrafo único, e art. 6º, § 1º da Lei nº 9.683, de 7 de dezembro de 1999.

Pelo Sr. Presidente do Senado, na sessão de 26 de junho de 2000, foi constituído o órgão a que se refere o art. 6º e estabelecid o calendário para tramitação da matéria perante a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Diante do exposto, requeiro que o requerimento de convocação do General Alberto Mendes Cardoso seja transferido para o âmbito daquela Comissão, incumbida de definir e estabelecer as diretrizes que nortearão o funcionamento da Abin.

Sala das Sessões, 29 de novembro de 2000. – **José Roberto Arruda.**

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Em votação o requerimento.

O SR. JEFFERSON PÉRES (Bloco/PDT – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) Concedo a palavra ao nobre Senador Jefferson Péres, autor do Requerimento nº 567/2000.

O SR. JEFFERSON PÉRES (Bloco/PDT – AM) Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr^{as} e Srs. Senadores, o requerimento do ilustre Líder do Governo seria desnecessário, porque a vinda do Ministro-Chefe General Alberto Cardoso à Comissão permanente criada e instalada para fiscalizar a Abin é de rotina. Talvez até seja feita em sessão secreta. Não é preciso requerimento, a Comissão pode convocar S. Ex^a a qualquer momento para comparecer a uma reunião do órgão.

O que estou pretendendo com meu requerimento é a vinda do General a esta Casa, e S. Ex^a poderia ser ouvido pelo Plenário ou por outra Comissão permanente da Casa, pois não faço do Plenário cavalo de batalha. O que importa é que é de extrema importância a vinda do General a esta Casa para uma audiência pública, a um foro maior perante a sociedade brasileira, a fim de que S. Ex^a esclareça fatos de tamanha gravidade. O Senado Federal vai abdicar de seu direito de tomar tal providência aos olhos de toda a sociedade?!

Sr. Presidente, no Parlamento manda a Maioria A Maioria que derrube meu requerimento. Assumo a responsabilidade e o mantendo!

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSDB – DF) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao nobre Senador José Roberto Arruda.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSDB – DF) Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Sr*s e Srs. Senadores, por decisão de V. Ex* e dos Líderes da Casa, foi implantada e já fez a sua primeira reunião a Comissão Especial do Congresso Nacional destinada a acompanhar, nos termos da lei, os trabalhos da Abin. Essa Comissão é presidida pelo ex-Presidente da República e ex-Presidente desta Casa, Senador José Sarney, e tem como Vice-Presidente o Deputado Luiz Carlos Hauly.

Logo que essas notícias tornaram-se públicas, procurou-me o Ministro General Cardoso, manifestando o seu desejo de, o mais rapidamente possível, sob a ótica do Congresso, comparecer à Comissão especialmente criada para esse fim, com o objetivo de colocar à nossa disposição todas as informações e análises e de responder a todos os questionamentos.

Em entendimentos com o Presidente da Comissão, José Sarney, e com o Vice-Presidente, Deputado Luiz Carlos Hauly, ficou agendada para amanhã, às 14 horas, a vinda do General Cardoso a essa Comissão Especial. Em respeito à Comissão que nós mesmos criamos, em respeito ao que determina a lei que votamos, a de criação da Abin, deveríamos todos desta Casa concordar com vinda de S. Ex* a essa Comissão Especial.

Sr. Presidente, se os ilustres membros dessa Comissão, Líderes da Maioria e da Minoria na Câmara Federal e no Senado Federal, depois de cumprida a missão e ouvido S. Ex* o General Alberto Cardoso, julgarem por bem relatarem a uma das Comissões ou ao Plenário que determinado assunto ou todos os assuntos tratados naquela reunião deveriam merecer a atenção da Casa, não nos furtaremos a essa análise. Mas a vinda do Ministro ao plenário antes que essa Comissão cumpra o seu dever constitucional de ouvi-lo seria, na minha opinião e na opinião da Liderança do Governo, trocar as etapas e o tempo natural das coisas.

Sr. Presidente, um acordo de Lideranças pode regimentalmente resolver o impasse. Fiz tudo isso instado pelas Lideranças, tanto do Governo quanto de Oposição, que querem ouvir o General Alberto Cardoso e, obviamente, ouvi-lo antes na Comissão.

Peço vénia a V. Ex*s para encaminhar à Mesa, neste instante, o requerimento para que a vinda do Ministro se dê como está acertado com o Presidente e o Vice-Presidente da Comissão e com os demais Líderes: amanhã, às 14 horas. Depois, obviamente, com todo respeito que merece o Senador Jefferson Péres, se essa Comissão, cumprida a sua obrigação, julgar que devemos nos manifestar de outras

formas, não nos furtaremos a discutir o requerimento de S. Ex*.

Solicito a V. Ex*, Sr. Presidente, que esses outros requerimentos sejam instados até que o General Cardoso compareça à Casa amanhã e que, depois de ouvido na Comissão, pudéssemos eventualmente discuti-los.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra a V. Ex*.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR) – Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr*s e Srs. Senadores, o Plenário do Senado, o Senado da República e a Câmara Federal não falam pela voz dos seus Líderes, mas pelo conjunto dos Senadores e dos Deputados, na forma do Regimento Interno. Mesmo V. Ex*, que é Presidente do Senado e que o representa em solenidades e recebe citações, preside a reunião do plenário e fala quando o Senado deve fazê-lo.

Estou tentando dizer que essa Comissão Especial de Fiscalização da Abin é absoluta e rigorosamente inconstitucional, por não poder substituir o conjunto dos Senadores e dos Partidos na sua pluralidade.

Razoável seria que, neste momento, votássemos o requerimento do Senador Jefferson Péres e que o General Cardoso se dirigisse ao Senado.

Essa Comissão Especial, evada de inconstitucionalidade, não resistiria a uma medida judicial. O exemplo multiplica-se em todos os legislativos brasileiros: essa tentativa, na maioria das vezes bem intencionada, de fazer com que minorias eventuais substituam a voz do Parlamento. Uma comissão pode funcionar num exame preliminar de uma matéria, mas jamais pode substituir a instituição na fiscalização da Abin ou na fiscalização do Poder Executivo.

Cometemos uma inconstitucionalidade ao votarmos favoravelmente à constituição dessa Comissão, que, por ser limitada, jamais fiscalizará coisa alguma.

Nesse sentido, encaminho o voto favorável ao requerimento do Senador Jefferson Péres.

O SR. EDUARDO SUPILY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra a V. Ex*.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, é de grande importância o requerimento do Senador Jefferson Péres e de mais de dez Senadores relativo à natureza das atividades da Agência Brasileira de Inteligência. Tendo em vista os procedimentos divulgados à imprensa sobre como estaria essa Agência observando, acompanhando os passos ora do Governador Itamar Franco, ora dos assessores do Ministro da Saúde José Serra, ora do filho do Presidente Fernando Henrique Cardoso, ora de Parlamentares do Congresso Nacional, ora do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, dos movimentos sociais, considero da maior relevância que todos os Senadores ouçam o General Alberto Cardoso. Como disse o Senador Roberto Requião, trata-se de uma questão de interesse do Plenário do Senado.

O depoimento do General Alberto Cardoso deve ser realizado em duas partes. Primeiramente, em reunião aberta, S. Exª poderia responder a todas as questões que nós, Senadores, achássemos importantes. Se houver algumas questões que o General Alberto Cardoso considere que somente podem ser reveladas em reunião reservada, poderemos transformá-la em secreta.

Devemos manter o requerimento do Senador Jefferson Péres. Se o General Alberto Cardoso, espontaneamente, quiser vir amanhã fazer alguns esclarecimentos perante a Comissão Mista, segundo o Líder Senador José Roberto Arruda, nós poderíamos votar o requerimento do Senador Jefferson Péres depois dessa visita. Esse pode ser um caminho, mas, mesmo vindo o General Alberto Cardoso, tendo ele prestado esclarecimentos a esta Comissão, avalio que permanece a necessidade, dada a relevância dos temas, de o esclarecimento ser efetuado para todo o Senado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – (Faz soar a campainha.)

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Gostaria, então, de transmitir esse ponto de vista.

Acredito que a Senadora Heloísa Helena complementará o ponto de vista do Bloco de Oposição.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra a Senadora Heloísa Helena.

A SRª. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr's e Sr' Senadores, alguns pronunciamentos acabam nos levando a discutir algo além do que é a motivação específica do requerimen-

to. É fundamental lembrar a esta Casa que foi ela quem aprovou, por unanimidade, o Conselho. Então, se alguém o aprovou sem saber o que estava ratificando, tratou-a como um código moral particular ou como uma demonstração de servilismo a quem quer que seja, alguém esqueceu e acabou votando-o aqui.

É evidente que ninguém aqui é ingênuo o suficiente para imaginar que um conselho ou o Plenário vai arrancar todas as verdades e todo o detalhamento de uma ação de inteligência: nem aqui, nem em nenhuma nação do mundo. Não vamos ser vendedores de ilusões a ponto de dizer que um conselho ou um plenário arrancará a verdade de quem quer que seja, representando um órgão de inteligência do Governo Federal, e que vai fazer absolutamente tudo. Não vamos fazê-lo.

O que o Conselho de Fiscalização e Controle quer fazer, conforme reza a Legislação aprovada em dezembro de 1999 e que foi motivação inclusive da Oposição, quando apresentou um projeto de decreto legislativo, é ao menos estabelecer alguns mecanismos concretos e eficazes para minimizar os efeitos do que vem sendo feito até agora. Se efetivamente há fatos ocorrendo na surdina, ninguém vai dizer o contrário, pois incorreria em crime de responsabilidade, desrespeito ao Estado democrático de Direito, aos direitos e garantias individuais e às instituições democráticas. A produção e análise de conhecimento de um serviço de inteligência não pode servir para criar um monstrengos deformado: ou da herança do SNI ou a serviço de um grupo político que comanda um país. Disso todo mundo aqui sabe.

Saudo o gesto do Senador Jefferson Péres, que entende que o Conselho de Fiscalização deve ouvi-lo. Não há nenhuma discussão contrária a isso. Estará disponível amanhã. Será escutado amanhã. Isso não tira de nenhum parlamentar desta Casa a possibilidade de querer ouvir e questionar o General Alberto Cardoso, por fatos públicos que têm ocupado páginas e páginas de jornais e revistas.

O referido Senador está retirando o requerimento, solicitando que a matéria não seja votada hoje, em acordo conosco e com a Liderança do Governo. Assim, a proposição deve ser inserida na Ordem do Dia da próxima terça-feira para que, à luz das discussões no Conselho amanhã, possamos analisar, avaliar o citado requerimento na próxima terça-feira.

Portanto, Sr. Presidente, o Senador Jefferson Péres solicita o adiamento da votação do requerimento para a próxima terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Senador Jefferson Péres, V. Ex^a solicita o adiamento do requerimento?

O SR. JEFFERSON PÉRES (Bloco/PDT – AM.) – Sr. Presidente, considero fundamental que esta Casa se manifeste sobre o meu requerimento, não necessariamente hoje. Se é consenso que ele seja votado na terça-feira, não tenho nada a opor.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Estou enviando um requerimento para que V. Ex^a solicite o adiamento da votação da matéria para terça-feira.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSDB – DF) – Sr. Presidente, também retiro o Requerimento nº 594, de 2000, que era da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ficando apenas o da Comissão Especial.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas peço a V. Ex^a para que, se for possível, solicite ao Senador José Sarney que a reunião seja feita num lugar espaçoso, porque, tenho certeza, há muitos outros Parlamentares que não fazem parte da comissão mas que gostariam de assisti-la.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Senador Pedro Simon, o apelo de V. Exa. será levado ao Vice-Presidente, Deputado Luiz Carlos Hauly, que irá presidir a reunião.

Devo dizer a V. Ex^a que, sobre este assunto, fez-se uma confusão talvez desnecessária, porque, em primeiro lugar, o General Cardoso me comunicou o seu desejo de vir o mais breve possível – e enviou-me, inclusive, uma carta sobre isso, além de me falar ao telefone. Ele esperava, disse-me, uma convocação da Comissão de Educação. No dia da instalação desse órgão de controle, discutiu-se para onde deveria primeiro se dirigir o General Alberto Cardoso. Naquela ocasião, ficou acertado que seria numa reunião no dia de hoje, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com a presença de membros das Comissões das Relações Exteriores desta Casa e da Câmara dos Deputados.

A minha surpresa, porque eu não sabia da parte da Comissão de Educação, surge agora esse requerimento do Senador José Roberto Arruda, que será votado, uma vez que deverá ser adiado o do Senador Jefferson Péres, propondo a ida do General Cardoso

ao Órgão de Controle, amanhã, às 14 horas. Vamos fazer isso, embora no Órgão de Controle a votação tenha sido outra, tenha sido para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Mas o Plenário, como disse o Senador Roberto Requião, e como é evidentemente lógico, é soberano. E ele então vai decidir agora, dentro do que entendo, para ir ao Órgão de Controle, amanhã, às 14 horas, conforme requerimento que será lido. Na terça-feira, de qualquer maneira, a julgo do Senador Jefferson Péres, será votado o requerimento de S. Ex^a.

O assunto está esclarecido e, assim, podemos votar primeiramente o requerimento de adiamento e posteriormente o requerimento do Senador José Roberto Arruda.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 595, DE 2000

Adiamento da votação para determinado dia.

Nos termos do art. 315, combinado com o inciso III do art. 279 do Regimento Interno, requeiro adiamento da votação do Requerimento nº 567, de 2000 a fim de ser feita na sessão de 5 de dezembro de 2000.

Sala das Sessões, 29 de novembro de 2000. – Deputado Jefferson Péres.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Sr^{os} Senadores que o aprovam querem permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 596, DE 2000

Requeiro que a convocação do Ministro-Chefe do Gabinete da Segurança Institucional da Presidência da República seja transferida para o âmbito do Órgão de Controle e Fiscalização Externos da Política Nacional de Inteligência.

Sala das Sessões, 29 de novembro de 2000. – Deputado José Roberto Arruda.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Antes de submeter o requerimento à deliberação do Plenário, a Presidência informa aos Srs. Senadores que este requerimento será votado neste Plenário em face da falta de normas disciplinadoras do funcionamento do Órgão de Controle e Fiscalização externos da Política Nacional de Inteligência, conforme foi ressaltado pelo seu Presidente, Senador José Sarney, quando da sua instalação.

Todavia, fica certo que a competência para a convocação de Ministros de Estado para comparecer a esse Órgão é do seu Plenário.

Com esses esclarecimentos, passa-se à votação do requerimento.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Sr^{os} Senadores que o aprovam querem permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário. Amanhã, comparecerá, às 14 horas, ao Órgão de Controle e Fiscalização externos da Política Nacional de Inteligência o General Alberto Cardoso.

A Presidência defere a retirada do Requerimento n.º 594, em atendimento à solicitação do Senador José Roberto Arruda.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Esgotadas as matérias constantes da Ordem do Dia.

Passa-se à apreciação do parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final ao Projeto de Lei do Senado n.º 591, de 1999-Complementar, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte:

PARECER N.º 1.164, DE 2000

(Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Lei do Senado n.º 591, de 1999 Complementar.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Lei do Senado n.º 591, de 1999 – Complementar, que altera a composição do Conselho a que se refere a Lei Complementar n.º 66, de 17 de junho de 1991 consolidando as Emendas n.ºs 1 e 2, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e procedendo as alterações redacionais para adequação à Lei Complementar n.º 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Sala de Reuniões da Comissão, 29 de novembro de 2000. – **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente, **Eduardo Suplicy** – Relator, **Geraldo Melo** – **Carlos Patrocínio**.

ANEXO AO PARECER N.º 1.164, DE 2000

Redação final do Projeto de Lei do Senado n.º 591 de 1999 – Complementar.

Altera a composição do Conselho Deliberativo da Sudene a que se refere a Lei Complementar n.º 66, de 12 de junho de 1991.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 1º da Lei Complementar n.º 66, de 12 de junho de 1991, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VIII:

“VIII – um representante dos municípios situados na área de atuação da Sudene.” (AC)*

Art. 2º O art. 1º da Lei Complementar n.º 66, de 1991, passa a vigorar acrescido do seguinte § 5º:

“§ 5º O representante dos municípios a que se refere o inciso VIII será indicado por entidade que congregue a maioria das Associações Estaduais de Municípios e Federações Estaduais de Municípios dos Estados situados na área de atuação da Sudene.” (AC)

Art. 3º Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido e aprovado o seguinte:

REQUERIMENTO N.º 597, DE 2000

Dispensa de publicação de redação final.

Nos termos do art. 321 do Regimento Interno, requeiro a dispensa de publicação do Parecer, para imediata discussão e votação da redação final do Projeto de Lei do Senado n.º 591, de 1999 – Complementar, de autoria do Senador Freitas Neto, que altera a composição do Conselho a que se refere a Lei Complementar n.º 66, de 17 de junho de 1991.

Sala das Sessões, 29 de novembro de 2000. – **Eduardo Suplicy**.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Aprovado o requerimento, passa-se à imediata apreciação da redação final.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Sr^{os} Senadores que aprovam querem permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

O projeto vai à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Volta-se à lista de oradores.

Pela liderança do PMDB, com a palavra o Senador Maguito Vilela.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de iniciar o meu pronunciamento, eu gostaria de deixar patenteada aqui a honra de todos os Senadores goianos e de todo o povo goiano pela aprovação, na tarde de hoje, do nome do Desembargador Sebastião de Oliveira Castro Filho para ocupar uma das vagas do Superior Tribunal de Justiça do nosso País. Doravante, com a nomeação feita pelo Sr. Presidente, o Ministro Castro Filho assumirá aquela função importante, sendo o primeiro goiano, o primeiro Desembargador do Centro-Oeste brasileiro a exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça. Quero dizer, passada a votação, que se trata de um dos Desembargadores mais integros do nosso Estado, Desembargador correto, honesto, probo, um luminar do Direito em Goiás e que será luminar do Direito em todo o País.

O segundo motivo de satisfação, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é em função do Dia Internacional da Solidariedade ao Povo Palestino. Também hoje o Congresso Nacional recebe a visita dos formandos em Direito da querida, rica, vasta e promissora cidade de Rio Verde. De forma que, hoje, foram vários os momentos de alegria para todos nós goianos, principalmente o Senador Iris Rezende, o Senador Albino Boaventura e para este Senador.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a data de hoje marca a comemoração do Dia Internacional da Solidariedade ao Povo Palestino, um marco histórico que representa a decisão das Nações Unidas tomada em 1947 que determinava a criação de dois estados na Palestina: um judeu e o outro árabe. Como se sabe, uma determinação que não se efetuou por completo. Os judeus se estabeleceram, mas o mes-

mo não aconteceu com os palestinos, que hoje formam uma grande comunidade de cerca de cinco milhões de pessoas que vivem dispersadas, sem terra, sem lar, sem pátria e, acima de tudo, sem dignidade. A maioria se espalha nos territórios ocupados da Cisjordânia e Gaza, e outros vivem em países árabes vizinhos ou espalhados pelo mundo, inclusive em nosso querido Brasil.

Gerações inteiras têm crescido levando uma vida paliativa; muitos estão longe de seu solo ancestral, enquanto outros crescem e amadurecem conhecendo apenas a dura e injusta vida no campo dos refugiados.

Hoje, em diversas partes do mundo, inclusive na sede da Organização das Nações Unidas em Nova Iorque, essa data é lembrada com inúmeras atividades, festividades, manifestações e debates. Este ano, em função dos graves conflitos registrados em Jerusalém, essas discussões ganham em importância e devem estar voltadas para a busca da paz no Oriente Médio e para a consolidação do tratado que prevê a coexistência de palestinos e judeus naquela mesma região. O mundo deve trabalhar nesse sentido.

É inconcebível, nos dias de hoje, que dois povos evoluídos como israelenses e palestinos possam viver permanentemente em conflito, permanentemente em guerra, com a população dos dois lados continuamente intranquilas, acuadas, sem saber se estarão vivas no dia de amanhã.

Os esforços de todas as nações na busca da paz precisam ser redobrados. A violência na região continua crescendo em escala assustadora, o que impede, naturalmente, a retomada das negociações. É necessário um cessar-fogo imediato para que os líderes dos dois povos possam voltar a dialogar. E o que estamos vendo é exatamente o contrário: o aprofundamento da crise. Já são dois meses de conflitos armados que fizeram 250 mortos e milhares de feridos e mutilados, entre os quais dezenas de crianças com menos de 10 anos de idade.

A crise se aprofunda a tal ponto que não sabemos mais se estamos tratando de conflitos entre grupos radicais ou se se trata de uma guerra de verdade. Mergulhados num ciclo cego de ataques mútuos, o número de confrontos aumenta dia a dia e, com eles, o número de vítimas.

Em Israel, alguns segmentos já defendem o uso do poderio militar do país para iniciar de verdade a guerra, com o objetivo, naturalmente, de destruir as cidades ocupadas pelos palestinos. E uma série de medidas com o objetivo de sufocar a economia pales-

tina já está em andamento. Nesse contexto, faz-se fundamental a participação de observadores ou mediadores internacionais, uma idéia a que Israel antes se opunha, mas agora dá sinais de aceitar. Esse é um elemento importante para garantir que os direitos e a soberania dos dois lados sejam respeitados, pois trata-se de única forma de se chegar a um consenso e de se evitar que a crise no Oriente Médio se transforme de vez em guerra, com elementos muito mais bárbaros do que os que já estamos vendo todos os dias.

A intervenção internacional se faz urgente. Não haverá paz dentro do contexto presente hoje na região onde os israelenses, assentados no estado judeu, continuam exercendo uma forte ocupação militar nos territórios palestinos. No estágio atual das relações diplomáticas internacionais, isso é algo praticamente inadmissível.

É preciso voltarmos às determinações extraídas das Conferências de Madri e Oslo, há quase uma década, quando os israelenses se comprometeram a retirar-se dos territórios ocupados desde a guerra de 1967. Esse é um ponto fundamental para a paz. Sem o fim da ocupação, os palestinos não poderão, como os israelenses, se estabelecerem como uma pátria verdadeiramente livre. Não haverá paz se apenas um dos lados tiver o direito à autonomia e à soberania.

É natural e compreensível a frustração dos palestinos com os resultados de anos intermináveis de negociações. Aqueles que permanecem na região pátria amontoam-se em 40% da Cisjordânia e 80% da Faixa de Gaza. Mesmo assim, vivendo em aldeias e cidades cercadas por postos de controle israelense, o que os reduz a uma inevitável situação de indignidade, sofrimento e humilhação. Sofrimento de que, naturalmente, os judeus também são vítimas em função do estado de guerra em que estão envolvidos. Mas a verdade é que a busca da paz encontra-se quase toda nas mãos de Israel, que reluta em cumprir os tratados já estabelecidos. Os gestos de violência devem dar lugar a um cessar-fogo imediato, ponto de partida para a retomada do diálogo, com base nas resoluções da ONU, que propõe a criação dos dois Estados. Só dessa forma, com o respeito aos direitos dos dois povos assegurados de maneira igualitária, será possível pensar na construção de uma paz duradoura.

O meu objetivo ao vir hoje a esta tribuna não é outro senão chamar a atenção para a busca da paz no Oriente Médio. O impasse a que se chegou exige de todas as nações, inclusive do Brasil, o empenho para que o bom senso se sobreponha à irracionalidade da violência e das sucessivas mortes que assolam esses dois povos há várias gerações. Dois povos

que, ao longo da História, já sofreram demais com guerras, privações, humilhações e perseguições.

O Brasil também precisa dar a sua contribuição. A interferência externa, repito, é fundamental para que a paz prevaleça e palestinos e judeus concretizem o sonho de viver num ambiente de harmonia, tendo um lar, uma pátria, soberania e independência, o mínimo a que uma nação pode aspirar.

O ambiente nervoso e emocional em que esses dois povos estão envolvidos acaba por impedir um debate racional sobre o problema. É por isso mesmo que apenas com o engajamento e a intermediação de forças econômicas e políticas mundiais, isentas e distantes do emocionalismo da guerra, poder-se-á chegar a um acordo justo, um acordo que possibilite tanto aos israelenses quanto aos palestinos estabelecerem uma pátria de harmonia e progresso para seus cidadãos.

Neste Dia Internacional de Solidariedade ao Povo Palestino, deixo registrada minha solidariedade a essa gente sofrida, mas forte e crente em novos dias de paz e de crescimento. Da mesma forma, registro o meu respeito pelo povo israelense. Fica aqui o meu apelo e minha torcida para que prevaleçam o diálogo e a sensatez, elementos essenciais para que a paz possa ser construída em toda a sua plenitude.

Muito obrigado.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a concede-me um breve aparte?

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Se o Presidente permitir, gostaria de ouvir o nobre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Lamento Senador Eduardo Suplicy, mas S. Ex^a está fazendo uma comunicação inadiável.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Entendi que S. Ex^a estava falando como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – V. Ex^a tem razão. S. Ex^a estava inscrito para uma comunicação inadiável, mas acabou falando como Líder.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Os dois têm razão, Sr. Presidente. Realmente, estava inscrito para fazer uma comunicação inadiável, mas depois pedi ao Líder Jader Barbalho para falar pela Liderança de meu Partido.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Senador Eduardo Suplicy, gostaria que V. Ex^a fosse bastante breve.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Maguito Vilela, gostaria de manifestar minha solidariedade com o ponto de vista externado por V.

Ex^a. Em todo o Brasil, não só em São Paulo, encontramos, dia a dia, pessoas das mais diversas origens do Oriente Médio – árabes, judeus, palestinos, libaneses – trabalhando lado a lado, realizando atividades do comércio, da indústria. Conseguiram, no Brasil, dar demonstração de que todos esses povos podem perfeitamente viver em paz. Para nós brasileiros torna-se um tanto difícil compreender por que razão está sendo tão difícil superar os problemas. É importante todo o esforço que nós brasileiros pudermos empreender no sentido de canalizar energias para que o Oriente Médio encontre o caminho da paz e da compreensão baseado em termos de justiça para todos os povos. V. Ex^a disse uma palavra que tem o apoio, acredito, de todos nós Senadores.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Agradeço ao nobre Senador Eduardo Suplicy e incorpo a sua bela intervenção ao meu pronunciamento. Agradeço também ao Sr. Presidente pela tolerância e pela compreensão.

Durante o discurso do Sr. Maguito Vilela, o Sr. Antonio Carlos Magalhães, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Carlos Patrocínio, 2º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra para uma comunicação ou pela Liderança do PT ao eminente Senador Lauro Campos

O SR. LAURO CAMPOS (Bloco/PT – DF) Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, pretendo fazer hoje um discurso preventivo. Penso que vai ficar muito claro por que este meu pronunciamento tem esse sentido.

A valorosa imprensa brasileira possui em seus quadros jornalistas do mais alto nível. Tem, até mesmo, alguém que considero um gênio e que acaba de lançar um livro chamado Mar Negro. Esse jornalista, Sr. Mauro Santayana, não tem sequer o curso primário. Esse fato só indica a precariedade e os limites do nosso sistema de ensino. Como uma pessoa como Mauro Santayana um dia na vida chega a recusar o cargo de Ministro das Relações Exteriores, que lhe foi oferecido por um dos Presidentes. Ele é gênio. Mauro Santayana é gênio.

Mas, do outro lado, existem centenas de focas, seguidos de paparazzi, fotógrafos vagabundos, que, sem saber o que fazer e como escrever, ficam azucrando a vida das pessoas.

Agora, já começaram; só porque disse, um dia, que ia doar cerca de 400 hectares de terra para o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra. Noam Chomsky, um dos maiores pensadores do mundo, afirma que o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra é o mais importante movimento social das Américas. Eu já estava convencido disso e já havia escrito coisas parecidas muito antes de ler Noam Chomsky.

De novo, as classes dirigentes, as elites deste país, a burguesia burra, teima em acabar dando com os burros n'água, fazendo coisas contraproducentes, que revertem, logo em seguida, contra seus próprios interesses. Estou cansado de ver e perceber isso.

Agora, por exemplo, estamos apoiando um salário miserável que está sendo imposto a nós, com argumentos capengas, como, por exemplo, que estou riar a Previdência. É o que dizem alguns mentirosos e medrosos.

Não se poderia esperar mais daqueles a quem Rubens Ricupero chamou "bandidos". Sim; Rubens Ricupero, uma pessoa muito admirável a quem sempre presto minhas homenagens, comprovou-me que o capitalismo não suporta a verdade. Por isso, todas as elaborações teóricas, seja no campo da política, seja no da economia ou de outras ciências sociais, constituem ideologias, mentiras bem fabricadas, inteligentes, mas essencialmente mentirosas, porque o capitalismo não suporta a verdade. Por isso, quando o Ministro Rubens Ricupero disse ao jornalista Carlos Monforte que "eles são todos bandidos", uma semana depois ninguém conseguia recuperá-lo, e S. S^a foi demitido do Governo; demitido porque deixou escapar, pelas antenas parabólicas, uma verdade: "Eles são todos bandidos. Não é Monforte?"

Sr. Presidente, Sr^a Senadora, Srs. Senadores, tenho pouco tempo e o assunto é longo. Assim, em relação a essa questão do salário, devo lembrar que o Brasil é um país dirigido por uma elite tão medíocre, tão tapada, que nunca percebeu que, ao expulsar os trabalhadores que faziam o movimento dos sem-terra nos anos 60, iriam, obviamente, empurrá-los para São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Brasília, onde eles se tornariam milhões de favelados sem ideologia, sem comida, sem esperança, fazendo deste Brasil de hoje o resultado inexorável do que aconteceu já há muitos anos: uma formação deformada.

Certo dia, talvez para provocar meus amigos de Paracatu, que são quase todos fazendeiros, disse-lhes, em discurso que fiz quando empossado na Academia de Letras, que, ao se recusarem a ceder um alqueire de terra para a reforma agrária, colheriam como resultado essa crise da agricultura; crise que

empobrece fazendeiros, agricultores, mostrando, por fim, que o General Golbery do Couto e Silva tinha razão: a deusa grega da distribuição da renda é a mesma deusa da destruição. Ou se distribui, ou se é destruído!

Já agora estão por aí soltando foguetes por causa desses míseros R\$180,00 – e o social democrata Fernando Henrique Cardoso queria que não passassem de poucos R\$170,00. Vejam bem, Excelências, o que acontece? E fisco que não sou eu quem o está dizendo – por causa disso já briguei, em 1970, com um amigo meu. No livro intitulado **Capitalism since 1945**, Philip Armstrong et alii afirmam "que os aumentos de salário são a causa imediata das renovações". Assim, o critério para a renovação capitalista das máquinas velhas não é o de estar a máquina fisicamente ultrapassada. A maior parte da maquinaria é retirada de uso muito antes de ter se desgastado. O que esses três professores ingleses estão dizendo é que só o salário elevado leva os capitalistas a substituírem máquinas velhas por máquinas novas, uma vez que as inovações tecnológicas só ocorrem onde o custo da mão-de-obra é elevado. Destarte, os empresários são obrigados a comprar máquinas novas para economizar o fator caro: mão-de-obra, força de trabalho. É por isso que o Japão atingiu uma renda per capita de US\$39 mil. Os sindicatos lá surgiram em 1914; não os de Febraban ou Fiesp, mas os dos trabalhadores, marxistas, haja vista que o marxismo despontou naquele país em 1880.

Essas conquistas do salário, esses aumentos do salário é que levam uma economia capitalista a se dinamizar, a incorporar inovações tecnológicas constantes, a sucatear o equipamento industrial velho, ainda que servível. Contudo, há uma obsolescência tecnológica que sucateia o capital, obrigando os industriais a adquirirem e porem em prática uma nova geração de equipamentos.

O Brasil, durante décadas, em virtude dessa burrice, desse individualismo, desse egoísmo, preferiu uma outra opção, a opção burra: preservar o trabalhador como escravo, com salários em nível de fome, pensando que assim aumentaria seus lucros. De repente, porém, com a competição externa, obviamente, os capitalistas que dormiam sobre as tecnologias antigas, que não fizeram os investimentos inovadores, pagando ninharia, tuta-e-meia aos seus trabalhadores, foram arrasados, sucateados pela concorrência internacional. E não havia outro jeito, pois durante décadas eles não inovaram, preferiram pagar um salário mínimo miserável, que não os obrigava a se moverem: Se o salário fosse mais elevado, eles, capita-

listas, para aumentarem os seus lucros, estariam adquirindo tecnologias novas.

O salário baixo atrai o capital estrangeiro; o salário baixo congela a tecnologia. Foi isto que aconteceu com a economia brasileira. Pagamos um preço altíssimo.

De outra parte, temos ainda, no campo, 30% da população economicamente ativa do Brasil – os Estados Unidos têm 2,5% apenas. Então, só porque foram obrigados a assinar carteiras de trabalho, foram obrigados a expulsar os trabalhadores de suas terras, criando os bôias-frias, só porque tiveram que fazer recolhimentos à Previdência, os fazendeiros brasileiros incorporaram tecnologias novas, compraram tratores, "tratoraram" a população para os grandes centros, para as favelas, onde os conflitos mudaram de forma. Agora são 130 assaltos a ônibus, por mês, em São Paulo, Capital. Então, são esses números fantásticos que vemos todo dia pela televisão, com crimes, assaltos a bancos, a pessoas, a casas; homens-aranha subindo pelas paredes, pessoas se transformando em verdadeiros monstros. Isso não se produz assim do nada, **ex nihil**.

Para concluir, digo que a vida está ficando difícil. Já foram lá em casa duas revistas para fotografar a minha casa e publicar em duas páginas dessa tal de *Veja*, essa revista mafiosa, e uma outra na primeira página interna de uma revista da *Globo*. A minha casa.

Agora, porque falei outro dia, desta tribuna, que o meu pai abriu mão de uma herança enorme para os seus 17 irmãos e eu estou abrindo mão também... e foi no dia em que falaram que a fazenda do Presidente FHC era um símbolo igual à Bandeira Nacional. Meu Deus! Ali em Serra Bonita, em Buritis. Meu pai tinha lá, e deixou para nós, 2.024 hectares de terra. Recebi agora a escritura e doarei 400 hectares meus que recebi de herança. Em vez de solicitar auxílio do Exército para proteger minha propriedade, pois não tenho poder para tanto, e de fazer loucuras – porque entendo que isso é loucura –, abrirei as porteiras para que os trabalhadores possam ir até lá com as suas enxadas lavrar a escritura definitiva daquela terra. Essa lavratura só pode ocorrer mediante trabalho humano e não por meio de conversa fiada ou "nhenhenhém".

Estou fazendo o que a minha cabeça, na prática, me ensinou ao longo da minha vida. Há aproximadamente 60 anos, o meu trisavô tinha 480 mil hectares em Porangatu e em Uruaçu – era parte das terras que ele tinha. Ele transferiu-se para Paracatu e, então, um descendente seu, Sr. Pedro Salazar, pegou as procurações dos Almeida Magalhães, que são parentes nossos, da Senhora do Milton Campos, a D. Déa, que

é parente nosso, do pessoal descendente do Desembargador Resende Costa, todos casados com irmãs das minhas avós. Então, pegou essas procurações todas e vendeu os nossos direitos de herança para um senhor chamado Belarmino Cruvinel, aqui de Goiás. Se ele vendeu, bem ou mal, isso está terminado. Então, eu não posso mais, do total dessas terras de 480 mil hectares, dar a parte que me caberia. Mas estou fazendo aqui agora.

Então, peço desculpa por ser tão pouco – apenas 400 hectares –, mas não quero dar exemplo para ninguém. Não quero dar exemplo para o Senhor Presidente da República, que disse e escreveu várias vezes que era marxista, e agora desrespeita o trabalho do próximo. Essas terras em Buritis são encostadas nas augustas e intocáveis propriedades de Sua Majestade o Presidente da República, que lançou mão de forças do Exército e disse que essas terras adustas, essas terras miseráveis não são miseráveis porque o trabalho humano abençoa tudo, essas "terrinhas", se transformaram, de acordo com o Sr. Nelson Jobim, Ministro nomeado por Sua Excelência para o Supremo Tribunal Federal, em um símbolo da pátria. Símbolo da pátria! É triste, isso é muito triste!

De modo que então, ainda que fosse apenas para um confronto, nós, que pensamos tanto, durante tantos anos, de uma maneira muito semelhante, e agora, apenas para dar um exemplo a ele – e isto todos os meus alunos me ouviram falar a vida inteira: nunca fui guru de ninguém –, eu gostaria de ser guru neste caso: Vamos deixar disso, não vai trabalhar lá nada; você está com quase 70 anos, apesar da maquiagem, chegou a hora de deixar essas coisas, de colecionar terra, de colecionar dinheiro... Dinheiro não é merda, escreveu Marx em *O Capital*. Mas merda pode ser dinheiro. E Freud disse que "o dinheiro, o símbolo universal do dinheiro é merda". E que "a merda e a sua coleção está ligada aos processos excretores, à fase anal". Isso quem escreveu foi Freud.

Vamos parar de juntar capim e de juntar excrescências no estômago e nas contas bancárias. Vamos parar com isso.

Tenho dois irmãos que também são herdeiros, mas a minha irmã, por exemplo, sei que gostaria de doar sua parte, inclusive porque não deve precisar disso. O meu cunhado é Goés Monteiro, sobrinho do General Goés Monteiro, filho do Edgar Goés Monteiro, usineiros em Alagoas. Ele é neto do Osman Loureiro, professor e usineiro. Então, a minha irmã deve estar muito bem. Ela também poderia, se estivesse tão bem assim, abrir mão da parte dela, e aí seria maior o

quinhão que nós poderíamos passar. Mas o meu está garantido. O meu direito de herança, logo que possível e desde que essa imprensa pare de me aborrecer, de me cobrar... Já foram até lá, querendo localizar. Falei com os repórteres, esses que pensam que são jornalistas: "Não adianta ir lá, porque vocês não vão encontrar". Agora está aqui. Se quiserem, tem todas as divisas: são 2.024 hectares e 20 ares, tudo aqui. Fica num lugar chamado Cordas Grossas. Tem uma parte melhor, de cultura, com 122 hectares, e o restante, perfazendo os 2.024 hectares e 20 ares, contíguas a essas terras, distrito de Serra Bonita, no Município/Comarca de Buritis.

Eu gostaria, Sr. Presidente, para terminar, de dar como lido o que não pude incluir agora na minha leitura, ou seja, este documento do MST, que é o único movimento social no Brasil hoje, infelizmente, a que não faço reparo.

"Não perderam o conteúdo ideológico...", porque, ao perder o conteúdo ideológico, a luta de classe se transforma nessa bagunça, nesse caos, nessa agressão sem sentido, roubando, matando para retirar um tênis, um sapato, por cinco reais, do próximo ou por um prato de comida.

O MST, não! O MST continua com a sua integridade, com a sua compostura, com a sua vontade de encontrar um lugar onde possa ser útil à sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Eminentíssimo Senador Lauro Campos, alguns outros Srs. Senadores me pediram que lhes assegurasse a palavra. Portanto, peço a V. Ex^a que não conceda apartes e que encerre.

O SR. LAURO CAMPOS (Bloco/PT – DF) – Peço a V. Ex^a que considere como lido esta parte do meu pronunciamento que não posso, infelizmente, lê-lo.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

SEGUE DISCURSO, NA INTEGRA, E DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LAURO CAMPOS EM SEU PRONUNCIAMENTO:

O SENADOR LAURO CAMPOS (PT/DF) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o Governo FHC certamente vai entrar para a história, como ambiciona o seu chefe supremo, mas não da forma como ele deseja. FHC vai ficar marcado na memória do povo brasileiro como o presidente que melhor cumpriu o papel de testa-de-ferro dos interesses imperialistas no nosso País. O Governo FHC está prestes a completar

seis anos, e está ficando cada vez mais claro para o povo que o legado que FHC nos deixa, é o de uma Nação desestruturada. Esse legado se caracteriza por três elementos centrais: a fragilidade macroeconômica; a degradação social e a deterioração político-institucional.

No que diz respeito à fragilidade macroeconômica, a despeito do velho nhém-nhém-nhém (para usar um termo do gosto de FHC) do controle da inflação, o que prevalece é a extrema vulnerabilidade das contas externas, expressa numa dívida externa de 240 bilhões de dólares, e numa remuneração do passivo externo (juros e remessa de lucros) da ordem de US\$23 bilhões/ano; a degradação das contas públicas, marcada por uma dívida pública líquida atualmente de 550 bilhões de reais, e por gastos com juros dessa dívida, que atingem mais de 80 bilhões de reais/ano; e o desmantelamento do aparelho produtivo nacional, com o capital estrangeiro controlando todos os setores mais dinâmicos da economia doméstica.

Em relação à degradação social, o que se tem é um enorme crescimento do desemprego, com 8 milhões de desempregados nas cidades e 4 milhões de camponeses sem terra; o total sucateamento dos serviços públicos; e a perpetuação da 2ª pior distribuição de renda do mundo.

Por fim, quanto à deterioração do quadro político-institucional, ele se caracteriza pelo crescente descredito das instituições, incluindo o Congresso Nacional, o aparelho judiciário e policial, as universidades, a imprensa etc.; e pela decadência ética e moral da sociedade, na qual campeia a corrupção, consequência lógica de uma sociedade que privilegia os interesses individuais em detrimento dos coletivos, e que levam ao desrespeito aos direitos elementares das pessoas e à própria vida.

Segundo o Banco Mundial, a estrutura social brasileira tem 1% de ricos (2 milhões de pessoas), a classe média é representada por 33% (55 milhões), e 66% (110 milhões de pessoas) estão distribuídos entre pobres (36% ou 60 milhões) e miseráveis (30% ou 50 milhões). A história do Brasil moderno, urbano e industrial, a partir dos anos cinqüenta, revela que com JK, Jango e os governos militares, o crescimento econômico beneficiou principalmente os ricos, mas também a classe média. Já com a ascensão do neoliberalismo, os benefícios estão sendo exclusivamente direcionados para a burguesia, sacrificando também a classe média.

Não é por acaso, portanto, que o Programa de

FMI. E que metas são essas? Estabilidade monetária, geração de superávits primários, taxa de juros, cotação do câmbio etc., todas metas macroeconômicas que visam atender os interesses de mega-investidores e especuladores. Mas onde estão as metas que interessam ao povo? Cadê as metas de geração de empregos, de construção de novas moradias, de eliminação do analfabetismo e da fome? Para FHC e o FMI, metas dessa natureza não tem lugar num Programa de Governo.

Mas talvez o mais cruel, o mais perverso dos crimes que FHC vem fazendo contra a Nação brasileira seja o que ele está fazendo com a agricultura, com o campo, com os trabalhadores rurais. Praticando uma política de aviltamento dos preços agrícolas, para, juntamente com o achatamento dos salários, funcionarem como controladores da inflação, FHC conseguiu levar a pique a agricultura brasileira. O resultado é que um País das dimensões territoriais do Brasil, com mais de 200 milhões de hectares de terras agricultáveis, com a maioria de seu povo desnutrido ou subnutrido, tenha sua produção de alimentos praticamente estagnada há vários anos.

No País de maior concentração fundiária do mundo, com uma estrutura fundiária herdada das antigas sesmarias do século XVI, atrasado mais de 100 anos na realização de uma reforma agrária em relação aos demais países, FHC conseguiu concentrar ainda mais a posse da terra. A cada ano, cerca de 100 mil pequenos proprietários rurais perdem seus estabelecimentos.

Mas o propósito de FHC em aniquilar a agricultura brasileira, em subjugá-la ao controle dos bancos e das transnacionais do agro-business tem um adversário ferrenho e incansável, o MST. Solidamente enraizado no campo, com uma grande autoridade política junto aos camponeses e a total simpatia dos trabalhadores urbanos, o MST tem sido a principal força opositora à política anti-nacional e anti-popular de FHC. A nossa esperança é que essa firmeza de princípios que o MST tem mostrado contagie a CUT e os demais movimentos sociais, assim como ao PT, para que possamos começar a escrever a história de nosso País a partir dos interesses da classe trabalhadora.

Faço desse pronunciamento a apresentação de textos e artigos analíticos sobre o campo brasileiro que se segue, e que solicito a inclusão, como lido na íntegra, como parte integrante desse discurso. Tratam-se de estudos que certamente nos ajudarão a melhor compreender a realidade desse imenso campo brasileiro e de seus milhões de trabalhadores.

SENADO FEDERAL

SENADOR GERALDO CÂNDIDO

SITUAÇÃO E PERSPECTIVAS DA

**AGRICULTURA
BRASILEIRA**



BRASÍLIA - 2000

SITUAÇÃO E PERSPECTIVAS DA AGRICULTURA BRASILEIRA

Textos para estudo e debate

DISCURSO DO SENADOR GERALDO CÂNDIDO (PT – RJ), NA SESSÃO DE 3-4-2000

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a agricultura brasileira passa por uma grave crise. Uma crise que não atinge a todos. Os grandes fazendeiros, os empresários capitalistas que se dedicam à exportação, as empresas multinacionais que controlam insumos, sementes, e o complexo agroindustrial não estão em crise, estão ganhando muito dinheiro, tendo muito lucro com essa "crise da agricultura". A crise atinge, de fato, os pequenos agricultores. Atinge um modelo de agricultura que se preocupa em alimentar bem e barato todos os brasileiros.

Estamos num momento histórico, numa verdadeira encruzilhada, porque as elites insistem em implantar um modelo agrícola, do tipo norte-americano, que apenas beneficia as multinacionais e os bancos. O resultado, o próprio estudo dos técnicos do Governo prevê: durante a próxima década, dos cinco milhões de estabelecimentos no campo, ficarão apenas 600 mil – lucrativos e totalmente submetidos aos complexos agroindustriais multinacionais.

E o povo? E a reforma agrária? E os trabalhadores rurais? Bem, esses, segundo o Governo, devem buscar alternativas no mercado. Mercado para trabalhadores é migração, é subemprego na cidade.

Sendo assim, solicito a inclusão, como lido, na íntegra, como parte integrante deste pronunciamento, os textos, análises e artigos anexos que nos ajudam a compreender o que de fato está acontecendo, o que tem por trás dessa situação. Precisamos utilizar esses estudos para nos ajudar a denunciar, a organizar a base e defender um projeto, um modelo agrícola alternativo, que interesse aos trabalhadores rurais e a todos os trabalhadores do País.

Era o que tinha a dizer.

Sala das Sessões, 3 de abril de 2000.

**Senador GERALDO CÂNDIDO
PT – RJ**

Sumário

Capítulo I

Realidade do meio rural

1. O desenvolvimento do capitalismo na agricultura brasileira	9
Documento básico do MST	
3º Congresso Nacional, Brasília, julho - 1995	
2. O Censo Agropecuário de 1996:	
Uma radiografia dos resultados de 11 anos de neoliberalismo no campo brasileiro.....	17
Gerson Teixeira, Rolf Hackbart - Brasília, março - 1999	
3. O empobrecimento da agricultura brasileira	25
Eliseu Alves, Mauro Lopes, Elísio Contini	
Revista de Política Agrícola - Ano VIII - Nº 03, Brasília - Jul-Ago-Set - 1999	
4. A organização mundial do Comércio (OMC) e o comércio agrícola do mundo	39
Moacir Vilela, São Paulo, fevereiro - 2000	
5. Indicadores da crise da agricultura brasileira	45
João Pedro Stedile, São Paulo, março - 1998	
6. Balanço da violência no campo	47
Secretariado Nacional da Comissão Pastoral da Terra - Goiânia, maio - 1999	

Capítulo II

A política das classes dominante e do governo FHC

1. O projeto das classes dominantes para a agricultura	51
João Pedro Stedile, São Paulo, novembro - 1998	
2. A recente política neoliberal para a agricultura	53
Gerson Teixeira e Rolf Hackbart, Brasília, fevereiro - 2000	
3. A política com as águas e o setor energético	61
Movimento Nacional dos Atingidos por Barragens, São Paulo, fevereiro - 2000	
4. Transgênicos:	
Os riscos, o debate, a cautela necessária	75
Frei Sérgio Antônio Görgen, ofm, Porto Alegre, dezembro - 1999	

Capítulo III

Um projeto popular para a agricultura brasileira

1. Proposta da Secretaria Agrária Nacional do PT.....	89
São Paulo, agosto - 1998	
2. Democratização econômica e social do campo	91
Horácio Martins de Carvalho, Curitiba, fevereiro - 2000	
3. Plataforma política por um novo modelo agrícola	95
Mobilização Nacional dos Trabalhadores Rurais	

Capítulo I

A realidade do meio rural O desenvolvimento do capitalismo na agricultura brasileira

Documento básico do MST

3º Congresso Nacional, Brasília, 1995

1

1. Características do capitalismo no campo

1. A agricultura brasileira está completamente subordinada à lógica do capital. A busca do lucro como objetivo principal da produção agropecuária trouxe um processo permanente de concentração da propriedade da terra, dos meios de produção (máquinas, armazéns, agroindústrias, comércio, insumos industriais) e da própria produção.

2. O desenvolvimento capitalista na agricultura brasileira se deu com uma ampla integração entre os diferentes tipos de capital: industrial, financeiro, comercial e agrário. E hoje existe uma total subordinação da agricultura à indústria. A produção agropecuária no Brasil representa apenas 12% do PIB nacional (Produto Interno Bruto). Mas se considerarmos o valor da produção incluindo todo o setor agroindustrial, chega a aproximadamente 30%.

3. Nas últimas décadas, as classes dominantes e seus governos aplicaram uma política econômica para agricultura na busca permanente de quatro objetivos básicos: a) produzir para exportar; b) produzir para o mercado interno a preços baixos, com a finalidade de manter baixo o custo da reprodução da força de trabalho, com isso pagar baixos salários aos operários urbanos e garantir uma elevada taxa de lucro; c) liberar mão-de-obra do campo para a cidade como pressão para baixar os salários; d) produzir matérias primas baratas para a indústria.

4. O Estado foi o principal agente dessa dinâmica do desenvolvimento capitalista na agri-

cultura na busca dos objetivos da política econômica, nas mudanças induzidas no padrão tecnológico e na alteração das relações sociais no meio rural.

5. O processo de desenvolvimento do capitalismo na agricultura brasileira foi e é muito complexo, trazendo consigo três elementos fundamentais:

a) um desenvolvimento desigual nos diferentes produtos agrícolas e nas diferentes regiões. Existem muitos e distintos tipos e estágios de desenvolvimento da agricultura espalhados pelas regiões do país. Ressalte-se a concentração e desproporcionalidade que houve no desenvolvimento da produção agropecuária nas regiões sul e sudeste;

b) um processo excluente em que apenas uma minoria foi beneficiada e em que, as amplas camadas da população do meio rural foram marginalizadas do processo e dos seus resultados. Um grande contingente teve que migrar para regiões de fronteira agrícola, para as cidades pólos regionais ou grandes centros urbanos (e até países vizinhos);

c) um processo que convive e reproduz simultaneamente formas de organização da produção e de relações sociais consideradas atrasadas (parceiros, posseiros) e avançadas (assalariamento puro, capital industrial chegando na agricultura).

6. O desenvolvimento da agricultura brasileira está, também, vinculado aos interesses do capital internacional, seja através da presença de grupos econômicos multinacionais, seja pela integração da produção de acordo com a divisão internacional do mercado.

7. A estrutura da propriedade da terra se desenvolveu em dois sentidos: de um lado cresceram as grandes propriedades, os latifúndios, tanto em número como em extensão da área, e de outro, cresceu também o número de pequenos estabelecimentos do tipo familiar sem, no entanto, aumentar a área total controlada por eles.

8. A modernização da agricultura deu-se com a permanente concentração da propriedade da terra e teve as seguintes características:

- Aumento da mecanização agrícola em todos os níveis;

- A utilização de insumos de origem industrial, como adubos químicos, agrotóxicos, etc.;

- O uso do crédito rural para custeio, investimento e comercialização, especialmente para as grandes propriedades e para os produtos que interessavam à política do governo;

- A expansão da lavoura de produtos destinados à exportação e sobre a base da monocultura em grandes propriedades;

- A produção para o mercado interno, feita por médios e, principalmente, por pequenos produtores passou a ser cada vez mais integrada à agroindústria;

- A produção de sementes melhoradas, de matrizes animais e o desenvolvimento da genética animal e vegetal controladas por grandes empresas, em grande parte, multinacionais;

- A implantação de florestas homogêneas (eucalipto, pinus-eliotis, acácia, etc.) por parte de grandes empresas industriais com objetivo de produzir para exportação;

- A utilização irracional e predatória dos recursos naturais prejudicando a conservação do solo e o equilíbrio do meio ambiente e dos recursos naturais disponíveis; O desenvolvimento do cooperativismo capitalista e empresarial;

- A expansão da pecuária extensiva ocupando grandes extensões de terra do país;

- A depredação dos recursos naturais, especialmente através das madeireiras, das empresas de pesca nos rios e lagos e das mineradoras;

- A urbanização crescente da população brasileira resultante e êxodo rural massivo provocado por esse tipo de desenvolvimento agrícola. Hoje a população rural representa em torno de 20% da população total;

- A destruição dos babaçuais, privatização de fundos de pasto, tabuleiros, manguezais, e explo-

ração predatória de áreas antes pertencentes a comunidades.

9. A exploração do trabalho: o processo de desenvolvimento capitalista e de modernização na agricultura brasileira baseou-se, fundamentalmente, no aumento da exploração dos trabalhadores. Os trabalhadores aumentaram a produção da riqueza, de bens e de produtos no meio rural. Mas ficaram com uma parte cada vez menor do resultado de seu trabalho. Isso se pode medir pelo valor dos salários, pelo preço recebido pelo produtor familiar e pela concentração de renda havida no campo.

10. O serviço de assistência técnica e extensão rural patrocinado pelo Estado, através do sistema - EMBRATER (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural), foi utilizado nas últimas três décadas unicamente como forma de implementar os produtos e as tecnologias que interessavam ao processo capitalista de exploração da agricultura.

Desta forma, tanto os pequenos produtores familiares, como os produtos destinados ao mercado interno para consumo popular, sempre estiveram à margem das prioridades da pesquisa agropecuária e da assistência técnica, mantidas pelo Estado.

11. A região norte, que corresponde à Amazônia legal, possui um enorme potencial de desenvolvimento extrativista e agrícola. Abrangendo imensas áreas até hoje não utilizadas e ainda mantidas como terras públicas, essa região representa praticamente a metade do território nacional.

No entanto, pela lógica do modelo adotado, explorou-se as riquezas da região apenas de forma predatória, explorando a madeira, os recursos naturais, os minérios; disseminando garimpos e destruindo a floresta para implantação de projetos de pecuária extensiva. Sem nenhum projeto para a população local. Esse modelo comprometeu o equilíbrio da natureza, empobreceu sua população e está impedindo que o território amazônico desenvolva a agricultura e todo potencial da região, que garanta melhorias para as populações que lá vivem: posseiros, povos indígenas, pescadores, ribeirinhos, seringueiros, etc.

O resultado dessa política levou a mais de 60% da população de cada estado amazônico a viver na capital ou grandes cidades. ... obstruindo

2 As classes sociais no campo

1. A burguesia agrária

Os proprietários que controlam a maior parte das terras, da produção agrícola e agroindustrial possuem origem industrial, comercial, financeira e agrária.

Eles são menos de 50 mil proprietários, possuem áreas superiores a mil hectares e controlam 50% de todas as terras cadastradas.

Dentre essas propriedades destacam-se os grandes latifúndios com mais de 200 mil hectares, as áreas de empresas multinacionais, que superam a 30 milhões de hectares, e a existência de 46 grupos econômicos, reunindo 312 empresas, que possuem mais de 3 mil imóveis rurais, totalizando 22 milhões de hectares.

2. Pequena burguesia

Existe uma pequena burguesia agrária que controla parcela significativa da produção agropecuária, representada pelas propriedades com tamanho aproximado de 100 a 1000 hectares. De acordo com a região o tamanho da área pode variar. Segundo os dados estatísticos, essa categoria seria em torno de 500 mil proprietários.

3. Arrendatários capitalistas

Em algumas regiões do país existe uma parte da burguesia rural que são grandes arrendatários capitalistas. Arrendam grandes extensões de terra e possuem meios de produção, contratando mão-de-obra assalariada para obterem lucro no cultivo de arroz, soja, cana, pecuária, etc. São aproximadamente 30 mil burgueses-arrendatários.

4. A classe dominante

A classe dominante na agricultura, a nível nacional, está conformada pela fusão de interesses gerais que dominam toda a economia. O setor burguês que tem interesse apenas na agricultura é minoritário.

Há, no entanto, em muitos municípios as oligarquias rurais, representadas por latifundiários, pecuaristas (da pecuária extensiva) ou comerciantes, que exercem um controle e um domínio total sobre a população local.

5. Os trabalhadores rurais

O processo de desenvolvimento capitalista levou a diversas alterações nas relações sociais

no campo. De acordo com o censo de 1985 existem em torno de 23 milhões de trabalhadores no meio rural. Destes, em torno de 5 milhões, classificados como assalariados rurais (permanentes ou temporários), representam 22% do total e podem ser considerados como o "proletariado rural" típico. E os demais 18 milhões de trabalhadores vivem em condições de trabalho familiar, seja como pequenos agricultores proprietários ou posseiros, ou como "sem-terrás", na condição de arrendatários, parceiros ou meeiros.

6. Assalariados rurais

Existe no meio rural brasileiro, em torno de 5 milhões de trabalhadores compõe o que o seria o proletariado rural. Sendo que esse número pode aumentar com a incorporação de segmentos de camponeses pobres que, em algumas regiões, se obrigam a se assalariarem temporariamente. Parte desse proletariado rural reside na periferia de grandes cidades maiores ou em povoados e pequenas cidades do interior.

7. Trabalhadores sem-terra e semiproletários

Segundo o censo, existem 4,8 milhões de famílias de trabalhadores rurais que vivem na condição de arrendatários, meeiros, posseiros e com proprietários com menos de 5 hectares. Vivem uma dupla exploração, pois dependem de seu trabalho e ainda se obrigam a pagar renda (em produto, dinheiro, dias de serviços aos proprietários etc...). Estima-se que esse número de famílias pode representar em torno de 10 milhões de trabalhadores.

8. Camponeses ou pequenos produtores familiares

Existem cerca de 8 milhões de trabalhadores que vivem em pequenos estabelecimentos (de 5 a 100 hectares, de acordo com a região) e que trabalham em regime de economia familiar, sendo que sua situação é bastante variável. Em algumas regiões do país, como Norte e Nordeste, se poderia classificá-los propriamente como agricultores pobres e, em outras regiões há um número significativo de agricultores remediados.

Nas regiões Norte e Nordeste, existe um contingente de quase 1,2 milhão de famílias que são posseiros e não possuem regularização da área que ocupam e trabalham.

Na região Sul há um grande segmento deles

que está integrado à agroindústria do leite, do fumo, da uva, de frutas, de aves e suínos, o que os transforma em mais dependentes e, embora com uma renda maior, enfrentam uma relação social de submissão aos interesses da agroindústria. Esse processo de integração está se ampliando também para outras regiões do país.

9. Urbanização

Em diversos estados, o local de moradia de grande número de trabalhadores rurais se transferiu para as pequenas cidades e periferias de cidades maiores. Existe também um grande número das pequenas cidades do interior que dependem exclusivamente da atividade agropecuária, como base de sua economia e do trabalho de sua população.

Por outro lado, percebe-se um aumento das chamadas "favelas rurais" em pequenas cidades ou povoados, aonde a população depende do trabalho na agricultura.

10. Tendências das relações sociais no campo

Considera-se que já estão acontecendo as seguintes tendências nas relações sociais no meio rural:

- uma contínua tendência ao êxodo rural, especialmente de jovens, diminuindo o número absoluto de trabalhadores no campo, e diminuindo ainda mais seu peso relativo sobre o total da mão-de-obra no país. Há no entanto, algumas regiões do país tipicamente agrícolas, aonde os trabalhadores rurais continuarão sendo a força principal em termos de número e importância na sociedade;

- aumento do assalariamento;
- diminuição na sazonalidade do trabalho agrícola, reduzindo os períodos do ano sem trabalho na agricultura, em função da integração à agroindústria e da diversificação das atividades agropastoris;

- maior integração dos produtores familiares à agroindústria. O mercado interno está praticamente controlado pelas agroindústrias, o que impede o processo de pequenos produtores autônomos, com exceção de determinados produtos ou em alguns mercados locais;

- maior seletividade e especialização entre os produtores familiares integrados à agroindústria;

- diminuição dos produtores familiares que se dedicam à produção de grãos e outros produ-

tos em que a grande propriedade tem ganho de escala;

- reprodução dos pequenos produtores familiares nas regiões de fronteira agrícola e em regiões onde ainda predomina a produção de subsistência;

- divisão dentro da família entre as atividades agrícolas e o assalariamento na indústria. Nas regiões urbanizadas e industrializadas parte dos trabalhadores continuam morando no meio rural mas se assalariam nas indústrias;

- muitas mudanças tecnológicas que levarão a um aumento acelerado na produtividade do trabalho no meio rural.

3. Os problemas agrários que caracterizam o meio rural brasileiro

Introdução

Em função das características do desenvolvimento agrícola ocorrido no país, pode-se afirmar que existem no Brasil graves problemas agrários que necessitam de solução.

No entanto, essa situação se caracteriza como problema apenas para a classe trabalhadora e para a população em geral. Para a elite dominante, para os que se beneficiam desse tipo desenvolvimento, não existem problemas agrários, ao contrário, representa uma maior oportunidade de lucro e bem-estar.

1. A concentração da propriedade

A propriedade da terra no Brasil está concentrada nas mãos de uma minoria, caracterizando um dos mais altos índices de concentração do mundo. Cerca de 1% dos proprietários detêm em torno de 46% de todas as terras. E a concentração da terra traz a concentração da propriedade dos meios de produção (máquinas, benfeitorias, etc), do poder econômico, da renda e do poder político no meio rural. Reproduzindo uma sociedade permanentemente conflitiva entre uma minoria de proprietários e uma maioria da população que tem seu trabalho cada vez mais explorado.

2. A utilização da terra

A forma como se utiliza a terra não representa os interesses da sociedade como um todo e, muito menos, dos trabalhadores. Não se apro-

veita o enorme potencial que esses recursos naturais disponíveis representa para o progresso econômico e o bem-estar de toda a população. Dos aproximadamente 400 milhões de hectares titulados como propriedade privada, apenas 60 milhões de hectares são utilizados como lavoura. A imensa maioria das terras estão ociosas, são mal aproveitadas, sub-utilizadas, se destinam à pecuária extensiva ou, simplesmente, à especulação e reserva de valor.

Segundo dados do INCRA, existem no Brasil cerca de 100 milhões de hectares de terra ociosas, localizadas nas grandes propriedades e que poderiam ser aproveitadas (e pela atual lei podem ser desapropriadas).

A utilização das terras segue apenas a lógica da maximização do lucro e se transformou num grave problema para a sociedade.

Em muitas regiões próximas às grandes cidades, as terras tem servido apenas como área de lazer da classe dominante.

3. O que se produz

A produção obtida nos 60 milhões de hectares cultivados é insuficiente para as necessidades da população. É irritória, comparando-se aos avanços tecnológicos e às médias de produtividade obtidas em outros países. Produz-se apenas 75 milhões de toneladas de grãos. Em outros países de condições climáticas e de solo iguais ou piores, a produção chega a ser 4 vezes maior. As melhores terras se destinam à monocultura de cultivos para exportação como: cana, café, algodão, soja e laranja. Enquanto a produção dos alimentos básicos para o mercado interno está praticamente estagnada.

Como consequência, existe uma má distribuição da produção agropecuária e a população brasileira não se alimenta de acordo com as necessidades básicas. Assim, existem 32 milhões de pessoas que passam fome todos os dias e outras 65 milhões de pessoas que se alimentam aquém das necessidades, que se estende para o começo.

4. Exodo rural e migração

A migração das populações rurais para aglomerados urbanos é um processo natural e constante em todas as sociedades e ao longo das civilizações. No entanto, no caso brasileiro, é espantosa a velocidade e o volume de pessoas que ti-

veram que migrar de suas comunidades rurais de origem, sendo expulsas do campo e tendo que buscar as cidades como única possibilidade de sobrevivência. Segundo estatísticas oficiais, no período de 1970-90, cerca de 30 milhões de pessoas migraram para as cidades. Sobretudo para as grandes cidades, formando-se novas metrópoles. E isso está trazendo enormes problemas sociais e econômicos para as pessoas que migraram e para as cidades que as receberam.

Houve também uma intensa migração interna em que milhares de famílias deslocaram-se de uma região para outra em busca de trabalho ou do sonho da terra para trabalhar. E mais de 500 mil pessoas migraram para o Paraguai, Bolívia e Argentina em busca de trabalho no campo. E hoje a maioria delas deseja regressar ao Brasil.

5. As condições de trabalho

As condições de trabalho e as relações de dominação e exploração impostas em especial aos assalariados rurais são uma afronta à dignidade humana. Muitos assalariados são tratados como escravos. Os direitos trabalhistas e os direitos sociais estabelecidos na Constituição são completamente desrespeitados. E desconhecidos pelos próprios trabalhadores. Basta dizer que 65% dos assalariados rurais sequer possuem carteira de trabalho assinada. Ou que apenas 40% dos trabalhadores assalariados possuem trabalho o ano todo. Os demais vivem em contínuo processo de trabalho temporário e desemprego.

Os salários pagos no meio rural estão sempre aquém das necessidades mínimas de alimentação.

As condições de trabalho nos estabelecimentos de produção familiar também são desumanas, envolvendo as crianças e toda a família, por períodos que chegam até a 14 horas diárias.¹ **SCIOZI**

6. As condições de vida no campo

Houve melhoria nas condições de vida da população do meio rural em algumas regiões, especialmente no sul e sudeste. Mas a imensa maioria da população rural continua à margem dos benefícios do progresso econômico e do avanço das forças produtivas. Os indicadores sociais das regiões rurais sobre o consumo de luz elétrica, utilização de eletrodomésticos, níveis de alfabetização, mortalidade infantil, nível de escolarida-

de, número de médicos, nível de renda *per capita* são alarmantes e se equiparam às regiões mais pobres do mundo. Revelam o grau de discriminação social, econômica e política a que foram submetidas pelas oligarquias e elites rurais. Existe fome no meio rural. Dos 32 milhões de brasileiros que passam fome diariamente e são considerados indigentes, mais da metade vive no meio rural. Há um aumento da miséria no meio rural.

7. A situação da mulher no campo

Entre as pessoas que vivem no campo as que mais sofrem as péssimas condições de vida são, sem dúvida, as mulheres e as crianças. As mulheres realizam uma dupla jornada de trabalho, dedicando-se às atividades domésticas e ao trabalho na produção. A maioria não recebe nada pelo seu trabalho. Não participa das decisões da economia familiar. São as mulheres quem mais sofrem com a falta de atendimento de saúde para si e para seus filhos.

Acrescido a isso, encontra-se uma condição generalizada de preconceitos e discriminações pela prática do machismo no meio rural, que submete a mulher a uma condição inferior.

8. O modelo tecnológico de desenvolvimento da agricultura

O modelo tecnológico adotado na produção agrícola brasileira segue apenas a lógica da maximização do lucro. Existe uma permanente propaganda ideológica enaltecendo os avanços e a modernidade no campo, mas são visíveis as consequências e a completa desadequação da tecnologia adotada no meio rural à realidade dos trabalhadores e aos recursos naturais. O modelo adotado é apenas copiado dos países capitalistas centrais, e obedece unicamente à lógica de consumo dos insumos industriais oferecidos pelas empresas multinacionais. Esse modelo representa hoje um enorme problema para comprometer a potencialidade de produção existente, a eficiência e a qualidade dos produtos, a disponibilidade dos recursos naturais para as gerações futuras.

Essa concepção de "desenvolvimento" agrícola, baseada nesse pacote tecnológico, já causou enormes prejuízos sociais e ao meio ambiente como: contaminação das águas, desmatamento, destruição da flora e fauna, de-

gradação do solo e uso predatório de todos os recursos naturais disponíveis.

9. A dominação política e ideológica

O resultado da concentração da propriedade da terra, dos meios de produção, da produção, da renda, e do poder econômico de uma minoria que domina o meio rural se traduz num regime político de permanente exploração e de dominação dos trabalhadores rurais, submetidos a todo tipo de injustiças e discriminações. A democracia, a liberdade, os direitos à cidadania são apenas sonhos. E desconhecidos pela imensa maioria dos trabalhadores do campo.

É necessário romper com o poder político dos "coronéis", latifundiários e oligarquias rurais que usam a dominação econômica e social para se perpetuarem no poder político, exercendo com mao-de-ferro todos os cargos públicos, e colocando o Estado apenas a seu serviço. Em função disso a violência contra os trabalhadores rurais é praticada de todas as formas. Seja pela negação de seus direitos, seja pela perseguição, ameaças, sofrimentos físicos que, não raro, chegam à tortura e ao assassinato, em especial das lideranças. Para isso os fazendeiros mantêm verdadeiras milícias de pistoleiros em diversas regiões do país. O poder público no meio rural, representado pelos vários poderes (legislativo, executivo, judiciário, polícia, etc.) é, na verdade, o poder do latifúndio a serviço dos seus interesses.

10. Dominação cultural - educacional

Há também uma dominação ideológica e cultural das elites sobre os trabalhadores. Projetando valores anti-sociais, ridicularizando a cultura local, criando uma situação de preconceito e discriminação contra os valores cultivados pelos trabalhadores.

Contribuem para essa dominação cultural os meios de comunicação de massa e o caráter alienante da prática de algumas faixas. Como parte desse problema, contribui o sistema educacional existente no meio rural. Não há escolas para todas as crianças. E na maioria das localidades, a educação se resume ao pésimo ensino de 1^a a 4^a série, em que os alunos saem apenas alfabetizados. Por outro lado, persiste um elevado percentual de analfabetismo entre os adultos que, em algumas regiões, chega

a 70% da população rural.

11. A concentração da água no semi-árido nordestino

O problema da seca na região do semi-árido nordestino não tem apenas razões climáticas, mas sobretudo, é resultado da concentração da propriedade e do poder político. As iniciativas públicas para combater a seca, como construção de açudes, barragens, poços artesianos, canais, etc. beneficiam apenas os grandes proprietários e são utilizadas como uma forma a mais de dominação sobre as populações, ao deixá-las dependentes da dominação dos caciques políticos locais para obtenção da água. A água se transformou em fonte de exploração e de poder político. E se constitui no mais grave problema agrário da região.

12. A política agrícola

Os instrumentos clássicos da política agrícola, administrados pelo governo, especialmente os preços para os produtos agrícolas e o crédito rural; têm sido utilizados ao longo dos últimos anos sistematicamente em função apenas dos objetivos da política econômica (assinalados no item 3), que beneficiaram apenas os médios e grandes proprietários, o comércio e as indústrias. E reforçaram ainda mais a concentração da terra, o poder econômico e a concentração de renda no campo. Por isso, essa política agrícola se constitui num grave problema para os pequenos agricultores e trabalhadores rurais em geral.

13. A comercialização

A forma como está organizado o comércio dos produtos agrícolas representa um problema para os pequenos agricultores. Hoje existe um verdadeiro oligopólio que controla o comércio

atacadista para os produtos de mercado nacional.

E esse controle faz com que os preços aumentem várias vezes entre aquele pago ao agricultor e o preço pago pelo consumidor.

Por outro lado, o comércio local, regional, representado pelas feiras e pequenos comerciantes, embora pulverizado, não consegue pagar preços compensatórios em função, sobretudo, do baixo poder aquisitivo e da renda da maioria da população.

14. A industrialização

O modelo de industrialização adota no país, altamente concentrador, em regiões do país e em alguns ramos de atividades. E dependente dos interesses do Capital internacional, representa um agravamento aos problemas agrários do país.

Em relação à indústria, enfrenta-se dois problemas básicos: as indústrias que transformam os produtos de origem agropecuária estão concentradas nos grandes centros, em especial, sul e sudeste e se dedicam apenas a produtos que possibilitem um lucro elevado, destinados às classes mais abastadas da população. Um elevado percentual da produção total nacional se perde em função da falta de indústrias localizadas mais próximas das regiões produtoras que possam transformar e conservar esses produtos.

Em relação à indústria de insumos utilizados na agricultura, enfrenta-se um verdadeiro oligopólio de alguns grupos econômicos, em sua maioria pertencentes ao capital estrangeiro. Esses grupos impõem suas condições de preços aviltados (bem superiores inclusive ao mercado internacional) e, através do tipo de produtos, seja máquinas, fertilizantes ou agrotóxicos, impõem um modelo de tecnologia desajustado à situação dos produtores brasileiros e aos recursos naturais.

estudo aqui apresentado limitou-se à abordagem de alguns dos aspectos/variáveis que consideramos relevantes para a qualificação política das transformações ocorridas no setor, no período em questão.

Portanto, assumimos a insuficiência do texto que, por exemplo, não aborda uma série de informações disponibilizadas pelo Censo, nem explora os rebatimentos regionais dessas transformações.

Dessa forma, a pretensão do documento é a de provação de maiores estudos que venham a desnudar, na plenitude, os fenômenos mínimos, aqui registrados, apontando para o agravamento dos fatores estruturais que moldam o agrário nacional.

Sublinhamos, também, que essa abordagem dos resultados do Censo Agropecuário/96, originalmente constava como parte de um texto demandado pela Liderança da Bancada, sintetizando as políticas agrícola e agrária, com os seus resultados, ao longo do primeiro governo FHC.

Como a elaboração do citado documento vem se prolongando por razões diversas, optamos por antecipar a divulgação isolada desse capítulo do documento mais abrangente, em face da relevância do tema, ainda mais destacada pelos poucos trabalhos até então divulgados, traduzindo os resultados Censo Agropecuário/1996.

2. Aumento da Concentração da Terra

2.1. Aumenta a Concentração Fundiária

Os resultados do Censo/96 comprovam o aumento da concentração da terra no Brasil em pleno limiar do século XXI.

Comparando os dados do Censo de 1970 com os levantamentos de 1995-96, o IBGE demonstra que, em 1970, os estabelecimentos com menos de 100 Ha representavam 90,8% dos estabelecimentos totais, detendo 23,5% da área.¹⁴ Em 1995-96, o número de estabelecimentos nessa faixa experimentou uma redução para 89,3%, acompanhada da redução de área para 20% da área total.

Em contraposição, os estabelecimentos com área acima de 1.000 Ha que representavam, em 1970, 0,7% do total e detinham 39,5% da área. Em 1995-96, passaram a representar 1% do nú-

mero total de estabelecimentos, e acumular 45% da área.

2.2. Diminuição geral dos Estabelecimentos Agrícolas

De 1985 a 1995-96, pela primeira vez, desde o censo de 1950, constatou-se a diminuição do número de estabelecimentos agrícolas no Brasil.

Os 5.801.809 estabelecimentos agrícolas registrados pelo censo agropecuário de 1985, foram reduzidos em 941.944 na contagem de 1995-96, resultando em 4.859.865 estabelecimentos, abrangendo 353,6 milhões de Ha, ou seja, 21,3 milhões de Ha a menos que em 1985.

Essa diminuição da área agrícola equivale a 61% da área total plantada com grãos na safra 1997/98. A área restante (353,6 milhões de Ha), corresponde a 41,4% da área territorial do país (854,7 milhões de Ha).

Com essa redução o número atual de estabelecimento agrícola ficou assim distribuído por faixa de área:

- a) 4,3 milhões com áreas inferiores a 100 Ha;
- b) 470 mil com áreas de 100 Ha a menos de 1.000 Ha;
- c) 47 mil estabelecimentos com áreas de 1.000 Ha a menos de 10.000 Ha;
- d) 2,2 mil com áreas a partir de 10.000 Ha; e
- o restante, sem declaração.

2.3. Destrução dos Pequenos Estabelecimentos

Do número, acima registrado, dos estabelecimentos extintos, 906.283, ou 96% do total, apresentavam áreas inferiores a 100 Ha, sendo que, nesse extrato de área, a maior redução se deu com os estabelecimento até 10 Ha, onde desapareceram 662.448 estabelecimentos, o que significa 70,3% do total dos estabelecimentos extintos e 28% do número de estabelecimentos que restaram nesse limite de área.

De acordo com o ex-Secretário Nacional de Política Agrícola, Sr. Guilherme Dias, desse número de pequenos estabelecimentos extintos, pelo menos 300 mil desapareceram nos primeiros anos do governo FHC.

Dado o agravamento da crise agrícola, desde então, com seus impactos desestruturantes mais intensos sobre a pequena produção, é razoável supor ter ocorrido a extinção de um número muito superior de unidades familiares de produção durante o período integral do primeiro governo FHC.

Ao contrário do que ocorreu com os pequenos, no intervalo de área entre 10.000 Ha e 100.000 Ha, o número de estabelecimentos aumentou em 81 unidades (4%), com a incorporação de mais 790 mil Ha de área nesse extrato, corroborando, assim, a ampliação da concentração da terra no período em questão. A área adicionada aos estabelecimentos nessa faixa de área, corresponde a 10% da área total restante dos estabelecimentos até 10Ha.

Em consonância com os processos acima, o IBGE atestou que a área total dos estabelecimentos inferiores a 100 Ha, sob a condição de proprietário, foi reduzida em 1,9 milhão de Ha, entre 1985 e 95-96. Sob a condição de arrendamento, a diminuição de área nesse extrato, foi de 1,8 milhão de Ha.

Sintomaticamente, no mesmo período, aumentaram em 1,3 milhão de Ha, as áreas sob a condição de proprietário na faixa entre 10.000 Ha e 100.000 Ha.

3. Redução das Áreas com Lavouras

3.1. A Ociosidade das Terras

Se, de um lado, o IBGE constatou a redução substancial no número de estabelecimentos e de área agrícola, de outro, verificou a manutenção de um grande estoque de áreas produtivas tidas em descanso (até quatro anos sem qualquer utilização), ou simplesmente não utilizadas há mais tempo.

Pelos números do Censo 96, no conjunto, essas áreas somam cerca de 25 milhões de Ha, ou 60% da área total detectada com lavouras permanentes e temporárias.

Levando-se em conta o total da área antropizada (lavouras permanentes e temporárias + pastagens + matas plantadas + terra em descanso + terra produtiva não utilizada), observa-se que o total de área nessa condição passou de 167,4 milhões de Ha em 85, para 171,5 milhões em 95. Significa que, pela apuração do Censo Agropecuário/96, 51,5% da área com estabelecimentos agrícolas (353,6 milhões Ha) mantém-se inalterada.

3.2. Redução das Áreas com Lavouras

Demonstrando a impressionante fragilização da estrutura produtiva da agricultura brasileira, em apenas uma década, observou-se a redução dos níveis de utilização das terras agrícolas. A área total com lavouras temporárias foi reduzida em quase 8,3 milhões de Ha entre 1985 e 95-96, caindo de 42.545 mil Ha, para 34.253 mil Ha.

No mesmo período, a redução de áreas com lavouras permanentes

foi de quase 2 milhões de Ha (caiu de 9.835 mil Ha, para 7.542 mil Ha).

A redução ocorrida na base produtiva da agricultura incidiu mais fortemente nos estabelecimentos de menores áreas; existindo casos de aumento de área plantada em estabelecimentos maiores, o que reafirma o caráter seletivo das políticas agrícolas praticadas.

No caso das lavouras temporárias, o cotejo entre as informações do Censo Agropecuário/85, com o Censo 95-96, mostra os resultados constantes na Tabela 1, abaixo:

Tabela 1 - Áreas com Lavouras Temporárias, por Extratos de Áreas dos Estabelecimentos: Censo de 1985 a 1996

Estabelecimentos p/ Extrato de Área	Área c/ lav. temp. 1985 ha	Área com Lav. Temporária 95-96 ha	Variação Absoluta ha	Variação Relativa
< 100 Ha	20.845.395	14.461.422	- 6.383.973	- 31%
100 < 1.000 Ha	14.379.184	11.414.698	- 2.964.486	- 21%
1.000 < 10.000 Ha	6.350.589	6.989.247	+ 638.658	+ 10%
> 10.000 Ha	969.880	1.387.461	+ 417.581	+ 43%

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário/96

Tabela 2 - Áreas com Lavouras Permanentes, por Extratos de Áreas dos Estabelecimentos: Censo de 1985 a 1996

Estabelecimentos p/ Extrato de Área	Área c/ lav. temp. 1985 ha	Área com Lav. Temporária 95-96 ha	Variação Absoluta ha	Variação Relativa
< 100 Ha	5.271.659	4.072.435	- 1.199.224	- 23%
100 < 1.000 Ha	3.284.057	2.542.555	- 741.502	- 22%
1.000 < 10.000 Ha	948.388	687.023	- 261.365	- 28%
> 10.000 Ha	331.209	239.612	- 91.597	- 28%

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário/96

A Tabela 1 revela a redução substancial das áreas com lavouras temporárias nos estabelecimentos localizados nos menores extratos de área total e o aumento nos maiores extratos, o que, neste caso, especialmente nos estabelecimentos acima de 10.000 Ha, explica-se pela combinação do importante grau de ociosidade acumulada nessas áreas, com a seletividade das políticas públicas setoriais.

Complementando as informações da Tabela 1, enfatize-se que a participação das áreas com lavouras temporárias nos estabelecimentos até 100 Ha, sobre a área total com essa categoria de lavouras, declinou de 49%, em 1985, para 42%, em 1996.

No caso das lavouras permanentes não houve exceção, com os estabelecimentos em todas as faixas de área apresentando significativa redução nas áreas plantadas, com os estabelecimentos localizados nos maiores extratos de área apresentando declínio mais expressivo do que os de tamanho inferior. Os números da Tabela 2, atestam o fato.

4. Importância Econômica e Social da Agricultura Familiar

Os números do Censo/96, confirmam que, mesmo no contexto institucional de absoluta adversidade, os estabelecimentos familiares ainda continuam sustentando a atividade produtiva agrícola do país e o suprimento alimentar da população brasileira, sendo os que mais investem e, dispendem, como as unidades de produção que mais geram ocupações/empregos na área rural.

4.1 Investimento Produtivo

Os dados do Censo demonstram que, do total de R\$ 7.722.635 mil de investimentos realizados entre 01.08.95 a 31.07.96, em terras, instalações e benfeitorias, plantio de culturas permanentes, veículos, máquinas e implementos, etc., os estabelecimentos inferiores a 100 Ha responderam por 38% (R\$ 2.952.157 mil), contra 35% dos

estabelecimentos entre 100 Ha e 1.000 Ha.

Tomando-se outros indicadores sugestivos das responsabilidades pelos níveis de investimentos na atividade agropecuária, constata-se que:

a) adotando-se as informações relativas à aquisição de matrizes bovinas como parâmetro indicativo dos investimentos nessa atividade, observa-se que, no período de 01.08.95 a 31.07.96, das 4.9 milhões de matrizes adquiridas, 39% e 40% foram realizadas pelos estabelecimentos com áreas inferiores a 100 Ha, e por aqueles com áreas totais entre 100 Ha e 1.000 Ha, respectivamente. Os de área superiores a 1.000 Ha e inferiores a 10.000 Ha, adquiriram 22% das matrizes;

b) no caso da aquisição de matrizes suínas, do número de 7.9 milhões de cabeças adquiridas no período antes referido, os estabelecimentos menores de 100 Ha foram responsáveis por 90% do total; os estabelecimentos entre 100 Ha e 1.000 Ha, 9%;

c) no período em consideração, os estabelecimentos inferiores a 100 Ha foram responsáveis por 90% da compra das 98 milhões de dúzias de ovos para incubação, com os estabelecimentos entre 100 Ha e 1.000 Ha adquirindo 8.6%;

d) na aquisição de pintos de um dia efetuada no período (2 bilhões de cabeças), os estabelecimentos menores de 100 Ha participaram com

Tabela 3 - Efectivo Animal: Participação dos Estabelecimentos por Grupos de Área - 1996

Estabelecimentos p/ grupo de Área total	Particip. s/ efectivo bovino de 153 milhões de cabeças	Particip. s/ efectivo equino de 3.6 milhões de cabeças	Particip. s/ efectivo avícola de 3.6 milhões de cabeças	Particip. s/ efectivo caprino de 6.6 milhões de cabeças	Particip. s/ efectivo de coelhos de 284.9 mil cabeças	Particip. s/ efectivo de 27.8 milhões de cabeças	Particip. s/ efectivo de aves, de 718 milhões de cabeças
Menores de 100 Ha	27%	47%	30%	68%	31%	79%	79%
100 a menores de 1.000 Ha	40%	36%	17%	26%	10%	6%	5%
1.000 a menores de 10.000 Ha	23%	15%	3%	5%	0.9%	3.2%	2.3%
10.000 a menores de 100.000 Ha	1.4%	0.6%	0.3%	0.2%	0.05%	0.05%	0.05%
Sem declaração							

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário/96

82% e os estabelecimentos de área total entre 100 Ha e 1.000 Ha, com 16%;

e) 53% do valor dos investimentos realizados em prédios foram de responsabilidade dos

estabelecimentos inferiores a 100 Ha;

f) do valor dos investimentos em instalações e outras benfeitorias, os menores estabelecimentos participaram com 43%, contra 34% dos estabelecimentos com área entre 100 Ha e 1.000 Ha;

4.2. Nível de Produção

Na investigação do valor da produção animal e vegetal, o IBGE estimou esse número em R\$ 47,8 bilhões, tendo como referência o ano de 1996. Por grupo de área total, foi constatado que:

a) os estabelecimentos inferiores a 100 Ha responderam por 47% do valor total da produção agropecuária, com R\$ 22,2 bilhões;

b) os estabelecimentos de 100 Ha a menos de 1.000 Ha, foram responsáveis por 32% do

valor, com R\$ 15,4 bi;

c) os estabelecimentos entre 1.000 Ha e 10.000 Ha, participaram com 17% do valor total, com R\$ 8,3 bi e;

d) os estabelecimentos acima de 10.000 Ha responderiam por 4% do valor total da agropecuária, com R\$ 1,7 bi.

No que tange ao efetivo animal, na posição de 31.07.96, o Censo/96 chegou a resultados como os exemplificados nas Tabelas, abaixo:

Na Tabela acima, verifica-se que, a exceção do efetivo bovino, os estabelecimentos inferiores a 100 Ha superaram todos os demais em termos do efetivo dos animais especificados.

No entanto, mesmo com o efetivo bovino inferior ao observado no extrato de área entre 1.000

Ha a menos de 10.000 Ha, os estabelecimentos com áreas de pastagens inferiores a 100 Ha são os que mais participam no suprimento da população à medida que respondem por 56% dos bovinos vendidos, contra 23% dos estabelecimentos com pastagens entre 100 Ha e 1.000 Ha.

Da mesma forma, os estabelecimentos com área total inferior a 100 Ha foram responsáveis por 52% do volume vendido de 18 bilhões de litros de leite de vaca, contra 43% dos estabelecimentos entre 100 Ha e 1.000 Ha; e 5% daqueles com área total entre 1.000 Ha e 10.000 Ha.

Sobre a produção vegetal, o Censo/96 registra dados como os colocados, na sequência, referentes à área colhida.

Das Tabelas abaixo, conclui-se que, do conjunto dos 21 produtos considerados, os estabelecimentos inferiores a 100 Ha superam os demais na quantidade colhida de 16 produtos, com destaque para o fato de

Tabela 4 - Quantidade Colhida: Participação dos Estabelecimentos, por Grupos de Área - 1996

Estabelecimentos p/ Grupo de área total	Particip. sobre o volume colhido de 614 mil t de algodão em casca	Particip. sobre o volume colhido de 8 milhões t. de arroz em casca	Particip. sobre o volume colhido de 1 milhão t. de batata-inglesa 1ª saz.	Particip. sobre o volume colhido de 260 milhões t. de cana-de-açúcar	Particip. sobre o volume colhido de 1,6 milhão t. de feijão 1ª saz.	Particip. sobre o volume colhido de 481 milhões t. de leite em fábra	Particip. sobre o volume colhido de 9 milhões t. de mandioca
Menores de 100 Ha	44%	27%	40%	12%	70%	70%	83%
100 a menos de 1.000 Ha	34%	40%	27%	34%	16%	2%	12%
1.000 a menos de 10.000 Ha	18%	36%	9%	40%	4%	-	2%
10.000 e mais	7%	6%	-	10%	-	-	-
Sem Declaração	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário/96

Tabela 5 - Quantidade Colhida: Participação dos Estabelecimentos, por Grupos de Área

Estabelecimentos p/ Grupo de área total	Particip. sobre o volume colhido de 26 milhões t. de milho	Particip. sobre o volume colhido de 22 milhões t. de soja	Particip. sobre o volume colhido de 1,6 milhão t. de tomate	Particip. sobre o volume colhido de 1,4 milhão t. de trigo	Particip. sobre o volume colhido de 293 milhões t. de cochos de banana	Particip. sobre o volume colhido de 242 mil t. de cacau	Particip. sobre o volume colhido de 2,8 milhões t. de café
Menores de 100 Ha	44%	25%	67%	49%	75%	40%	54%
100 a menos de 1.000 Ha	34%	40%	26%	44%	2%	40	41%
1.000 a menos de 10.000 Ha	18%	31%	7%	11%	3%	-	5%
10.000 e mais	2%	4%	-	-	-	-	-
Sem Declaração	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário/96

Tabela 6 - Quantidade Colhida: Participação dos Estabelecimentos, por Grupos de Área

Estabelecimentos p/ Grupo de área total	Particip. sobre o volume colhido de 497 milhões de frutas de coco-de-bala	Particip. sobre o volume colhido de 2 mil t. de guaraná	Particip. sobre o volume colhido de 78 bêbidas de frutas de laranja	Particip. sobre o volume colhido de 3,4 bêbidas de frutas de moçambique	Particip. sobre o volume colhido de 16,7 mil t. de pimentão do reino	Particip. sobre o volume colhido de 274,2 mil t. de uva (para mesa)	Particip. sobre o volume colhido de 19,3 mil t. de caju-de-pé
Menores de 100 Ha	69%	81%	38%	25%	61%	64%	42%
100 a menos de 1.000 Ha	23%	18%	43%	27%	41%	11%	30%
1.000 a menos de 10.000 Ha	11%	-	17%	37%	7%	8%	2%
10.000 e mais	-	-	-	-	-	-	-
Sem Declaração	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário/96

que os estabelecimentos entre 1.000 Ha e 10.000 Ha de área total apresentarem superioridade exclusivamente no volume colhido de cana-de açúcar.

Os estabelecimentos acima de 10.000 Ha mostram-se absolutamente insignificantes nas suas contribuições para a oferta agrícola do país.

Como as quantidades vendidas dos produtos em questão basicamente mantêm as mesmas proporções observadas pelas respectivas quantidades colhidas, conclui-se que, majoritariamente, o suprimento interno, alimentar e de matérias primas, continua na dependência da performance das unidades familiares de produção.

Supondo-se a representatividade das amostras de produtos animais e vegetais acima tratados, conclui-se que a agricultura familiar responde por 56% da oferta interna de alimentos e matérias primas vegetais, e por 67% da oferta interna animal.

Tabela 7 - Pessoal Ocupado, por Faixa de Área dos Estabelecimentos Agrícolas e Faixa Etária - Anos 1995/96

Estabelecimentos por Grupos de área	Pessoal Ocupado / Faixa Etária					
	Menores de 14 anos		De 14 anos e mais		Total	Participação sobre o pessoal ocupado total p/ estab. agrícolas
	Nº de pessoas	Participação sobre o pessoal ocupado total p/ estab. agrícolas	Nº de pessoas	Participação sobre o pessoal ocupado total p/ estab. agrícolas		
< 1 Ha	194.013	1,1%	1.156.497	6,4%	1.349.702	7,5%
1 a < 2 Ha	217.038	1,2%	1.161.817	6,4%	1.378.851	7,7%
2 a < 5 Ha	406.922	2,3%	2.107.642	11,8%	2.513.564	14,0%
5 a < 10 Ha	315.569	1,7%	1.744.463	9,7%	2.060.482	11,6%
10 a < 20 Ha	342.861	1,9%	2.074.028	11,6%	2.416.889	13,5%
20 a < 50 Ha	413.384	2,3%	2.641.770	14,6%	3.035.092	17,0%
50 a < 100 Ha	223.466	1,2%	1.455.188	8,1%	1.678.651	9,4%
100 a < 200 Ha	145.501	0,8%	1.051.457	5,9%	1.197.958	6,7%
200 a < 500 Ha	92.924	0,5%	914.908	5,0%	1.007.832	5,6%
500 a < 1.000 Ha	37.693	0,2%	443.378	2,6%	481.070	2,7%
1.000 a < 2.000 Ha	20.492	0,1%	278.776	1,6%	299.272	1,7%
2.000 a < 5.000 Ha	13.067	0,07%	216.611	1,2%	229.478	1,3%
5.000 a < 10.000 Ha	4.410	0,02%	99.648	0,6%	94.070	0,6%
10.000 a < 100.000 Ha	8.024	0,005%	112.816	0,7%	120.840	0,7%
100.000 Ha e mais	885	0,002%	8.712	0,03%	8.597	0,03%

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário/96, investem c. 0,11 da renda R\$ 1.000,01

4.3. Receitas

As receitas proporcionadas pelas atividades agropecuárias no período de 01.08.95 a 31.07.96, alcançaram R\$ 43,6 bilhões, com os estabelecimentos menores de 100 Ha responsabilizando por 43% desse total; os de área entre 100 Ha e 1.000 Ha, com 33%; entre 1.000 Ha e 10.000 Ha, 19%; e os acima de 10.000 Ha, com apenas 4%.

4.4 Emprego e Desemprego no Campo

Em 1985, o pessoal ocupado na atividade agrícola foi calculado em 23.394.881. O Censo/96 constatou que esse contingente, dez anos após,

foi reduzido em 5.463.991 pessoas (23%), alcançando 17.930.890, o que reafirma as repercuções sociais devastadoras da crise agrícola para os setores de base interna, desde os primórdios da inserção neoliberal do setor.

Confirmado a absoluta superioridade da pequena unidade produtiva rural na ocupação de pessoal, o Censo Agropecuário/96 registra que, nos anos de 1995 e 1996:

- os estabelecimentos menores de 10 Ha ocuparam 40,7% da mão-de-obra;
- os de 10 Ha a menos de 100 Ha, 39,9%;
- os de 100 Ha, a menos de 1.000 Ha, 15% e;
- os acima de 1.000 Ha, 4,2%.

Tomando-se o conjunto dos estabelecimentos com áreas inferiores a 100 Ha, constata-se que o pessoal ocupado nesse intervalo corresponde a mais de 80% do pessoal total ocupado na atividade agrícola.

A Tabela 7, seguinte, mostra a distribuição do pessoal ocupado, por faixa etária, pelos vários extratos de áreas dos estabelecimentos.

A Tabela acima confirma informação anterior apontando a supremacia absoluta da agricultura de pequena escala na geração de ocupações no campo. De outra parte, combinado com as informações anteriores sobre produção e investimento, reafirma a extrema indigência dos estabelecimentos com áreas a partir de 500 Ha na geração de renda emprego e produto na atividade agrícola.

A dimensão da superioridade da pequena propriedade sobre a grande na geração de empregos/ocupações fica patente quando se observa, pelos dados da Tabela, que os estabelecimentos de área total inferiores a 1 Ha, somados, geram mais ocupações (7,5% do total), que o conjunto de todos os estabelecimentos com áreas a partir de 500 Ha, cuja somatória das ocupações corresponde a 6,9% do total ocupado.

No que tange à distribuição do pessoal ocupado por grupo de atividade econômica, o Censo/96, revela que:

- as lavouras temporárias são as que mais

empregam, com o contingente de 6,8 milhões de pessoas, ou 37,7% do pessoal ocupado total;

b) em segundo lugar aparece a atividade pecuária com 4,8 milhões, o equivalente a 27% do total;

c) em terceiro vem a produção mista (lavoura e pecuária), que absorve 3,2 milhões de pessoas (17,6% do total);

d) a quarta colocação fica com as lavouras permanentes que geram 22,2 milhões de ocupações, o que corresponde a 12% do pessoal ocupado total;

e) depois vem a silvicultura e exploração florestal, com 544 mil ocupações (3% do total);

f) as atividades de horticultura aparecem na sequência, gerando 300 mil ocupações (1,2% do total);

g) a produção de carvão vegetal consta como a penúltima na geração de empregos, com 105 mil pessoas, o que equivale a 0,6% do total e;

h) na última colocação aparece as atividades de pesca e aquicultura com 52 mil ocupações, ou 0,3% do total.

A Tabela anterior também expõe um dos indicadores da gravidade do quadro social no campo, com a elevada participação do trabalho de menores de 14 anos, alcançando o contingente de 2,4 milhões entre crianças e adolescentes, ou seja, 13,6% do pessoal ocupado total na atividade agrícola. Observe-se que esses números estão fortemente subestimados, uma vez que o Censo não asferiu tais dados nas áreas rurais da Região Norte do Brasil.

Sobre essa questão do trabalho infantil, na área rural, recente pesquisa realizada por Ana Lúcia Kassouf¹, a partir, basicamente, da análise dos resultados do PNAD/1995, entre outras conclusões, registra que:

a) no Brasil, trabalham cerca de 4 milhões de crianças entre 5 e 14 anos, de um total de 34 milhões, o que representa mais de 11% da população nessa faixa etária, sublinhando-se, novamente, que esses números estão subestimados por não haver dados da área rural da Região Norte;

b) somente 29% das crianças que trabalham recebem algum pagamento por suas atividades;

c) no total de crianças trabalhadoras, inclui-se mais de 500 mil crianças entre 5 e 9 anos de idade, sendo que somente 7% delas recebem pa-

gamento. Destaque-se que 75,4% dessas crianças (5 a 9 anos), e 54,5% daquelas entre 10 e 14 anos estão nas áreas rurais;

d) enquanto 27% das crianças entre 5 e 14 anos que moram nas áreas rurais, trabalham, no setor urbano, 6% dessas crianças realizam alguma atividade;

e) das crianças que trabalham nas áreas rurais, 81,2% na faixa entre 5 e 9 anos, e 59,2% entre 10 e 14 anos, desenvolvem atividades agrícolas geralmente na agricultura familiar, somando-se ao trabalho da família;

f) em 40% dos domicílios no setor rural, a contribuição dos rendimentos das crianças para a renda familiar é superior a 20% e, em quase 10% dos domicílios, essa contribuição ultrapassa os 40%;

4.5. Os beneficiários da política governamental

Em que pese a indiscutível maior potencialidade de geração e distribuição de riquezas na área agrícola pelos segmentos da pequena produção, um pequeno exemplo da iniquidade do tratamento governamental em relação a esse segmento pode ser extraído da distribuição dos financiamentos concedidos na safra 95/96, pelo governo FHC, segundo o Censo Agropecuário em referência. Vejamos:

a) somente 0,1% dos titulares dos 512.032 estabelecimentos menores de 1 Ha (que representam 11% do nº total de estabelecimentos), teve acesso ao crédito, significando que do total dos produtores que tiveram acesso ao crédito naquele safra (258.165), apenas 0,3% trataram-se de produtores em estabelecimentos inferiores a 1 Ha, com valor financiado equivalente a 0,09% do valor total de R\$ 3.707.112 mil;

b) dos 1.780.054 estabelecimentos inferiores a 5 Ha, que representam 37% do número total de estabelecimentos agrícolas do país, apenas 16.497 tiveram acesso ao crédito, ou seja, 0,9%.

Esse número representa 6,4% dos produtores que acessaram ao crédito que, no conjunto absorveram apenas 0,1% do valor total destinado ao crédito;

c) destoando dos casos anteriores, 1,8% dos produtores que tiveram acesso ao crédito foram produtores em estabelecimentos entre 1.000 Ha e 10.000 Ha que, no entanto, concentraram 26% do valor total dos financiamentos daquele ano.

No conjunto esses estabelecimentos representam apenas 0,9% dos estabelecimentos agrícolas do país;

d) confirmado o quadro concentrador, os 0,7% dos produtores que acessaram o crédito foram produtores em estabelecimentos acima de 10.000 Ha, os quais, apesar de representarem apenas 0,04% do número de estabelecimentos do país, abocanharam 6% do valor total financiado.

5. Conclusões

Portanto, como conclusões mais relevantes do quadro acima exposto, diríamos que apenas os compromissos com a estupidez; com uma ideologia deliberadamente excludente; e com a falta de zelo na distribuição dos recursos públicos podem explicar a natureza das ações públicas setoriais do governo FHC de opção absoluta pelos segmentos de produção em escala, notadamente, daqueles mais voltados para o mercado externo.

Fica patente com a leitura dos dados anterio-

res que, mesmo sob condições politicamente restringidoras, a agricultura de pequena escala sustenta a base produtiva da agricultura brasileira, caracterizando-se, também pela superioridade dessa forma de produção:

1. no suprimento alimentar da população brasileira;

2. nos aspectos redistributivos da riqueza;

•3. na geração de ocupações;

A despeito desses atributos, o Censo mostra; além dos fatos descritos no curso do texto, que as políticas setoriais postas em prática no período neoliberal:

a) impuseram trajetória de aniquilamento dos pequenos estabelecimentos;

b) deterioraram, ainda mais, as condições sociais dos trabalhadores rurais

c) aumentaram a concentração da terra;

d) reduziram, substancialmente, a base produtiva da agricultura brasileira e;

e) levaram milhões de trabalhadores à perda do trabalho nesses dez anos entre os Censos em consideração.

¹Agrônomo, assessor técnico na Câmara dos Deputados.

²Economista, assessor técnico na Câmara dos Deputados.

³Publicada na Revista Preços Agrícolas - USP/ESALQ-DESER E CEPEA.

3

O empobrecimento da agricultura brasileira

*Eliseu Alves, Mauro Lopes, Elísio Contini¹
Revista de Política Agrícola - Ano VIII - Nº
03 Jul-Ago-Set - 1999*

1. Introdução

O paradigma da economia dos países industrializados é do emprego pela agricultura de uma pequena parcela da população economicamente ativa, de uma redução persistente do número de agricultores e, finalmente, da perda da importância da agricultura relativamente ao Produto Interno Bruto, em termos do que ocorre dentro da porteira da fazenda.

Há duas razões principais que explicam essas transformações. A industrialização ampliou substancialmente as oportunidades de emprego, o que permitiu às cidades abrigarem a maior parte da população. E a tecnologia deu condições de a agricultura expandir sua produção de acordo com os sinais da demanda. Esses dois movimentos nunca se sincronizaram no tempo, tendo sido mais rápido e profundo o efeito de a tecnologia eliminar postos de emprego e agricultores. A migração rural-urbana desordenada agravou as crises de desemprego das cidades, principalmente nas depressões.

Nos países industrializados, um conjunto de políticas foi idealizado, para arrefecer os efeitos antiemprego da modernização da agricultura e preservar a renda do setor. Todas elas procuraram isolar a agricultura da competição internacional ou, então, criaram condições artificiais que favoreceram a agricultura de um país *vis-à-vis* à dos países competidores². Destacam-se, neste respeito, os países da Europa, o Japão, os Estados Unidos, Austrália, Nova Zelândia e Canadá. Em menor grau, a maioria dos países desenvolvidos protegem, ainda, a sua agricultura. Há cerca de dez anos procura-se reduzir e eliminar

as barreiras erigidas contra o livre comércio para proteger a agricultura. Contudo, o progresso tem sido lento, embora não existam razões para isso, pois que a agricultura dos países industrializados pouco emprega. Ou seja, não obstante o enorme dispêndio para preservar o emprego rural, num período de 50 anos - 1930-80 - o desenvolvimento urbano e a tecnologia puseram a agricultura daqueles países na condição de um pequeno empregador, em nível de porteira da fazenda. Portanto, as forças do mercado foram mais vigorosas que os subsídios canalizados para o setor.

2. Tipos de Tecnologias

A tecnologia mecânica é capaz não somente de substituir os trabalhadores que deixam os campos atraídos pelas cidades, como também de aumentar a velocidade do êxodo rural. Assim, ela permite aos agricultores amenizarem e, mesmo, superarem os efeitos das leis trabalhistas e também liberarem mão-de-obra familiar para o emprego urbano, inclusive em tempo parcial. Assim, numa primeira fase, substitui o trabalho assalariado e, finalmente, libera os membros da família para o mercado das cidades.

A tecnologia poupa-terra, como por exemplo, fertilizantes, agrotóxicos, sementes, pastagens, nutrição e melhoramento animal, tem capacidade de fazer a produção crescer bem mais que a demanda. Para evitar uma queda acentuada dos preços, o ajuste recai na redução do número de produtores. A eliminação do trabalho assalariado precedeu à eliminação de agricultores e, assim, da mão-de-obra familiar.

A tecnologia poupa-produto, aquela que eli-

mina as perdas entre a porteira da fazenda e a mesa do consumidor, multiplica os efeitos da tecnologia poupa-terra. E, finalmente a tecnologia organizacional, que objetiva aumentar a eficiência de uso de todos os insumos, pode também intensificar os efeitos das tecnologias poupa - produto e poupa - terra.

3. O caso brasileiro

As regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul do Brasil já têm índices de urbanização próximos ou superiores ao dos Estados Unidos. Mais de 77% de nossa população vive nas cidades. O Norte e Nordeste tinham, em 1996, índices de urbanização, respectivamente, de 62,4% e 65,2%, mas esta, nos últimos quatro períodos, ganha velocidade naquelas regiões. Ressalte-se que a Região Norte abrigava, em 1996, 12,5% da população rural brasileira e a Nordeste, 45,7%. Esta região mantém, nos campos, 15,6 milhões de pessoas. A segunda região de maior população rural, a Sudeste, tem 7,3 milhões de habitantes no meio rural.

Se o Nordeste convergir para o nível do Sudeste, o potencial de migrantes, calculado de forma simples, é dado pela diferença entre as duas populações - cerca de 8,3 milhões.

O Brasil tem, assim, os índices de urbanização dos países avançados e até os supera. Deles difere, contudo, num importante aspecto. Parte da população urbana tem ocupação rural, de forma que a população ocupada com a agricultura não caiu, em termos absolutos, como vem ocorrendo com a população rural. Cerca de 24,5% da população ocupada pertencia, em 1996, à agricultura. Nos países industrializados, essa relação é menor que 6%. Lá, muitos dos residentes dos campos empregam-se nas cidades.

Não há evidências de nenhuma tendência na

Quadro 1
Distribuição da população rural e urbana
pelas regiões em 1996

Regiões	População rural (mil habitantes)	%	% da população rural total	População urbana (mil habitantes)	(%)	% da população urbana total
Norte	4249	37,6	12,3	7039	62,4	3,7
Nordeste	13569	34,8	45,7	29198	65,2	23,7
Centro-Oeste	1636	15,6	4,8	2863	84,4	7,2
Sudeste	7292	10,9	21,3	39709	89,1	48,6
Sul	5357	22,8	15,7	18137	77,2	14,8
Brasil	34102	100,0	100,0	122705	78,4	100,0

Fonte: Contagem da população 1996, IBGE.

série de pessoal ocupado com a agricultura (POA), no período 1976-96. No entanto, em termos de POA por unidade de PIB da agricultura, há evidências de um decréscimo acentuado e contínuo, a uma taxa instantânea estimada de 3,4%, ou seja, consome-se, cada vez menos trabalho para produzir uma unidade de produto agrícola. Mas o decréscimo não foi suficiente para mais que contrabalançar o efeito, no emprego, do acréscimo da produção e, assim, reduzir, em termos absolutos, o emprego rural. A política econômica precisa, portanto, estimular as exportações e o consumo de alimentos para manter e ampliar os postos de trabalho da agricultura.

Outro dado relevante é o da estrutura do emprego, como revelada pelo Censo Agropecuário de 1995/96, com elevada participação do trabalho familiar, da ordem de 76% do POA. Há também evidências de que cresce o emprego não agrícola dos residentes do meio rural. Nesse aspecto, embora não estejamos tão perto das nações industrializadas, começamos, todavia, a caminhar na mesma direção (Grossi e Silva, 1999).

Vive nossa agricultura uma fase de transição na direção de uma agricultura baseada na ciência, num número pequeno de agricultores e que pouco emprega assalariados. Estamos muito perto da agricultura dos países industrializados e muito distante daquela dos países densamente povoados da Ásia. Se o objetivo da política agrícola for manter o emprego e os estabelecimentos, ela não pode perder de vista as forças de mercado que são antagônicas ao mesmo.

Um argumento contra as previsões é o programa de reforma agrária do governo. A hipótese é que o amor à terra seja tão grande que os assentados, mesmo gerando uma renda incapaz de competir com as atrações da *urbis*, permaneçam no meio rural. Rejeitando essa hipótese as informações do censo 1995-96: o número de estabelecimentos caiu de 5,802 milhões em 1985 para 4,860 milhões em 1995. Uma queda de 942 mil estabelecimentos, cerca de 16,2% do ano base. Ou seja, entramos numa fase de eliminação de estabelecimentos. Certamente, agravaram o problema da abertura comercial desordenada, o câmbio sobrevalorizado, as elevadas taxas de juros e as incer-

tezas da economia. Mas, outras evidências dão conta do envelhecimento do responsável pelo estabelecimento e da preferência dos filhos pela residência urbana. Ainda mais, como se mostrará, a renda bruta por pessoa ocupada, nos estabelecimentos menores, não compete com o salário mínimo. O grau de mecanização desses estabelecimentos é muito pequeno. Como os filhos em idade escolar vão para a escola, além da família ser bem menor, não há como cultivar toda a extensão do estabelecimento. Crédito de custeio é muito escasso. Assim, fertilizantes não são utilizados. Degradam-se os solos, cai a produtividade e a renda mal cobre as necessidades de alimentação da família. Que mais resta senão abandonar o meio rural?

Famílias pequenas não conseguirão melhorar sua renda sem a mecanização da agricultura. Mesmo na agricultura irrigada, essa é também uma exigência para se aproveitar do potencial dessa tecnologia. A tração animal pouco acrescenta. O trator e outros equipamentos é a opção dos pequenos produtores. Quanto custa de investimento? Cerca de R\$ 30 mil por família. Dois milhões de famílias consumirão R\$ 60 bilhões¹³. Há recursos para isso? E os problemas de logística e de treinamento? E os de concessão de financiamentos, inclusive os de crédito de custeio?

No Nordeste e Norte, as duas regiões que concentram grandes contingentes de população rural, esses problemas se multiplicam. Os títulos de propriedade, quando existem, são de duvidosa procedência. E o grau de instrução da população rural, especialmente entre os que se qualificam para o programa de reforma agrária, é muito baixo, um ano ou menos de escola rural de péssima qualidade. Assim sendo, a taxa de retorno desse tipo de investimento é muito baixo. E não é por outra razão que as pequenas propriedades já existentes têm um grau de mecanização baixo. Por isso, não se espera que investimentos de vulto sejam feitos para mecanizar as propriedades dos pequenos agricultores. E, em decorrência, eles continuarão a viver numa situação instável, quanto ao permanecer no meio rural. Prontos para pegar a estrada para as cidades.

O programa de reforma agrária se justifica para quebrar as tensões existentes. A pergunta correta é qual é o mínimo de famílias necessário

para se quebrarem as mesmas? Vencida essa etapa, é correta a posição do governo quando criou o banco da terra. Quem quiser terra terá que recorrer a empréstimos e ficará com a obrigação de reembolsá-los. Mas, se o empréstimo não cobrir as necessidades de capital, inclusive as de mecanização, pouco resultará em termos de aumento de renda do mutuário. E, dificilmente, será pago.

Em conclusão, com a tecnologia disponível e em uso um número pequeno de agricultores é capaz de abastecer o país e exportar. A grande maioria ficará numa situação instável. Os filhos e netos deixarão os campos e venderão as propriedades. Mas a convergência é lenta, mesmo porque faltam oportunidades nas cidades. Essa visão é paradoxal. O paradoxo se explica pelo crescimento mais rápido da oferta em relação a demanda, recaindo o ajuste na redução do número de produtores, como já vimos. Assim, o sucesso dos programas que estimulam a produção agrícola é o principal responsável pelo êxodo rural. A contradição se resolve estimulando a demanda e, neste respeito, o aumento das exportações é o caminho mais promissor, porque a demanda interna expande-se lentamente. O crescimento da população é pequeno, cerca de 1%. O aumento da renda per capita tem efeito, mas se melhor distribuído. A elasticidade renda converge para zero com o crescimento da renda per capita. Assim, já é pequena, mas próxima de zero, nas camadas mais aquinhoadas. Por esses motivos, e como a renda per capita cresce lentamente, a oferta, movida pelo motor da modernização, tem a capacidade de superar o crescimento da demanda, produzindo o ajuste em cima do número de produtores. E enfatizamos que o aumento das exportações é o caminho mais fácil que permitirá reduzir a intensidade de eliminação de produtores. Os programas de combate à pobreza também podem influenciar o crescimento da demanda por alimentos.

4 – Migração rural-urbana

As cidades podem crescer sem a necessidade de êxodo rural. Não é, ainda, o nosso caso. Parte do crescimento da população das cidades é o resultado do êxodo rural. Com os dados da contagem da população de 1996, calculou-se o número de migrantes por períodos: 1940-1950, 1950-60, 1960-70, 1970-80, 1980-91, 1991-96.

Quadro 2
Migração rural - urbana, períodos, regiões, número

Região	Período	do migrante e velocidade de migração		Migração (em mil pessoas)	% do Ano Base
		Taxa Crec. Rural	Taxa Crec. País		
Norte	40/50	1,79	2,31	59,99	3,7
	50/60	2,18	2,99	86,89	6,9
	60/70	2,09	2,81	134,56	8,4
	70/80	1,61	2,45	-281,64	-14,0
	80/91	3,42	1,92	-758,15	-26,0
	91/00	0,68	1,31	285,96	6,9
Nordeste	10/50	1,80	2,31	619,53	5,6
	50/60	1,04	2,99	2717,14	20,3
	60/70	1,98	2,85	2732,67	13,7
	70/80	0,31	2,43	3229,92	12,7
	80/91	-0,28	1,92	4106,71	23,8
	91/00	-1,41	1,35	4326,70	25,9
Sudeste	40/50	0,62	2,31	1933,41	17,4
	50/60	1,07	2,99	2195,56	20,3
	60/70	-1,90	2,83	5694,12	43,2
	70/80	-2,00	2,43	4410,55	40,5
	80/91	-1,30	1,92	3107,18	14,0
	91/00	-0,92	1,35	1628,50	21,7
Sul	40/50	2,28	2,31	-274,21	-4,6
	50/60	2,91	2,99	55,70	1,0
	60/70	2,18	2,83	530,06	7,4
	70/80	2,30	2,45	4012,03	43,0
	80/91	2,00	1,92	2780,15	38,9
	91/00	-1,33	1,35	1438,60	25,12
C. Oeste	40/50	2,85	2,31	-41,77	-4,1
	50/60	2,88	2,99	-142,01	-11,0
	60/70	3,09	2,83	-54,71	-2,6
	70/80	-0,81	2,43	826,07	31,3
	80/91	-1,80	1,92	1087,17	44,7
	91/00	-1,52	1,35	469,09	26,6
Brasil	40/50	1,60	2,31	2280,98	8,0
	50/60	1,56	2,99	5137,40	12,5
	60/70	0,57	2,83	9068,54	23,4
	70/80	-0,63	2,43	17240,18	29,5
	80/91	-0,62	1,92	10382,53	26,7
	91/00	-1,16	1,35	8185,40	22,8

Advertência: não é possível fazer projeções para o período 1991/96. As taxas de migração rural para o período 1991/96 são projeções, admitindo-se que os parâmetros de 1991-96 não se alterem. O sinal negativo para migrantes indica que o meio rural ganha população. Caso contrário, perde. Quem migra pode ir para outra região, inclusive, para o meio rural.

Valem as seguintes observações:

1 - É acentuado o decréscimo a taxa de crescimento da população brasileira: de 1,92%, no

período de 1980/91, para 1,35 em 1991/96.

2 - Em 1991/96 a Região

Norte teve um crescimento da população rural tão pequeno que não foi suficiente para ofuscar as migrações. Ela passou a perder população rural, embora a população rural do final do período tenha ainda sido maior que a do início, pouca coisa.

3 - As demais regiões têm taxas negativas de crescimento da população rural. O padrão é interessante. O decréscimo se acentuou por alguns períodos para depois perder ímpeto, à medida que o estoque de migrantes reduziu-se substancialmente. O Nordeste é a grande exceção: o decréscimo de população rural ainda ganha ímpeto. É assim porque se trata da região que ainda tem um apreciável estoque de migrantes no meio rural, cerca de 46% de todos os brasileiros que habitam os campos. Sua agricultura dá sinais de não suportar a população rural lá existente. É

a perigosa bomba migratória do país. Os nordestinos, rapidamente, aprendem que há melhores opções alhures, especialmente no meio urbano. A Região Norte, no seu meio rural, não é mais uma opção. A produtividade da terra do Nordeste é 1/4 da Região Sul e a do trabalho 1/5, conforme mostra o censo 1995/96. Somente os estabelecimentos de mais de 100 hectares têm uma re-

Quadro 3
Distribuição da renda bruta mensal por hectare e da renda bruta mensal por pessoa ocupada, regiões e Brasil, 1995/96

Região	Renda bruta/mês e	Renda bruta/mês/pes- soa ocupada
Norte	2,79	86,87
Nordeste	6,55	62,72
Centro-Oeste	5,18	533,51
Sudeste	20,48	381,65
Sul	24,49	321,33

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário 1995-96

muneração, por trabalhador ocupado, acima de um salário mínimo e cerca de 94,2% dos estabelecimentos têm área menor do que 100 hectares. A média de remuneração da região corresponde a R\$62,72.

4 – As duas últimas colunas indicam o número de migrantes e a velocidade de migração. Esta equivale ao número de migrantes dividido pela população rural do ano base. Quando negativo, a região ganhou população, em termos de saldo líquido. A migração rural-urbana perdeu velocidade nas três regiões sulinas. Começa a acelerar no

Quadro 4
Migração rural – urbana,
periódos,
regiões, número de migrantes
e velocidade de migração

Regiões	Erro de previsão (%)
Norte	-7,82
Nordeste	2,30
Centro-Oeste	-4,60
Sudeste	0,34
Sul	0,93
Brasil	0,07

Norte e se intensifica ainda mais no Nordeste. Perde momento nas regiões de pequeno estoque de população rural e ganha nas duas que ainda têm muito para perder em termos de população rural existente.

5 – Apesar da desaceleração do êxodo rural, cerca de 8,2 milhões de pessoas deverão deixar o meio rural, no período 1991/00, um número muito expressivo, sendo a metade proveniente do Nordeste, cerca de 4,3 milhões. O quadro 3 dá informações adicionais sobre a produtividade do trabalho, em termos de renda bruta mensal por pessoa ocupada, e a da terra, renda bruta mensal por hectare. Confirma o desequilíbrio regional e mostra quão instável é a agricultura do Norte e Nordeste.

É interessante verificar se o destino dos migrantes são as cidades da mesma região ou, então os migrantes têm destino final em outras regiões. Uma aproximação é obtida da seguinte forma. Admite-se que a população urbana cresce à mesma taxa

da população total. Para 1991/96, 1,34%. Ao valor obtido somam-se os migrantes do período. Esse é o valor predito. Subtrai-se dele a população do final do período. Obtém-se o erro de previsão, que é dividido pela população urbana do ano base. Em percentagem, esses são os dados do quadro seguinte.

Duas regiões têm sinal negativo. Quer isso dizer que suas cidades estão recebendo migrantes de outras regiões. São elas Norte e Centro-Oeste. Elas tiveram os maiores erros de previsão. Depois vem o Nordeste, mas com valor positivo. Parte dos migrantes de seu meio rural se encaminhou para as outras regiões. O erro de previsão foi pequeno para as outras duas regiões. E, praticamente, inexistente, para o Brasil. É claro que não temos como controlar migrantes de uma cidade de uma região para outra de outra região. A medida é, assim, aproximada. Para o Brasil esse problema inexistente, quem sabe por isso, o erro tenha sido tão pequeno.

5. Instabilidade da agricultura

A migração rural-urbana e o desaparecimento de estabelecimentos sugerem uma baixa rentabilidade para a agricultura. Assim, ela não está remunerando adequadamente a mão-de-obra familiar e assalariada, em termos de salários monetários e indiretos. Por isso, é natural que a família e os assalariados busquem o meio urbano com alternativa de sobrevivência.

Dados para testar esta hipótese precisam cobrir um período maior de tempo. Não dispomos de séries históricas adequadas. Duas fontes são utilizadas: o Censo Agropecuário 1995/96 e os

Quadro 5
Remuneração mensal da mão-de-obra
familiar por classe de área e por
região

Classe (ha)	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul
Menos de 10	37,67	15,43	50,76	69,89	57,34
[10,20]	44,44	22,97	52,02	98,87	39,71
[20,30]	37,74	34,81	71,27	114,53	119,63
[30,100]	28,14	48,42	78,24	210,97	223,93
[100,200]	39,83	64,26	137,33	360,07	426,40
[200,300]	36,89	127,82	303,93	391,36	830,72
[300,1000]	99,80	380,80	663,37	1662,18	1993,99
[1000,10000]	142,51	1017,43	1433,77	2527,05	3259,82
10000 e mais	-2083,00	1157,98	-2898,90	-9369,00	-2076,70
Região	40,06	29,99	201,97	175,73	135,64

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 1995/96

dados de uma pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas que cobriu alguns estados.

No caso do Censo, subtraímos o valor da produção das despesas por classe de área. Adicionamos às despesas a área total de cada classe multiplicada por R\$ 300,00 (preço da terra nua) para o Nordeste e Norte e R\$ 600,00 para as três regiões sulinas. Sobre os valores obtidos aplicou-se uma taxa de 4% para se obter o valor do aluguel da terra e benfeitorias. Nas despesas, encontram-se aquelas efetivamente realizadas. Não contemplam imputações em máquinas e equipamentos. Juros estão lá. Mas os pagos, bem como impostos e aluguéis de terra e máquinas. Assim o resíduo obtido está remunerando outros fatores de produção omitidas dos cálculos. Rigorosamente, não pode ser considerada uma remuneração do empreendedor porque inclui outras coisas. E, assim, subestima a remuneração do empreendedor e, dos membros da família ocupados na produção do estabelecimento. O valor do resíduo foi transformado em resíduo mensal e dividido pela mão-de-obra familiar ocupada. O quadro abaixo reporta os resultados obtidos.

Valem as seguintes observações:

1 – Somente no Nordeste, os estabelecimentos com área igual ou maior que 10 mil hectares oferecem uma remuneração positiva aos membros da família. Ou seja, nas demais regiões não geram renda suficiente para remunerar o aluguel da terra e benfeitorias e outros insumos. No entanto, des-considerando-se esse aluguel, o resíduo é positivo.

2 – Nas cinco regiões, a agricultura oferece uma remuneração inferior a um salário mínimo para os estabelecimentos de área inferior a 50 hectares. A grande maioria deles pertence à classe [0,50 hectares]. No Brasil, 81% dos estabelecimentos estão nesta categoria. A classe seguinte, [50, 100], não oferece uma remuneração aos membros da família competitiva com o salário mínimo, nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e não chega a dobrar o salário mínimo no Sul e Sudeste. No Brasil, os estabelecimentos com área inferior a 100 hectares correspondem a 89% do número total de estabelecimentos. Apesar de 541 mil estabelecimentos têm área superior a 100 hectares. É claro que estamos falando de média de classes. Não podemos concluir que ape-

nas 541 mil estabelecimentos têm chances de sobreviver.

3 – O Nordeste está numa situação muito pior que as três regiões sulinas. Somente as classes de área igual ou superior a 200 hectares oferecem uma remuneração superior a um salário mínimo. Há na região 2.309.074 estabelecimentos (correspondem a 47,5% de todos os estabelecimentos do Brasil). Cerca de 94,2% têm área inferior a cem hectares e, na média, não oferecem uma remuneração à família competitiva com salário mínimo. Aí está uma explicação para o êxodo que se acelera no Nordeste.

4 – Na região Norte a situação é ainda mais dramática. Por isso, o fluxo migratório para o seu meio rural praticamente se interrompeu e ela se urbaniza rapidamente.

5 – Em resumo, é muito baixa a remuneração da agricultura, especialmente para os estabelecimentos de área inferior a cem hectares. O êxodo rural e a redução do número de estabelecimentos são decorrências dessa baixa remuneração.

Os dados da pesquisa da Fundação Getúlio Vargas permitem ainda uma resposta à questão: quantos têm chance de sobrevivência? Foram coletados em 1998. E cobrem o ano agrícola 1996/97. A amostra abrange os estados do Ceará, Pernambuco, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo e a região sul. A distribuição dos estabelecimentos amostrados, de acordo com a área, aparece no quadro 6. Apresenta pequena cobertura para os estabelecimentos de área menor que 10 hectares como para aqueles de área maior que 1.000 hectares, em comparação com o Censo 1995/96. Não cobre a região Norte. No Sul, os produtores vêm de áreas que mais padeceram com a competição do Mercosul. Os municípios do centro-Oeste pertencem às áreas em franco desenvolvimento. Os dados do Sudeste não incluem São Paulo.

6 – Renda líquida de longo prazo

Um medida de estabilidade do estabelecimento é dada pelo resíduo que remunera o trabalho do empreendedor. Todos os insumos são remunerados, inclusive mão-de-obra familiar, esta a um salário mínimo por dia homem, capital, pela tabela Price, juros de 6% e prazo correspondente à vida útil do item de capital, o aluguel da terra equivaleu a 4% do seu valor e finalmente, impu-

Quadro 6
Distribuição da amostra da FGV em classe de área ,

Classes de área (mil)	Centro		Pernambuco		Centro-Oeste		Sudeste		São Paulo		Sul	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
<10	4	1,6	72	32,1	-	-	16	5,3	8	3,6	51	6,5
(10,20]	20	7,9	36	16,1	1	1,0	34	10,9	21	14,8	171	21,9
(20,30]	37	22,4	56	23,0	1	1,0	111	35,3	35	24,6	289	37,0
(30,400]	50	33,3	34	15,3	0	0,2	89	28,4	34	23,9	134	17,3
(400,2000]	51	29,1	12	5,4	7	7,1	39	9,6	17	12,0	82	10,6
(200,3000]	40	15,7	10	4,5	28	28,6	20	5,3	23	16,2	37	4,7
(300,1000]	13	5,1	3	1,3	29	29,6	7	2,2	3	2,1	6	1,0
(1000,10000]	10	3,9	-	-	23	23,5	-	-	1	0,8	8	1,0
10000 e mais	-	-	-	-	1	1,0	-	-	-	-	-	-
Total	234	100,0	224	100,0	100,0	100,0	313	100,0	142	100,0	781	100,0

Quadro 7
Distribuição da renda líquida mensal de longo prazo em classes
de salário mínimo e por estados e regiões, trabalho
familiar incluído

Classes de salário mínimo (R\$)	Centro		Pernambuco		Centro-Oeste		Sudeste		FGV		São Paulo	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
<=0	131	51,6	123	54,9	49	50,0	198	63,1	423	54,4	70	49,4
(0,1]	54	21,3	34	15,3	3	3,1	29	9,2	63	8,3	8	5,6
(1,2]	25	9,8	21	9,4	1	1,0	12	3,8	66	8,5	6	5,6
(2,3]	18	7,1	10	4,5	1	1,0	9	2,8	43	5,5	3	2,1
(3,4]	11	4,3	7	3,2	1	1,0	8	2,6	31	4,1	-	-
(4,5]	4	1,6	1	0,4	-	-	3	1,0	12	2,2	3	2,1
(5,10]	3	2,0	12	7,6	2	2,0	21	6,7	54	6,9	8	5,6
(10,15]	5	2,0	5	2,2	3	3,1	8	2,6	23	2,8	11	7,7
(15,20]	-	-	2	0,9	3	3,1	7	2,2	5	0,7	4	2,8
(20,40]	1	0,3	2	0,9	8	8,2	10	3,2	26	3,3	12	8,5
(40,80]	-	-	1	0,4	11	11,3	4	1,3	13	1,9	6	2,8
Mais de 80	-	-	1	0,4	14	14,3	4	1,3	12	1,5	11	7,8
Total	234	100,0	224	100,0	98	100,0	313	100,0	781	100,0	142	100,0

tou-se 6% de juros de estoque de animais. Optamos por fazer os cálculos antes dos impostos e em nível de porteira da fazenda. Não se imputou salário ao trabalho do administrador. Apurou-se a renda bruta que correspondeu à produção obtida multiplicada pelos preços dos produtos. Da renda bruta subtraiu-se a remuneração dos insumos. Obteve-se o resíduo que remunerava o trabalho do empregador. Este resíduo é a renda líquida de longo prazo. Ele mede as possibilidades de sobrevivência dos estabelecimentos. A remuneração ao empresário necessita ser competitiva com as oportunidades urbanas. Caso contrário, ele optará por cerrar as portas do empreendimento. Se o empresário e capitalista forem a mesma pessoa, ele poderá alugar as terras ou vendê-las. Uma análise mais apurada requer dados de vários anos. A pesquisa somente cobriu um ano agrícola. As conclusões admitem que a situação retratada no quadro 10 perdure por vários anos. Comparamos a remuneração do empre-

endedor com o salário mínimo mensal de R\$ 130,00 e a partir deste referencial foram estabelecidas as classes.

O quadro 7 enseja as seguintes observações:

1 – Todas as regiões têm renda líquida de longo prazo nula ou negativa em nível que variou de 49,4% em São Paulo, a 63,3%, no Sudeste. As demais regiões estão muito próximas de São Paulo, entre 50,0 e 54,4%.

2 – Tendo-se como paradigma uma remuneração do empreendedor, de longo prazo, maior que dois salários mínimos, as regiões Nordeste, Sudeste e Sul têm mais do que 70% dos estabelecimentos que não satisfizeram esta condição⁽⁴⁾. E no Nordeste e Sudeste o número de estabelecimentos que não atingem esta condição é próximo de 80%; isso antes dos impostos. A região Norte é equivalente, no que respeita à renda líquida, ao Nordeste. Assim sendo, entre 20 e 30%

dos estabelecimentos de longo prazo quando se aceita uma remuneração de dois salários mensais para o empreendedor¹⁰. Permanecendo a situação ao tempo das entrevistas, dos 4,9 milhões de estabelecimentos regi-trados pelo IBGE, de 980 mil a 1 milhão e 370 mil deles continuarão produzindo no longo prazo. Que é longo prazo, em termos de anos? Difícil de precisar. A conclusão serve para indicar a necessidade de política que preservem os estabelecimentos se esse for o objetivo da sociedade.

7. Renda Familiar

A renda familiar corresponde à renda líquida de longo prazo, adicionada dos juros e do trabalho familiar imputados e de outras fontes de receita da família, como trabalho fora do estabelecimento, aluguéis de itens de capital do estabelecimento e doações; e deste valor obtido, subtraem-se impostos, juros e prestações pagas de empréstimos. Quando não houve registro de trabalho familiar, a renda familiar foi atribuída a uma pessoa, o empreendedor. O quadro 12 apresenta os dados em termos de renda familiar por dia-homem equivalente. Os valores negativos são consequência de as outras fontes de renda, do estabelecimento e de fora do estabelecimento, não terem sido capazes de contrabalançar o efeito de uma renda líquida de longo prazo negativa. Ela mede a estabilidade da família, quanto a permanecer no meio rural. É possível existirem estabelecimento estáveis e famílias instáveis. E vice-versa.

Quadro 8
Distribuição da renda familiar por dia-homem equivalente por estados e regiões. Amostra da FGV.

Classe de salário mínimo (R\$)	Ceará		Pernambuco		Centro-Oeste		Sul		São Paulo	
	Prov.	%	Prov.	%	Prov.	%	Prov.	%	Prov.	%
<0	-	-	-	-	1	1,0	4	1,1	140	17,9
[0,11]	363	96,4	199	83,9	18	19,2	239	73,2	592	75,8
(1,21]	7	3,6	17	7,6	18	18,4	32	10,3	41	5,3
(2,31]	-	-	4	1,8	8	8,2	23	8,0	3	0,7
(3,41]	-	-	1	0,4	2	2,0	4	1,3	1	0,1
(4,51]	-	-	2	0,9	3	3,1	3	1,0	-	1
(5,61]	-	-	-	-	3	3,1	10	3,2	-	2
(6,71]	-	-	-	-	1	1,0	-	-	2	1,4
(10,151]	1	0,4	1	0,4	1	1,0	7	0,6	1	0,1
(15,20]	-	-	-	-	-	-	1	0,3	-	-
(20,40]	-	-	-	-	2	2,0	2	0,6	1	0,1
(40,80]	-	-	-	-	-	-	1	0,3	-	-
Maior de 80	-	-	-	-	2	2,0	-	-	-	-
Total	354	100,0	224	100,0	98	100,0	313	100,0	781	100,0
									142	100,0

Cabem as seguintes observações:

1 – Nos dois estados do Nordeste a grande maioria das famílias recebeu um salário mínimo ou menos de remuneração por dia-homem equivalente, 96,4% no Ceará e 88,9% dos estabelecimentos entrevistados.

2 – A situação do Sul, ou seja, da região sob a influência do Mercosul, é tão ruim quanto a do Nordeste, em cerca de 93,7% dos estabelecimentos a renda familiar por dia-homem equivalente é de um salário mínimo ou menos. E, ainda, ressalte-se que há 17,9% dos estabelecimentos de renda líquida negativa, a qual somente pode ser coberta com endividamento adicional ou, então, venda de patrimônio.

3 – O Sudeste e São Paulo não estão melhores. No Sudeste cerca de 74,5% dos estabelecimentos recebem um salário mínimo ou menos por dia-homem equivalente. Em São Paulo esse número é igual a 86,7%.

8. Produtividade do trabalho

O objetivo do desenvolvimento econômico é aumentar a produtividade da mão-de-obra, condicionado à manutenção e, mesmo, à ampliação dos postos de trabalho. Sem esse aumento de produtividade é impossível ampliar a massa de salários de forma sustentável. Quando se restringe a um setor, a manutenção dos postos de trabalho é difícil. A história dos países desenvolvidos e a brasileira, ainda em fase de evolução, mostram uma forte associação entre o crescimento da produtividade da mão de obra e o decréscimo do emprego, em nível de porteira da fábrica.

A baixa produtividade do trabalho é uma das razões da instabilidade do estabelecimento. Merece, por esta razão, ser investigada em profundidade.

É usual decompor o crescimento da produtividade do trabalho em duas partes: produtividade da terra, por hectare, e área que cada trabalhador cultiva. O crescimento da primeira componente está associado à tecnologia bioquímica, aquela que poupa terra. O crescimento da segunda componente é devido à tecnologia-mecâ-

nica, a que poupa trabalho. Essas associações emprestam significado econômico à decomposição que adquiriu notoriedade, com o advento da hi-

pótese da inovação induzida de Hayami - Ruttan sobre modernização da agricultura. (Hayami & Ruttan, 1988).

Quadro 9

Distribuição do valor da produção mensal dos estabelecimentos e decomposição produtividade do trabalho em produtividade da terra e área por trabalhador, por regiões e classes de área.

Censo 1995/96

Classes (em ha)	Renda bruta por estabele- cimento (R\$/mês)	Pródu- tivida- de da terra (R\$/ha /mês)	Área por traba- lhador (ha/trab- lhador)	Produtividade do trabalho (R\$/unid./mês)	Contri- buição do trabalho (%)	Contri- buição da área (%)
--------------------	---	---	--	---	---	-------------------------------------

Norte

<10	173,01	48,06	0,98	46,93	-0,62	100,62
[10,20)	236,30	17,60	3,31	58,28	29,16	70,54
[20,50)	227,42	7,10	7,83	55,60	51,21	48,79
[50,100)	270,79	4,04	15,74	63,63	66,37	33,63
[100,200)	344,54	2,86	26,69	76,42	75,74	24,26
[200,500)	670,32	2,24	61,85	138,80	83,61	16,39
[500,1000)	1322,73	1,92	126,69	243,40	88,12	11,88
[1000,10000)	3741,38	1,53	276,31	422,93	92,96	7,04
>10000	31616,63	1,15	647,50	745,81	97,86	2,14
Região	366,85	2,79	31,15	66,87	77,03	22,97

Nordeste

<10	71,18	27,53	0,84	23,20	-5,45	105,45
[10,20)	169,31	12,52	3,64	45,61	33,85	66,15
[20,50)	232,53	7,55	7,83	59,11	50,46	49,54
[50,100)	376,43	5,59	15,31	85,60	61,32	38,68
[100,200)	716,05	5,35	25,70	137,60	65,93	34,07
[200,500)	1440,61	4,82	43,40	209,41	70,55	29,45
[500,1000)	3126,42	4,65	63,36	294,41	72,98	27,02
[1000,10000)	8709,51	4,23	131,01	554,64	77,16	22,84
>10000	91632,82	4,66	160,25	746,12	76,75	23,25
Região	222,09	6,55	9,58	62,72	34,39	45,41

Classes (em ha)	Renda bruta por estabeleci- mento (R\$/mês)	Produtivida- de da terra (R\$/ha/mês)	Área por traba- lhador (ha/traba- lhador)	Produtivi- dade do tra- balho (R\$/trab./ mês)	Contri- buição do trabalho (%)	Contri- buição da área (%)
Centro-Oeste						
<10	310,82	63,25	1,64	103,97	10,70	89,30
[10,20)	352,58	23,79	1,62	109,84	32,55	67,45
[20,50)	477,48	14,37	9,83	141,28	46,16	53,84
[50,100)	641,09	9,14	20,06	183,36	57,54	42,46
[100,200)	1142,98	8,27	36,44	301,17	63,00	37,00
[200,500)	2425,47	7,62	72,53	352,82	67,84	32,16
[500,1000)	4828,30	6,86	130,71	937,53	71,87	28,13
[1000,10000)	12721,40	5,02	299,98	1505,20	77,95	22,05
>10000	51109,16	2,15	698,13	1499,16	89,54	10,46
Região	2318,25	5,18	106,95	553,51	73,97	26,03
Sudeste						
<10	409,65	92,05	1,54	141,96	8,74	91,26
[10,20)	609,32	41,82	4,41	184,61	28,46	71,54
[20,50)	899,66	27,92	8,72	243,61	39,42	60,58
[50,100)	1502,20	21,23	16,05	340,78	47,60	52,40
[100,200)	2731,09	19,52	25,58	499,28	52,18	47,82
[200,500)	4878,74	15,98	40,75	651,22	57,22	42,78
[500,1000)	10671,86	15,57	60,71	945,31	59,93	40,07
[1000,10000)	34692,16	16,94	76,77	1300,69	60,54	39,46
>10000	233671,90	12,24	130,47	1596,35	66,05	33,95
Região	1560,68	20,43	18,64	381,65	49,21	50,79
Sul						
<10	396,37	78,79	1,79	141,30	11,80	88,20
[10,20)	612,15	43,59	4,37	190,66	28,10	71,90
[20,50)	1015,68	33,75	8,53	287,95	37,86	62,14
[50,100)	1800,23	26,28	17,96	471,96	46,91	53,09
[100,200)	2928,86	21,20	30,29	612,18	52,76	47,24
[200,500)	5323,06	17,35	54,41	943,96	58,34	41,66
[500,1000)	10038,47	14,63	82,90	1212,67	62,22	37,78
[1000,10000)	23033,12	12,28	123,78	1520,10	65,77	34,23
>10000	232523,10	13,21	204,74	2704,00	67,34	32,66
Região	1083,83	24,49	13,12	321,23	44,59	55,41

Fonte: Censo 1995/96.

Não temos uma série temporal que permita calcular as taxas de crescimento. As informações referem-se a um ano agrícola. A decomposição da produtividade do trabalho nas duas componentes referidas é exata. O mesmo não ocorre com a decomposição da taxa de crescimento da produtividade. Ou seja, a produtividade do trabalho é igual à produção por área (em hectares) vezes área (em hectares) por trabalhador. Aplicando-se logaritmo a ambos os lados e dividindo-se os mesmos pelo logaritmo da produtividade do trabalho, o produto transforma-se numa soma de duas parcelas que somam 1.

A decomposição é útil porque permite verificar como as duas componentes variam por classes de área e por região. Produtividade do trabalho mais baixas podem significar produtividade por hectare baixa ou área por trabalhador pequena. Ou seja, indicam deficiências no uso de tecnologia bioquímica ou mecânica de uma classe em relação à outra ou de uma região vis-à-vis a outra. Ou ambas, ao mesmo tempo. Mas, na presença de capacidade ociosa em termos de terra aptas, mas não utilizada na produção, o decréscimo da produtividade da terra ou o acréscimo da área que cada trabalhador é capaz de cultivar, à medida que se muda de uma classe a outra perde muito o vínculo com os tipos de tecnologias mencionadas. Assim, os resultados obtidos são ambíguos, tanto podem ser devidos às mudanças tecnológicas como à capacidade ociosa, sendo impossível separar qual componente predomina. Considerando-se as terras em descanso, sem uso, e em matas, como porcentagem da área total, descontadas as exigências legais, as diferenças observadas entre classes são muito grandes. Mas, as classes de área maior têm muito mais terra não utilizada. Poder-se-ia utilizar apenas as terras cultivadas e em pastagens como representando a área usada. Contudo, há problemas com a escolha. Uma propriedade com enorme área ociosa poderia apresentar índices elevados. Preferiu-se a área total, sabendo-se de sua limitação. Note-se que as taxas de crescimento das componentes não apresentam ambigüidade.

Na hipótese de a função de produção ser côncava e crescente em relação à variável trabalho, a pro-

dutividade do trabalho passa por um máximo quando se iguala à produtividade marginal (do trabalho). Num mundo sem risco, esse é o ponto de equilíbrio de longo prazo se a competição perfeita prevalecer. Nessa circunstância, a produtividade do trabalho, mede o que se obtém de produto pela adição de uma unidade de trabalho. E, assim ela deve ser igual ao salário.

Num mundo de mudanças tecnológicas freqüentes, de constantes intervenções do governo na economia, de desarranjos macroeconômicos e de risco climático acentuado, e este é maior na Região Nordeste, é pouco provável que se verifiquem as condições enunciadas. E assim, a produtividade do trabalho perde o vínculo com a produtividade marginal e muito da sua importância, visto não indicar quanto de produto o acréscimo de uma unidade de trabalho traz. Apesar desta limitação, comparações são feitas entre a produtividade do trabalho e o salário mínimo de R\$ 130,00.

Sobre a produtividade do trabalho, considerando-se um salário de R\$ 130,00, valem as seguintes observações:

1. Na Região Norte, apenas as classes de área de 200 ou mais hectares remuneram o trabalho com um salário superior a R\$ 130,00. Essas classes compreendem, apenas, cerca de 9% dos estabelecimentos.

2. No Nordeste a situação é tão ruim ou pior. Somente as classes de mais de 100 hectares ultrapassam R\$ 130,00 de remuneração para o trabalho. Elas compreendem 5,8% dos estabelecimentos da região.

3. A Região Norte tem uma produtividade do trabalho de 86,87 R\$/trab./mês; a nordeste de

Quadro 10
Distribuição da intensidade de
mecanização,
XIP/ha, por região e classe de área.
Censo Agropecuário 1995/96

Classes	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul
<10	0,058	0,053	0,439	0,898	0,833
[10,20)	0,007	0,039	0,306	0,688	1,032
[20,50)	0,006	0,037	0,206	0,559	0,934
[50,100)	0,006	0,034	0,187	0,397	0,827
[100,200)	0,007	0,039	0,184	0,332	0,573
[200,500)	0,012	0,042	0,191	0,269	0,409
[500,1000)	0,017	0,044	0,155	0,204	0,283
[1000,10000)	0,015	0,041	0,087	0,163	0,181
>10000	0,006	0,032	0,025	0,077	0,139
Região	0,011	0,040	0,096	0,303	0,550

Fonte: IBGE.

62,72 R\$/trab./mês; Centro- Oeste iguala a 553,51 R\$/trab./mês; a Sudeste equivalente a 381,55 R\$/trab./mês e, finalmente, a Sul resultou 321,23 R\$/trab./mês.

Considerando-se que a remuneração do trabalho não deve, em média, ultrapassar a produtividade do trabalho, compreende-se porque a migração rural – urbana se acelera no Nordeste e Norte e, mais ainda, porque o meio rural do Norte deixou de ser um ganhador líquido de população e passou a expulsar mão-de-obra. E entende-se, ainda, porque o desaparecimento de estabelecimentos, no período 1985-1995, foi muito mais intenso na classe de área abaixo de 10 hectares.

Vejamos as duas componentes da produtividade do trabalho.

1. No Sul e Sudeste, a contribuição da produtividade da terra e da área que cada trabalhador cultiva estão muito próximas (linha *região* na tabela). Em regiões industrializadas, com escassez de terra e trabalho, isso é esperado. Num vazio, como o das regiões Norte e Centro –Oeste, em que a mão-de-obra é escassa em relação à terra, deve-se esperar uma maior contribuição do trabalho, o que realmente ocorreu. O Nordeste está convergindo para as posições de Sul e Sudeste.

2. A queda da produtividade da terra, à medida que se muda de uma classe de área para a seguinte, indica que as propriedades maiores não estão usando uma tecnologia intensiva no uso da terra, inclusive deixando áreas sem explorar. Como a mão-de-obra está vinculada à área realmente explorada, é natural que cada trabalhador cultiva cresça com o tamanho do estabelecimento, como ocorreu em todas as regiões. Portanto, o crescimento da área por trabalhador pode não ser consequência da mecanização.

3. O crescimento da área por trabalhador com o tamanho do estabelecimento também ocorreu no Sul e Sudeste, regiões de uso mais intensivo da terra. Mas isso não garante que os estabelecimentos maiores não permitem áreas grandes pouco exploradas como é o caso da pecuária de corte extensiva. Em adição, o grau de mecanização dos estabelecimentos menores, embora maior do que os grandes, como veremos, não permite uma renda familiar maior e capaz de competir com as alternativas urbanas. E o baixo grau de mecanização, assim, uma das causas de instabilidade dos

estabelecimentos de pequeno porte, ensejando o seu desaparecimento. E também muito a ver com nível de utilização das terras pelos estabelecimentos maiores.

9. Grau de mecanização

Tomaremos o trator como proxy de mecanização. O quadro 10 retrata o grau de mecaniza-

Quadro 11

Distribuição do número de tratores em relação ao número de estabelecimentos por classe de área e regiões.

em %

Classe	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	SP
<10	0,21	0,32	3,87	7,11	13,34
[10,20]	0,30	1,08	6,46	14,38	19,09
[20,30]	0,88	1,87	8,76	20,37	36,44
[30,40]	1,48	3,73	14,31	28,18	49,02
[40,50]	2,67	7,00	24,22	37,98	63,29
[50,60]	0,45	15,40	47,24	51,01	62,10
[60,70]	22,78	27,34	65,08	63,08	70,64
[70,80]	44,50	42,24	80,28	71,68	77,09
>80	67,08	73,77	88,86	70,11	86,87
Total	2,60	1,50	25,58	19,06	29,42

ção em HP. Valem as seguintes observações sobre o quadro 10;

O censo 1995/96 apresenta dados sobre a potência dos tratores, em classes de HP: menos de 10, de 10 a menos de 20, de 20 a menos de 50, de 50 a menos de 100 e, finalmente, 100 e mais. Escolhemos o ponto médio de cada classe para representá-la. Ou seja, 5, 15, 35, e 75. Para a última classe, arbitrou-se 150. Ponderou-se o número de tratores de cada classe pelo respectivo ponto médio e obteve-se a soma total de HP, que foi dividida pelo total de hectares da classe.

1. Norte e Nordeste têm grau de mecanização muito menor que as três regiões sulinas. A diferença é enorme em relação ao Sul e Sudeste. E a diferença está presente em todas as classes. O mesmo ocorre em nível de região, conforme nos indica a linha *Região* da tabela acima em que se tem: Norte...0,011; Nordeste...0,040; Centro- Oeste...0,096; Sudeste...0,303; e Sul...0,55. O baixo índice do Norte e Centro- Oeste é consequência de serem grandes vazios demográficos. O do Nordeste está ligado à seca. É difícil investir numa região de clima tão irregular. Contudo, existem áreas suficientes, de microclimas favoráveis e, ainda, a agricultura irrigada, que deveri-

am ter permitido ao Nordeste alcançar uma situação melhor. Óbvio está que a existência de abundância de trabalho compete com a mecanização, mas às custas de uma produtividade baixa e, portanto, às custas de uma remuneração igualmente baixa deste fator de produção e, especialmente, da mão-de-obra familiar. Também às custas de não permitir a exploração de toda área sob domínio do estabelecimento.

2) Havia queda acentuada do índice de mecanização com o tamanho da propriedade, em termos das classes de área. Quer isso dizer que as propriedades maiores estão se dedicando às atividades mais extensivas, ou mesmo deixando áreas inexploradas. Entre os óbices à mecanização, estão a proteção da indústria nacional, taxas de juros elevadas e inexistência de crédito apropriado. Os contrários à mecanização aduzem que ela elimina empregos assalariados, o que é verdade se não houver possibilidade de expansão da produção. O baixo índice de mecanização, mesmo o dos agricultores que têm estabelecimentos menores que 10 hectares com índices maiores, é, contudo, um fator limitante à expansão da produção e da renda dos agricultores, inclusive daqueles mais pobres.

É possível que alguns agricultores que investiram mais em mecanização estejam influenciando os índices da classe. Por isso, construiu-se o quadro 11, que indica a relação entre o número dos que informaram possuir tratores e o total de estabelecimentos da classe. Essa relação mede a adoção de tratores.

1. Norte e Nordeste, novamente, estão muito atrasados em relação às demais regiões. Isso é verdade em relação às regiões (linha região) como quando se compara classes de áreas daque-
las duas regiões com as mesmas classes de área das três regiões sulinas, com exceção do Nor-
deste, para a classe maior que dez mil hectares,
em relação ao Sul e Sudeste.

2. A adoção de tratores, expressa pelo fato de o trator estar presente no estabelecimento, cresce com o tamanho do estabelecimento, ao contrário do que ocorreu com a intensidade da mecanização. Constitui exceção a essa observação, a classe de área maior do que dez mil hectares do Sul e Sudeste.

3. O pequeno índice de adoção de tratores das classes correspondentes à agricultura fami-

iliar, até cem hectares, não permite à família uma exploração mais intensa de suas terras e, assim, contribui para vedar-lhe o acesso a uma renda mais elevada, como já foi relatado.

4. Os estabelecimentos maiores, mil hectares ou mais, apesar de um grande número deles possuir tratores, tem intensidade de mecanização muito baixa, como se viu. E cerca de 20% sequer possuem um trator.

o agricultor do mundo

Em resumo, a baixa mecanização da agricultura é um grande empecilho à sua expansão e ao crescimento da renda dos agricultores. (122)

10. Conclusões

A migração decresceu de intensidade nas regiões que ultrapassaram ou estão próximas da marca de 80% da população morando nas cidades. E acelerou-se nas duas regiões mais rurícolas, Nordeste e Norte, aquelas que ainda têm um grande estoque de potenciais migrantes, destacando -se o Nordeste, neste respeito.

A baixa remuneração da agricultura, combinada com a atração das cidades, está levando a um esvaziamento dos campos. Prevalecendo a atual situação, estamos no caminho de uma agricultura que abrigará apenas 600 mil estabelecimentos dos atuais 4,9 milhões.

O Nordeste representa a grande bomba migratória. Tem 46% da população rural brasileira, com índices de produtividade da terra e do trabalho que equivalem a $\frac{1}{4}$ do restante do Brasil. Cerca de 8 a 13 milhões de nordestinos estão com os pés nas estradas.

A expansão da renda dos estabelecimentos encontra um forte constrangimento no baixíssimo índice de mecanização dos mesmos. A política agrícola precisa mudar de atitude em relação à mecanização, dando condições para que nossos agricultores possam comprar máquinas e equipamentos em condições competitivas com os correntes, inclusive quanto à qualidade.

Outro constrangimento igualmente importante é a demanda por alimentos, fibras e energético. O estímulo às exportações é a prioridade de curto prazo, em conjunção com programas de cestas básicas. Em termos de longo prazo, o crescimento da renda per capita com melhor distribuição

ção pode retardar o esvaziamento dos campos. Mas precisamos nos acostumar com a idéia que os campos abrigarão muito pouca gente e não repetir a política agrícola dos países avançados, que não deu certo.

Se os assentados da reforma agrária repeti-

rem a performance dos agricultores já experimentados, e não há razões para se imaginar o contrário, prevê-se grandes dificuldades para o governo, seja para receber os empréstimos vencidos, seja para deixar de emprestar para os inadimplentes.

Referências

1. Alves, Eliseu. *Migração rural-urbana*, Revista de Política Agrícola, Ano IV (4): 15-29, 1995.
2. Gasques, José Garcia & Conceição, Júnia Cristina. *A demanda de terra para a reforma agrária no Brasil*, 37º Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, SOBER, Brasília, 1999.
3. Grossi, Mauro Eduardo & Silva, José Graziano. *A Distribuição da População Rural Brasileira Economicamente Ativa 1981/1995*, Espaço e Geografia: 95-110, UnB/ GEA, 1999.
4. Hayami, Yujiro & Ruttan, W. Vernon. *Desenvolvimento Agrícola – Teoria e Experiências Internacionais*, Brasília, EMBRAPA, 1988.
5. IBGE, *Censo Agropecuário 1995-1996*, Rio de Janeiro, RJ, 1998.
6. IBGE. Contagem da População 1996, *Sistema de recuperação de informações municipais (CD)*, Rio de Janeiro, RJ, 1997.
7. Schuh, G. E. *Agriculture in Brazil: Policy, Modernization and Economic Development*, trabalho apresentado na Conferência Internacional das Américas, São Paulo, 28-29 de agosto de 1996.
8. Vera Filho, F.R.P. & Alves, Eliseu. *Urbanização: Desafio à Produtividade Agrícola*. Conjun-
tura Econômica, 39 (3) 3-15, 1985.

¹⁰ Alves e Contini são pesquisadores da EMBRAPA. E Lopes é pesquisador da FGV.

¹¹ Os países em desenvolvimento, regra geral, desprotegeram sua agricultura. Colheram frutos amargos, inclusive uma urbanização precoce e exagerada e perderam importância no mercado interno.

¹² Gasques estima em 4,5 milhões de famílias a demanda de reforma agrária. Relata outras estimativas mais conservadoras (Gasques e Conceição, 1999).

¹³ Admitimos que Ceará e Pernambuco espelham o Nordeste. Reconhecemos que há erros de amostragem.

¹⁴ A amostra no Centro-Oeste cobriu agricultores maiores. As outras 4 regiões têm mais de 90% dos estabelecimentos.

Nota do Editor: Por problemas de espaço e de complexidade das tabelas, deixou-se fora algumas tabelas relacionadas com a velocidade da urbanização e renda líquida de curto prazo. No nosso entender essas exclusões não afetam o entendimento das teses principais do artigo. As interessados podem enviar o artigo na íntegra, como saiu na Revista Política Agrícola /01 - jul/ set 1999. Aos autores pedimos escusas, por essa exclusão involuntária.

A Organização Mundial do Comércio (OMC) e o comércio agrícola do mundo

1. Comércio Internacional de produtos agrícolas

A agricultura e a OMC

A OMC (Organização Mundial do Comércio), foi criada em 1994 (Conferência de Marakesh), no final da chamada "Rodada do Uruguai" que durou 13 anos, durante os quais foram negociados os acordos que os países membros (atualmente são 135 países) devem cumprir no que se refere ao comércio entre os países. O chamado comércio de exportação e importação.

O objetivo inicial dessas negociações, era, o de facilitar o comércio internacional, eliminando barreiras existentes. Ao longo das negociações (que coincidiram com o período de auge dos modelos de economia neoliberais que consideram a predominância das leis de mercado, passando por cima da soberania nacional) outros temas foram sendo introduzidos e ao final os acordos englobaram um grande número de questões que vão do simples comércio de mercadorias, passando pelas áreas de Serviços (finanças, educação, saúde, telecomunicações, etc.), regulamentos fito-sanitários e sanitários, direitos autorais, patentes, e agora também querem introduzir leis internacionais sobre investimentos que passariam por cima das leis dos vários países, constituindo-se em um verdadeiro governo mundial sob o controle do capital, através dos "técnicos" no controle das várias instâncias da OMC.

O que chama a atenção no momento, sendo objeto de grande preocupação por parte da opinião pública internacional, é que a OMC com toda sua força de órgão regulador, passa por cima das

leis dos países e obriga a todos (muitas vezes através de verdadeira chantagem) a cumprir resoluções que são tomadas em gabinetes fechados aos quais só tem acesso os governos dos países capitalistas mais ricos e poderosos. Em primeiro lugar os Estados Unidos, mas também a União Européia e o Japão. A OMC, dessa maneira quer se constituir em um verdadeiro governo invisível e global.

Os tratados assinados no âmbito da OMC, são muito complexos e esse é já um problema para muitos países subdesenvolvidos, que sequer contam com técnicos capazes de discutir todas as questões em jogo e no final acabam assinando compromissos cujas consequências desastrosas só mais tarde serão percebidas. Mesmo o Brasil que tem muitos técnicos preparados para algumas questões, acabou assinando tratados (por exemplo na questão das patentes) que são altamente lesivos a nossos interesses.

Neste relatório só vamos abordar, resumidamente algumas questões a respeito do acordo agrícola da Rodada Uruguai, bem como das novas negociações que deveriam ter se iniciado em Seattle.

De todos os setores econômicos, a agricultura foi o que mais dificuldade apresentou nas negociações da rodada anterior e no final o acordo agrícola deixou muitos problemas sem solução no que refere a uma maior liberalização comercial e isso porque as principais potências econômicas (a frente os USA, União Européia e Japão) tem uma política agrícola altamente subsidiada. Esses países protegem com muito dinheiro a produção no campo e sob várias formas garantem a

Moacir Villela

São Paulo, fevereiro - 2000

produção interna contra os competidores do exterior. Só nesse ano o governo dos USA está gastando 54 bilhões de dólares em apoio direto aos agricultores sob argumento de compensar as perdas devidas ao mau tempo para a agricultura.

Por essa razão, o acordo agrícola não foi feito como gostariam os defensores da total liberalização do mercado e muitas exceções foram previstas, todas facilitando os subsídios Europeus e Norte americanos. A "Cláusula de paz" no acordo agrícola adiou para 2003 a liberalização. E foi marcado para o momento atual (O que se queria fazer na "Rodada do Milênio" programada para se iniciar em Seattle) novas negociações sobre a liberalização na agricultura.

2. Especificidade da agricultura:

O que esteve em discussão em Seattle:

Segundo os estudiosos do tema, algumas características diferenciam a agricultura dos outros setores econômicos:

1. Originalmente, a agricultura não era um setor de produção mas o centro da organização econômica e social. Esta situação prevalece ainda para uma parte importante da população mundial que é ainda camponesa. Para essas populações a agricultura não é um ramo de produção mas o centro do seu mundo rural;

2. A atividade agrícola envolve fatores de produção que a distinguem de outras atividades. As plantas, os animais, o solo, a água, o sol. O solo, por exemplo é um meio vivo que alimenta e serve de suporte para as plantas e materializa o espaço necessário para produzir grandes quantidades de massa vegetal para alimentar humanos e animais;

3. A agricultura ocupa um espaço muito grande o que lhe dá um papel estratégico na questão do meio ambiente mas que também coloca um limite econômico fundamental: a agricultura não pode avançar muito na economia de escala. Isto significa que o aumento da superfície cultivada não leva a uma diminuição dos custos unitários em um determinado modelo de produção. Ao contrário da atividade industrial.

4. As consequências dessa ausência de economias de escala levam cada vez mais a uma marginalização da agricultura. De um lado, os setores com economia de escala substituem a agricultura (têxteis, borracha, plástico,...) por outro

lado os capitais acumulados na agricultura, quando em quantidade suficiente, se transferem para outros setores com economia de escala.

5. Um risco importante e constante leva à incerteza nos resultados das colheitas. Entre a seca, inundação e a venda do produto pode acontecer de tudo: seca, inundação, pragas, etc.

6. Esta incerteza, associada aos riscos produtivos, influencia muito os mercados principalmente levando em conta que a oferta demora um ciclo mais ou menos longo para reagir devido aos ciclos de produção. Os mercados agrícolas também tem uma demanda muito rígida. Isso é, o consumo não pode ser, nem muito diminuído, nem muito aumentado.

7. O setor agrícola é totalmente atomizado se compararmos com outros grandes setores que são formados por poucos e muito grandes produtores (automóveis, química, farmácia, etc.) Dessa forma ele passa a ser o único setor produtivo onde domina a concorrência e não pode se beneficiar de preços de oligopólio muito usado pelos outros setores. Dessa maneira a agricultura esta sempre recorrendo ao Estado para conseguir melhores preços.

Essas características fazem com que os Estados utilizem um conjunto de medidas para proteger suas agriculturas. Subsídios à produção, tarifas de importação, cotas de importação e exportação, apoio direto ao produtor, apoio em dinheiro para aumento da renda dos agricultores, preços mínimos de sustentação, etc.

3. O acordo agrícola do Ciclo Uruguai

O acordo agrícola da OMC, atualmente em vigor impõe uma série de regras a respeito das políticas agrícolas dos países signatários que interferem profundamente no modo como vinham sendo feitas até então por cada país individualmente. O acordo pretende intervir para:

1. Facilitar o acesso aos mercados principalmente diminuindo as tarifas de importação, mas também alterando outras políticas restritivas tais como cotas, etc.

2. Reformulação do apoio interno aos agricultores, principalmente naquilo que os negociadores consideram que afeta (distorcendo) os preços de mercado;

3. Restringir o apoio às exportações, que facilitam as vendas para aqueles estados que utilizam

zam essas políticas (esta prática é muito usada pelos Estados Unidos e pela Europa)

Apesar da clareza de propósitos, na prática são tantas as exceções que o protecionismo das agriculturas mais desenvolvidas continuou intacto e só se adaptaram os países que viveram nos últimos anos crises econômicas e que se submeteram às políticas do FMI. (Nos casos de Brasil e México, inclusive os prazos, a serem cumpridos, para a implementação da reforma agrária foram estendidos para 20 anos, não foram utilizados e esses países abriram repentinamente seus mercados para importações agrícolas que foram desastrosas para os agricultores, principalmente para os pequenos).

Apesar das medidas do acordo visarem um aumento das transações, facilitando o acesso aos mercados para todos e diminuindo as práticas de sustentação da produção e os incentivos às exportações que alteram, rebaixando os preços, a liberalização pretendida foi mínima e onde foi implementada (caso do Brasil) os resultados foram mais problemas ainda.

Ao intervir nas regras que os países adotaram para suas agriculturas, a primeira consequência do acordo, foi uma desregulamentação das políticas nacionais, afetando a segurança alimentar, a saúde, os hábitos alimentares, o meio ambiente, o desenvolvimento rural e a cultura; Provocando uma perda de soberania dos Estados.

A lógica puramente comercial acabou só levando em conta as empresas ligadas ao comércio exterior. Dessa maneira, essas medidas beneficiaram os interesses das empresas transnacionais

4. Efeitos sobre o comércio agrícola

Um dos efeitos anunciados pelos defensores do acordo, era a estabilidade dos preços no mercado mundial, em níveis elevados. O que realmente se deu está longe disso. Após haver subido na safra 95/96, os preços afundaram em seguida. Depois de 95 tanto as altas como as baixas bateram recordes dos últimos 20 anos. O motivo principal parece ser de acordo com a FAO, a baixa dos estoques governamentais que regulavam o abastecimento.

Uma grande quantidade de pessoas que se alimentam mal, tiram sua pouca renda da agricultura. No entanto a OMC privilegia a produção para exportação em detrimento da produção para o consumo interno. Dessa maneira, aqueles agricultores dos países pobres ameaçados pela con-

corrência dos produtos importados tiveram sua situação ainda piorada.

A desregulamentação leva a agricultura camponesa à falência.

As agriculturas camponesas estão apoiadas sobre uma mão de obra e um capital familiar e baseiam sua estratégia em riscos calculados, baseados sobretudo na biodiversidade na complementariedade entre agricultura e pecuária.

No outro extremo temos a agropecuária para especulação totalmente orientada para a produção a baixos preços. Uma boa parte dos excedentes agrícolas, em especial dos excedentes de cereais, são produzidos em poucas zonas geográficas, verdadeiros pólos de produção. No entanto esses pólos mostram seus limites quando necessitam de subsídios para se tornarem competitivos e tem dado origem ao aparecimento de grandes estruturas de criação industrial com um potencial poluidor tremendo (caso da Bretanha na França onde as criações de frangos contaminaram o lençol freático tornando a água sem condições de consumo por centenas de anos).

Os preços internacionais muito descolados dos preços de custo real para a maior parte dos países, bem como o dumping provocado pelos subsídios dos países ricos fazem com que as agriculturas tradicionais se desintegrem. Novos hábitos alimentares são introduzidos nas cidades pobres dos países do Sul (por exemplo o consumo de farinha de trigo na África que nunca existiu) e esses produtos não podem ser produzidos nesses países criando novas dependências de importação.

Esse é o quadro, em linhas gerais, provocado pelo acordo em vigor. Ao se iniciar a nova rodada do "Milênio", estava prevista uma avaliação dos efeitos da rodada anterior (artigo 20 do acordo agrícola). Os países centrais estão evitando de fazer essa avaliação para de novo impor seus pontos de vista a revelia das maiorias dos países pobres.

5. Quem são os jogadores dessa partida e quais suas posições no momento?

Apesar do fracasso da conferência de Seattle, já em janeiro, novas reuniões estão agendadas em Genebra para continuar a discutir o comércio agrícola.

Em primeiro lugar é preciso que se diga que em termos de valores, as principais transações hoje em dia se dão nos setores de Serviços (65 %) e de produtos industriais (28 %). O comércio agrícola não é o principal para os países centrais

E é por isso que eles podem ter para com a agricultura, outras políticas além dos lucros comerciais.

O comércio agrícola no entanto é decisivo no momento para dois grupos de países:

1. Os países de economia primária, alguns extremamente pobres e com sociedades essencialmente rurais: África, Pacífico, Caribe, partes da Índia, Filipinas, etc. Para esses países, a liberalização está levando a desagregação de suas frágeis economias locais. Embora vários dos governos desses países estejam envolvidos nas tais "políticas de ajuste" do FMI, os resultados pés-simos apareceram logo e tem levado a uma crescente oposição dos camponeses (Índia, Tailândia) que estão defendendo seus modos tradicionais de cultivo e suas tradições, que estão sendo atacadas pela nova inserção no mercado.

2. Outros países que se agrupam no chamado "Grupo de Cairns" é composto por alguns países mais desenvolvidos que são grandes exportadores de agricultura (Canadá, Austrália), mas na sua maioria são países subdesenvolvidos exportadores de produtos agrícolas e que tem em comum os excessos de adesão às aberturas neoliberais e de submissão ao "ajuste estrutural" do FMI. É esse o caso do Brasil, Argentina, Peru, Indonésia e outros. Para esses países que sofreram uma deterioração profunda de seu comércio internacional, praticamente só sobrou a possibilidade de exportarem "commodities" e são eles os que tem mais a perder com o fracasso das negociações do momento. Em Seattle eles estão muito nervosos e sua posição pode ser resumida no discurso do Chanceler brasileiro Lampreia: o governo brasileiro fez tudo para liberalizar e abrir seu mercado seguiu todas as receitas do FMI, OMC, Banco Mundial, mas agora os países ricos não querem liberalizar o comércio internacional da agricultura que tinham prometido no final da Rodada Uruguai. (Claramente caíram no que antigamente se chamava "conto do vigário") É uma situação desmoralizante para nosso país.

3. Os países cujo comércio internacional não dependem tanto da commodities agrícolas, dão mais peso a outras questões na pauta para a con-

tinuação da liberalização, dumping, patentes, serviços, etc. Vão defender a proteção de suas economias agrícolas. É o caso do Japão, Coréia, da União Europeia, Noruega, Suíça. Para eles, a agricultura é um problema mais interno de equilíbrio social, garantia de emprego, defesa da integridade do território, garantia de abastecimento, enfim de segurança alimentar. Também para os Estados Unidos, a proteção de sua agricultura é importante, embora eles sejam junto com a União Europeia o maior exportador de produtos agrícolas. Os EUA prometeram diminuir progressivamente os subsídios a seus agricultores, mas neste ano já voltaram atrás e estão injetando 54 bilhões de dólares de subsídios sob o pretexto de que eles foram prejudicados por catástrofes naturais.

Os EUA e UE começam a se aproximar e já se vislumbra um entendimento entre eles. Trata-se de manter os subsídios na forma de aumento direto na renda dos agricultores que eles consideram que não (sic) deformam os preços no mercado.

O que não fica dito, é que em nome do apoio a seus agricultores, a política agrícola da UE cria enormes privilégios para as transnacionais como Nestlé, Parmalat, etc. O modelo de agricultura que se desenvolve na Europa hoje, se baseia na importação de ração (inclusive soja, bagaço de laranja, etc, do Brasil) a preços muitos baixos e que servem para a produção de carnes e laticínios que são exportados com grandes subsídios. Assim a Alemanha é grande exportadora de café e a Suíça exporta coco ralado e nenhum desses países tem seguir um pé de café ou de coco.

Finalmente é preciso considerar que nesse rumo, os agricultores de todos os países estão mergulhados em uma profunda crise. Na França desapareceram nos últimos tempos mais de 200.000 pequenas propriedades agrícolas. Nos USA e no Canadá, a política é o "canibalismo": destrua seu vizinho para sobreviver. Mas o aumento da produtividade só tem feito baixar os preços e de novo inviabilizar os produtores em benefício das grandes corporações do Agribusiness (Cargill, Monsanto, e outras nossas conhecidas). Não foi à toa que nas pautas da reunião promovida pela "American Family Farmer A.", para a quecer os agricultores antes das manifestações do dia 1 de dezembro em Seattle, foram colocados cartazes com os organogramas que mostram as ligações secretas entre Cargill, Monsanto, Astra-Zeneca, Novartis. Os cartéis da agricultura industrializada, agora fortalecida com os

famigerados OGM estão submetendo os agricultores nos países desenvolvidos e arrasando com as agriculturas primitivas dos países atrasados.

6. Qual a posição da VIA CAMPESINA no debate

Nas colocações de Nico Verhaegen da Via Campesina, os governos e grupos de pressão falam sempre de oposição entre "O Norte" e "O Sul". Mas é muito simplista falar de "pobres agricultores do Sul" e de "ricos agricultores do Norte". Esta maneira de apresentar os conflitos internacionais da agricultura e da alimentação servem de "proteção" ideológica para as elites dos países pobres. Sob a bandeira da sustentação de suas economias elas reivindicam um acesso aos mercados europeus para carne bovina, frangos e cereais produzidos por grandes proprietários de terras no Brasil ou na Argentina, comercializados por empresas transnacionais e comprados através das cadeias de distribuição de alimentos como Carrefour ou *MacDonald's*.

Ao mesmo tempo, os governos e as organizações agrícolas tradicionais "do Norte" podem ignorar os problemas de seus pequenos agricultores e focalizar as atenções sobre os "pobres agricultores do Sul".

O tão discutido modelo agrícola europeu, muitas vezes apresentado como distinto do norte americano, está cheio de contradições e inclui tanto a criação industrial de porcos e de frangos baseada nas rações importadas e integradas à agroindústria, como a agricultura familiar baseada em uma criação sustentável de carne bovina à pasto. Mesmo nos Estados Unidos subsiste um número importante de pequenos produtores de leite e de hortifrutis.

Para a Via Campesina, a contradição essencial está entre, de uma parte o modelo de agricultura industrial associada à agroindústria e as elites e de outra parte modelos de agricultura familiar sustentável a serviço dos interesses dos agricultores e dos consumidores.

7. Um pouco mais sobre Brasil

Ao discutir esse tema do ponto de vista nacional, creio que precisamos aprofundá-lo do ponto de vista dos pequenos agricultores.

A imprensa e vários analistas dizem: "as posições do Brasil estão sendo prejudicadas". Mas

quais são essas posições e o que elas representam?

Vejamos: Em Seattle, além dos diplomatas e funcionários do governo - entre eles o ministro da agricultura Pratine de Moraes que só pensa em exportação, o resto que se dane:

Havia também tentando influir, empresários do açúcar, representantes das indústrias de suco de laranja, exportadores de frango, exportadores de soja, o presidente da OCB. Uma delegação de deputados ligados a agricultura (Caiado, Graziano, entre outros) mais ou menos perdidos nas discussões.

Como sabemos, a abertura do mercado no Brasil foi total. Importávamos mais ou menos 1 bilhão de dólares em produtos agrícolas até 94, agora importamos de 7 a 8 bilhões. As regras da OMC que deveriam ser implantadas num prazo de 20 anos foram antecipadas sob o argumento de tal de "ajuste estrutural". As exportações em 99, mesmo com o dólar valendo R\$2,00, diminuíram de valor aumentando em volume:

O pior deixamos de exportar óleo de soja para exportar grãos. Continuamos exportando suco de laranja barato quando o produto mais valorizado é a fruta natural. Enfim, com a perda da capacidade de exportar produtos industriais, o país ficou dependente das exportações agrícolas com pouco valor agregado.

A agricultura industrial é a única política que o governo leva a sério e podemos duvidar de sua eficácia. Dois exemplos: Depois de deixar 400.000 pequenos criadores sem perspectivas econômicas no Oeste de Santa Catarina, além dos rios mais poluídos do Brasil, as agroindústrias de frango vão para o Centro Oeste onde o milho e soja são mais baratos. Até quando? A maior empresa de suínos dos EUA está construindo um complexo para produzir 100.000 toneladas de carne por ano em Diamantino, no cerrado de Mato Grosso. Que consequência isso trará para os pequenos criadores do Sul? É essa a política do governo FHC. Será que essa política vai trazer desenvolvimento para o interior? É verdade que o país ficou extremamente dependente das exportações agrícolas, mas a evolução recente do mercado internacional está mostrando que essa opção não é nada boa. É preciso colocar em discussão o modelo de agricultura que vem sendo implantado da ótica dos pequenos.

¹ Moacir Vilela.
é economista, especialista em comércio agrícola,
consultor e técnico da Concrab

Indicadores da crise da agricultura brasileira

- síntese -

*João Pedro Stedile
São Paulo, março - 1998*

A agricultura brasileira vive uma grave crise desde a década de 1980. Essa crise foi provocada pela crise geral da economia brasileira, que viveu uma década de estagnação econômica, e se agravou com a política econômica implantada pelo governo a partir da eleição do Presidente FHC.

Principais elementos que caracterizam a crise na agricultura:

1. Área cultivada

De 1980 a 1996 a área cultivada diminuiu 2 %. E apenas entre 1989 a 1996 cerca de 8 milhões de hectares deixaram de ser cultivados. A área cultivada é o principal indicador da disposição do agricultor. Todo agricultor procura aumentar a área dos produtos, quando estes lhe garantem renda.

2. Produção

Entre 1980 a 1996, a produção aumentou em 34 %. Como a área diminuiu, conclui-se que houve um importante aumento na produtividade do trabalho. No entanto, no mesmo período a população brasileira cresceu 45 %. Logo, houve uma diminuição da produção per capita de produtos agrícolas.

3. Crédito rural

Na década de 80, o Banco do Brasil aplicava em torno de 19 bilhões de dólares por ano em financiamentos rurais, somados custeio, investimento e comercialização. Nos quatro anos do governo FHC, a média de crédito rural aplicado foi de 6 bilhões de reais. Revelando o descaso da aplicação na agricultura. A produção agrícola total do país está em torno de 80 bilhões por ano (PIB agrícola) isso significa que

atualmente apenas 8% do valor da produção agrícola recebe financiamento. Nos países desenvolvidos o crédito rural chega a atingir 80% do valor produzido.

4. Mecanização da agricultura

No início dos anos 80 a indústria de máquinas agrícolas vendiam em média 60 mil tratores por ano, nos últimos três anos a média de venda de tratores baixou para 17 mil unidades anuais.

5. Renda dos agricultores

Entre 1980 e 1996 a renda média de todos os agricultores caiu em 49 %. Ou seja, passados esses 17 anos, os agricultores precisam trabalhar e produzir 49% a mais para receber a mesma renda de 1980. Por outro lado, os pequenos produtores que produzem produtos da cesta básica para o mercado interno, tiveram apenas em 1996 um queda de 7,6% na sua renda.

Essa queda da renda geral dos agricultores e, especialmente, entre os pequenos agricultores é consequência das perdas nos níveis de preço. Assim, desde que houve um Plano Real (1994) a inflação para os agricultores foi de 52 %. Ou seja, a média dos preços dos insumos subiu 52 %, no entanto a média dos preços dos produtos agrícolas cresceu apenas 20 %.

6. Concentração da propriedade da terra

Em função da crise, a concentração da propriedade continuou. De 1985 a 1996, segundo dados do Censo agropecuário do IBGE cerca de um milhão de estabelecimentos agrícolas desapareceram, baixando de um total de 5,8 milhões para 4,8 milhões. No entanto, a concentração maior ocorreu de 1995 a 1998, durante o governo FHC, 400 mil pequenos agricultores perderam suas terras.

7. Emprego na agricultura

O nível de emprego na agricultura vem diminuindo, atingindo especialmente os assalariados rurais. Durante o governo FHC 800 mil trabalhadores rurais perderam emprego, especialmente nas lavouras de algodão, cana-de-açúcar, cacau etc.

8. Importações agrícolas

O Brasil costumava importar, tradicionalmente, em torno de um bilhão de dólares em produtos que se tem certas restrições climáticas, como o trigo, ou por acordos comerciais com Argentina, Chile, e importava-se maçã, pêra etc.

No entanto, a partir do governo FHC o volume de importações cresceu 700% devido a abertura do mercado e, nos últimos anos as importações atingiram 7,5 bilhões de dólares anuais. Hoje, importam-se inúmeros produtos agrícolas em detrimento da produção nacional, como milho, arroz, feijão, alpiste, pipoca, côco, leite em pó, manteiga, queijo etc.

Alguns dados que revelam a crise da agricultura brasileira

1. Área cultivada:

1985: 45 milhões de ha
1995: 34 milhões de ha (- 20%)
Fonte: IBGE

2. Venda de máquinas agrícolas:

1980-83: 60 mil tratores anuais (média)
1995-96: 25 mil tratores anuais (média) (- 50%)
Fonte: Anfavea

3. Valor de Crédito rural oferecido pelo Governo:

1980-83: 18 bilhões de dólares, por ano (média)
1995-96: 6 bilhões de dólares, por ano (média) (- 60%)

Fonte: Banco Central

4. Produção de grãos

1985-87: 70 milhões de toneladas por ano (média)
1994: 81 milhões toneladas
1995-96: 78 milhões de toneladas (- 6%)
(E a população cresceu 40% no período 85-96)
Fonte: Conab

5. Valor total da produção agrícola (preços dez/98)

1990: 59 bilhões de reais
1994: 65 bilhões de reais
1998: 61 bilhões de reais (- 10%)
Fonte: FGV

A renda dos agricultores (valor da produção menos custo): caiu em média 4,5% no período de 1994-98

6. Pessoal ocupado na agricultura

1985: 23 milhões de pessoas
1995: 18 milhões de pessoas (- 20%)
Fonte: Censo IBGE

7. Importações agrícolas:

1985: 1 bilhão de dólares
1995: 8 bilhões de dólares (+ 700%)
Fonte: Cacex

8. Falência da pequena agricultura/concentração da propriedade da terra:

Entre 1985 e 95: Desapareceram 942 mil propriedades, sendo 906 mil com menos de 100 ha

Fonte: Censo IBGE

Índice de Gini, de concentração da propriedade: 0,856 estável há vinte anos
Fonte: IPEA

9. Inadimplência dos agricultores:

85% dos mutuários estão inadimplentes.

A um total de 701.658 devedores com dívidas de 24 bilhões, destes 513.658 pequenos agricultores de vem até 10 mil reais (mas representam apenas 15% do total de estabelecimentos com menos de 100 ha) e 14 mil grandes e médios proprietários, com dívidas acima de 200 mil reais, devem ao todo 15 bilhões. 300 grandes cooperativas devem 2,5 bilhões.

Nota: A crise do setor primário, não significa que todos os agricultores perdem dinheiro. Os grandes produtores que tem escala e renda diferencial, os agricultores de segmentos especializados, os exportadores de café ou de mercadorias com preços elevados no mercado internacional, estão obtendo lucro.

Balanço da violência no campo

*Secretariado Nacional da
Comissão Pastoral da Terra
Goiania, maio - 1999*

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) registrou no ano de 1998 um expressivo aumento dos conflitos no campo e da violência em todos os níveis contra os trabalhadores, em número de casos e de pessoas envolvidas. Os dados evidenciam mais uma vez as constantes violações dos direitos do povo do campo, esquecido pelas políticas governamentais e sistematicamente reprimido pelos Poderes da União quando luta pelos seus direitos. Os dados comprovam também o fracasso das políticas paliativas e protelatórias do governo Fernando Henrique Cardoso, que têm gerado maior concentração fundiária, expulsão dos agricultores do campo e aumento das mais diversas formas de violência contra os trabalhadores rurais, especialmente as mais bárbaras, como assassinatos, torturas, tentativas de assassinatos, prisões, lesões corporais, expulsões, ameaças de expulsão, destruição de casas e de roças.

De um modo geral, os Poderes da União têm mostrado uma cruel insensibilidade diante da realidade dos pobres e excluídos do campo, preocupados apenas em desmobilizar os processos de luta por direito à terra, trabalho digno e alimentação, por meio da repressão direta e da criminalização. Assiste-se no campo a um verdadeiro golpe contra o Estado de Direito patrocinado pelas autoridades que deveriam garantir o direito dos pobres. O recrudescimento da barbárie, que tem como principal responsável o próprio Estado, desconhece e agrava a dívida histórica deste País para com os mais pobres. Estamos encerrando o milênio e lembrando os 500 anos do País com 4,8 milhões de famílias de trabalhadores rurais sem terras, 1.167 trabalhadores mortos impunemente somente durante a Nova República, 400 mil famílias de agricultores familiares falidos e expulsos do campo somente durante o governo de FHC, dois milhões

de posseiros sem direito à terra, dez milhões de nordestinos famintos pela seca e pelo descaso e corrupção do governo, 423.679 crianças no mercado de trabalho rural, milhares de trabalhadores rurais tendo negados seus direitos básicos, tendo suas casas e roças destruídas, sofrendo torturas, ameaças, expulsões e assassinatos. Por outro lado, a resistência do povo tem removido cercas e plantado novas esperanças de um País mais justo e cidadão, por meio da luta organizada de resistência e de conquista dos direitos.

Em 1998, os conflitos no campo saltaram para 1.100, contra 736 em 1997, impulsionados pelo aumento dos conflitos de terra, trabalhistas e de seca. Eles envolveram 1.125.116 pessoas em todo o país, contra 506.053 em 1997. A região Nordeste apresenta o maior número de casos de conflito (542) e o maior número de pessoas envolvidas (678.593). Em seguida, em número de conflitos vem a região Sudeste com 195 conflitos, a região Centro Oeste com 133, a região Sul com 130 e a região Norte com 100. É importante verificar que a região Norte aparece em segundo lugar em número de pessoas envolvidas, com 146.953, seguida pelo Centro Oeste com 122.297, a região Sul com 109.048 e a região Sudeste com 68.225.

Os conflitos de terra têm crescido em número continuamente desde 1993 e, em 1998, alcançaram 752 casos, envolvendo 131.924 famílias em luta por 4.060.181 hectares. Em 1997 eram 94.421 pessoas envolvidas e 3.034.706 hectares em disputa. Em 1998, o Nordeste apresentou o maior número de conflitos de terra num total de 300, envolvendo 43.636 famílias e disputando 939.294 hectares. A Região Sudeste aparece com 126 conflitos de terra, com 13.082 famílias e 323.183 hectares. A região Centro Oeste apresentou 124 conflitos com 24.245 famílias

em luta por 911.082 hectares. A região Sul registrou 118 conflitos com 21.633 famílias, e 236.838 hectares em disputa. A região Norte apresentou 84 conflitos, com 29.328 famílias em 1.649.784 hectares.

As ocupações de terra continuam mantendo o crescimento desde o início da década, saltando para o total de 599 em 1998 (em 1991 foram 77, em 97 foram 463), envolvendo 76.482 famílias (em 1991 foram 14.720, em 1997 foram 58.266). O número de ocupações de terra cresceu em todas as regiões, exceto na região Norte, sendo liderado pela região Nordeste com 244 ocupações, 123 somente em Pernambuco. Em seguida vem a região Sudeste com 137, onde São Paulo desponta com 78. Sul e Centro Oeste aparecem com 95 ocupações cada, sendo que o Mato Grosso do Sul e Paraná lideram com 67 e 60 ocupações, respectivamente. O Norte apresentou 28 ocupações. Em número de famílias envolvidas, a região Nordeste registra 29.979, a região Centro Oeste aparece com 14.996, a Sul com 13.274, a Sudeste com 10.467 e a Norte com 7.766.

Destaca-se em 1998 a violência contra os trabalhadores, que cresceu na maioria dos casos registrados e, especialmente, nas formas mais bárbaras. Em 1998 foram assassinados 47 trabalhadores rurais em conflitos no campo. O Pará lidera a relação com 11 casos, seguido pelo Paraná com 8 assassinatos e Maranhão e Pernambuco com 4 cada. A região Norte apresenta maior número de assassinatos, com 17, seguida da região Nordeste com 11, a região Sul com 9, Sudeste

com 6 e Centro Oeste com 4. O número de trabalhadores assassinados cresceu em 56,67% (em 1997 foram 30). Ressalte-se que nos últimos 12 anos foram assassinados 1.167 trabalhadores rurais e houve somente 86 julgamentos com 14 mandantes julgados e 7 condenados.

Segundo os registros da CPT, em 1998, 46 trabalhadores rurais sofreram *tentativas de assassinato*, 88 foram *ameaçados de morte*, 35 *torturados*, 164 *agredidos fisicamente*, 466 *presos* e 207 *sofreram lesões corporais*. Em 1998 cresceu o número de vítimas de tentativas de assassinato, de tortura, de prisão e de lesões corporais.

Conflitos no Campo – Brasil – 1991/98

	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Conflitos de Terra								
N. de conflitos	373	361	361	379	440	653	658	752
Assassinatos	49	35	42	36	39	46	29	38
Pessoas envolvidas	242.196	154.223	252.236	237.501	318.458	461.490	477.105	699.620
Ha Conflitos	7.037.722	5.692.211	3.221.252	1.819.963	3.250.731	3.395.657	3.034.706	4.060.181
Conflitos Trabalhistas*								
N. conflitos	27	18	29	28	21	19	66	71
Assassinatos							4	1
Pessoas envolvidas	4.813	16.442	19.940	25.193	26.047	2.487	25.660	367.333
Ha conflitivos								
Outros								
N. de conflitos	43	54	135	78	93	78	12	277
Assassinatos	15.017	11.411	11.559	10.119	11.019	10.019	10.411	10.411
Pessoas envolvidas	307.123	153.301	118.952	43.923	34.301	45.157	32.208	56.163
Ha conflitivos								
Total	1.030							
N. de conflitos	433	505	493	554	570	502	746	1.100
Assassinatos	10.017	11.411	11.559	10.119	11.019	10.019	10.411	10.411
Pessoas envolvidas	354.202	183.996	191.128	308.619	361.086	935.334	304.053	1.125.316
Ha Conflitos	7.037.722	5.692.211	3.221.252	1.819.963	3.250.731	3.395.657	3.034.706	4.060.181

* Até o ano de 1996, os dados dessa coluna referem-se apenas a Trabalho Escravo. Em 1997, consta o confronto dos conflitos trabalhistas (Trabalho Escravo, Superexploração e Desrespeito aos Direitos Trabalhistas).

Capítulo II

A política da classe dominante e do governo FHC

1

O projeto das classes dominantes para a agricultura

- síntese -

Jodo Pedro Stedile¹

São Paulo, novembro - 1998

1998, obteve o 1º lugar no Prêmio Jodo Pedro Stedile

No projeto econômico das elites, no atual modelo econômico, a agricultura seguirá marginalizada, pois o governo argumenta que o setor pesa apenas 11% no PIB nacional. Desprezando o fato de que se somarmos o setor agroindustrial que depende da agricultura, o peso na economia ascende a 46% do PIB nacional, e que existem no Brasil mais de 3.500 municípios que dependem totalmente da economia agrícola para sustento de sua população bem como das finanças públicas.

As elites alimentam um projeto que significa aplicar no Brasil o modelo norte-americano de agricultura, o qual já está em processo de implantação e que tem as seguintes características.

1. Nacionalização do mercado

Haverá uma tendência do mercado dos produtos agrícolas e de alimentos ser nacionalizado, no abastecimento e nos preços, tendendo a

operar nele apenas grandes empresas que tenham capacidade de abastecer em nível nacional. Por isso haverá um processo de oligopolização do mercado controlado apenas por algumas empresas, com presença destacada de multinacionais.

2. Estímulo às grandes fazendas para exportações de grãos

O governo continuará estimulando a implantação de grandes fazendas modernizadas, produtoras de grãos (arroz, milho, soja, sorgo) para exportação. Esse estímulo estará voltado especialmente para a região do Cerrado e Centro-Oeste. Para isso, o governo está aplicando mais de 20 bilhões em obras de infra-estrutura de transportes, para criar novos corredores de exportação, através de Porto Velho-Itacoatiara, e os portos de São Luís/MA e Santos.

3. Integração seletiva dos pequenos agricultores na agroindústria

Haverá um processo ainda maior de integração dos pequenos nas empresas agroindustriais, seguindo no entanto um processo de seleção, permanecendo apenas os produtores com maior nível de produtividade e condições de capitalização para aplicarem novas tecnologias. Também haverá uma seleção de regiões integradas, buscando-se os microclimas mais apropriados.

4. Desaparecimento da agricultura familiar de subsistência

O governo não apoiará nenhum programa que signifique subsídio ou manutenção desses agricultores familiares. Espera-se que haja um intensificação do êxodo rural nas regiões de maior intensidade desse tipo de agricultura, como o Nordeste.

5. Mais atenção ao capital e à tecnologia, menos preocupação com a terra

Nesse modelo, o tamanho das lavouras e o aumento do número de estabelecimentos não é importante. Considera-se que, agora, o fundamental é a tecnologia e o capital. Com isso se conseguirá aumentar a produtividade e a produção do país. Desta forma, consideram que o binômio de acesso à terra mediante a desapropriação e assentamento de famílias para criação de novos agricultores, está superado. Portanto, a reforma agrária está fora do modelo proposto.

6. Emprego agrícola

Com a implementação desse modelo há uma expectativa que a produtividade vai aumentar e eliminar aproximadamente 5% do emprego agrícola ao ano. Com isso, estima-se que na próxi-

ma década a população no meio rural deve atingir os indicadores dos países desenvolvidos, aproximando-se de apenas 8% do total da população.

7. Desmantelamento do serviço público agrícola

Durante os governos passados e no modelo anterior de desenvolvimento agrícola houve uma forte participação do Estado, seja através das políticas agrícolas clássicas (preços, crédito rural.) seja através de organismos públicos de apoio ao agricultor com assistência técnica, pesquisa agropecuária e organização da armazenagem. No modelo em implantação, o governo se propõe a deixar tudo para o mercado, e mais do que isso, passou a desativar o chamado setor público agrícola formado pela Emater, Embrapa e Cibazem-Conab. Isso afetará enormemente os pequenos agricultores que dependem do apoio do Estado, bem como comprometerá a soberania nacional no caso da pesquisa agropecuária, com a revolução biogenética em curso, que passará a ser controlada por empresas e diversas multinacionais.

Conclusão

A agricultura brasileira como um setor produtivo está fadada a um processo de marginalização no atual modelo econômico. E ainda mais a agricultura familiar.

Por isso os agricultores, trabalhadores rurais em geral e a classe trabalhadora precisam, acima de tudo, mudar o modelo econômico que as elites estão implantando no país.

'João Pedro, é economista e dirigente do MST

A recente política neoliberal para a agricultura

1. Introdução

No dia 19 p.p. em solenidade no Palácio do Planalto marcada pelo tom triunfalista tradicional, o Presidente da República lançou o programa *Brasil Empreendedor Rural*, envolvendo um conjunto de medidas para as áreas agrícola e agrária.

Na verdade, o "pacote" resume-se, basicamente, a um conjunto de medidas requentadas, pois muitas delas apenas dão materialidade a iniciativas constantes do 'Plano de Safra' 1999/2000, lançado em 25 de junho de 1999. Igualmente, outras medidas integraram atos já conhecidos do Poder Executivo. Há, também, conforme demonstraremos, medidas de puro efeito, com fins apenas de alimentação dos discursos sociais e ecológicos do governo.

De acordo com o Presidente, o "Brasil Empreendedor" vai gerar em torno de 4 milhões de empregos. Repercutindo o programa na Tribuna da Câmara dos Deputados através de pronunciamento realizado no dia 21 de janeiro, parlamentar da base do governo, desafiando a capacidade delirante do governo, considerou modestas tais projeções, e assegurou que o programa irá gerar, pelo menos, 10 milhões de empregos.

Embalado pelo "clima revolucionário", o Ministro da Agricultura também resolveu profetizar que o Brasil será alçado à condição de maior potência agrícola do planeta, em menos de 10 anos.

Corroborando os prognósticos do Sr. Pratini de Moraes, o Ministro interino do Desenvolvimento Agrário, Sr. José Abrão, em discurso que

Gerson Teixeira e Rolf Hackbart

Brasília, fevereiro - 2000

reflete a estreita afinidade da sua conduta política com a do titular da pasta, garantiu que o "pacote" promoverá a "rápida aceleração do desenvolvimento sustentável do setor rural brasileiro".

Deixando de lado a crítica aos aspectos políticos anteriores, constata-se que, acima de tudo, o "pacote" não aponta para qualquer alteração dos rumos da atual política agrícola e de suas sequelas sócio-econômicas amplamente conhecidas. Os comentários, a seguir, sugerem, ao contrário, a tendência de intensificação dessas consequências.

2. As reformas derradeiras

A análise do conjunto das medidas divulgadas revela que, de um lado, o governo pretende concluir o ciclo das reformas no sentido dos ajustes neoliberais da política setorial. Por outro lado, mas, consistentemente com o processo anterior, algumas medidas do pacote – já conhecidas e em execução –, procuram manter os instrumentos de compensação social, no agrário, aos efeitos absolutamente excludentes do projeto neoliberal.

No que tange às medidas auxiliares para a consolidação desses ajustes, como é o caso da redução/privatização dos serviços de classificação vegetal, o governo não conseguiu viabilizá-las sumariamente, via MP, conforme pretendia. Isto, não por eventual constrangimento político em continuar subtraindo as prerrogativas do Congresso Nacional, mas, por conta exclusiva de reações de Estados comandados por aliados do Planalto, que se posicionam refratariamente à privatização desses serviços. Assim, para abran-

dar as resistências, o governo abriu mão das MPs pensadas para essa matéria e também para a alteração da legislação sobre armazenagem, optando pela tramitação das proposições, em regime de urgência, no Congresso, de forma, supostamente, a permitir o debate sobre as mesmas.

Conforme afirmamos, o governo, com algumas das medidas, encerra as reformas neoliberais na agricultura. Após a imposição de custos reais ao crédito, com a sua maior concentração social; concluído o desmonte dos serviços de assistência técnica e extensão rural; efetivado o caminho para a terceirização da pesquisa agropecuária pelas grandes corporações da química/biotecnologia; procedida à desnacionalização do controle da base técnica agrícola; realizada a abertura unilateral da economia agrícola nacional; e após a privatização da política de reforma agrária, entre outras medidas de desregulamentação, o governo empreende o último ato de relevância para a inserção plena do setor ao projeto neoliberal: a consolidação do novo modelo de crédito rural, baseado na privatização e internacionalização de suas fontes.

A propósito, sob a emoção da condição de promotor circunstancial desse novo modelo de crédito, o Ministro Pratini de Moraes não se conteve e, reveladoramente, afirmou que estava proporcionando uma grande alegria ao ministro Malan, posto que os agricultores não tinham mais motivos para deslocarem-se a Brasília em busca de recursos oficiais¹.

Anunciado para entrar em vigor até 31.07.99, o procedimento balizador desse novo modelo do crédito, a "internacionalização das operações da BM&F para as *commodities* agrícolas", iniciou a operação em novembro/99. Assim, mesmo requentado, o pacote atual procura dar maior eficácia à essa política através da efetivação de outras medidas auxiliares, também já anunciadas antes, mas ainda pendentes de operacionalização.

Pelo que representa em termos de mudança radical na política de crédito rural, valem algumas considerações a respeito desses instrumentos; parte das quais, constantes de textos anteriores desta assessoria², sob pena de se violar o princípio da publicidade dos documentos oficiais do Congresso.

3. Como funcionam e quais os instrumentos de contratos futuros

Definidas as normas, desde o mês de novembro, os capitais externos passaram a operar em financiamentos de alguns produtos agrícolas. São

operações realizadas através da BM&F, com a intermediação de bancos ou corretoras, e referenciadas em preços futuros dos produtos agrícolas no mercado internacional visando o financiamento do custeio e da comercialização, neste caso, traduzindo-se em operações de seguro de preço.

Nas operações diretas em Bolsa, em tese, qualquer investidor privado, interno ou externo, pode adquirir títulos que darão liquidez ao produtor/cooperativa para financiar a sua produção/comercialização, que liquidarão esse "empréstimo", futuramente, em dinheiro ou em produto.

Oportunizando a sua experiência na execução da CPR - Cédula do Produto Rural, o Banco do Brasil luta por espaço nesse novo mercado de derivativos agrícolas no país. Para tanto, por meio da MP nº 2.017, de 20 de janeiro, o governo criou a CPRF - Cédula do Produto Rural Financeira; título emitido por produtores e cooperativas para a venda antecipada da produção visando o financiamento do custeio, sendo que, com esse novo instrumento, a liquidação deixa de ser somente pela entrega do produto (CPR Convencional), podendo ser feita em dinheiro.

Para tentar resistir às corretoras e aos Bancos privados, o BB anunciou, também, a sua associação com o *Macquarie Bank Limited*, da Austrália, especializado em derivativos agropecuários para oferecer, aos produtores, em poucos dias, equipamento voltado para operações de opção de venda. Por meio dessa modalidade de derivativo que, de início, será restrita à soja e ao café, o produtor não financia a produção. Por exemplo, em qualquer fase do processo produtivo, o produtor, com base nos preços futuros nas bolsas de New York e Chicago, e pagando ao BB, no caso, prêmio de até 5% sobre o valor da operação, contrata a opção de venda futura nos preços acordados, em dólar. Na data combinada para o pagamento, o produtor terá a garantia, no mínimo, da venda de parte, ou de toda a sua produção, nos preços considerados.

Há, ainda, a chamada CPR Export, voltada para o financiamento da produção e, como indicado pela própria nomenclatura, volta-se inteiramente para o mercado externo com o Banco do Brasil cobrando aval do produtor para garantir a entrega do produto ao importador. Neste caso, o produtor vende antecipadamente a produção, com base em preços cotados em dólar. Na verda-

de, especificamente quanto ao BB, observa-se a sua estratégia de intervenção, combinando equipamentos. Dependendo da opção do produtor/cooperativa, e do destino da operação, BB intervém no financiamento da produção através da CPR, CPRF, ou da CPR Export. Em qualquer dos casos, tentará, adicionalmente, intervir no financiamento da comercialização com as opções de venda, que devem conduzir à extinção definitiva do EGF - Encargos do Governo Federal.

4. As críticas ao 'Novo Modelo'

As previsões oficiais, corroboradas por agentes da BM&F, são de que, já no presente ano, deverão ser importados, do exterior, cerca de US\$ 8 bilhões para os contratos futuros, sendo que, no curto prazo, espera-se que o volume de recursos externos para o financiamento da agricultura brasileira, através desses mecanismos, alcance US\$ 20 bi.

De início, cabe questionar sobre todo esse potencial de atração de recursos externos, conforme garante o governo. Será que fluirão tão facilmente assim, recursos internacionais fabulosos para o financiamento de um setor, no geral, incapaz de remunerar as elevadíssimas taxas de juros e os altos *spreads* que envolverão essas operações? E mais: num país tido como de alto risco econômico, e ainda, nas circunstâncias de uma conjuntura internacional com trajetória persistente de queda dos preços das *commodities* agrícolas? Com muitas garantias que apenas o Tesouro poderá oferecer, até que sim. No entanto, isto parece pouco provável face à dimensão da crise fiscal brasileira.

Caso correta a hipótese acima, conclui-se que, por razões óbvias, sob a perspectiva externa, basicamente os cartéis que operam na comercialização agrícola internacional mostrarião interesse em tais operações. Talvez por estar convencido dessa avaliação, o governo criou a versão internacional da CPR (CPR Exportação), por meio da qual o BB garante a entrega do produto, ao importador.

De outra parte, mesmo com as possibilidades de recursos externos concentradas nos próprios importadores, resta saber se os agricultores terão condições de suportar taxas de juros livres e demais encargos que incidirão nessas ope-

rações. Nas operações internas, a CPR vem se tornando inviável em razão dos seus custos totalmente incompatíveis com a atividade.

Sob a perspectiva geral dos interesses da agricultura brasileira, o novo modelo de crédito, além de ampliar as vulnerabilidades externas do setor, e do país, importa em outras graves repercussões, a começar pelo endereçamento quase pleno da atividade agrícola nacional aos interesses do mercado externo, ficando os interesses do mercado doméstico relegados a plano absolutamente secundário.

O novo modelo de crédito mostra-se duplamente concentrador. De um lado, por contemplar apenas os segmentos produtores em escala e, de outro, por envolver, da mesma forma, somente os produtos de elevado interesse comercial no mercado internacional. Dessa forma, os produtos cujas dimensões sociais prevalecem sobre os respectivos valores econômicos desenvolvidos pela agricultura familiar e de interesse da maioria da população, estarão virtualmente excluídos do crédito.

A internacionalização das operações nos mercados futuros, nas circunstâncias de uma economia agrícola liberalizada como a brasileira, convivendo com economias agrícolas altamente protegidas tende a impor outros grandes prejuízos substanciais ao país.

Os preços que orientam as operações serão fortemente distorcidos, especialmente pelos subsídios às exportações agrícolas fornecidos pelos países ricos e pelos movimentos especulativos dos grandes conglomerados que "controlam" a comercialização. Assim, mesmo tendo-se como inesca-pável que, em qualquer circunstância, os subsídios dos países ricos e as manipulações de mercado interferem na formação dos preços, com a interna-cionalização das operações em bolsas, especialmente com a adoção desse mecanismo pelos demais países não desenvolvidos com economias agrícolas de expressão, os preços agrícolas no mercado externo passam a ser totalmente influenciados pelos citados mecanismos de deformação dos mercados agrícolas, e assim tendendo ao contínuo aviltamento.

Enquanto isso, os custo de produção, ressaltado a remuneração aviltante do trabalho, tendem a um comportamento assimétrico, incorporando os preços plenos dos insumos, máquinas, etc. Impõe-se, assim, virtual trajetória de defasagem

acentuada das receitas geradas pelas *commodities*, em relação aos seus custo de produção, com a perda de competitividade externa do produto nacional e as consequências decorrentes.

Deve-se sublinhar que a medida do governo tende a fechar o cerco da dominação, pelo capital externo, de um setor estratégico como a agricultura. O projeto político do atual governo levou ao controle da base técnica da agricultura por grandes grupos transnacionais por meio da instituição de legislações relativas aos direitos de proteção. Agora, esse processo é acompanhado pela possibilidade do controle simultâneo do financiamento da atividade agrícola pelas mesmas corporações que controlam a química, a genética, e a comercialização.

5. A lógica do 'Pacote'

Antes de analisarmos, isoladamente, cada uma das demais medidas (re)lançadas pelo pacote, vale um esforço prévio de interpretação da lógica política do conjunto de suas principais medidas.

Já enfatizamos que o núcleo do "pacote" envolve a efetivação do afastamento "definitivo" do governo no financiamento direto da agricultura, notadamente nas atividades de custeio e comercialização agrícolas. Ainda que sob condições de encargos financeiros com custos reais, mantém-se a presença do crédito oficial através do Pronaf, para a chamada agricultura familiar, como ação socialmente compensatória à sua exclusão absoluta dos objetos da política agrícola. Articulado aos instrumentos do 'novo mundo rural' que, nas fantásticas formulações dos teóricos oficiais, constituem uma espécie de estágio, de curto prazo, para a passagem qualificada do excluído para o enfrentamento do mercado, o Pronaf contará com dotações virtualmente declinantes, a cada ano. Isto, óbvio, na hipótese de cominidade desse projeto.

Para a viabilização da privatização/internacionalização dos financiamentos agrícolas, impunha-se ao governo, entre outras, a seguinte desregulamentação /privatização de outras atividades públicas essenciais visando, adicionalmente, reduzir-lhes custos e agilizá-las, a despeito das suas consequências para o país e sua população.

Assim, de acordo como registrado acima, o governo solicitou pedido de urgência ao PL nº 4.257/98, que altera a legislação sobre classifi-

cação de produtos vegetais, e enviou ao Congresso, também em caráter de urgência, o PL nº 2.329/2000, modificando a legislação sobre a armazenagem dos produtos agropecuários.

Com o PL sobre classificação de produtos vegetais o governo pretende, além da privatização desses serviços, a obrigatoriedade dos mesmos, apenas na compra dos estoques públicos e nos portos, aeroportos e postos de fronteira quando das importações. Com o projeto sobre armazenagem, o governo autoriza o armazeador a comercializar o produto. Em ambos os casos, as justificativas formais utilizadas pelo governo dizem respeito à agilização de procedimentos e à redução do chamado 'custo Brasil'. Junto aos projetos em referência, o governo relançou, também privatizado, o se-guro de safra, anunciado desde junho/99 e, segundo consta, formatado sob o figurino exigido por duas empresas estrangeiras interessadas em operá-lo. Note-se que o seguro, ainda que privatizado exigirá vultosas somas do Tesouro para o seu Fundo de Estabilidade.

Na resultante dos efeitos desses instrumentos, possibilita-se a seguinte equação política a partir da qual, no limite, poderão se mover os segmentos da produção agrícola nacional: uma grande empresa importadora, no exterior, pertencente ou associada a uma grande corporação da biotecnologia/química, adquire títulos lançados por grandes produtores/cooperativas brasileiras. A depender dos termos da operação, esta empresa estrangeira poderá vincular ao financiamento, todo um pacote tecnológico, o que caracterizaria a tendência real, antes aventada, na direção do controle político externo absoluto da atividade agrícola nacional.

A desregulamentação/redução da classificação vegetal e do armazenamento, a despeito das suas consequências, baratearia custos para os produtores que poderão classificar, se for o caso, armazenar e comercializar diretamente a produção, e assim, compensando, em parte, os custos das operações de financiamento. O seguro de safra, também concentrado nesses setores, viria dar a necessária garantia para a operação, para os produtores, na verdade, já que para os investidores externos não haverá riscos dessa natureza.

6. Análise pontual das medidas

A seguir, tecemos breves comentários pontuais sobre cada uma das demais medidas anunciamos pelo governo.

6.1. O Seguro Rural Privado

Na linha excludente da privatização/internacionalização, o governo comunicou que instituirá a seguro de safra, exclusivamente voltado para a garantia dos efeitos de sinistros de ordem climática. Para tanto, anunciou a extinção do monopólio do resseguro e a privatização do Instituto de Resseguros do Brasil S/A (IRB), criando meios de atrair as empresas estrangeiras para atuar nessa área. Fundamentalmente, os meios de atrair resumem-se à garantia da imunidade plena das empresas estrangeiras, no caso, aos riscos da atividade que obviamente serão bancados pelo Tesouro.

Para tanto, entre outras medidas, o Fundo de Estabilização do Seguro (FESR), estará desobrigado de retornar, para o Tesouro, os seus saldos de final de exercício fiscal. Atualmente, o saldo desse Fundo é de cerca de R\$ 60 milhões. Estima-se que, para atrair o interesse das duas empresas estrangeiras que supostamente irão operar o Seguro, e que teriam orientado a formatação desses instrumentos, o Tesouro disponibilizará cerca de R\$ 300 milhões.

6.2. A Nova lei de Classificação de Produtos Vegetais

Na sanha privatizante e desregulamentadora, o governo tenta retirar o poder público da execução desses serviços, ao mesmo tempo em que os restringe. A medida afeta diretamente os interesses dos Estados que detinham o poder para definir se atuava diretamente na atividade, ou a delegava a terceiros.

Nos termos do projeto de lei nº 4.257/98, a classificação deixa de ser obrigatória, exceto no que respeita à compra dos estoques públicos e nos portos, aeroportos e postos de fronteira quanto das importações.

Empresas privadas, inclusive os próprios armazéndores, quando for caso, vão estar habilitados a procederem à classificação dos produtos, fato que abre enormes possibilidades para fraudes, em prejuízo do interesse público.

Os pequenos produtores são prejudicados porque perdem a via de certificação de qualidade dos seus produtos. Os consumidores são lesados porque poderão comprar/consumir gato, por lebre. Trata-se, pois, de reduzir custos, às custas dos interesses públicos.

6.3. A Nova Lei de Armazenagem

Segundo o governo FHC, essa medida, através do projeto de lei, antes referido, visa atualizar a legislação sobre armazenagem (a lei atual é de 1903), de forma a criar condições de mais credibilidade para o setor, segurança para o depositante e flexibilidade contratual entre as partes. Para tanto são propostas as seguintes modificações na Lei nº 20.110, de 29/01/2000.

(i) a eliminação da vedação para o armazéndor comercializar produtos agrícolas (art. 8º do PL);

(ii) instituir, no âmbito do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, sistema de certificação de armazéns, com o objetivo, segundo o governo, de "fixar padrões mínimos para o seu funcionamento, a constituição de um cadastro nacional ainda mais eficiente, assim como o levantamento estatístico atualizado de estoques" (art. 2º do PL).

As mudanças na lei da armazenagem de produtos agrícolas, conforme frisado, antes, estão articuladas com as modificações na política de crédito rural e, mais intimamente, com as alterações na lei de classificação de produtos vegetais. Como compensação as medidas que visam impor maiores rigores à conduta dos armazéndores, estes vão poder operar diretamente na comercialização agrícola, inclusive nos mercados derivativos, sendo que estão desobrigados da classificação dos produtos. Ou, no caso dos estoques, os próprios armazéndores poderão se habilitar para essa atividade. Pretende-se reduzir custos e acelerar procedimentos, independente das possibilidades de fraudes com a dispensa da classificação e com os próprios armazéndores procedendo à classificação no caso da aquisição de produtos para os estoques públicos.

6.4. Mais Recursos para o Banco da Terra

Na ação de crédito fundiário, o governo assegura que o Banco da Terra, instrumento de financiamento da aquisição de terra, contará com recursos da ordem de R\$ 350 milhões; suficientes, pelos cálculos oficiais, para promover o assentamento de 23,5 mil famílias.

Na proposta orçamentária, para o ano 2000, o governo orçou, para o programa em questão, recursos da ordem de R\$ 150,8 milhões para

aquisição de imóveis e R\$ 72,2 milhões para a infra-estrutura básica, totalizando R\$ 223 bilhões.

Dessa forma, o acréscimo de R\$ 127 bilhões ao Programa Banco da Terra vêm corroborar a política do governo FHC, sistematicamente denunciada pelo Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo, de abando do instrumento de desapropriação sancionatória dos latifúndios improdutivos, com a consequente mercantilização da arrecadação de terras para o programa de reforma agrária..

6.5. Mais Recursos para o Pronaf A

O governo anunciou a ampliação, em R\$ 30 milhões, das dotações originalmente previstas para o Pronaf A, de R\$ 460 milhões. Na verdade, trata-se de mais uma manobra do governo na medida em que esses R\$ 30 milhões decorrem da revisão das estimativas dos orçamentos dos Fundos Constitucionais, os quais, pelos novos cálculos do governo, arrecadarão R\$ 1,9 bi. Antes, previa-se R\$ 1,6 bi. Como, por lei, 10% desses recursos dos Fundos devem ser destinados ao crédito para os assentados, esses Fundos disponibilizarão R\$ 190 milhões para esse fim. Portanto, não há nenhum recurso novo, apenas o anúncio de um aumento estimado na receita dos Fundos.

6.6. Programa de Incentivo à Modernização da Frota Nacional de Tratores e Colheitadeiras

Com o objetivo de tentar redinamizar o setor de máquinas e equipamentos agrícolas, o governo alterou o programa do BNDES voltado para o financiamento desses itens. A crise vivenciada pelo setor pode ser medida ao se constatar que a produção de tratores agrícolas, em 1994, foi superior à produção conjunta dos anos de 1997 e 1998, por exemplo. Portanto, a medida objetiva muito mais apoiar a indústria do que propriamente uma estratégia de ampliação do acesso à modernização da atividade rural e ao agricultor. As alterações básicas residem na pequena redução, prevista para vigorar em trinta dias, dos encargos atuais, de 11,85% a.a, os quais, passam, agora, a condições diferenciadas por duas categorias de clientes, a saber: (i) para produtores com renda até R\$ 250 mil, incidirão juros fixos de 9,5% a.a; e (ii) para aqueles com renda acima desse valor, juros de 10,75% a.a.

O governo não atendeu à principal reivindicação dos setores produtores, agrícola e industrial, pela prorrogação da isenção do IPI sobre os itens em consideração (5%). O Presidente da República condicionou essa possibilidade à aceitação, pelos governos estaduais, de isenção plena do ICMS sobre os citados bens, atualmente variando entre 7,5% e 13%.

Definitivamente, os custos desses financiamentos continuarão em amplo descompasso relativamente à capacidade de pagamento dos agricultores.

6.7. Agricultura Orgânica

O anúncio, pelo governo, de programa voltado para estimular a agricultura orgânica, na verdade, refere-se a programa já em operação pelo BB, desde novembro/99 (BB Agricultura Orgânica).

As motivações básicas da iniciativa estão vinculadas a aspectos comerciais, principalmente relacionados ao mercado externo, face às taxas de crescimento anual em torno de 20% do consumo desses produtos nos mercados americano e europeu, e para a ancoragem dos discursos ecológicos do governo.

A rigor, o citado programa do BB restringe-se à disposição de priorizar, via a celebração de Convênios com empresas e organizações de agricultores de produtos orgânicos, financiamentos para essa atividade. Não há a destinação de recursos específicos para o financiamento dessas atividades e, tampouco, condições favorecidas de encargos aos agricultores orgânicos.

6.8 Redução de Custos Portuários

O governo promete a unificação dos procedimentos de fiscalização nos portos, visando a redução de custos e a agilização de embarques e desembarques. A ideia, segundo o governo, é evitar a sobreposição de tarefas na fiscalização de insumos e produtos, entre Receita Federal, Ministério da Agricultura e Ministério da Saúde, visando à redução do tal custo Brasil. Para os produtores, a medida tende a preçarizar ainda mais o processo de fiscalização das mercadorias que entram no país. Não há qualquer preocupação com o aprimoramento e aumento da eficácia da fiscalização, e sim, apenas com a redução de custos e tempo, o que certamente exporá a população a riscos imponderáveis.

6.9. Desoneração para os não cadastrados no CADIN

Esta medida isenta os mini e pequenos produtores, incluindo os agricultores familiares, da apresentação de certidões destinadas à comprovação de quitação de tributos e contribuições federais, inclusive nos cartórios, para os fins do crédito rural, desde que os mesmos não estejam inscritos no CADIN. A medida é boa por desburocratizar o crédito rural dos pequenos produtores; pena que venha a ser adotada em pleno processo de extinção do crédito oficial;

6.10. Bancos Cooperativos no Financiamento do Pronaf

Reeditando procedimento da safra anterior, o governo autorizou os Bancos Cooperativos a aplicarem, no Pronaf, recursos próprios em montante que não demande recursos do Tesouro, a título de equalização, acima de R\$ 122 milhões.

¹Editorial do jornal Zero Hora, ed. de 20.01.2000.
²Ver As Medidas para a Safra 1999/2000 e Um Balanço da Agricultura em 1999, disponível em www.pt.org.br/fases-sor/agrario.htm

3

A política com as águas e o setor energético

Subsídio à energia e à hidroenergia é o problema. Movimento Nacional das Atingidos por Barragens (Mnab) - Rio das Velhas - Minas Gerais. São Paulo, Fevereiro 2000.

I. Formas de controle e usos de recursos ambientais

1.1. Energia, desenvolvimento e meio ambiente

A problemática energética reflete interesses variados de caráter público e privado, respalda estratégias diferenciadas de desenvolvimento tanto nos países capitalistas desenvolvidos, grupo seleto onde está concentrado o consumo energético, quanto nos chamados países em desenvolvimento, nos quais vive a maioria absoluta da humanidade, com níveis de consumo relativamente baixos de energia.

A interdependência entre as questões do desenvolvimento, da gestão do meio ambiente e as necessidades de energia coloca a discussão da problemática energética no plano nacional e in-

ternacional, mobilizando interesses governamentais, empresariais, partidos políticos, movimento sindical, ambientalistas e organizações sociais de atingidos preocupados com a maneira pela qual os recursos energéticos estão sendo apropriados da natureza e de que maneira estão sendo utilizados nas diversas atividades humanas. Evidencian-do-se que a sociedade e a natureza são indissociáveis, a relação do Homem com a mesma se efetiva através de processos sociais de trabalho.

Essas relações acontecem de maneira desigual entre os países de economia capitalista desenvolvida (OCDE) e os da periferia do sistema (América Latina, África, Ásia), determinando modelos de desenvolvimento, com impactos diferenciados no meio ambiente. Como consequência, aumenta o nível de poluição ambiental pro-

vocado pelas chuvas ácidas, o efeito estufa e a emissão de dióxido de carbono - CO₂ (a combustão de petróleo, carvão mineral e derivados são responsáveis pela metade de dióxido de carbono emitido na atmosfera).

O controle dos recursos energéticos, o acesso a tecnologias de transformação desses recursos em energia útil e o papel de algumas regiões e países, de fornecedores e produtores de bens intensivos em energia, principalmente nos chamados países em desenvolvimento, são questões importantes a serem avaliadas, colocando permanentemente a necessidade de discutir o papel dos diversos atores sociais envolvidos nestas questões.

Observa-se, ainda, que o fenômeno energético é multidimensional, requerendo um enfoque interdisciplinar, com a interação de diferentes áreas de conhecimento. Habitualmente encarada através de um enfoque que privilegia apenas os aspectos técnicos de quantificação, somente mais recentemente é que estudos nessa área têm demonstrado preocupações com suas interfaces e superado o limite estreito da mera busca de uma adequação da oferta à demanda de energia resultante de um modelo de desenvolvimento civilizatório calcado na suposição de uma ilimitada disponibilidade de recursos energéticos não-renováveis. Essa abordagem convencional viu-se irremediavelmente comprometida com a crise energética dos anos 70, quando então desvaneceu-se a ilusão de um crescimento econômico irrestrito com base em um suprimento de energia cada vez mais abundante. Entretanto, ao abalar os mecanismos de funcionamento do sistema energético e da própria economia, a crise do petróleo não apenas trouxe os problemas e as ameaças decorrentes da sua escassez, como também acentuou algumas das incertezas em relação ao futuro. Com ela, impôs-se uma revisão nas formas de abordagem da questão energética, o que resultou na consideração de outras questões relevantes a ela associadas e dentre as quais destaca-se a questão ambiental (Oliveira, Cunha e outros, 1990). Assim, evidencia-se que a energia é uma variável importante da economia política nacional/internacional. A maneira de como ela é apropriada da natureza, produzida, distribuída e consumida determina níveis de desenvolvimento

e de bem-estar de uma determinada sociedade e suas inter-relações com o meio ambiente.

1.2. O modelo energético atual

A construção dos sistemas energéticos baseados em carvão mineral, hidrelétricas, petróleo, gás natural, nuclear, carvão vegetal consolidou o atual modelo energético mundial. Esse modelo energético, pela maneira que desenvolveu a produção, transporte e distribuição de energia, é responsável por graves problemas sociais e ambientais, a exemplo dos acidentes envolvendo navios petroleiros, vazamentos em usinas nucleares, degradação ambiental e deslocamento de populações proporcionados pela construção de grandes hidrelétricas.

A infra-estrutura energética disponível continua concentradora e baseada em processos produtivos intensivos em energia (mineração, siderurgia, metalurgia, papel e celulose, cimento, petroquímicos etc.), sendo os mesmos responsáveis por uma parte considerável do consumo energético mundial. A apropriação dos recursos energéticos, como mercadoria, possibilita lucros e benefícios a determinados países e corporações transnacionais, em detrimento da maioria da população mundial.

O modelo energético atual expressa contradições, colocando claramente a insustentabilidade do atual modelo de desenvolvimento energo-intensivo 6% da população mundial, concentrada nos países capitalistas desenvolvidos, consome 1/3 dos recursos naturais do Planeta.

As alternativas colocadas para superação desses entraves recolocam a situação de subordinação dos países da periferia. De um lado, a reversão dos processos de produção energo-intensivos, iniciada a partir das crises energéticas (1973 e 1979), permitiu reduzir a intensidade energética dos países desenvolvidos, particularmente do Japão, através de programas de desenvolvimento de novas tecnologias nas áreas de conservação, co-geração e produção de energia, transporte, construção civil, reciclagem e novos materiais. Por outro lado, os países periféricos incrementaram suas intensidades energéticas, consolidando parques industriais energo-intensivos (na maioria das vezes, para atender os inter-

resses do capital transnacional), tornando-se exportadores de energia, destacando-se, aqui, o Brasil.

Apesar do avanço na incorporação da variável ambiental na formulação das políticas de desenvolvimento a nível nacional e mundial e de uma maior participação da sociedade civil na definição destas políticas, fundamentalmente os sistemas energéticos continuam autoritários, majoritariamente baseados em combustíveis fósseis.

No Brasil, a discussão dos impactos ambientais derivados dos empreendimentos energéticos continua excludente. As audiências públicas para avaliação de estudos de impactos ambientais, mais legitimam os projetos a serem implantados, sem possibilidade de mudanças significativas no conteúdo dos mesmos (o meio ambiente sempre é incorporado como 'uma externalidade').

1.3. O caminho percorrido a partir da ECO 92

A partir da ECO 92, pouco mudou em termos concretos na política energética global. A era do petróleo tende a prolongar-se nas primeiras décadas do Século 21. Atualmente, os combustíveis fósseis representam 85% do consumo de energia primária mundial, distribuído em 35% de petróleo, 28% de carvão mineral e 22% de gás natural. A energia nuclear continua sendo uma fonte de alto risco para a humanidade, com alguns países começando a desativar suas usinas. A Suécia, por exemplo, com base no plebiscito ocorrido em 1990 que aprovou o fim do programa nuclear, já definiu um plano de fechamento de suas usinas até o ano 2010, para substituição por energias renováveis e co-geração.

Pode-se destacar, ainda, algumas iniciativas pontuais para a incorporação das energias solar e eólica na matriz energética mundial que estão sendo desenvolvidas nos Estados Unidos, Alemanha e Holanda, para a interligação no sistema elétrico quanto para atender populações nas áreas rurais. Tais iniciativas têm sido desenvolvidas ainda na Índia, Chile e Brasil a partir de instituições governamentais e não governamentais, muitas vezes em parcerias entre diversos setores públicos e privados.

A mais concreta iniciativa de caráter global da ECO 92 com reflexos importantes na área energética foi a convenção sobre Mudanças Climáticas que propõe a diminuição das emissões atmosféricas no uso dos combustíveis fósseis. Apesar de já terem sido realizadas duas conferências visando sua implementação (1995, em Berlim, e 1996, em Genebra), ainda existem resistências para a sua aplicação. A convenção já foi ratificada por mais de 100 países, inclusive pelo Brasil no início de 94, mas não se transformou em políticas públicas efetivas.

A aplicação dessa convenção visando à diminuição do consumo de combustíveis fósseis, via taxação ou substituição por energias renováveis ou através da melhoria da eficiência do uso, via novos processos tecnológicos ou medidas de conservação, tende a ser a política mais abrangente no caminho de transformação da base tecnológica dominante atualmente.

2. Os atores e os interesses em conflitos

A responsabilidade da política energética no Brasil é fundamentalmente do Estado, tanto do controle de recursos naturais, como petróleo, água, urâno, gás natural como no papel regulador através do estabelecimento de normas, preços e tarifas. No período de 1950/1960, foram implantados dois sistemas energéticos centralizados de âmbito nacional, de característica estatal: eletricidade e petróleo. Estes dois sistemas, através de investimentos financeiros consideráveis, garantiram a base energética que alavancou o desenvolvimento brasileiro, a partir de então.

Hoje esses sistemas estão em transformação, em função da estratégia de reforma do Estado do Governo Fernando Henrique Cardoso.

Esse processo de reforma do Estado, que trata de setores essenciais da economia brasileira, está subordinado aos interesses e urgências do capital transnacional à transformação dos espaços nacionais em áreas de maior liberdade dos capitais privados em geral e do transnacional em particular. A velocidade do processo de alienação do patrimônio público, a falta de uma discussão aprofundada sobre o papel do Estado, a predominância de uma visão contabilística do processo de privatização e o total desapego a qualquer argumento nacional são demonstrações inequívocas desta subordinação.

Destaque-se, ainda, que os critérios de otimização das potencialidades energéticas sob a óptica dos espaços nacionais não necessariamente são os mesmos para os fins de planejamento a médio e longo prazos dos conglomerados multinationais.

Assim, a necessidade de uma reprodução social que coloque no centro do desenvolvimento econômico a garantia da vida, a manutenção e multiplicação das capacidades materiais e intelectuais e da preservação do meio ambiente nada tem a ver com os objetivos eminentes e estratégicos do capital transnacional. Ao contrário, é fato que a globalização, enquanto momento em que o capital transnacional passa a comandar decisivamente os processos econômicos mundiais, significa crescente assimetria na distribuição de renda nos espaços nacionais/regionais e propriedade a nível global (Lima, Guerra e Gurgel, 1996).

As mudanças em curso do setor de energia no Brasil são um exemplo dessa situação. As mudanças institucionais ocorridas, o processo de privatização do setor elétrico, as mudanças institucionais na área de petróleo e as respectivas regulamentações ora discutidas no Congresso Nacional devem ser motivo de preocupação da sociedade civil brasileira, particularmente as consequências, tecno-lógicas, econômicas, sociais e ambientais advindas das mesmas.

A discussão sobre a Petrobrás e o futuro da indústria de petróleo, assim como do setor elétrico e do Sistema Eletrobrás, insere-se em uma avaliação mais ampla sobre o papel do Estado, particularmente do seu setor produtivo estatal no processo de desenvolvimento brasileiro.

As mudanças que estão ocorrendo no setor elétrico, particularmente o processo de privatização, não estão vinculadas a um projeto maior de reforma do Estado, a uma política industrial e tecnológica, enfim, um projeto de desenvolvimento nacional sustentável. A venda de empresas estatais do setor elétrico para suprir o caixa do tesouro e diminuir o déficit público, além de não estar resolvendo o problema financeiro (na verdade, o ingresso de recursos financeiros não é significativo - trocam-se títulos da dívida interna e externa, as chamadas moedas podres), poderá desencadear um processo de desestruturação do setor elétrico brasileiro, com consequências graves para o desenvolvimento nacional e regional (caso explícito da CHESF, na Região Nordeste).

A regulamentação do setor petróleo, a determinação das condições em que funcionará a Agência Nacional de Petróleo, como também em que bases funcionará a Agência Nacional de Energia Elétrica são questões fundamentais a serem consideradas. A participação política dos diversos, atores envolvidos (Estado, iniciativa privada, as empresas estatais, trabalhadores destas empresas e a sociedade civil em geral) é que vai definir o caráter público e o controle social das políticas destes setores.

Quanto aos outros energéticos, os atores são diferenciados: o setor nuclear, que recebe forte influência militar, comandado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos, é administrado pela INB - Industrias Nucleares Brasileiras - e normatizado pela CNEN - Comissão Nacional de Energia Nuclear -, ambas estatais. As usinas de Angra hoje são de responsabilidade do setor elétrico, através de Furnas.

O carvão mineral, álcool, lenha e o carvão vegetal são de caráter privado, explorados através de grupos econômicos que influenciam fortemente o Estado na definição das políticas destes setores.

Quanto às energias solar e eólica, o seu tratamento ainda é incipiente, existindo apenas algumas concessões de energia desenvolvidas por projetos pilotos, empresas privadas comercializando equipamentos. Em 1996, foi criado o Centro de Referência de Energia Solar e Eólica Sérgio Brito, vinculado à Eletrobrás, que tem por missão fundamental promover o desenvolvimento dessas fontes energéticas.

No campo das ONGs e movimentos sociais, o acompanhamento e a intervenção na política energética brasileira e o desenvolvimento de

projetos com base em energias renováveis entram na agenda e na ação de poucas organizações. Praticamente não existem entidades dedicadas à área energética. O trabalho existente, importante, sem dúvida, é setorial e pontual, o que não permite uma ação integrada e mais efetiva para intervir com mais capacidade nas políticas governamentais, como seria desejável, pois sua problemática é multi e interdisciplinar.

No setor petróleo, destacam-se os sindicatos de trabalhadores do setor coordenador nacionalmente pela FUP - Federação Única dos Petroleiros a Associação dos Engenheiros da PETROBRAS - AEPET. No setor elétrico, destacam-se o Movimento Nacional dos Atingidos por Barragens, que junto com ONGs

ambientalistas e outros movimentos sociais (indíos, negros, trabalhadores rurais) desenvolvem uma forte ação de resistência à construção de grandes hidrelétricas (vide item 4) e o movimento sindical dos trabalhadores eletricitários.

Na área nuclear, o movimento ambientalista e a comunidade científica, através da SBPC, sempre foram críticos ao Programa Nuclear Brasileiro. Na ECO-92 organizou-se a Rede Antinuclear com participação de várias ONGs, como o Greenpeace, Vitae Civilis, Gambá, Aipa, Sapé, Apedema RJ, hoje estando meio desarticulada. Os trabalhadores do setor organizam-se na Comissão Nacional dos Trabalhadores no Setor Nuclear - Contren.

Cabe registrar, ainda, o trabalho de várias ONGS e dos movimentos sociais nas suas ações temáticas nas áreas de transporte, reforma urbana, florestas, indústria, mineração, água, educação, padrões de consumo, que incorporaram, mesmo de forma pontual e desarticulada, a preocupação com a geração, o transporte e o uso da energia, reivindicando também um modelo energético menos intensivo em energias fósseis, livre de contaminação nuclear, socialmente justo, democrático e ambientalmente defensável.

3. As diferentes fontes de energia

do Brasil

A matriz energética brasileira e o meio ambiente

O Brasil possui uma matriz energética diversificada com predominância das energias de origem hidráulica (35%) e petróleo(32%) mas, ainda, com participação importante da biomassa (lenha e carvão vegetal (15%, os produtos de cana (10%) e do carvão mineral (5%). Secundariamente, utiliza gás natural (2%) e outras fontes, inclusive a nuclear (1%). No horizonte próximo (2010) deve aumentar a participação do gás natural (5% a 10%) e diminuir proporcionalmente a participação da hidroelectricidade (35% para 30%).

A produção de energia elétrica no Brasil é fundamentalmente de origem hidráulica. A construção de usinas é o processo de produção e distribuição de energia causam significativos impactos ambientais, principalmente nas áreas de reservatório e transmissão, afetando as popula-

ções atingidas pelas barragens, a flora e fauna, a
qualidade e o uso das águas.

A partir da década de 80, aumenta a pressão dos movimentos sociais organizados (destaca-se o surgimento do Movimento Nacional dos Atingidos por Barragens), e ao mesmo tempo que aumenta a conscientização dos próprios trabalhadores do setor elétrico em torno das questões ambientais, fazendo com que as empresas estatais começem a considerar a variável ambiental do planejamento da expansão do Sistema. Muito embora a hidroeletricidade não contribua para o aumento das emissões de CO₂, o Brasil carrega o passivo socio-ambiental extremamente expressivo, se considerarmos que as usinas hidrelétricas construídas até hoje resultaram em mais de 29 000 km² de terras inundadas para a formação dos reservatórios e na expulsão - ou deslocamento compulsório de cerca de 200 mil famílias, todas elas populações ribeirinhas diretamente atingidas pelos empreendimentos hidrelétricos implantados (Berman, 1996).

No caso das termoelétricas, os impactos socioambientais estão relacionados com os tipos de combustíveis utilizados (carvão mineral, óleo combustível, óleo diesel, gás natural, bagaço de cana), quando sua queima produz efeitos diferenciados, característicos desses energéticos, os quais são citados nos itens específicos deste trabalho.

Apesar das mudanças ocorridas no processo de planejamento, as práticas do setor elétrico ainda ficam a desejar, colocando a necessidade de uma postura efetivamente democrática por parte do Governo Federal, abrindo espaço para a participação de todos os atores sociais envolvidos nos processos de tomada de decisão.

3.2. Petróleo

As atividades desenvolvidas pela indústria de petróleo no Brasil no seu amplo fluxo, desde a produção, transporte marítimo e por dutos, até o refino e a distribuição de derivados, causam impacto ao meio ambiente, com desdobramentos além do espaço regional. Esse impacto acontece principalmente:

- nas áreas urbanas das grandes cidades, particularmente em São Paulo, devido à grande concentração industrial e de veículos auto-móveis, requerendo, portanto, medidas concretas de controle e minimização da poluição atmosférica.

- nas áreas de produção e refino, onde o exemplo mais grave conhecido é o de Cubatão (SP);
 - no transporte de óleo, gás natural e derivados por dutovias, rodovias, ferrovias e hidrovias, destaque-se os derramamentos provocados por acidentes ferroviários e marítimos (São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia) com efeitos na fauna, flora, nos recursos hídricos e nas populações atingidas, com repercussões econômicas e sociais importantes (turismo, pesca, agricultura e lazer).

As transformações necessárias no sentido de minimização desses impactos passam pela mudança que deve ocorrer, em particular, na própria indústria de petróleo, bem como a reestruturação do modelo de desenvolvimento brasileiro, que deve incorporar a variável ambiental como uma questão estratégica.

3.3. Carvão Mineral

O carvão mineral, que representa 5,0% da matriz energética, é consumido fundamentalmente em usinas termoelétricas, na forma de carvão-vapor, e no setor siderúrgico, sendo produzido nas minas localizadas em Santa Catarina.

As atividades de extração, beneficiamento e estocagem causam alterações significativas no meio físico, provocando graves problemas ambientais nas regiões carboníferas, na flora, na fauna, na qualidade das águas superficiais e subterrâneas e na saúde dos trabalhadores e populações circunvizinhas.

A poluição ambiental também é grave na queima do carvão com as emissões de CO₂, material particulado, monóxido de carbono, hidrocarboneto, óxidos de enxofre e de nitrogênio devindo à qualidade do carvão mineral brasileiro, pelo elevado teor de cinzas e enxofre, razão pela qual sua utilização é bastante limitada.

3.4. Biomassa

Como fonte renovável de energia, a biomassa representa um grande potencial energético para seu aproveitamento. Mesmo assim, qualquer política visando a sua ampla aplicação, deve considerar as implicações socioambientais para não se tornar mais uma fonte energética predatória.

O Brasil ainda se ressente de uma política integrada que incentive a produção e consumo de maneira descentralizada de fontes energéticas ba-

seadas na biomassa. Apenas o álcool, através do Proálcool, tem uma política específica.

Na matriz energética brasileira, apenas a lenha, o carvão vegetal e o álcool têm significado. Os demais energéticos oriundos da biomassa, tais como os resíduos orgânicos e óleos vegetais, são potencialmente utilizáveis.

a) Lenha e carvão vegetal

A lenha contribui com cerca de 15% da oferta nacional de energia e ainda representa uma importante fonte energética para cocção de alimentos da maioria da população rural brasileira, ainda que em processo de substituição pelo GLP. O consumo industrial na forma de carvão vegetal é representativo, especialmente no setor siderúrgico.

A mata nativa ainda continua sendo a base de extração da lenha e do carvão vegetal, sem a renovabilidade necessária. Esforços têm sido empreendidos no reflorestamento e no uso de madeira plantada para fins energéticos, visando a uma produção renovável, mas as florestas homogêneas em grandes extensões têm se tornado, também, um grave problema socioambiental.

A produção de carvão vegetal nas carvoarias também tem representado uma grande preocupação ambiental e social, aliada à baixa eficiência dos fornos rudimentares: a poluição que atinge os trabalhadores e o trabalho escravo ou semi-escravo ainda mantidos no setor.

A continuidade e o incremento do uso da lenha e do carvão vegetal precisa passar por transformações estruturais, desde aspectos econômicos e sociais, como tecnológicos e ambientais, possibilitando o estabelecimento de normas e critérios eficazes e usos controlados.

b) Álcool

O Programa Nacional do Álcool (Proálcool), criado em 1975, foi o programa governamental de produção de energia a partir de biomassa mais importante do Brasil e um dos mais importantes do mundo.

Inicialmente criado para diminuir a dependência do País em relação ao petróleo importado, que abalou a balança comercial brasileira a partir dos choques do petróleo de 73 e 79, o Proálcool acabou sendo a saída do setor sucroalcooleiro, mergulhado em uma grave crise. Os empresários do setor, que sempre influíram nas discussões junto às autoridades governamentais, consegui-

ram um amplo aporte de recursos para ampliar o parque industrial para a produção do etanol e a manutenção dos custos de produção subsidiados.

Depois de ter alcançado um progresso expressivo, quando na metade da década de 80 quase a totalidade dos carros produzidos no País eram movidos a álcool, hoje o Próalcool encontra-se bastante vulnerável por falta de uma política governamental adequada, diminuindo a confiabilidade do programa.

A utilização do álcool como combustível pode se dar de duas formas, ambas trazendo resultados globalmente benéficos ao meio ambiente. Na sua forma de álcool anidro, o etanol é adicionado à gasolina permitindo a eliminação do chumbo-tetra-etila da mistura carburante. Na forma hidratada, o álcool transforma-se em um combustível propriamente dito, permitindo, por conta dos canaviais que reabsorvem o CO₂ emitido pelos veículos, menores níveis de emissão deste gás o que contribui para a não acentuação do problema do efeito estufa.

Não obstante estas virtudes, o padrão socioambiental da produção de álcool de cana-de-açúcar no Brasil deixou muito a desejar. Por um lado, a disseminação das monoculturas, das queimadas dos canaviais precedendo a colheita e o perfil intensivo em máquinas pesadas e produtos químicos trouxeram inúmeros problemas para o meio ambiente e para a biodiversidade das regiões onde a cana é produzida. Por outro lado, a baixa qualidade do emprego gerado, a intensiva utilização de mão-de-obra infantil, o desemprego sazonal em massa e as dívidas não pagas do setor junto ao Estado transformaram o setor sucroalcooleiro no Brasil em sinônimo de exploração e baixa qualidade de vida. A difusão do uso do álcool como combustível em todo o mundo deve passar por uma séria reflexão sobre a experiência brasileira. Ao contrário do que vigorou no Brasil, é preciso que o uso do álcool carburante, globalmente favorável ao meio ambiente, esteja vinculado com o seu padrão de produção, garantindo-se a permanente redução de custos via incorporação de tecnologia, a progressiva recuperação do meio ambiente nas regiões onde o álcool é produzido e, finalmente, a melhoria da vida das populações que vivem no entorno do complexo sucroalcooleiro. Do mesmo modo, seria importante o estímulo à produção de etanol e metanol a partir de outros produtos vegetais como a mandioca, o babacu etc., de modo a estimular a diversificação agrícola e o

pequeno produtor rural que poderia produzir seu próprio combustível a partir de microdestilarias processadoras destes produtos vegetais alternativos à cana.

Seria igualmente importante que o uso do álcool carburante não se restringisse aos veículos de passeio. A junção dos objetivos ambientais com os sociais implicaria o apoio à busca da viabilização técnica e econômica do álcool como combustível para os veículos pesados como ônibus e caminhões.

Uma das perspectivas importantes para o álcool brasileiro está na constante procura de governos e empresas estrangeiras, para a exportação tanto do combustível como da tecnologia. Para isso, a exigência que se faz é a melhoria do parque industrial, a modernização dos equipamentos e a minimização dos problemas sociais e ambientais, o que pode trazer benefícios gerais para o setor e para o consumidor brasileiro.

3.5. Nuclear

O domínio da tecnologia nuclear a nível mundial tem sido tratado tanto como uma questão estratégica do ponto de vista militar, quanto econômica para a geração de energia elétrica.

Com a derrubada do Muro de Berlim e de outras áreas de tensão no mundo, a corrida armamentista diminuiu acentuadamente e acordos têm sido assinados entre as grandes potências para a desativação dos arsenais nucleares. As Usinas Nucleares, hoje em torno de 400 reatores em funcionamento no mundo, continuam sendo alvo de preocupação, devido à insegurança das instalações e aos problemas de gerenciamento dos resíduos gerados. A mineração do urânio também representa um risco para o meio ambiente e para as populações circunvizinhas ao empreendimento.

O Brasil vem perseguindo o desenvolvimento da tecnologia nuclear desde a década de 50. Em 1975, a assinatura do acordo nuclear com a Alemanha, gerou várias críticas de segmentos organizados da sociedade pela total falta de transparência. No programa oficial, o País iria se capacitar para desenvolver o ciclo do combustível, fornecendo tecnologia social, industrial e científica e implantaria oito usinas nucleares, mas com um programa paralelo começou a ser idealizado, sendo seus verdadeiros interesses nunca assumidos pelas autoridades, mas com fortes indícios: o trabalho militar. Estes programas comprometeram uma

gama enorme de recursos sem que a sociedade tivesse um resultado positivo. Hoje, o Governo Fernando Henrique Cardoso está trabalhando no sentido de viabilizar um plano nuclear para o País, que vai desde a exploração do urânio da mina de Caetité, na Bahia, e a busca em dominar a tecnologia de enriquecimento do urânio e fabricação do combustível nuclear, até o aumento do parque gerador com o término das obras de Angra II e Angra III. Mas este programa continua sem ser discutido com a sociedade, mantendo a mesma tradição do setor de total falta de transparência nas suas intenções e ações. O caminho da energia nuclear, de acordo com suas origens e sua política, é insustentável. Os acidentes nucleares da história, como Three Miles Island, Chernobil e Goiânia são tristes memórias que até hoje não dão a segurança necessária no desenvolvimento desta forma de energia. No Brasil, as populações de Angra dos Reis, Itu, Poços de Caldas, Sorocaba e Caetité, diretamente afetadas, estão sempre preocupadas em função da exposição permanente à radioatividade, na maioria das vezes sem consciência do risco. As denúncias recentes (dezembro/96) veiculadas na mídia sobre o funcionamento do projeto ARAMAR é mais uma evidência deste perigo a que estão submetidas as populações e os trabalhadores diretamente envolvidos no desenvolvimento de projetos nucleares.

3.6. Solar e Eólica

a) O potencial de energia solar e eólica no Brasil é significativo.

As tecnologias e os equipamentos disponíveis no mercado, a preços mais atrativos e competitivos, despertam o interesse de utilização destas fontes de energia de maneira complementar e descentralizada. Mesmo com a necessidade de ultrapassar alguns entraves tecnológicos e econômicos, a utilização dessas energias é bastante promissora. A existência de programas concretos em algumas concessionárias de energia, como a COELBA, da Bahia, e a disponibilidade de equipamentos tanto de fabricação nacional ou importados são indicadores importantes. O uso da energia solar de forma descentralizada tem se tornado um grande aliado no desenvolvimento rural, para o aquecimento de água, geração de eletricidade, força matriz, na secagem de grãos e refrigeração. A energia eólica também vem represen-

tando uma fonte importante no meio rural, especialmente no bombeamento de água. A definição de uma política que contemple linhas de crédito, incentivo à pesquisa e a projetos demonstrativos, e a viabilização de uma ampla campanha de comunicação de massa, visando ao conhecimento de suas potencialidades e aplicabilidades, são instrumentos necessários para estimular o esforço que já está existindo para fomentar o uso de energia solar e eólica a nível regional. Entretanto, o País não possui uma política consistente para o desenvolvimento dessas energias, o que dificulta a sua ampla aplicação e o incentivo à pesquisa.

b) Projetos Pilotos e Demonstrativos de Energias Solar e Eólica

Como já foi citado anteriormente, existem diversas dificuldades para se implantar sistemas energéticos com base nas energias solar e eólica. Vale destacar o esforço que vem sendo desenvolvido por instituições governamentais, não-governamentais e pelo setor privado no sentido de viabilizar o uso dessas energias.

Citamos abaixo alguns projetos hoje em operação no Brasil:

- projeto energia eólica da CHESF, em Fernando de Noronha, com potência instalada de 375KW.
- projeto de energia eólica da COELCE, no Ceará, com capacidade instalada de 1600 KW, proporcionando a geração de 3,8 milhões de KWh/ano, suficiente para suprir uma cidade de quinze mil habitantes, com custo de geração entre U\$40-60 por MWh, extremamente favorável quando comparado com tecnologias tradicionais

- projeto de energia solar fotovoltaica na região sisaleira da Bahia executado pela Associação de Pequenos Agricultores do Estado da Bahia - APAEB em parceria com a CEPEL e COELBA, gerando energia para a produção de alimentos e geração de empregos na região

- projeto de energia eólica da Associação de Moradores da Prainha do Canto Verde, no município de Beberibe, no Ceará, com a participação do Instituto Terramar e da UFC, entre outros. O projeto gera energia para a fábrica de gelo da cooperativa dos pescadores do local, aumentando a produção artesanal de peixes da Região

- convênio firmado entre o Grupo Setorial das Indústrias de Aquecimento Solar e a Prefeitura de São Paulo para a implantação de aquecedores solares em conjuntos habitacionais. Esta

iniciativa propõe a substituição de chuveiros elétricos, hoje responsáveis por cerca de 24% da eletricidade consumida durante o horário de pico (17-20 horas), por chuveiros solares.

4. Prioridades para uma nova política energética

A atual crise do padrão de geração e consumo de energia e a sua insustentabilidade a médio e a longo prazos levam à necessidade de repensar a lógica do modelo energético mundial (construído e consolidado com a concepção de um planeta infinito), na perspectiva de sua superação.

A cidadania energética ainda está por ser conquistada para a maioria da população mundial. Impõe-se a necessidade de combater o desperdício dos recursos energéticos e a degradação ambiental; incentivar o desenvolvimento científico e tecnológico para o uso cada vez maior de fontes renováveis e a conservação de energia, como também criar novos instrumentos de controle da sociedade para melhor utilização das diversas formas de energia.

Portanto, continuam atuais os compromissos proclamados pelas ONGs na ECO 92 (Tratado Sobre Energia). Como principios de um novo modelo energético, democrático, social e ambientalmente defensável podem-se destacar:

- princípio ético - a energia deve ser produzida, distribuída e usada com o máximo de eficiência e o mínimo de impacto sobre as populações e o seu meio ambiente. Deve-se contabilizar integralmente os custos ambientais e sociais ao calcular-se o custo final das opções energéticas;

- princípio de equidade - o acesso à energia é um direito de todos os cidadãos do mundo. Equidade na distribuição dos benefícios decorrentes do uso da energia, garantindo a sustentabilidade do planeta;

- princípio sobre a tomada de decisões - as opções energéticas devem ser decididas de maneira democrática e participativa, considerando as peculiaridades físicas, culturais, sociais, econômicas, geográficas, científicas e tecnológicas de cada sociedade. As populações diretamente impactadas, no processo de produção, distribuição, transporte, consumo, armazenamento de rejeitos e poluição de energéticos devem desempenhar um papel de destaque na definição da política energética

a ser implementada, à qual deve ser discutida de maneira pública, envolvendo todos os atores sociais interessados.

4.1. Convenção sobre Mudanças Climáticas

A transformação dos pressupostos estabelecidos na Convenção em reais políticas públicas, com planos e cronogramas definidos pelos países, especialmente os mais desenvolvidos do Hemisfério Norte, através de mecanismos de ação conjunta, coloca-se como uma das principais prioridades a nível mundial no caminho de minimizar o efeito estufa e alterar a base energética calcada nos combustíveis fósseis.

O Brasil pode ter um papel importante nas negociações internacionais, atuando enfaticamente pela obrigatoriedade de redução das emissões. É imperioso o fortalecimento de uma articulação mundial das ONGs visando à sua participação na próxima conferência de negociação da Convenção, prevista para dezembro de 1997, em Kyoto, no Japão.

4.2. Uma Política Energética Integrada Nacionalmente e Descentralizada a Nível Regional

Uma nova política energética deve sustentar um modelo de desenvolvimento econômico para o Brasil que seja democrático, social e ambientalmente sustentável, onde o Estado desprivatizado, efetivamente público, deverá ter um papel econômico e social de destaque. Um novo modelo energético deve atender as demandas do desenvolvimento econômico, mas também deve estar voltado para atender as demandas sociais básicas, secularmente desrespeitadas e ainda não conquistadas pela maioria da sociedade brasileira, particularmente as demandas reprimidas de energia.

Institucionalmente, a área energética deve reestruturar-se buscando a integração dos diversos setores (elétrico, petróleo e gás natural, álcool e bagaço de cana, carvão mineral, lenha e carvão vegetal, solar e eólico), buscando criar mecanismos que proporcionem uma efetiva participação e participação social, maior ampla participação, discussão, formulação e implementação da política energética brasileira.

Além da articulação intersetorial, uma nova política energética para o Brasil deve incentivar a regionalização (com o aproveitamento dos recursos energéticos locais), e a integração

energética entre os países da América Latina, enfatizando a utilização de energias renováveis.

Uma nova política energética para o Brasil deve reavaliar a atual política tarifária e de preços, particularmente os subsídios (devendo ser mantidos, prioritariamente, os de cunho social, discutir a conta álcool e petróleo, por exemplo), buscando o equilíbrio financeiro das empresas energéticas.

Deve-se perseguir a conservação, a eficiência e o desenvolvimento de tecnologia energética, em especial para fontes renováveis - micro e minidiretóricas e destilarias, coletores solares térmicos e fotovoltaicos, biodigestores, geradores cárnicos e ca-taventos - de maneira integrada à política energética nacional, buscando minimizar os impactos de cada fonte de energia no meio ambiente.

A incorporação dos custos ambientais nesta nova política energética passa ainda pela realização de auditorias em todos os investimentos e instalações em situação reconhecidamente crítica ou potencialmente grave, a exemplo dos locais de extração e processamento de petróleo e carvão mineral e de todo o ciclo nuclear, como também pelo relicitamento de todos os empreendimentos energéticos, tais como minas de carvão mineral e xisto, instalações petroíferas, usinas hidrelétricas e termoelétricas, destilarias de álcool, para a adoção de critérios mais rigorosos quanto à poluição ambiental e à saúde dos trabalhadores e da população em geral. A democratização das relações entre o Estado e a sociedade é o pressuposto básico desse novo modelo de desenvolvimento e dessa nova política energética.

5. Por uma cesta básica energética

Considera-se a reforma agrária, a atenuação da urbanização e a reestruturação industrial como os principais pressupostos para a consolidação de uma estratégia energética em bases sustentáveis e democráticas.

5.1. Reforma agrária e agricultura familiar

Uma efetiva Reforma Agrária e a valorização da agricultura familiar tem como efeitos a dinamização da agricultura e do meio rural e a melhoria de vida no campo. Em consequência, há maior demanda de energia. Mas em compensa-

ção, ao desenvolver o comércio local e regional, pode-se esperar uma desconcentração dos fluxos de transportes e uma diminuição dos tempos de transporte e de armazenamento, o que pode ser traduzido por uma economia geral de combustível.

Além disso, assentamentos e agricultura familiar caminham rumo a uma agricultura menos intensiva em insumos e energia, com métodos de diversificação cultural e de reciclagem de resíduos, e integrando-se com a pesca e a criação animal, o que reduziria os parâmetros de consumo de minerais e de combustíveis fósseis.

5.2. Atenuação da urbanização

Uma "cesta básica energética" para todas as famílias, a ampliação dos serviços de água, esgoto, uma melhor iluminação pública que proporcione conforto e segurança, transporte mais digno devem representar uma melhoria das condições de vida das populações urbanas, mas também vão significar um aumento dos requerimentos em combustível e eletricidade. Esse aumento deve ser compensado por uma reestruturação industrial, programas de conservação de energia e outras soluções propostas em outros lugares. Os investimentos e soluções para viabilizar o transporte particular, em detrimento do coletivo, devem ceder lugar para soluções que busquem ampliar metrôs e trens de subúrbio onde já existem; e implantá-los juntamente com esquemas de corredores de ônibus e trens urbanos,

Deverem ser adotados e disseminados programas e práticas a que garantam proporções crescentes de reciclagem ou de reutilização de resíduos sólidos urbanos (p.ex., papel, vidro, plásticos e metais), com ganhos energéticos e ambientais expressivos.

5.3. Reestruturação industrial

Uma reestruturação industrial deveria conter metas de redução de parâmetros de utilização de matérias-primas, de insumos e particularmente de combustíveis e de eletricidade. Deveriam ser reutilizados em maior proporção resíduos e subprodutos do próprio processo e ser reciclados em maior proporção uma maior proporção sucatas e materiais após o consumo. São tendências constatadas em vários setores industriais nos países mais avançados; isto inclusive.

por razões de competição comercial e de imagem ambiental das empresas e dos produtos.

É fato que boa parte da atual estrutura industrial foi montada sobre o eixo do transporte. Na perspectiva de uma economia generalizada de energia, ao longo das cadeias produtivas e de consumo, a matriz de transportes tem que ser redirecionada. No setor de transporte rodoviário e de carga, a prioridade inconteste é a recuperação de revestimentos e das condições de segurança das rodovias, além da duplicação de algumas delas e do asfaltamento de outras, para o que não deve faltar asfalto, uma vez que processamos nas refinarias óleos crus cada vez mais viscosos. Mas, ao mesmo tempo, deve-se retomar estratégias até aqui negligenciadas como, p.ex., recuperar e abrir novas ligações (linhas, frotas, estações/ portos/ pátios) ferroviárias, fluviais e marítimas de cabotagem; estender o suprimento de derivados de petróleo através de dutos. Os programas anunciados na forma de "eixos de integração e desenvolvimento" pelo atual governo visam, prioritariamente, a redução de custos e tempos de exportação, e não a melhoria energética de todos os transportes.

A restrição progressiva e o abandono de tecnologias de risco comprovado e de alto conteúdo energético deveriam ser decididos pelo menos, nos casos conhecidos, como p.ex.: vários projetos de hidrelétricas; os reatores nucleares de potência; o uso dos compostos organoclorados e dos processos de branqueamento e de cloração; os combustíveis com altos teores de enxofre; os processos envolvendo metais pesados e seus sais e compostos reativos, como as cubas eletrolíticas de cloro-soda com merúrio-eatédico. A restrição deve se estender ao uso de eletricidade para eletrotermia (geração de vapor com resistências elétricas), eletrólise industrial e eletrofusão de metais, e também ao uso permanente e exclusivo de chuveiros e aquecedores elétricos. Coerentemente, portanto, algumas plantas industriais energético-intensivas deverão interromper os investimentos no aumento da sua capacidade de produção para, posteriormente, refilhar a produção ou reorientá-la para o mercado interno.

Acidentes recentes como o derramamento de óleo na Baía da Guanabara e o afundamento de uma balsa da Texaco carregado de óleo no Pará colocam uma exigência a ser atendida com ur-

gência: a realização de auditoria de todos os empreendimentos reconhecidamente críticos ou potencialmente muito graves, seguindo-se um programa de relicenciamento de todas as centrais elétricas, as minas de carvão, as instalações petrolieras, as destilarias de álcool, com critérios mais rigorosos e melhor elaborados com respeito a poluição, a degradação dos solos e águas, sobre as situações e épocas mais críticas para a integridade da saúde das populações humanas e dos ambientes terrestres, fluviais e marítimos.

Há que se considerar a prioridade para a manutenção técnica destes equipamentos e instalações. No caso das hidrelétricas é crucial a segurança das comportas, casas de máquinas, dos próprios paredões e obras civis, nas situações em que as águas dos rios e lagos é intensamente utilizada pela indústria e para a produção de energia elétrica. As populações ribeirinhas do reservatório e a jusante devem ser imediata e permanentemente esclarecidas; afinal são os primeiros prejudicados pelo modo de operação dos reservatórios.

5.4. Por uma "cesta básica" energética

Fala-se muito, especialmente cada ano na época em que se discute o aumento do salário mínimo, da cesta básica necessária para uma família sobreviver. Estamos começando a colocar a proposta de uma "cesta básica energética". Pois não se quer só sobreviver mas viver com dignidade e qualidade de vida. O que entraria numa "cesta básica energética"? Duas formas de energia: eletricidade e combustíveis.

Funcionando à eletricidade, colocam-se: geladeira, chuveiro elétrico, 2 lâmpadas de 100 W e 3 de 60 W, uma televisão, o ferro elétrico, uma máquina de lavar a roupa e um aparelho de som (rádio). Cabe assinalar que, para a inclusão da máquina de lavar roupa enquanto equipamento eletrodoméstico básico, considera-se a questão de gênero na medida em que a sua existência no domicílio torna o trabalho doméstico executado pela mulher menos penoso.

Os combustíveis a serem considerados na definição de uma cesta básica energética são o GLP (gás de cozinha) para cozimento de alimentos, e o combustível utilizado para transporte coletivo (trabalho, escola, compras e lazer).

Para o uso da eletricidade, vê-se que uma família teria um consumo mínimo mensal de 220

kwh. Os cálculos feitos mostram que 55,8% das famílias brasileiras (ou cerca de 22,6 milhões de domicílios) não teriam condição de pagar a conta de luz mensal. Os cálculos mostram também que o acesso de todas as famílias a essa "cesta básica energética" significaria um aumento importante das necessidades de energia no país.

Reivindica-se assim o acesso de todas as famílias a uma "cesta básica energética" e, para isso, que sejam efetivamente implantadas no país políticas redistributivas de renda. Além disso, reivindica-se a uma reformulação completa do modelo energético brasileiro e, especificamente no que se refere à "cesta energética", uma política séria de conservação de energia, ampliando o acesso a equipamentos eletrodomésticos mais eficientes através do estabelecimento de sinais econômicos que permitam a toda a população adquirir estes equipamentos, o que não ocorre hoje uma vez que tais equipamentos são bem mais caros.

Tais demandas são significativas para assegurar uma maior equidade na satisfação das necessidades energéticas do conjunto da população brasileira. Seu atendimento deve ser priorizado na perspectiva do estabelecimento de estratégias energéticas sustentáveis e democráticas.

Essas propostas foram elaboradas no quadro do Projeto Brasil Sustentável e Democrático. São conclusões do estudo "Sustentabilidade Energética no Brasil: limites e possibilidades para uma estratégia energética sustentável e democrática", de Célio Bermann e Osvaldo Martins (PIPGE/IEE/USP) com a contribuição de Osvaldo Seval. Foram discutidas em oficina de trabalho com a participação do MAB.

6. Recomendações

- Deve-se continuar a trabalhar no sentido da implementação das ações propostas no Tratado das ONGs na Área de Energia, aprovado no Fórum Internacional das ONGs e Movimentos Sociais no Âmbito do Fórum Global - ECO 92. (1).

- Promoção de amplo debate na sociedade brasileira visando à implementação de uma nova política energética para o País, definindo o papel dos diversos atores sociais envolvidos (Estado, iniciativa privada e sociedade civil).

- Maior articulação das ONGs e movimentos sociais para uma melhor intervenção nas políticas governamentais, no sentido de torná-las efetivamente públicas.

- Criação de capacitação nas ONGs e nos movimentos sociais visando a implementar, nos seus programas e ações, projetos demonstrativos de energias renováveis.

- Moratória no Programa Nuclear Brasileiro para a produção de energia elétrica, desde a mineração de urânio até as usinas nucleares.

- Estabelecimento de novos padrões de consumo menos intensivos em energia, enfatizando a reciclagem e a reutilização de produtos

- Busca de novos materiais e processos tecnológicos menos intensivos garantindo uma utilização integrada dos sistemas rodoviários, ferroviários e hidroviários, em bases tecnológicas e energéticas sustentáveis, incentivando o uso de fontes renováveis e o transporte coletivo.

- Descentralização do sistema de geração e distribuição de energia elétrica, priorizando as centrais hidrelétricas de pequeno e médio porte que não impliquem o deslocamento compulsório das populações ribeirinhas, minimizando, também, os impactos ambientais. Fonte: ZILMARA LIMA
Avaliação das autoridades de investimentos do setor de petróleo e promoção de um controle de qualidade nos combustíveis produzidos.

- Avaliação das unidades industriais energético-intensivas no País, discutindo suas perspectivas de manutenção e ampliação ou combate. Definição de uma política de importação e ampliação da produção de gás natural no Brasil, visando a uma participação mais significativa na matriz energética, em especial no transporte coletivo. -

- Incentivo à produção e ao consumo de maneira descentralizada de fontes energéticas baseadas na biomassa, sob o controle das populações rurais e em benefício delas.

- Incentivo às formas de utilização da energia solar e eólica, aproveitando o potencial regional dessas fontes de energia.

*São Paulo, setembro de 2000
Sadi Baron - Coordenação Nacional do
MAB*

Movimento Nacional dos Atingidos por Barragens - MAB

Nascido no Rio Grande do Sul e Pernambuco na década de 70, através da luta de trabalhadores contra a construção das Usi-

nas Hidrelétricas de Itá, Machadinho (RS) e Itaparica (PE), a história dos atingidos por barragens tornou-se uma ampla articulação nacional, com atuação em todas as regiões do País, envolvendo agricultores, povos indígenas, populações ribeirinhas, remanescentes de quilombos e populações urbanas atingidas.

Em 1991 surgiu então o Movimento Nacional dos Atingidos por Barragens, tornando-se um dos mais ativos movimentos sociais da história recente do país, através da luta pela terra, pela natureza preservada e

por uma política energética justa que atenda os anseios das populações atingidas, de forma que estas tenham participação nas decisões sobre o processo de construção, de barragens, seu destino e o meio ambiente. *...não é que a luta seja só contra o ótimo, mas é que essa organização G.M.A.B. conseguiu, ainda que de forma modesta, conseguir que sejaável, influir na política do setor elétrico, fazendo com que os responsáveis pelo setor reprogramassem planos, refizessem projetos e cronogramas de obras, reavaliassem reassentamentos e indenizações.*

Bibliografia

- 1 - BRASIL. Ministério de Minas e Energia. Balanço energético Nacional. Brasília: DNDEISEN/MME, 1996. 150p. il.
- 2 - BRITTO, Sérgio de Salvo. Centro de Referência para Energia Solar e Eólica: Guia de Fontes de Informações: entidades. [s.l.] : CRESESB, [19-]. 57p. CHERNOBYL 1986 1996. [s.l.] : Greenpeace, 1996. p.42.11
- 3 - COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro: PGV, 1988. 430p.
- 4 - CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. A Agenda 21. Brasília : Câmara dos Deputados, 1995. 472p. *Porto Alegre, dezembro - 1999*
- 5 - CRESESB. Energia solar ajuda produtores na Bahia. Inform. Rio de Janeiro : CRESESB/CEPEL, ano II, n.1, jun. 1996. 12p.il.
- 6 - O DESAFIO do desenvolvimento sustentável. Brasília : CIMA, 1991. 204p. tch. FÓRUM INTERNACIONAL DAS ONGS. Tratado das ONGs. Aprovados no Fórum Internacional de Organizações Não-Governamentais e Movimentos Sociais, no âmbito do Fórum Global ECO 92. Rio de Janeiro, 1992. 2G4 p.
- 7 - FÓRUM DE ONGs BRASILEIRAS. Meio Ambiente e Desenvolvimento: Uma Visão das ONCs e dos Movimentos Sociais Brasileiros. Rio de Janeiro, 1992.190p, FÓRUM DE ONGs BRASILEIRAS PARA ECO 92. Modelo energético: energia, ambiente, desenvolvimento. Grupo temático. (s.l.),1992. 1.09p. (Documento preliminar).
- 8 - GLOBAL WARMING: THE GREEPEACE REPORT. New York : Oxford, editado por Jeremy Legett, 1990. 554p.
- 9 - LIMA F. Paulo Alves de. GUENA, Sinclon Mallet-Guy. OLIVEIRA, G. Gurgel. Empresas estatais na processo de globalização dos capitais incompletos: algumas questões a partir da venda a light. Rio de Janeiro, anais do VII CBE,799G. MALHEIROS, Tania. Brasil a Bomba Oculta: O Programa Nuclear Brasileiro. Rio de Janeiro: Gryphus, 1993. 164p.
- 10 - OLIVEIRA, G.Gurgel. A gestão do meio ambiente. Salvador: s.p. NP/IA-UFBA Escola de Administração, 1996. 10p.
- 11 - OLIVEIRA, G.Gurgel, CUNHA, Renato et al. Energia e Meio Ambiente: do diagnóstico à necessidade de implementação de políticas públicas - o caso do Geraldo da Bahia. Rio de Janeiro, anais do V CBE, 1990.
- 12 - Potencialidades Energéticas do Estado da Bahia - Análise Crítica da Aetodologia PI.MFB. Rio de Janeiro, anais do V CBF, 7990
- 13 - Energia e Meio Ambiente - Uma abordagem Sistêmica. Campinas, SP, anais do I C. Brasileiro de Planejamento energético, 1989
- 14 - SCHEER, Herman. O manifesto solar. Energia renovável e a renovação da sociedade. Tradução por Aloisio Leoni Schimid. Rio de Janeiro: CRESEB, 1995. 2G2p. e Tradução de Sonnen Strategie Politik ohne Alternative.
- 15 - SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA, Novos rumos da Agroindústria. Salvador: SEBRAE Instituto Evaldo Lodi, 1996. TUNDIS(, Helena da Silva Freire. Usos de Energia. São Paulo: Atual, 1991. 73p. (Série Meio Ambiente).
- 16 - WORKSHOP SOBRE ENERGIA EÓLICA, II, 1987. Porto Alegre. Programa de Engenharia Mecânica. Porto Alegre : Debi. P. Sadher, 1987.

TRANSGÊNICOS

O sr. locutor Miguel Puretz Filho - Frei Sérgio, há temas que são bastante discutidos em nossa comunidade os quais são bastante polêmicos e sobre os quais já ouvimos, em nossa emissora, diversas opiniões, e sabemos que a sua opinião é muito importante, porque o senhor fala em nome da Secretaria da Agricultura e em nome de uma pasta que trabalha com o desenvolvimento rural - e a questão dos transgênicos envolve isso. Muitas pessoas dizem que os transgênicos trazem desenvolvimento, outras, dizem que é um problema, enfim, é um tema bastante polêmico. Gostaria que o senhor nos dissesse qual é o seu sentimento e como o senhor está vendo toda essa questão dos transgênicos.

O Princípio da cautela

Frei Sérgio Görgen – Eu entendo, Miguel e ouvintes, que a questão dos transgênicos é muito nova e merece ser olhada com muita atenção e com muito carinho, a fim de que não se cometam erros pelos quais se pague muito caro mais tarde. A primeira palavra que deveríamos proferir em relação aos transgênicos é cautela, isto é, cuidado, porque calma e caldo de galinha nunca fizaram mal à ninguém. A gente tem que ir com muito cuidado, e vou dizer por que. Não se trata de uma questão de radicalismo ou de ser contra por ser contra que o Governo do Estado e seus técnicos dizem que temos que ter cuidado com os trans-gênicos. Não se trata de algo que tiramos da cartola ou porque queremos fazer onda ou coisas assim. Há, realmente, razões muito sérias para que assim procedamos.

ENCONTROS - 1999 - 11 - 11

“...a ciência necessária é a ciência que serve ao homem...”
“...é a ciência que serve ao homem...”
Frei Sérgio Antônio Görgen, afm
do Colégio São Pedro, no Porto Alegre, dezembro - 1999.

“...O que é ciência?...”
“...é a ciência que serve ao homem...”
Não há consenso entre os cientistas

Eu não sou contrário às pesquisas científicas, que entendo, devem continuar. Muito menos contrário ao avanço da ciência que trouxe muito bem para a humanidade, embora também tenha trazido muito mal, já que foi o avanço da ciência que criou a bomba de neutrons, a bomba atômica e várias coisas que foram prejudiciais à humanidade.

Portanto, nem tudo que a ciência traz é bom, nem o uso que se faz daquilo que a ciência pesquisa. Todavia, em relação aos transgênicos não há consenso na comunidade científica internacional, pelo contrário, é cada vez maior o número de cientistas que dizem que é preciso andar devagar com o andor, porque esse santo é de barro. Então, a primeira coisa é cuidado. Não podemos nos meter na questão dos transgênicos como porco em lavagem. É preciso ir com calma.

Riscos à saúde humana

Vou dizer, Miguel, quais são as principais preocupações. A primeira preocupação relativamente aos transgênicos é com relação à saúde. Todos os alimentos transgênicos que querem enfiar gente abaixo no mercado brasileiro possuem um imenso grau de envenenamento – envenenamento dos alimentos e envenenamento da natureza, da terra.

A repercussão que isso terá na saúde humana ninguém conhece. O que se sabe é que experiências feitas no Reino Unido, com ratos, demonstram que a imunidade dos ratos que consumiram alimentos transformados geneticamente foi sig-

nificativamente abalada, inclusive com diminuição do tamanho do cérebro desses ratos. O pesquisador que iniciou a pesquisa foi punido e, posteriormente, foi condecorado, porque sua pesquisa era verdadeira. Ninguém consegue, atualmente, prever o efeito disso na saúde humana. Por isso é preciso ter muito cuidado. A soja geneticamente modificada da MONSANTO que estão tentando introduzir goela abaixo no mercado brasileiro, nada mais é do que introduzir o veneno não mais na folha da soja, mas introduzir parte de "veneno" na seiva da soja, ou seja, no próprio núcleo ativo da soja ou gene da soja, de modo a que ela tenha veneno dentro e esse veneno a transforma resistente ao veneno que vai ser colocado depois. Quando recebemos uma vacina, recebemos uma dose muito pequena de determinado organismo, ou micrório ou vírus, para se tornar resistente a ele. Então, na verdade, é muito mais veneno em cima de um produto como a soja. Esse é um problema. A saúde humana não está garantida nem segura em relação a isso.

Riscos ao meio ambiente

O segundo elemento é referente à questão do meio ambiente. Não se tem segurança do que a transgenia, quer dizer, a modificação genética, pode trazer ao meio ambiente. Pode criar problemas à chamada biodiversidade, isto é, pode arrasar com um enorme número de plantas que existem hoje na face da terra, fazendo com que o Planeta Terra fique mais pobre na sua vida, como também pode criar aquilo que chamamos de superinços, quer dizer, plantas que se tornam resistentes a venenos cada vez mais fortes, até chegar ao ponto de nenhum mais matar. Os colonos sabem muito bem da questão das formigas. Fomos colocando veneno nas formigas, e continuámos a colocá-lo, até que chegamos a um ponto em que não conseguimos mais matar nenhuma formiga. Então, precisamos adotar outros meios para fazer o controle das formigas. Isso pode acontecer com a natureza, criando superinços e superinsetos. Então a questão do meio ambiente, ou a questão da ecologia, é um problema grave.

O controle das multinacionais dos agroquímicos

Há mais um que, no meu entendimento, é o mais sério neste momento. Trata-se do controle eco-

nômico de algumas grandes empresas (poucas riquíssimas multinacionais) sobre o mercado agrícola: Vão controlar desde o plantio até a industrialização dos alimentos. E esse controle é prejudicial aos agricultores: aos pequenos, aos médios e aos grandes. Ninguém embarque nessa canoa furada. Perdemos o controle da nossa produção – e já perdemos muito – para os bancos, para os governos, etc. O nosso governo quer que o agricultor volte a ter cada vez mais autonomia sobre sua produção, mas, se perdermos para as grandes empresas multinacionais, aí, sim, vamos virar não mais agricultores autônomos, mas todos vamos virar agricultores integrados a grandes complexos agroindustriais.

Problemas com o mercado consumidor

E também, no mesmo aspecto econômico, corremos um outro risco muito sério. A população européia. Miguel, já decidiu que não irá consumir transgênicos. Eu estive na Itália, na semana retra-sada, e conversei com o povo daquele país – e eu já tinha informações da Alemanha onde há um movimento forte contra o consumo de alimentos transgênicos – e as pessoas disseram: Olha, a população européia está decidindo, e mais da metade já decidiu, que não vai consumir transgênicos. E isso vai tornar-se uma coisa global. Portanto, todo mundo está decidindo que não vai consumir produtos transgênicos. Para quem exportamos? Exportamos para lá. Se acontecer de embarcar um navio cheio de soja do Brasil para a Europa, e eles identificarem que o produto é transgênico e o mandarem de volta, será que algum agrônomo sabido de Tupanciretã vai pagar o prejuízo? Se quebrar alguma cooperativa por motivo de um fiasco desses, será que vai haver algum "amigo da terra" sabido de Cruz Alta, de Tupanciretã ou Júlio de Castilhos quem vai pagar esse prejuízo? Haverá prejuízo para o País, prejuízo para o Estado, prejuízo para os agricultores, enfim, prejuízo para todo o mundo.

Muita dúvida, pouca segurança

Então, cuidado! Cuidado é a melhor palavra. Vamos esperar, temos tempo. Não precisamos andar com tanta pressa em uma coisa que expõe tantas dúvidas. Se for seguro, se não for prejudicial,

ao meio ambiente, se estiver sob o controle dos agricultores, se não for prejudicial à saúde, por que seremos contra? Quem tem essa segurança hoje? Se alguém tem e afirmar, e depois aparecerem os prejuízos, terá que assumir perante a população, perante as pessoas a quem recomendou: "pode plantar que eu garanto"! "Pode plantar que é legal!" "Plante que somos bons, pois temos a tecnologia em nossas mãos". E se conseguirmos que não está brincando em serviço? Nós não estamos brincando mesmo. E não é porque queremos criar problemas, mas porque queremos evitar problemas.

Senador Sérgio Górgen – Primeiramente, é uma **Tecnologia avançada é a agricultura ecológica**, que não está criando problemas.

Em termos de tecnologia, a tecnologia avançada não é o transgênico. O transgênico é a ponta de uma tecnologia superada, que é a tecnologia da Revolução Verde, que não resolveu o problema da fome no mundo – como diziam que iria resolver – não resolveu o problema social – só o ampliou – envenenou a terra, os alimentos e o meio ambiente.

A tecnologia de ponta na agricultura é a agricultura ecológica, saudável, a que produz alimentos saudáveis. É a agricultura orgânica, que usa menos produtos químicos, não usa agrotóxico e recupera o equilíbrio da natureza. Essa agricultura é mais exigente, porque não basta subir num trator, regular uma plantadeira e, depois, lançar venenos com um pulverizador; com avião ou tração mecânica jogar toneladas de agrotóxicos em cima das plantas e da terra. É uma agricultura que vai exigir mais sabedoria, ciência e preparo, mas o que ela vai produzir é um agricultor com a saúde menos abalada.

As vezes o que se pensa ganhar num saco de soja se paga num hospital depois. Muitas doenças que hoje proliferam na zona urbana são devido ao alimento envenenado que consumimos. A tecnologia de ponta é uma agricultura sem veneno, sem agrotóxico, saudável, que produz alimentos saudáveis.

Reação dos consumidores

O sr. locutor – Já tivemos várias pessoas aqui se pronunciando e, a maior parte delas, até por-

que estamos numa região produtora e de produtores que defendem a questão dos transgênicos, argumentam favoravelmente aos transgênicos.

Lembro de alguns argumentos apresentados, principalmente de que já se consome hoje produtos geneticamente modificados, fora a soja. Citam a questão do milho, do tomate, do arroz, do trigo da Argentina, que vem para nós com a farinha, e que há produtos geneticamente modificados em grande escala. Há uma questão muito voltada para a nossa soja, e argumentam que os outros produtos transgênicos são aceitos e a soja não.

Como o senhor vê esse tipo de argumentação?

Senador Sérgio Górgen – A reação ao consumo de alimentos transgênicos está presente em todos os alimentos. A agricultura americana e a argentina são as duas onde a transgenia mais avançou. No entanto, nos Estados Unidos, está havendo reações fortíssimas. No encontro de que participei em Roma, havia pessoas dos Estados Unidos, inclusive de Chicago, dizendo que lá já começaram a haver reações à transgenia, até dos agricultores.

Poucos dias após, li no jornal Zero Hora o resultado de um seminário que reuniu milhares de pessoas, em Chicago, protestando contra os transgênicos. É evidente que já existem no mercado mundial alguns alimentos geneticamente modificados. É justamente o resultado desses que está provocando uma enorme reação. O milho ainda é muito pouco, mas nos Estados Unidos já há milho geneticamente modificado no mercado.

Gostaria de que todos que estão me ouvindo soubessem que algumas formas de transgenia são perigosas, como o milho, que para mim é das mais perigosas, porque o milho tem uma polinização muito fácil, os passarinhos e as abelhas podem levar a quilômetros, fazendo com que o cruzamento do milho modificado com o não-geneticamente modificado possa infestar completamente a natureza.

Transgênicos e a manipulação de vírus perigosos

Algumas experiências que estão fazendo sobre a modificação genética do milho está sendo a partir de vírus do HIV e vírus da Hepatite B. Para tornar o milho resistente a algumas pragas.

estão utilizando aquilo que não se sabe qual a consequência que pode trazer à natureza. Brincar com o vírus do HIV, que produz a AIDS, ou o vírus da Hepatite B, uma das doenças mais terríveis que temos, não é brincadeira, é muito sério.

Um erro não justifica o outro. Um mal não justifica o outro. Estamos decididos a explicar e a conscientizar a população de que todos os transgênicos que até o momento estão sendo colocados na agricultura não oferecem segurança para a saúde humana, para o meio ambiente e para a economia popular. Por enquanto nenhum.

Transgênico pode ser bom

Só para mostrar que não temos uma posição radical, fechada, burra, como alguns querem dizer, inclusive, que o nosso Secretário da Agricultura e Abastecimento é uma pessoa atrasada, há pesquisa de transgenia na saúde que foram testadas, retestadas, que deram bom resultado, que não oferecem risco e que eliminam doenças que são graves. Por que ser contra? Quem seria contra?

O que está acontecendo na agricultura, por enquanto, além de ser do controle único de algumas grandes empresas multinacionais, não oferece segurança para nós, por enquanto. Por exemplo, se fosse desenvolvida uma transgenia para melhorar o potencial alimentar de alguma planta, com segurança para a saúde humana, para o meio ambiente, quem seria contra?

O que estamos vendo não é isso. Estamos vendo hoje mistura de veneno com alimento para tornar a planta mais resistente a um determinado veneno, que é controlado – tanto a tecnologia da semente como a do veneno – por pouquíssimas empresas multinacionais.

Transgênicos em prateleiras separadas
sobre o que é a natureza, é a vida, é o mundo, é o tempo
O sr. locutor a Frei Sérgio Görgen a questão de que os
produtos geneticamente modificados não devam
também entrar no Rio Grande do Sul, o governo
tem esse controle?

O sr. locutor a Frei Sérgio Görgen – Queremos que haja
regulagem na importação, explicação de que pro-
dutos são, pois assim, e aos poucos, será barrada

a entrada. Queremos que eles apodreçam nos mercados e ninguém compre até termos segurança.

A consulta à população

O sr. locutor – Outra questão que já vimos os produtores colocarem é que não foram devidamente consultados, que seria uma das partes integrantes que deveria ser consultada para a posição do Governo do Estado. Dizem que o governo consultou alguns técnicos, alguns consumidores e os produtores da nossa região reclamam que não foram ouvidos sobre como vêm a questão dos alimentos geneticamente modificados.

Frei Sérgio Görgen – Essas consultas estão sendo feitas. O governo realizou seminários em todas as regiões. Em todas as regiões do Estado os agricultores foram ouvidos e manifestaram suas posições a favor ou contra. Houve um seminário estadual, onde a esmagadora maioria das entidades ligadas aos agronegócios estiveram presentes. Essa posição do Governo do Estado foi fundamentada, baseada e consolidada nesse conjunto de seminários onde a população foi ouvida. Inclusive ocorreram audiências públicas na Assembleia Legislativa. É um processo em andamento. O Governo Federal, açodada-mente, sem consultar ninguém, aprovou a liberação do plantio da soja geneticamente modificada e o Poder Judiciário – isso está *subjudice* – através de um juiz federal, manteve a proibição até que se apresentem os estudos de impacto ambiental e os relatórios de impacto ambiental. Enquanto isso não for apresentado ao Poder Judiciário a soja não está liberada.

Estranho é o plantio ilegal

É uma questão que está em discussão, em estudo. Eles também saíram por aí mandando plantar soja que eles garantiam, sem consultar ninguém. Sempre foram os acionistas da legalidade, e orientaram os agricultores a proceder contra a lei. Essa responsabilidade ou irresponsabilidade hoje tem um custo para essas pessoas. Estamos ainda em fase de discussão. Vamos aprofundar a pesquisa, o estudo, o conhecimento e não vamos sair por aí mandando plantar que é bom.

Os custos de produção e a política econômica federal

O sr. locutor — Outro aspecto que o senhor citou é a questão do custo. Há um argumento dos produtores de que uma lavoura com a soja geneticamente modificada, com a alteração da MONSANTO, teria um custo muito menor para o agricultor, possibilitando que ele tivesse uma melhor renda. Isso é falso, é mentira, em alguns pontos, que torna inviável economicamente produzir a soja normal, a soja orgânica hoje.

Frei Sérgio Gorgen — Primeiramente, é uma ilusão achar que a soja geneticamente modificada é mais barata. Em segundo lugar, o problema da inviabilidade da agricultura não está na tecnologia da soja, mas na política econômica do governo federal. Claro que a tecnologia tem muito a ver, não tenham dúvida, mas não é o problema da soja convencional.

Pelo contrário, a soja geneticamente modificada é que poderá ter problemas enormes, porque os mercados que compram a nossa soja não querem esse tipo de soja. Poderemos ter um problema enorme no futuro, muito pior do que o atual. Hoje precisamos de uma mudança na política agrícola para ter produção com juros mais baratos, uma mecanização mais adequada à nossa realidade, acesso fácil ao crédito, com subsídio — a agricultura precisa ser subsidiada — a melhoria do poder aquisitivo da população urbana para que possa comprar os alimentos.

Estamos há praticamente cinco anos com a agricultura sustentando o Plano Real, inclusive com o real super valorizado em relação ao dólar, achatando o preço dos produtos de exportação, como a soja, principalmente. Eu diria que o furo é mais embaixo.

Na questão da soja geneticamente modificada, as últimas pesquisas estão indicando que essa soja submetida a climas tropicais, a climas com calor elevado, pode ter uma produção de 40% menos do que a soja convencional. Essa matéria foi publicada no *Jornal do Brasil*.

Propaganda maravilhosa

Isso me parece como os primeiros que foram do interior para a cidade: voltavam contando

maravilhas. Quando as pessoas iam morar na cidade, as maravilhas não eram tantas quanto se anunciaava. Aqui se apresentam maravilhas da soja geneticamente modificada, maravilhas que não acontecem. É como quem está querendo vender alguma coisa. Só mostra maravilha no que quer vender. É claro que a MONSANTO e os contrabandistas de semente de soja apresentam maravilhas, como o custo, para dizer que é bom.

Na Argentina, a produtividade da soja geneticamente modificada é maior que a da soja convencional em 10%. Na Argentina, a produtividade da soja geneticamente modificada em relação à outra? Se vai ganhar de um lado — para mim quem mais ganhará será a MONSANTO — vai perder na produtividade. Se for um verão muito quente, a queda poderá ser maior. Se na Argentina, que é mais frio, tem uma quebra de 9%, imaginem no nosso Estado, que é bem mais quente. A quebra poderá ser bem maior. Quem viver verá que não estamos falando abobrinhas. Estamos falando de coisas sérias, fundamentadas, baseados em experiência científica.

Isca pra fisgar cliente

A questão do barateamento parece muito com as situações em que os primeiros negócios são muito favoráveis para quem está entrando. E se todos entrassem nessa canoa furada? Estou convicto de que o povo gaúcho e o povo brasileiro não vão entrar nessa canoa furada e que esse processo não vai se consolidar. Mas se entrasse? Depois que as grandes empresas tiverem o controle da tecnologia da semente e do veneno, quanto vai custar? Quem vai botar o preço quando duas ou três empresas tiverem o controle da semente e do veneno e toda a tecnologia for controlada por eles? O agricultor de Tupanciretã? Mera ilusão!

Temos que enxergar um pouco mais do que o primeiro palmo que está na frente dos nossos olhos. Temos que olhar mais para a frente. Depois que estiver sob o controle de poucas multinacionais, elas vão fazer o preço.

Problemas no mercado Europeu

Vejam o problema que já está criado, por exemplo, para as nossas empresas que produzem frango e vendem na Europa. Os europeus já estão dizendo que querem garantia de que o frango que sai do Rio Grande do Sul, cuja ração, em parte, é feita de soja, não tenha transgênico na sua carne.

Começa a ser um problema sério para as empresas que produzem frango, que é um dos produtos de mais alto valor de exportação para o nosso Estado. Poderemos estar criando problemas em toda a cadeia produtiva da agroindústria gaúcha com essa atitude.

As pessoas querem melhorar, querem mudar, é fascinante essa nova tecnologia, mas é importante escutar os dois lados, que não se ouça o sino bater só de um lado. É preciso olhar o conjunto das questões que envolvem esse assunto para depois podermos, se for o caso, entrar com segurança. Se não for o caso, avançar tecnologicamente por outros caminhos.

Diferenciação de mercado

O sr. locutor – Outra argumentação que vemos constantemente é de que não existem dois preços no mercado mundial, mas somente o preço da soja determinado por Chicago. Um valor único tanto para soja transgênica quanto para a convencional. Esse é um argumento que os produtores colocam, também, relativamente ao fato de que o mercado não está respondendo adequadamente pagando mais ou menos por um produto ou por outro.

Frei Sérgio Görgen – De fato isso ainda não acontece. Mas é questão de pouquíssimo tempo. Não acontece ainda porque há um espaço grande para a soja convencional. O que poderá acontecer – e será trágico para nós – é simplesmente comprarem soja convencional e não comprarem soja transgênica. Isso poderá acontecer em breve. Comprarem frango produzido com ração de soja convencional e não comprarem frango produzido com ração de soja transgênica.

É uma questão de tempo. Porque o mercado ainda acredita que poderá haver reversão no processo da soja transgênica. Os Estados Unidos tem um controle quase absoluto. Você tem que ter presente um país que tem a sua agricultura com todas as propriedades georeferenciadas, com a classificação de solo de todas as propriedades do país, que possui um controle agroclimático, de precipitação pluviométrica, etc, praticamente de cada área. Eles conseguem produzir soja transgênica e soja não transgênica no mesmo território sem uma contaminar a outra, podendo dominar os dois mercados – o da soja transgênica e

o da soja não transgênica. Isso ainda está criando um problema no mercado. Para os Estados Unidos é importantíssimo que o Brasil entre no transgênico, porque não temos a mesma capacidade de controle que ele possuem para segmentar e separar uma da outra, rotular e garantir. Se entrarmos na soja transgênica, vai ser a desgraça da soja brasileira. Não só da soja, mas de outros produtos também.

A soja orgânica já tem seu preço diferenciado. O Japão compra soja orgânica pagando um preço bem maior que a soja convencional. Logo a soja convencional vai passar a ter um preço diferenciado da soja transgênica. É uma questão de tempo.

Para mim o que vai acontecer não é que soja convencional terá preço maior: acho que a soja transgênica é que vai perder preço. As últimas pesquisas divulgadas na Europa dizem que a soja transgênica é pobre em hormônios. E como a população européia é envelhecida, eles precisam consumir alimentos ricos em hormônios. É mais um elemento que está reforçando no mercado as posições da soja convencional, e muito mais, da soja orgânica.

A pesquisa nacional

O sr. locutor – Frei, o senhor comentou a questão do controle sobre o produto, sobre a semente geneticamente modificada ficar nas mãos de poucas pessoas e de multinacionais. Vários produtores defendem a idéia de que a EMBRAPA tem tecnologia suficiente para, em breve, produzir um produto nacional, uma semente geneticamente modificada. Como o senhor encara esta questão?

Frei Sérgio Görgen – O papel da EMBRAPA é pesquisar para a agricultura. Os que estão defendendo isso deveriam somar-se a nós no pleito para que o Governo Federal invista muito mais dinheiro na pesquisa. O Governo deveria dar muito mais força para a EMBRAPA. A EMBRAPA que deveria ser fortalecida, está sendo sucateada. Podemos dizer isso porque assumimos o governo e recebemos uma FEPAGRO completamente sucateada, sem recursos para pesquisa, sem novos cientistas contratados, com uma estrutura completamente destruída. O mesmo ocorre com

a EMBRAPA. EMBRAPA não está mais pesquisando em prol da nossa agricultura. Hoje, ela está também a serviço dos grande complexos agroindustriais. Nunca tivemos uma EMBRAPA forte. Mas hoje, de forma mais aberrante, temos uma EMBRAPA enfra-quecida, desmantelada, sem nenhuma capacidade de enfrentar este enorme complexo. Quando ela produz pesquisa, muitas vezes conveniada com empresas multinacionais. A tecnologia produzida, portanto, não fica sob o controle do órgão.

Gostaríamos de uma EMBRAPA independente, autônoma, produzindo tecnologia para a nossa agricultura e para o nosso agricultor. Sim, cabe a EMBRAPA pesquisar. Mas ela hoje está simplesmente assinando embaixo daquilo que as multinacionais estão dizendo. Isto é uma vergonha para a nossa EMBRAPA que não está conseguindo ter uma posição autônoma em relação a esta questão dos transgênicos. Não estou falando dos pesquisadores da EMBRAPA que, ao contrário, são pessoas abnegadas e que tem segurado esta empresa de pé, com enormes sacrifícios. Eles tem feito pesquisas da mais alta importância para este país, apesar da direção do Ministério da Agricultura e da própria direção da EMBRAPA. Esta direção foi nomeada por critérios políticos e não técnicos ou científicos.

Apesar disso, colocamos, este ano, só para que vocês tenham uma idéia (em um dos programas da Secretaria da Agricultura e Abastecimento que, casualmente, é coordenado pelo Departamento de Desenvolvimento Rural e Reforma Agrária) 250 mil toneladas de milho variedade para plantio dos agricultores. O milho variedade, que não é um milho híbrido, permite que o agricultor produza a sua própria semente. Em condições normais, o tempo correndo belissimamente bem, ele produz um pouco menos do que alguns tipos de milho híbrido. Tendo-se alguma dificuldade com o tempo, e que sempre ocorre, ele será igual ou melhor do que o híbrido, mas com a vantagem de o agricultor ter autonomia, podendo fazer suas próprias sementes. Por meio de algumas orientações técnicas, ele consegue que esta semente produza no ano seguinte sem perda de produtividade, tendo autonomia. A maior parte deste milho, em torno de 180 toneladas, foi produzida pela EMBRAPA. Nós convenciamos com a EMBRAPA, compramos todas as sementes e as distribuímos pelo sistema troca-troca para mais

de 40 mil famílias de agricultores para que eles comecem a reproduzir suas próprias sementes.

Outra parte veio da FUNDACEP, que fica em Cruz Alta, que também reproduziu semente de milho variedade, conseguiu fazer variedades melhoradas através de cruzamento entre variedades sem tornar o milho híbrido, mantendo a sua característica de milho-variety. Temos que tirar o chapéu para estes pesquisadores.

Não vamos nos iludir que a EMBRAPA, da forma como está, terá muito mais capacidade. A EMBRAPA está sendo hoje uma vassala, ela está curvada aos interesses das multinacionais – especialmente nesta questão dos transgênicos. Então, sou parceiro para defender uma EMBRAPA que ajude a criar uma tecnologia alternativa, autônoma, garantida para nós. Se a EMBRAPA criar uma transgenia que melhore o potencial nutritivo sem dano ao meio ambiente, melhorando a saúde humana, seremos os primeiros a defender esta bandeira. Somos contrários ao que estão querendo colocar-nos goela abaixo.

Menos pressa, mais informação

O sr. locutor – Bem, quanto a questão dos transgênicos, era isso que eu tinha a lhe questionar. Não sei se o senhor teria alguma coisa para complementar.

Frei Sérgio Görgen – Creio que seria isso. O mais importante é que toda a população seja mais informada sobre o assunto. Leia e conheça mais sobre a questão. *Não comprem gato por lebre*. Se tomarem um tufo, e se ele for grande, não cobrem de nós. Porque nós avisamos. Cobrem de quem os iludi, de quem, de maneira desavisada, com pouca informação ou conhecimento do assunto, *entrou em uma canoa furada* e no meio do rio não conseguiu tirar a água de dentro do barco.

Nossa posição não é de dinossauro. O nosso Secretário da Agricultura e Abastecimento, Dr. Hoffmann, entrará para a história do Estado do Rio Grande do Sul pela sua coragem de enfrentar as grandes multinacionais em um tema tão controvérsio, sendo caluniado injustamente por defender uma posição sobre a qual temos convicção de que precisamos ter, no mínimo, cuidado e cautela. Temos que manter uma posição muito firme para não sermos enrolados e embrulhados e depois comprados a preço vil.

Brincando de Deus

Frei Sérgio Görgen – Percebi que a população de Tupancireti é muito religiosa. Isso nos salta aos olhos. Esta cidade tem o seu nome originado na bonita história de um Índio Guarani que teve uma visão da Mãe de Deus.

Gostaria que, na questão dos transgênicos, fosse analisada a questão ética. Faço a seguinte pergunta: até que ponto o ser humano tem o direito de mexer tão profundamente no ciclo de vida da natureza? Nos Estados Unidos foi publicado um livro que tem o seguinte título: Brincando de Deus. Muitas vezes, os cientistas, quando mexem no núcleo central do gene – que é aquilo que difere os seres humanos dos animais e dos vegetais – esquecem a questão ética. Isso tudo deve ser resolvido eticamente. Isto jamais podem ser feito em função do lucro ou do mal.

Violentação da consciência religiosa de multidões

Outra questão religiosa muito séria diz respeito aos judeus, que não comem carne de porco, o que deve ser respeitado. Entretanto, o trigo modificado geneticamente, pode receber o gene do porco. Como fica a situação religiosa dos judeus, se eles comerem este tipo de alimento? Outro caso os católicos, dois dias ao ano não consomem, qualquer tipo de carne. E se tivermos o trigo geneticamente modificado, que estará na farinha, que entra na composição da hóstia, como é que ficaremos? Vamos ter que consumir estes alimentos. De repente estão fazendo violação. Poderíamos usar outros exemplos como a dos muçulmanos etc. Até que ponto a ciência e as grandes empresas, tem o direito de violar a consciência religiosa de uma multidão de pessoas? Se pudermos ter opção, certo, mas talvez não tenhamos esta opção.

Respeitar a sabedoria da natureza

O que eu queria dizer é que não temos o direito de brincar de Deus e de mexer com o ciclo da natureza sem saber as consequências que isto trará. Esse é um elemento novo. A natureza foi criada de maneira sábia, a natureza se criou ao longo de bilhões de anos gerando esta maravilha

que não temos o direito de quebrar, principalmente sem saber quais as consequências que virão depois.

Abrir a caixa preta

Onde tem fumaça, tem fogo – diz antigo dito popular. Através de leitura de literatura de divulgação e de vários contatos com pessoas estudiosas do tema, no Brasil e no exterior, detinha informações de possíveis consequências à saúde humana provenientes do consumo de alimentos originados em produtos transgênicos. Inclusive dos riscos relativos à Hepatite B e a AIDS. Há um ano falo disto com naturalidade em debates com agricultores sobre o assunto.

Surpreendido pela reação da mídia e da população diante desta revelação obriguei-me a buscar literatura especializada, até para saber se o que lera e ouvira não passava de ficção. Bom teria sido. Teriam me trucidado em público e me desqualificado como alarmista despreparado, criador de pânico para sustentar uma posição meramente ideológica, mas todos dormiriam tranquilos ingerindo dia a dia doses cada vez maiores de alimentos transgênicos.

Debrucei-me sobre literatura especializada e sobre relatórios de renomados pesquisadores. Descobri que, se sou voz clamando no deserto, não sou a única. Confirmei que não é ficção. Estudos sérios, pesquisas e testes em laboratórios já indicam pelo menos cinco riscos graves à saúde humana como consequência da modificação genética na agricultura, especialmente quando realizada com o uso do vírus levador do mosaico da couve-flor, recombinação genética com o vírus HIV (AIDS), recombinação genética com o vírus da Hepatite B, desenvolvimento de células cancerígenas, proliferação de alergias e resistência a antibióticos. E isto não é tudo: pior que isto é o mar de incertezas que hoje envolve este campo da biotecnologia molecular, com genes, bactérias e vírus sem a suficiente segurança dos impactos desta manipulação no meio ambiente, na saúde humana, na identidade cultural dos povos e na economia popular.

Compreensível o marketing e a propaganda das maravilhas dos transgênicos por parte das empresas que o vendem. Natural e fascínio que uma

nova tecnologia desperta em cada um de nós. Estranho é o que se esconde da população. Estranho é negar a total falta de consenso sobre o assunto na comunidade científica internacional. Estranhíssimo é o interesse em esconder do povo como se faz o transgênico, que vírus são usados, que consequências podem ter, que doenças podem provocar. O que mexe tão profundamente com a vida de todos é o perigo que esse assunto é exclusivo de especialistas e controle monopolista da tecnologia e da versão de poucas empresas privadas multinacionais. É hora - e tardia - de abrir a caixa preta dos transgênicos! Temos o direito à dúvida, temos o direito sagrado à informação, temos o direito ao princípio da precaução, temos o direito a saber o que estamos comendo. Temos o direito de exigir da comunidade científica internacional um mínimo de consenso sobre os riscos da modificação genética. Introduzir vírus, genes e bactérias por métodos de engenharia genética não é a mesma coisa que colocar telefones celulares no mercado. É, acima de tudo, um opção que poderá não ter volta. A poluição genética também não é ficção.

O uso de vírus como vetor para introduzir a mutação genética, isto é, usar vírus como mula para transportar genes para dentro do núcleo vivo do ser que se quer modificar, é algo questionado por muitos cientistas. Enquanto a ciência discute e não conclui decididamente se o vírus morre ou não morre, se é inofensivo ou não, se recombinou ou não, nós temos o direito de saber que vírus estão sendo usados, o que pode acontecer com eles e o que eles podem fazer conosco ou com o meio ambiente.

De modo especial, um grupo de cientistas tem alertado para o perigo no uso do vírus ativador do mosaico da couve-flor, por sua alta taxa de recombinação (capacidade de transformar-se em outro) especialmente quando em contato com os vírus que são seus parentes (similares), entre estes, o HIV e o da HEPATITE B. Não só o milho BT, com muitas experiências em campo aberto autorizadas no Brasil pela CTNBio, como vários outros cultivos transgênicos são produzidos com o uso deste vírus. Inclusive, pasmem, a soja Roundup Ready contrabandeada para as lavouras do Rio Grande do Sul com apoio público de veneráveis senhores e senhoras.

Após longos estudos e pesquisas sobre estes riscos, os cientistas Mae Van Ho, Ângela Ryan e Joe Cummins, no artigo "Vírus Ativador do Mosaico da Couve-Flor - Uma Receita para o Desastre?" fazem o seguinte apelo: "Esta publicação examina as implicações com segurança de revelações recentes sobre a recombinação do ativador do vírus do mosaico da couve-flor (CaMV), o vírus que é presente em praticamente todas as plantas transgênicas liberadas comercialmente ou em fase de testes de campo. Como medida de precaução, fortemente recomendamos que todas as colheitas transgênicas contendo CaMV S35 ou ativadores recombinogênicos similares tenham sua produção comercial e testes em campo aberto imediatamente interrompidos. Todos os produtos derivados de tais colheitas contendo DNA transgênico também devem ter sua venda e seu consumo por humanos e em rações animais imediatamente interrompidos."

Pesquisas do John Innes Centre afirmam: "Fica claro que o HIV e o CaMV trocam componentes e genes em laboratório". (Joe Cummins)

Estas razões são suficientes para preocupar-nos. Quando se fala de Engenharia Genética não se pode esquecer três conceitos: biossegurança, risco e ética. E devem ficar de lado outros interesses maiores ou menores de quem quer que seja. Entre os maiores, os lucros da Monsanto e suas similares. Entre os menores, disputas políticas localizadas.

As pesquisas devem continuar, de modo especial, na área da biossegurança e na generalização de sistemas de produção de alimentos limpos, sadios, sem venenos, consolidando a agricultura ecológica, orgânica, sustentável, em larga escala. Pesquisas públicas e sob controle público porque o interesse privado do lucro tem enviesado o processo de pesquisa e liberação dos organismos geneticamente modificados.

O desenvolvimento científico é uma conquista irrenunciável da humanidade. Mas onde há dúvidas, onde se estabeleceu o disenso, aperte-se o botão da cautela e a tecla do cuidado. Na dúvida, não se ultrapassa, nem no trânsito nem na engenharia genética. Não há razão para pressa diante de tantos riscos.

Na fumaça que conhecia havia mais fogo do que poderia suspeitar. Agora já não posso calar, mesmo que aquilo que eu fale possa ser usado contra mim.

É que o ato de calar pode ser usado contra nós.

A ponta do atraso

Os transgênicos na agricultura, ao contrário do se propala, não se constituem numa tecnologia de ponta. Por enquanto, são apenas a ponta de uma tecnologia.

A transgenia na agricultura, até o momento, representa a radicalização da revolução verde. Não propõe mudança no modelo de agricultura nem no instrumental tecnológico básico da produção. É dose maior, com pequenas modificações na fórmula, da mesma receita. Aprofunda um modelo de agricultura que concentra renda, concentra o controle tecnológico, concentra o poder, maxi-miza o uso da química ao mesmo tempo em que maxi-miza os riscos ao meio ambiente e à saúde de agricultores e consumidores. Concentra em poucas mãos e maximiza ainda mais os lucros de grandes transnacionais do complexo agroquímico.

Portanto, pouco de novo debaixo do sol da agropecuária. Só mais do mesmo.

O futuro da agricultura é a agricultura saudável e a agricultura do futuro é a agricultura ecológica. O avanço científico e tecnológico na agricultura passa obrigatoriamente pela produção de alimentos saudáveis, limpos, livres de venenos que intoxican e esgotam a terra e contaminam as águas, as plantas, os produtos, a comida e o corpo de todos nós.

Intoxicação e contaminação é atraso. Agrotóxicos às toneladas na produção de alimentos precisa tornar-se passado o quanto antes. Não há modernidade possível com alimentos, solo e água enbebidos em venenos. Enquanto a transgenia vier envolvida neste involucro, será cada dia mais encarada pela nova consciência de qualidade de vida da humanidade como a ponta de uma tecnologia atrasada. A sustentabilidade ambiental e a segurança alimentar é que são os verdadeiros para-metros novos para construir um novo modelo científico, tecnológico e produtivo na produção de alimentos.

Moratória necessária

Crescem no mundo todo razões que nos obri-

gam a discutir a implementação de uma moratória internacional, no mínimo de 05 anos, no plantio e consumo de produtos geneticamente modificados.

Passado o fascínio inicial e passado o primeiro impacto da propaganda massiva das empresas interessadas em vender seus produtos é necessário entrar no momento fértil da reflexão serena sobre os transgênicos e seus impactos. Na comunidade científica internacional cresce o disenso à respeito dos riscos dos transgênicos em relação à saúde humana, ao meio ambiente, às economias agrícolas nacionais e à identidade cultural dos povos. A primeira constatação é que as pesquisas avançaram na biologia molecular e na engenharia genética, isto é, no processo de produção dos produtos transgênicos, sob controle privado das transnacionais dos agroquímicos. A segunda constatação é que há pouquíssima pesquisa em relação à biosegurança, isto é, sobre os impactos da manipulação genética nos vários sistemas vitais. E a pouca pesquisa feita sobre este aspecto tem aumentado dia a dia o nível das preocupações.

Pesquisas recentes sobre as implicações ambientais e à saúde humana do uso da transgenia na agricultura e na alimentação humana não só elevam a temperatura do debate científico, como chamam a cidadania, a mídia e os governos à responsabilidade.

Recentes pesquisas envolvendo riscos de recombinação genética entre vírus usados na modificação genética do milho, da soja e outros vegetais cultivados e outros vírus, inclusive o HIV e a Hepatite B, levaram cientistas internacionalmente respeitados, como Mae Van Ho, Angela Ryan e Joe Cummins a fazerem apelo para que "todos os produtos derivados de tais colheitas contendo DNA trans-gênico devem ter sua venda e seu consumo por humanos e em rações animais imediatamente interrompidos". (Microbial Ecology in Health and Disease 1999; 11(4)).

editores de livros de ficção científica grande tipo não nos resta outra alternativa racional do que estabelecer uma moratória que permita uma avaliação mais precisa dos riscos decorrentes do atual estágio da ciência em relação aos organismos geneticamente modificados. Até porque, este pode ser um caminho sem volta. Impõe-se o princípio da precaução.

Não se trata de um simples "Transgênicos não". Mas um sensato "riscos não". Um sim à saúde, à biosegurança e à continuidade de pesquisas sobre todos os aspectos que envolvem a questão.

Quando a transgenia oferecer garantias inquestionáveis ao meio ambiente, à saúde, à autonomia econômica dos agricultores e à soberania alimentar das nações, será saudado como um

real avanço na história da humanidade. Até lá, o mais sensato é a moratória internacional.

Entrevista concedida à Rádio Tupanciretá - RS, ao radialista Miguel Puretz Filho no dia 29-11-99, causadora de grande polêmica devido a divulgação de pesquisas recentes ligando vírus usados em produtos transgênicos a riscos à saúde humana, inclusive, relacionados a AIDS e a Hepatite B.

¹ Frede franciscano, assessor da CPT e MST. Diretor do Departamento Reforma Agrária, da Secretaria da Agricultura do Governo do Estado do RS.

Capítulo III

Um projeto popular para a agricultura brasileira

Proposta da Secretaria Agrária Nacional do PT

São Paulo, agosto - 1998

Um projeto popular deverá desenvolver as seguintes linhas gerais de política para a agricultura.

1. Reforma agrária

Democratização da propriedade da terra com a desapropriação de todos os latifúndios improdutivos e a distribuição massiva e rápida a todas as famílias de trabalhadores rurais sem terra. E organizando os assentamentos de maneira a garantir renda e melhoria permanente nas condições de vida.

2. Segurança alimentar

Desenvolvimento de uma agricultura voltada para o mercado interno, objetivando garantir o abastecimento de alimentos de boa qualidade a todos os brasileiros.

3. Fortalecimento da agricultura familiar

Implementação de políticas agrícolas especialmente de preços, crédito rural subsidiado e seguro agrícola capaz de garantir o aumento da renda e da produtividade dos milhões de estabelecimentos da agricultura familiar.

4. Cooperativismo e agroindústria

Promover agroindústrias cooperativas objetivando democratizar o acesso ao mercado e criar condições de melhoria de renda para os agricultores.

5. Condições de vida

Valorização do mundo rural e suas formas de vida, cultura, garantindo a todos habitantes melhoria nas condições de vida, habitações, transporte, lazer e comunicação.

6. Emprego

Estímulo ao aumento do emprego no meio rural, em atividades agrícolas e não-agrícolas. E garantia dos direitos sociais a todos os que quiserem trabalhar como assalariados.

7. Educação

Garantia de acesso à educação básica a todos os que vivem no campo, adequando os currículos e as condições necessárias nas escolas, valorizando os professores e todas atividades educativas. Criando oportunidades para que crianças, jovens e adultos, todos possam estudar.

8. Meio ambiente

Desenvolver políticas de proteção do meio ambiente e dos recursos naturais, compatibilizando com a produção agropecuária, estabelecendo normas de uso racional dos solos e águas.

9. Semi-árido

Implementação de um plano especial de desenvolvimento para o semi-árido nordestino, combatendo a seca e buscando melhorias de condições de vida permanentes, naquela região.

10. Setor público agrícola

Reestruturar os organismos que compõem o setor público agrícola, como Emater, Embrapa, Conab, Incra e outros, colocando-os a serviço dos pequenos agricultores e desse plano de desenvolvimento da agricultura.

11. Novo modelo tecnológico

Implementar pesquisas e estimular a aplicação de tecnologias agrícolas compatíveis com nossas condições de solo, clima e recursos naturais, objetivando o equilíbrio entre o aumento de produtividade e a preservação de nossos recursos.

12. Industrialização do interior

Estimular a implantação de indústrias que utilizem muita mão-de-obra, bem como de agroindústrias nos municípios do interior, objetivando levar o progresso econômico e social a todas regiões e criando oportunidades de emprego, sobretudo para a juventude do meio rural.

Democratização econômica e social no campo

O modelo econômico neoliberal implantado no país desde a transição democrática burguesa iniciada em 1985 demonstrou, neste 15 anos, que tal concepção de sociedade conduz necessariamente a um processo crescente de concentração da terra e da riqueza, de desnacionalização da economia nacional, de subalternização econômica, política e ideológica aos grupos monopolistas internacionais, de desmantelamento do Estado e de sucessiva e agudizante exclusão econômica, social e política da maioria da população brasileira.

As estratégias e táticas de luta populares para antepor-se a tal concepção de mundo exigem, minimamente, que alguns objetivos sejam definidos de forma a estabelecer-se referências para uma ação popular massiva para uma transformação substancial no campo.

1. Democratização da posse da terra

A reforma agrária, a regularização fundiária e a ratificação de títulos de terras colocam-se como necessidade imediata não apenas para a democratização da terra e o acesso à produção como para que se estabeleçam processos amplos de justiça social e de cidadania no campo.

Os 4,5 milhões de famílias potencialmente beneficiárias de uma reforma agrária, assim como os milhões de famílias de posseiros, exigem uma ação imediata de intervenção do Estado. Esta tese é defendida por todos os movimentos e organizações sociais populares e contam com o apoio de setores das classes dominantes no país.

A democratização da posse da terra pressupõe, também, o equacionamento da situação de posse e domínio dos imóveis considerados como mini-fundos através do remanejamento territorial (rea-grupamento e reassentamento dos

excedentes), daqueles imóveis considerados como abaixo do módulo mínimo para tornarem-se econômica e sustentavelmente produtivos.

A democratização da posse da terra, além de propiciar acesso ao processo produtivo sustentável para milhões de famílias, contribui para que o tecido social de pequenos e médios produtores rurais constitua-se em guardião do território nacional e da sua biodiversidade.

Um limite máximo de propriedade da terra agricultável torna-se indispensável para que a terra cumpra a sua função social e evite-se, dessa maneira, a crescente concentração da terra e da riqueza no campo. O estoque excedente de terras deverá constituir um fundo de terras para o bem comum, gerido pelo Estado, e destinado à reforma agrária.

2. Democratização do uso da terra

O modelo econômico dominante induziu e induz pelas políticas macro-econômicas, em função dos interesses da balança comercial e da obtenção de divisas para o pagamento da dívida externa, a um uso da terra onde a monocultura de produtos destinados à exportação é a prioridade. A mono-cultura conduz à homogeneidade agroambiental, portando contrária à biodiversidade, e contribui para a degradação do solo e do meio ambiente. Por outro lado, a monocultura de cereais tem contribuído aceleradamente para a degradação de bio-mas como o Cerrado, a Floresta Amazônica, o Pantanal e, amplio senso, a Mata Atlântica.

Tal modelo agrícola agroexportador é altamente dependente não apenas de insumos importados ou de empresas monopolistas multinacionais, como altamente excludente do uso de força de

trabalho direta.

Ao limite máximo da propriedade da terra de-
ver-se-á crescer o limite do uso da terra sob mo-
nocultura. Ademais, é fundamental que seja impe-
dida a expansão da fronteira agrícola externa nas
áreas hoje de Cerrados, Floresta Amazônica, Pan-
tanl e Mata Atlântica através de uma alta tributa-
ção de novas áreas colocadas sob produção.

3. Democratização das políticas públicas

As políticas públicas econômicas no país estão predominantemente dirigidas para a consolidação da grande propriedade agroexportadora e para a monocultura extensiva. Os pequenos e médios proprietários de terra, os denominados pequenos produtores, são considerados como passíveis de extinção e, portanto, para as classes dominantes, como em processo de exclusão econômica e social.

A garantia da diversidade dos processos de produção, seja no que se relaciona com a propriedade da terra como ao seu uso, exige políticas públicas diferenciadas em função do porte econômico das unidades de produção no campo. As pequenas e médias propriedades rurais hoje existentes e aquelas, produto da reforma agrária, são as que efetivamente demandam maior força de trabalho direta e constituem o setor econômico que poderá equacionar a curto e médio prazos a questão nacional relacionada com a geração de ocupações produtivas e de renda.

Para que se efetive a democratização das políticas públicas é necessário e indispensável que o subsídio seja implantado para a pequena e média propriedades rurais. O subsídio deve ser encarado como investimento público de médio e longo prazos, com retornos sociais imediatos e econômicos de médio e longo prazos, não apenas para que se dê a distribuição de renda no campo como para o equacionamento da questão do subemprego e desemprego estruturais crescentes.

Além desses aspectos, relacionados com o processo produtivo, é indispensável o incremento das defensorias públicas de maneira a que os pequenos produtores e os trabalhadores rurais possam ter acesso gratuito à justiça na defesa de seus interesses.

4. A cooperação para o desenvolvimento das forças produtivas

Em função da elevada competitividade econômica contemporânea e a tendência geral de re-

dução dos custos de produção e a baixa dos preços de venda dos produtos o desenvolvimento das forças produtivas nas pequenas e médias propriedades no campo dar-se-á não pela incorporação massiva dos denominados insumos modernos, todos eles dependentes das empresas multinacionais oligopó-listas, mas pela geração interna na unidade de produção da maior parte dos insumos (tecnologias socialmente apropriadas) e, sobretudo, pela cooperação entre as pequenas e médias unidades de produção no campo, seja na compra de insumos ou na venda de seus produtos, seja no uso comunitário de parte dos capitais.

A concepção de mundo neoliberal predica o individualismo e afirma que a liberdade de produção dar-se-á pela competição indiscriminada nos mercados. Esta concepção de mundo é absolutamente contrária à cooperação e à solidariedade, valores básicos dos pequenos produtores e indispensável para a vida socialmente partilhada. Portanto, a cooperação, nas suas mais distintas formas e adotadas nas mais variadas situações, coloca-se não apenas como potencializadora das forças produtivas mas, sobretudo, como um valor pessoal e social que se antepõe à degradação do convívio humano estimulado pelos valores do individualismo e da competição burguesas.

Nesse sentido um esforço político-ideológico necessita ser desencadeados por todos os movimentos e organizações sociais populares. Ademais, em face das políticas públicas, dever-se-á exigir o financiamento subsidiado para o desenvolvimento e consolidação da cooperação populares.

A cooperação, aliada à verticalização da produção e à diversidade produtiva, além de proporcionar as condições objetivas para a divisão de trabalho, estimula a multifuncionalidade das atividades dos pequenos e médios produtores rurais, do trabalhadores rurais, dos pescadores artesânais, dos extrativistas, integrando as diferentes funções que o meio rural deve desempenhar nas sociedades contemporâneas.

5. A substituição dos insumos
A concepção de mundo neoliberal que afirma a determinação dos mercados mundiais (globalização) submete-se aos interesses das grandes empresas monopolistas internacionais. A abertura indiscriminada do país aos capitais multinacionais permitiu que os insumos (sementes, agrotóxicos, fertilizantes, máquinas e motos), todos eles passíveis de produção interna n-

cional, ficassem na dependência do capital multinacional, contribuindo para o desmantelamento da base científica e tecnológica nacional. Por outro lado, essas empresas multinacionais ajustaram seus interesses produtivos (exemplo: os organismos geneticamente modificados) à grande empresa agroexportadora, portanto, oferecendo tecnologias ajustadas à mono-cultura e à criação de pequenos animais em sistemas de contratos de integração.

A substituição das importações de insumos a nível da unidade de produção dos pequenos e médios produtores permitirá não apenas a geração de tecnologias socialmente apropriadas, como o desenvolvimento da base técnica e científica nacionais. Essa substituição de insumos agrícolas ofertados pelas multinacionais, além de contemplar objetivos econômicos nacionais de dependência ao capital estrangeiro permitirá, político-ideologicamente, o desenvolvimento de uma concepção de auto-suficiência relativa entre os pequenos e médios produtores e, sobretudo, de afirmação da sua auto-estima, ambos necessários para a consolidação sustentável da democratização social no campo.

6. Verticalização da produção

Diversas experiências no país já demonstram que o processo de agregação de valor aos produtos pode beneficiar diretamente os produtores através da verticalização da produção, nesta incluída a produção de insumos socialmente apropriados aos pequenos e médios produtores.

Além da dimensão econômica que a agregação de valor proporciona, a verticalização da produção estimula a cooperação e a multifuncionalidade e, portanto, as formas mais diversificadas de compartilhamento social.

A verticalização da produção emula o desenvolvimento de tecnologias socialmente apropriadas para o beneficiamento e transformação de produtos, assim como proporciona alternativas para a diversificação da oferta, ao mesmo tempo exigindo novas relações com os mercados. Esses processos ao mesmo tempo que introduzem a cooperação, e nesta a divisão do trabalho, enseja oportunidades de formação técnica e de novas relações sociais entre os produtores.

7. Desenvolvimento integrado de áreas rurais

Além dos objetivos acima devo-se a retomar, de forma renovada, a experiência nacional e

internacional de desenvolvimento integrado de áreas rurais no qual, além das melhorias dos processos de produção se atenderia integradamente outras dimensões da vida social como habitação, estradas, educação, sanidade, transportes, meio ambiente, infraestrutura de beneficiamento de produtos e insumos, manejo dos solos e das águas, experimentação agropecuária e agroindustrial. Nesse processo de desenvolvimento integrado de áreas rurais, desenvolver-se-iam as bases institucionais através do estímulo à participação popular em movimentos e organizações e econômicas e sociais para a gestão econômica e social de seus interesses.

Rurais

Revisão da Lei de Patentes e culturais, desapropria-

8. Substituição das importações de gêneros alimentícios

A política econômica neoliberal ao permitir e estimular as importações indiscriminadas de gêneros alimentícios, em função das trocas internacionais pelos produtos nacionais agropecuários produzidos pelas grandes empresas agropecuárias brasileiras para atender aos compromissos da dívida externa, prejudicou profundamente a economia dos pequenos e médios produtores rurais, inclusive gerando o processo acentuado de exclusão social desses setores produtivos pelo abandono de suas terras. A relevância que a importação de gêneros alimentícios pode desempenhar, seja em função da segurança alimentar interna, seja para o estímulo à modernização dos processos produtivos pelo aumento da competitividade, é anulada quando ela torna-se socialmente irresponsável e economicamente desarticuladora da base produtiva nacional no campo. Nesse sentido é necessário e indispensável que seja revertida tal tendência de maneira a fortalecer a produção nacional e a oferta de gêneros alimentícios internos. Isso significaria o desenvolvimento do mercado interno de gêneros alimentícios com produtos nacionais, processo hoje completamente desprezado pelo Governo Federal em nome da globalização dos mercados, da prioridade das políticas públicas para a grande empresa agroexportadora no campo, dos interesses monopolistas das empresas multinacionais de insumos e, determinante de todo esse processo, do pagamento da dívida externa.

Plataforma política por um novo modelo agrícola

- para discussão e debate -

Mobilização Nacional dos Trabalhadores Rurais

1. Pela democratização da propriedade da terra. Fixar limite do tamanho máximo de propriedade. Priorizar a desapropriação de todos latifúndios. Contra o funcionamento do Banco da Terra (e destino dos 182 milhões para alfabetização no meio rural).

2. Garantia de renda mínima, a partir da valorização do trabalho do agricultor, a todas famílias que vivem no meio rural: (projeto Suplicy, garantia de preços, e subsídio à produção agrícola, contra a distribuição de cestas básicas).

3. Por uma política de distribuição de renda na sociedade: com aumento do salário mínimo e das aposentadorias. Imposto sobre fortunas e lucro dos bancos.

4. O Estado tem a responsabilidade de aplicar políticas públicas para o meio rural, e em favor dos pobres.

5. Impedir o êxodo rural e estimular a criação de empregos no meio rural para a juventude.

6. Garantia de compra, por parte do governo, de todos produtos alimentícios para o mercado interno. (Excluindo qualquer transgênico)

7. Criação de linha de crédito especial subsidiada, para todos pequenos agricultores (até 4 módulos: +50 há) desburocratizado.

8. Defesa da agricultura nacional e do mercado interno: proibição de importação de produtos agrícolas que podem ser produzidos no Brasil.

9. Contra a utilização de transgênicos em lavouras comerciais: Moratória de 5 anos todo plantio comercial, até ter mais segurança, e investigação e destruição das lavouras clandestinas; e identificação de todos produtos transgênicos que já existem, para o consumidor.

Revisão da Lei de Patentes e cultivares, desapropriação das grandes propriedades com transgênicos.

10. Defesa da EMBRAPA como empresa pública de pesquisa. Ampliação dos recursos para pesquisa, e discussão das linhas com os agricultores.

11. Recursos de crédito especial e subsidiado para agroindústria associativa e cooperativada.

12. Recursos para melhoria das habitações no meio rural e da infra-estrutura das comunidades.

13. Definição de uma política com recursos necessários, para um plano de desenvolvimento especial do semi-árido do nordeste; recursos subsidiados para irrigação e eletrificação dos pequenos agricultores.

14. Recursos para a educação básica no campo: eliminação do analfabetismo, e programas especiais de educação.

15. Suspensão do pagamento da dívida externa brasileira: que consome bilhões de dólares anuais, e proibição de remessa de lucros, e aplicação desses recursos nesse plano de desenvolvimento do meio rural.

16. Defesa de nossos recursos naturais, e da biodiversidade. Garantia de acesso de todos os bens para toda população brasileira e não das empresas privadas (água, rios, pesca, florestas...)

17. Implantação de um programa energético, que valorize o potencial local, contra a privatização das hidrelétricas e aproveitamento da energia solar e (recursos para pesquisas, etc.)

18. Recuperar os direitos trabalhistas, sociais, previdenciários a todos assalariados, com garantia de renda mínima.

19. Ampliação e execução do ITR como forma de tributar os latifúndios, e aplicar esses recursos na Reforma Agrária.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – V. Ex^a será atendido na forma regimental.

Concedo a palavra, para uma comunicação inadiável, ao eminente Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PSB – RJ) Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^ss. e Srs. Senadores, a Finep, empresa pública financiadora de estudos e projetos, há 33 anos, vem prestando serviços de inestimável valor à sociedade brasileira, à economia nacional, ao desenvolvimento científico e tecnológico, de uma forma que, unanimemente, é reconhecida como eficiente, de valor substancial para o País.

A Finep foi designada em 1971 e confirmada, mais recentemente, em 1996, como Secretaria Executiva do FNDCT (Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). E por que recebeu designação tão importante? Porque já havia acumulado, àquele tempo, um cabedal de conhecimento e de experiência exatamente no trato das questões relativas ao nosso desenvolvimento científico e tecnológico.

E eis que agora, Sr. Presidente, surge uma proposta – ninguém sabe ao certo sua origem – de retirar da Finep tal atribuição, a missão de Secretaria Executiva do FNDCT, e transferir essa missão diretamente para o Ministério aqui em Brasília, esvaziando, por conseguinte, o conteúdo do trabalho da Finep, que, como disse, há 30 anos, presta serviços inestimáveis. É claro que, como representante do Estado do Rio de Janeiro, teria quase que o dever de me pronunciar contrariamente a esse esvaziamento de uma entidade que é sediada no Rio de Janeiro – muito considerada e respeitada. Também pelo fato de ser oriundo do sistema BNDES e de a Finep ter uma ligação histórica com o BNDES, tenho lá muitos amigos, mas o que quero deixar claro no Senado é que o motivo que me leva a este pronunciamento não é nenhum desses dois a que me referi. Não quero ser mal interpretado. Creio que essa decisão é um contra-senso. Ela desperdiça um patrimônio de experiência e de conhecimento que a Finep adquiriu e que vai ficar sem sentido, completamente ao abandono, sem função alguma, sediada no Rio de Janeiro. É um desperdício num momento em que tanto se fala na racionalização da máquina estatal brasileira, em que se fala em aproveitamento máximo dos recursos disponíveis. E esse é um recurso de grande valor disponível, pronto para funcionar, como vem ocorrendo há mais de 30 anos.

Sr. Presidente, além de não ser condizente com o bom senso no que tange ao aproveitamento de um potencial existente, concreto, é preciso lembrar também que no Rio de Janeiro situam-se não só as universidades federais, a UFRJ, com a Coppe a ela agregada, a Universidade Federal Fluminense – UFF, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – a UFRRJ, a Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ, a PUC, grande universidade privada mas que dispõe de um conhecimento tecnológico muito grande, a Universidade Estadual do Norte Fluminense, a Fiocruz, o Instituto Iuperj, o Instituto Nacional de Tecnologia, o INPI, o Laboratório Nacional de Computação Científica, o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, o Cenpes, o grande centro de pesquisas da Petrobras, ou seja, entidades que compõem um polo de ciência e de tecnologia que, realmente, é o maior do País na sua concentração. Evidentemente, para o trabalho da secretaria do Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico é importante a interação dos mencionados centros com o trabalho de administração do FNDCT. Além do aproveitamento de um capital existente, é também uma imposição da própria constelação, da própria organização do sistema de ciência e tecnologia no País que se concentra, muito especialmente, na cidade e no Estado do Rio de Janeiro. Por todas essas razões, pronuncio-me, com muita ênfase, contrariamente a essa idéia de retirar da Finep sua missão precipua de ser a secretaria executiva do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e de trazê-lo para Brasília. Ao mesmo tempo, faço um apelo ao Sr. Ministro de Ciência e Tecnologia para que receba um grupo representativo da associação dos servidores da Finep para um diálogo frutífero, democrático e produtivo. Por meio deste os servidores poderão apresentar suas razões e, quem sabe, convencer o Ministro, se é que S. Ex^a não está convencido, espero que sim. Penso que essa idéia não teve a adesão do Ministro e não terá, mas cresce essa preocupação sobre a notícia do esvaziamento da Finep. Seria muito útil que o Ministro se dispusesse a dialogar com esses funcionários que constituem o repositório de tanta experiência nesse ramo em nosso País.

Era, Sr. Presidente, a comunicação que desejava fazer à Casa e transmiti-la, em forma de apelo, ao Sr. Ministro da Ciência e Tecnologia.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao eminente Senador Ermândes Amorim, para uma comunicação inadiável.

O SR. ERNANDES AMORIM (PPB – RO) Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, após quatro meses de licença que solicitei a esta Casa para disputar a eleição para a prefeitura da cidade de Ariquemes, Rondônia, onde já fui prefeito uma vez, estou retornando para um reencontro com os colegas com quem vou conviver até o dia 31 deste ano, fazendo desse período uma vivência da história e do saudosismo da vida que participei e ainda participo. São seis anos de Senado, onde pude aprender muito.

Tenho certeza de que daqui a trinta dias ou mais estarei voltando ao meu Estado com mais experiência. Embora esteja voltando como Prefeito de uma cidade pequena em tamanho, minha missão é grande e o chamamento daquela população é vigoroso. Isso ocorre porque o meu Município, depois da minha saída, entrou numa fase de falência total pelas péssimas administrações que por lá passaram.

Nesta Casa, participei da elaboração da Lei de Responsabilidade Fiscal, aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, de quem tenho muito orgulho por ter aberto a mão e todo o poder para que houvesse moralidade neste País, para que houvesse uma lei da natureza da Lei de Responsabilidade Fiscal. Eu, convededor da referida lei, estou retornando ao Poder Executivo na certeza de que vou exercer a nova função com seriedade e honestidade, como fiz no passado.

Sr. Presidente, a prova disso é que estou nesta Casa há seis anos, tendo aqui chegado em um momento muito difícil, repleto de denúncias contra minha pessoa, por interesses econômicos e particulares, e estou retornando ao meu Estado, vitorioso de uma eleição, em que concorri obtendo mais votos do que os outros quatro candidatos juntos, sobrando muitos votos ainda. Mas isso é uma questão de Rondônia. É a questão da nossa vida política.

Nesses 30 dias aqui, vou dar continuidade em servir esta Pátria e dizer aos nobres Colegas da satisfação do meu aprendizado nesta Casa.

Quando quis sair candidato a Prefeito da cidade, coloquei a minha filha como vice-Prefeita, o que, aliás, foi um desafio naquele momento, mas nossa intenção era ganhar a Prefeitura, deixá-la administrando-a e eu continuar como Senador.

Pensando muito, creio que devo mesmo assumir a Prefeitura. Fico decepcionado quando vejo acordos feitos junto ao Presidente da República, em que Parlamentares liberaram a verba destinada a

suas emendas, em prol de uma demagogia: abrir mão disso para ajudar a pagar o salário mínimo de R\$180,00.

Nesta semana, li numa revista que alguns Senadores gastaram R\$3 milhões, R\$5 milhões em campanha. Informa-se até que há Senadores que chegaram a gastar R\$10 milhões. Isso tudo para ser Senador da República, ganhar um salário de R\$5,3 mil e, depois, abdicar de R\$1,5 milhão de emendas, que não são para ele, mas sim para o Estado e para os Municípios.

Sr. Presidente, denunciei muito a corrupção do Governo passado do Estado de Rondônia. E este atual Governo, se faz algumas obras, por pequenas que sejam, faz graças às poucas emendas dos Parlamentares desta Casa.

Imagine, Sr. Presidente, que alguns Parlamentares dizem que abrirão mão das emendas porque o Governo Federal tem que dar o aumento do salário mínimo. Essa demagogia tem que acabar! A emenda não é do Parlamentar; é de quem o elegeu, é do eleitorado da cidade à qual ele deve satisfação. A emenda é para poder criar projetos de desenvolvimento, para criar a casa de recuperação do drogado, para construir mais uma escola, para sanear um igarapé ou um rio que está provocando malária no Município. E o Governo Federal, que tem muitas missões, não sabe das necessidades que têm o Prefeito e o Governador desses parcos recursos, que vêm dessas emendas. Imaginem, o que é R\$1,5 milhão para quem gastou R\$5 milhões ou R\$10 milhões para se eleger Senador ou Deputado? Seria melhor que esse cidadão desse esse dinheiro e nem viesse a esta Casa, pois isso é abdicar do direito.

Ouvi agora o nosso amigo Lauro Campos, brilhante Senador, respeitado, dizendo que doará os 400 hectares de terra. Acredito que isso seja muito bonito e que S. Ex^a deva doar, mas com critérios. S. Ex^a deve buscar o exemplo da reforma agrária, pois só doar simplesmente representa um pingão de água num mar e não resolve o problema. Tem-se que dar as mãos para uma reforma agrária decente. Tenho visto e ouvido falar muito em reforma agrária. Quando fui Prefeito, dei início à reforma agrária no meu Município. Voltando a ser Prefeito, darei continuidade a ela. O Banco da Terra pode promover uma reforma agrária a custo zero para o Governo Federal. O que está faltando não é doarmos o que temos – isso não é correto –, mas usarmos os meios para que se faça a reforma agrária. O Governo Federal tem esses meios.

A reforma agrária, que vai ao encontro da produção agrícola e do assentamento do colono, essa, sim, resolve o problema do desemprego e o problema econômico do País. É por aí que temos de seguir.

A Lei de Responsabilidade Fiscal está "dando pano para as mangas" aos atuais Prefeitos. Muitos vieram ao Congresso Nacional, acreditando que iriam mudar essa Lei para ficarem impunes. Tenho certeza de que nem uma vírgula será alterada; continuará prevalecendo o que foi aprovado. Todos têm de ter responsabilidade fiscal e administrativa com a coisa pública.

Ontem, tive a oportunidade de ouvir o discurso do Senador Gilvam Borges, fazendo sérias denúncias contra o Governo do Amapá. Antes da reeleição dele, eu teria feito um discurso sobre a corrupção no Amapá. Agora, vigorando a Lei de Responsabilidade Fiscal, o Senador Gilvam Borges denunciou irregularidades e corrupção.

Denunciei tantas vezes o Governador ex-Valdir Raupp de meu Estado e ele hoje posa de majestade. Talvez amanhã ele até venha a ser Senador. Ficarei feliz porque, se chegar ao Senado e sua vida for passada a limpo, será cassado.

A meu ver, tinha que haver um ouvidor, que, diante de denúncias como as trazidas ontem pelo Senador Gilvam Borges a esta Casa, tomasse alguma atitude, fazendo cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Não vou ficar calado, Sr. Presidente, ao assumir futuramente a prefeitura do meu Município. Estou imbuído da responsabilidade de fazer uma boa administração, respeitar o Erário, aplicar decentemente os recursos públicos.

Não vou ficar satisfeito se vir outros executivos, outros Governadores ou qualquer que seja a autoridade, à luz da lei da responsabilidade fiscal, roubar, saquear sem haver nada que os responsabilize, sem haver uma autoridade que, ouvindo denúncias como as que foram feitas desta tribuna ontem – e ouço várias denúncias de corrupção –, tome uma posição, porque no fim quem sofre é o povo, quem paga é o povo, e o parlamentar não está aqui para brincar. Tanto isso é verdade que me mandaram aqui como Senador da República e que me chamaram, novamente, à minha cidade para ser Prefeito.

Tenho certeza, Sr. Presidente, de que, ao chegar em 2002, vou escolher se volto a esta Casa ou se terei outro espaço na política. Daqui a dois ou seis anos, ainda quero voltar a esta Casa e, mais uma vez, trazer o exemplo de um executivo que trabalha, que é

sério e honesto. Tanto é assim que qualquer dúvida que pairou a nosso respeito foi sanada pelo nosso eleitorado, pelo nosso povo de Rondônia, que, nas urnas, corroborou as virtudes de quem trabalha, tem responsabilidade e capacidade. Por isso é que estamos aqui nesta tribuna, nestes últimos dias, reassumindo como Senador.

Ficou aqui, por quatro meses, o nosso suplente, Senador Fernando Matusalém, empresário competente e capacitado da nossa cidade e, a partir de janeiro, voltará a exercer, com dignidade, a função de Senador na nossa vaga.

Daqui a 30 dias, sairemos daqui convictos de que cumprimos com nossas obrigações, embora talvez não tenhamos sido bem-vistos nas nossas opiniões por todos, mas pela maioria, principalmente por quem quer o bem-estar do País e das pessoas que desejam servir o povo.

Agradeço, pois, a oportunidade de me manifestar em plenário.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao eminente Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PFL – MS) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, Mato Grosso do Sul, nos últimos 15 dias, foi a vedete da imprensa nacional, noticiando a reforma administrativa do Governo petista de José Orçírio dos Santos. Essa reforma teve repercussão impressionante, foi louvada por todos os jornais, rádios e televisões.

Como Senador por Mato Grosso do Sul, também estou nesta tribuna para aplaudir a reforma administrativa, que é necessária, importante e chega em boa hora no nosso Estado. Mas é preciso que coloquemos algumas questões no seu devido lugar.

A propalada reforma assenta-se em fatos não verdadeiros, porque, quando se faz uma reforma da estrutura de um Estado, tentando enxugá-lo, fazê-lo leve, ágil e competente, é que sua estrutura não corresponde a essa necessidade e suas mazelas são do passado, e não do presente.

O Governador, ao anunciar o programa de ajuste financeiro considerado o mais rigoroso já proposto por um governante petista, com corte de pessoal, enxugamento da máquina, novos tributos estaduais e a disponibilidade remunerada de servidores, disse em entrevista ao jornal O Estado de S. Paulo que "não governa somente para petistas, mas para o conjunto da população. São dois milhões de cidadãos a que temos de dar resposta para deixar o Estado melhor do

que encontramos, sem abrir mão da identidade ou da ideologia.

Na opinião do Governador, a reforma provoca reações entre os que não são favorecidos pelo modelo antigo e têm seus interesses ameaçados pela modernização."

Então, o Sr. Governador faz um divisor de águas: quem contesta essa reforma administrativa, são os que não são favorecidos pelo modelo antigo. E busca uma solução para o Estado por intermédio da modernização da máquina.

Na reunião do Secretariado, S. Ex^a disse que não vai abrir mão de demitir servidores para reduzir os gastos com a folha salarial. E esclareceu que não está coagindo ninguém, mas aconselhou a adesão de funcionários ao Programa de Demissão Incentivada, para ninguém perder o emprego sem receber vantagens financeiras.

Na avaliação sobre o ajuste financeiro, o Governador considerou ideal o enxugamento do quadro de comissionados. E o que ele afirma também nas entrevistas? Dos 2.900 servidores demitidos, comissionados, 680 foram recontratados na administração direta (Secretarias). Hoje começam a ser readmitidos 50% dos comissionados das empresas e autarquias.

Ao falar sobre essa questão, o Governador reiterou que não abre mão da demissão e da qualidade no serviço público. Demite e readmite; de 2900, retornam 680. O Governo pretende demitir 2.500 pessoas por intermédio do PDI, reduzindo o quadro de 56 mil servidores para 53.500.

A proposta do Governador foi tão importante e empolgou tanto a Nação brasileira que o próprio Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, em entrevista a Boris Casoy nesta semana, disse o seguinte: "Veja o Mato Grosso do Sul. Fizeram um plano para diminuir o número de funcionários; sabem que o aumento de salários não pode ser dado sem considerar se o Governo tem ou não dinheiro. Acho isso positivo". Trata-se de um elogio em nível nacional, pela voz do Presidente da República, ao nosso Governador.

Sr^ss e Srs. Senadores, há cerca de um mês, eu dizia nesta Casa que o nosso Estado é hoje governado pelo PT com a bandeira da ética, da moralização, da transparência e da democracia. E que o Governador, aplaudido e encantado com esse resultado, começou a fazer uma farra de contratações, apesar do déficit fiscal que já se mostrava desde o início. Foram realizadas contratações as mais estapafúrdias, as empresas foram inchando, houve milhares de contra-

tações de novos cargos comissionados, e o que é pior o que se viu foi o nepotismo desvairado do Governador, que hoje é de conhecimento nacional.

Nesse mesmo pronunciamento, após a reforma administrativa, li um documento do Sindicato dos Servidores das Empresas Públicas, dizendo o seguinte: "As contratações nas empresas públicas desencadeadas pelo seu Governo, Sr. Governador, foram muitas. Seus diretores e secretários extrapolaram, incharam, abusaram da caneta, contratando cada qual seus inúmeros apadrinhados, os amigos do rei" –, recorrendo novamente a suas palavras, palavras do próprio Governador, que se julga rei. Esse trecho foi extraído de documento do Sindicato dos Servidores das Empresas Públicas.

Mas pode ser que o servidor esteja reclamando porque vislumbra a demissão em massa que pode ocorrer; mas vejamos o que aconteceu na evolução do quadro de pessoal do Estado de Mato Grosso do Sul. Em 1998, final do Governo passado, início de 1999, o quadro de pessoal tinha 44.069 servidores. Já em março, três meses após a posse do novo Governador, tinha 53.082 servidores. Agora em 2.000, antes das eleições, já tem 56.000 servidores. De 44.069, o quadro passou para 56 mil servidores. São 11.931 servidores a mais do que quando assumiu o governo.

Disse o Governador, em discurso sobre seu Programa de Demissão Incentivada, que teria de demitir 3.500 servidores, sendo que S. Ex^a contratou 11.931. O custo mensal atual da folha, segundo o Governador, é de R\$51.700 milhões. De acordo com a coordenadora do Programa de Demissão Incentivada, Dr^a Glace, esposa do Secretário de Fazenda do Estado, esse custo é de R\$53 milhões.

O Governador diz que são R\$51.700 milhões, mas, em 1º de janeiro de 1999, quando S. Ex^a recebeu o Estado, a folha não era de R\$51 milhões nem de R\$53 milhões, mas de R\$37,7 milhões. E o Governador pretende demitir 3.500 servidores pelo PDI, reduzindo o quadro de pessoal de 56 mil para 53,50 mil servidores, segundo o Correio do Estado, um jornal diário de Campo Grande lido por todos.

A tal reforma administrativa foi feita justamente para corrigir erros graves da administração – erros gravíssimos. Quase 12 mil servidores foram admitidos. Ou seja, são 27% de servidores a mais do que no primeiro ano de governo e antes das eleições, todos contratados nesse período.

Até as eleições, não se falou nada sobre excesso no quadro de pessoal. O Estado estava bem, mos-

trava para a Nação brasileira que a arrecadação havia crescido, que o Estado estava celeremente caminhando para o desenvolvimento. E manchetes nacionais daquela época mostravam que o Governador também estava no caminho certo do desenvolvimento, do enxugamento, dentro dos padrões de administração do PT.

Mas, após as eleições, depois que contratou 11.931 novos servidores, sentiu que a máquina estava emperrada, que não havia desculpa para esse desvairado método de contratação e que, como as eleições já tinham acabado e já não se precisava mais contratar ninguém, tinha de demitir. Percebeu o Governador que o Estado estava sendo inviabilizado não só por essa ação de contratação, mas por outras, tanto que o salário está atrasado, a Assembléia já não está recebendo o duodécimo em dia e os fornecedores estão reclamando.

O Governador está tão perdido que até o orçamento que S. Ex^a remeteu à Assembléia Legislativa e que precisava ser votado neste mês não contempla essa reforma administrativa. O Governo do Estado descobriu que o projeto de orçamento de 2001, que se encontra na Assembléia Legislativa, está errado, desatualizado e não se ajusta à reforma administrativa e resolveu preparar um substitutivo nesta semana.

Segundo o Presidente e Relator do projeto na Comissão de Acompanhamento e Execução Orçamentária, Deputado Akira Otsubo, do PSDB, "foi um equívoco que está sendo corrigido. O projeto não prevê recursos para as novas fundações criadas na reforma administrativa. Não adianta a gente ficar batendo a cabeça numa discussão sobre um projeto fictício que não tem fundamento diante da nova realidade estrutural da administração estadual. Como você iria tratar de dotação orçamentária para secretarias e empresas de autarquias que já foram extintas pela reforma administrativa?"

O Sr. José Eduardo Dutra (Bloco/PT – SE) – Concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PFL – MS) – Concedo o aparte ao Senador José Eduardo Dutra.

O Sr. José Eduardo Dutra (Bloco/PT – SE) – Senador Juvêncio, não tenho a pretensão de estabelecer um debate com V. Ex^a sobre as questões específicas do Mato Grosso do Sul. Naturalmente, faltam-me informações suficientes para fazê-lo. Com certeza, esse debate é travado no seu Estado entre V. Ex^a, um Parlamentar de oposição, e o Governador, juntamente com parlamentares da base de apoio do Governo do Estado. Surpreendem-me – eu não esta-

va presente no dia, mas li no *Jornal do Senado* – os pronunciamentos de V. Ex^a e do Senador Ramez Tebet, criticando duramente a reforma administrativa que estava sendo proposta pelo Governador. Naturalmente, V. Ex^a pode até dizer que não é culpado disso sozinho ou que não tem culpa ou que não votou. Mas o Mato Grosso do Sul – como, aliás, nenhuma unidade da Federação – não é um Estado sublevado. O Governo Federal conseguiu aprovar no Congresso Nacional uma série de medidas absolutamente draconianas às quais as unidades da Federação, tanto Estados quanto Municípios, obrigatoriamente têm de se adaptar, a não ser que se declarem na condição de sublevados. Aprovadas a reforma da Previdência, a reforma administrativa, a Lei Carnata e suas modificações e a Lei de Responsabilidade Fiscal, recentemente, os Estados naturalmente têm de fazer as reformas, adaptando-se à Lei Maior, à Constituição Federal, e a todas essas leis. Quando dissemos, em debate no Congresso Nacional, que tais medidas provocariam demissões, que asfixiariam os Estados, infelizmente, os Senadores da base governista, do PFL, Partido de V. Ex^a, fizeram não apenas ouvido de mercador, como disseram que tais medidas seriam necessárias para a modernização. Mas quando o Estado – e o fato de ser governado pelo PT não significa que tenha de agir à margem da lei – procura adaptar-se às reformas aprovadas majoritariamente no Congresso Nacional, os mesmos Parlamentares que aprovaram a Lei Maior, que força os Estados a se adaptarem às regras, criticam o Governo do Estado por ser este administrado pelo PT. V. Ex^a citou vários jornais, mas li também no *Estado de S. Paulo* que o Prefeito de Campo Grande – que não é do PT e que foi reeleito – está também propondo reforma administrativa na mesma linha. E não vi nenhum Senador do Mato Grosso do Sul criticar o Prefeito de Campo Grande, que, por ser do PMDB, não pode ser criticado. V. Ex^a deve reconhecer que há pelo menos uma contradição brutal entre o discurso nacional de V. Ex^a e o atual. Quanto à asfixia dos Estados, nós Senadores da Oposição temos aqui levantado o ponto principal. Os Estados estabeleceram um processo de renegociação de suas dívidas antes – em 1997 e 1998 –, quando nós da Oposição tentamos estabelecer regras diferentes, mas não conseguimos porque a alegação de todos os Senadores da base governista era de que esse acordo já havia sido feito entre a União e o Estado e de que caberia ao Senado apenas referendá-lo. O acordo foi feito numa época em que o Governo Federal estava forte, com a bola toda, e impôs a todos os Estados a renegociação que compromete

13% da receita líquida de cada Estado para pagamento.

Há dois projetos na Comissão de Assuntos Econômicos que visam a melhorar essa situação: um do Senador José Alencar, que rebaixa esse valor para 6%, e outro do Senador Roberto Saturnino, que estabelece uma espécie de Plano Brady, de forma a considerar que os Governadores não tiveram nenhuma responsabilidade por grande parte dessa dívida renegociada – alguma parte foi, sim, proveniente de maledicência e de irresponsabilidade de governantes –, que decorreu da política econômica do Governo e dos seus juros.

Infelizmente, em relação a esse aspecto, os Senadores da base governista, do Partido de V. Ex^a, da Maioria, PSDB e PMDB, fazem ouvido de mercador porque o Governo Federal não concorda em renegociar. Fica difícil estabelecermos um debate para encontrar os culpados. V. Ex^a diz que o responsável é o Governador. Digo que o culpado pelo fato de os Estados terem que se adaptar a uma legislação draconiana são os Parlamentares da base governista, que aprovaram a legislação federal. No entanto, manifestei-me, apenas, para fazer essa intervenção e debater as questões específicas tratadas por V. Ex^a. Ninguém contestou porque foi amplamente divulgado o aumento da arrecadação do Estado de Mato Grosso do Sul depois que o PT assumiu. É um fato.

O SR. JUVÉNCIO DA FONSECA (PFL – MS) – Agradeço o aparte do Senador José Eduardo Dutra, muito importante e oportuno. Destaco o final da intervenção de S. Ex^a para dizer que, realmente, o Governador atual implementou uma arrecadação espetacular no Estado do Mato Grosso do Sul. S. Ex^a diz, mas não está comprovado em lugar nenhum, que, em 1999, chegou a pagar dezessete folhas, algumas atrasadas, e as doze de praxe. O aumento de sua arrecadação foi surpreendente.

Realmente, S. Ex^a modificou algumas condutas na Secretaria de Fazenda que se faziam necessárias. Esta foi, inclusive, a razão de sua eleição. No entanto, S. Ex^a se empolgou tanto com o aumento da arrecadação que promoveu uma farra nas contratações. Não estou contrariando a reforma administrativa, meu entendimento é o de que é necessária, foi o que disse no início de meu pronunciamento. Só não posso compreender como na oportunidade, no momento em que há uma conscientização nacional de que o Estado tem que ser enxugado, que é um momento de economia e que o Estado deve ser leve, e

o PT prega isso há muito tempo, não é de agora não, ocorra o contrário.

O Governador, ao iniciar seu mandato no Estado do Mato Grosso do Sul, promove um aumento de arrecadação, conseguindo o equilíbrio financeiro do Estado e, por outro lado, desmanda-se em contratações. Essa farra da contratação não é compreensível. Senador José Eduardo Dutra. É incompreensível: 11.931 servidores novos no Estado, quando ele começou sua gestão havia 44.069 servidores, e hoje são 56 mil. Isso para nós é um absurdo, só se ele não possuía tino de planejamento administrativo, nem noção do que seria o futuro da arrecadação do Estado e da sua administração. Com a força política de que ele dispunha com o voto da população e com o auxílio de uma equipe consciente de planejamento objetivo, o Estado não deveria chegar a essa situação. Pagou-se 14, 15 ou 17 folhas de pagamento no ano passado, mas, neste ano, o Estado já está em atraso. E o que pior: a Assembléia Legislativa não recebe duodécimos, os fornecedores deixam de receber seus créditos, e o Estado entrando em descrédito quando conseguiu um aumento assustador de arrecadação. Alguma coisa está mal.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Nobre Senador Juvêncio da Fonseca, permito-me interromper V. Ex^a para prorrogar a sessão por mais dois minutos, para que V. Ex^a possa concluir o seu pronunciamento.

O SR. JUVÉNCIO DA FONSECA (PFL – MS) – Faço, portanto, essas considerações da tribuna do Senado a fim de alertar o povo sul-mato-grossense e as autoridades federais que não percebem por que o Estado está chegando ao desequilíbrio financeiro. O Governador poderia perfeitamente, com a arrecadação alcançada e que foi inclusive exemplo nacional, mostrar à Nação brasileira ser um Governador consciente de uma estrutura de Estado leve e enxuta, que administra nossos interesses com mais objetividade e com um pouco mais de ciência do planejamento. dessa forma, não teríamos hoje, mais um vez, de nos vergonhar ao ver os servidores do Estado de Mato Grosso do Sul quase em greve e dando calote no comércio. Tudo isso ocorre enquanto o Estado aumenta sua arrecadação em quase 50%.

Desmerece uma boa atenção o Governador quando põe os pés pelas mãos no trato financeiro do Estado do Mato Grosso do Sul. Esse lado da farra da contratação tem que ser colocado com evidência para o próprio Estado e para o Brasil.

Sr. Presidente, Sr*s e Srs. Senadores, é preciso alertar a mídia nacional a respeito da referida administração. Não serão todos ignorantes dos fatos, uma vez que, do Senado, foram alertados para as ações que não se configuraram adequadas ao desenvolvimento daquele Estado.

O Estado vem perdendo dinheiro há muito tempo. Temos esperança e fé na administração severa, dura, do PT. Deus queira que o nosso Governador esteja inspirado e, em lugar de dirigir sua metralhadora de impropérios contra a Bancada Federal, volte seus olhos para a sua equipe e dê a ela um rumo que seja o do desenvolvimento ao Mato Grosso do Sul, mas com o Estado leve.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao nobre Senador José Eduardo Dutra, pela ordem.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE). Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr*s e Srs. Senadores, solicito que as regras sejam permanentes nas sessões. O Senador Juvêncio da Fonseca foi o quarto inscrito e acabou de falar, inclusive por um tempo inferior ao que teria direito. Conseguí permutar com o Senador Carlos Wilson, eu seria o quinto, mas não tive tempo de falar.

Já houve ocasiões em que eu estava inscrito para uma comunicação inadiável e, como o prazo houvesse se esgotado, ela foi cancelada, porque as comunicações foram concedidas no período de prorrogação da Hora do Expediente.

O fato é que, com esse tipo de procedimento – não há nenhuma questão com relação a Senador especificamente –, ou vale uma regra imutável, ou, então, vamos começar a usar de artifícios, dos quais normalmente não gostamos de nos utilizar. Quando me inscrevo para uma comunicação inadiável é porque ela é inadiável mesmo.

Esse fato não se pode transformar em um artifício para que não se siga a lista de inscrição.

Era essa a reclamação de alguém que conseguiu permutar com o quinto inscrito e não conseguiu falar na sessão de hoje.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – A Presidência concorda plenamente com V. Ex*. Mas, para que possamos cumprir fielmente o Regimento Interno, há necessidade de colaboração de todos os Srs. Senadores. V. Ex* sabe que muitos abusam da

benevolência de quem está na Presidência. Lamentamos não ter concedido a palavra a V. Ex*. Atentaremos para a sua reclamação, perfeitamente pertinente, e, sempre que possível, tentaremos aplicar o Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Sobre a mesa, parecer que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Edison Lobão.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 1.165, DE 2000

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 2000 (nº 4.653/98, na Casa de Origem), de iniciativa do Presidente da República, que regulamenta o § 2º do art. 236 da Constituição Federal, mediante o estabelecimento de normas gerais para a fixação de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro.

Relator: Senador Lúcio Alcântara

I – Relatório

O Projeto de Lei da Câmara no 38/00, de iniciativa do Poder Executivo, tem como objetivo regulamentar o § 2º do art. 236 da Constituição Federal, que prevê lei federal para estabelecer normas gerais para a fixação de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro.

Nesse sentido, o caput do art. 1º da proposição prevê a fixação, pelos Estados e pelo Distrito Federal, do valor dos emolumentos relativos aos atos praticados pelos respectivos serviços notariais e de registro, valor esse que deverá corresponder ao efetivo custo e à adequada e suficiente remuneração dos serviços prestados, conforme o parágrafo único do mesmo artigo.

Por seu turno, o caput do art. 2º estabelece que a natureza pública e o caráter social dos serviços notariais e de registro será levada em conta para a fixação do valor dos emolumentos, atendidas as seguintes regras: I – os valores dos emolumentos constarão de tabelas e serão expressos em moeda corrente do País; II – os atos comuns aos vários tipos de serviços notariais e de registro serão remunerados por emolumentos específicos, fixados para cada espécie de ato; III – os atos específicos de cada serviço serão classificados em atos relativos a situações jurídicas sem conteúdo financeiro, cujos emolumentos atende-

ráo às peculiaridades socioeconômicas de cada região e atos relativos a situações jurídicas com conteúdo financeiro, cujos emolumentos serão fixados mediante a observância de faixas que estabelecerão valores mínimos e máximos, nas quais enquadrar-se-á o valor constante do documento apresentado aos serviços notariais e de registro.

Já o parágrafo único, também do art. 2º, estatui que nos casos em que, por força de lei, devam ser utilizados valores decorrentes de avaliação judicial ou fiscal, serão considerados os valores dos emolumentos correspondentes aos atos relativos a situações jurídicas com conteúdo financeiro, referidos no *caput*.

De outra parte, o art. 3º veda: I – estabelecer, como base de cálculo de emolumentos, valores outros que não o equivalente ao negócio jurídico realizado, salvo no caso de imóveis, nos quais prevalecerá o maior valor, estabelecido entre o valor do contrato, da avaliação judicial e da tributação fiscal; II – fixar emolumentos em percentual incidente sobre o valor do negócio jurídico objeto dos serviços notariais e de registro; III – cobrar das partes interessadas quaisquer outras quantias não expressamente previstas nas tabelas de emolumentos; IV – cobrar emolumentos em decorrência da prática de atos de retificação ou que teve de ser refeito ou renovado em razão de erro imputável aos respectivos serviços notariais e de registro; V – instituir taxa, contribuição, acréscimo ou percentual sobre os emolumentos, salvo se destinados a Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização, criados por lei, exclusivamente para as atividades jurisdicionais.

Já o art. 4º preceitua que as tabelas de emolumentos serão publicadas nos órgãos oficiais das respectivas unidades da Federação, cabendo às autoridades competentes determinar a fiscalização do seu cumprimento e sua afixação obrigatória em local visível em cada serviço notarial e de registro.

O art. 5º prevê reajuste para o valor dos emolumentos, devendo as respectivas tabelas ser publicadas até o último dia do ano, observado o princípio da anterioridade, e o art. 6º dispõe no sentido de que os notários e os registradores darão recibo dos emolumentos percebidos, sem prejuízo da indicação definitiva e obrigatória dos respectivos valores à margem do documento entregue ao interessado, em conformidade com a tabela vigente ao tempo da prática do ato.

Por outro lado, o art. 7º estabelece que o descumprimento, pelos notários e registradores, do disposto na lei que se pretende aprovar, sujeitá-los-á às

penalidades da Lei nº 8.935/94, que regulamenta os serviços notariais e de registro, sem prejuízo de outras sanções legais.

O art. 8º prevê forma de compensação (sem ônus para o Poder Público) aos registradores civis das pessoas naturais pelos atos gratuitos por eles praticados, conforme estatuído em lei federal (Lei nº 9.265/96 e Lei nº 9.534/97).

Por fim, o art. 9º preceitua que os Estados e o Distrito Federal deverão, no prazo de noventa dias, proceder à revisão das tabelas de emolumentos atualmente em vigor, a fim de adaptá-las à lei objetivada e o art. 10 contém a cláusula de vigência a partir da data da publicação.

O projeto de lei em pauta recebeu a Emenda nº 1, do ilustre Senador Romeu Tuma, alterando o inciso V do art. 3º da proposição para permitir que possa ser instituída taxa, contribuição, acréscimo ou percentual sobre emolumentos, com o objetivo de custear o regime próprio de previdência social dos notários, oficiais de registro, escreventes e auxiliares que ingressaram em tais cargos antes da publicação da Lei nº 8.935/94 e que não optaram por outro regime de previdência.

É o relatório.

II – Voto

Cabe a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da proposição sob exame e, também, sobre o seu mérito, consoante posto no art. 101, inciso I combinado com inciso II, alínea I, do Regimento Interno do Senado Federal.

A Constituição Federal trata dos serviços notariais e de registro, no seu art. 236. Assim, o *caput* desse artigo estatui que os serviços notariais e de registro são exercidos em caráter privado, por delegação do Poder Público. Logo, a titularidade desses serviços é do Estado brasileiro que os delega à iniciativa privada mediante concurso público (art. 236, § 3º).

Por seu turno, o § 1º do artigo magno em tela preceitua que a lei regulará as atividades notariais e de registro, definirá a responsabilidade civil e criminal dos titulares e prepostos, bem como a fiscalização dessas atividades, que fica a cargo do Poder Judiciário. Essa Lei é a de nº 8.935/94, chamada "Lei dos Cartórios".

Ademais, o § 2º do art. 236 da Lei Maior estatui que lei federal estabelecerá normas gerais para fixação de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro. E foi com base

nesse dispositivo constitucional que o Presidente da República encaminhou ao Congresso Nacional o presente Projeto.

Parenteticamente, cabe, também, adentrar que emolumentos são a contrapartida pecuniária que o interessado paga pelo serviço prestado pelo serviço notarial ou registral.

Dessa forma, no que diz respeito à constitucionalidade do Projeto de Lei de que se trata, o nosso entendimento é o de que nada obsta a sua livre tramitação nesta Casa. E, igualmente, segundo nos parece, estão atendidos os requisitos de juridicidade e regimentalidade.

No que diz respeito ao mérito da proposição, cumpre, de início, recordar que serviços notariais são as atividades exercidas pelos notários, pessoas às quais se comete o encargo de escrever nos livros de notas, segundo a praxe, todos os atos jurídicos e contratos dos interessados no registro desses atos e contratos, que passam a ser documentos com fé pública, tidos como autênticos até prova em contrário. (Cf José Cretella Jr, apud Ives Gandra Martins, *Comentários a Constituição do Brasil*, Ed. Saraiva, 1998, 9º Volume, p. 80).

A propósito dos serviços notariais e de registro cabe, também, esclarecer que não se deve confundir esses serviços, prestados pelos cartórios extrajudiciais, com os serviços dos cartórios judiciais.

Embora ambos sejam dotados de fé pública, esses últimos compõem o chamado foro judicial e são considerados órgãos auxiliares da justiça. Os primeiros, de que trata o presente Projeto, compõem o chamado foro extrajudicial e não se incluem entre os órgãos auxiliares da justiça, embora estejam administrativamente subordinados aos juízes estaduais e por eles sejam fiscalizados (Cf Ada Pellegrini Grinover et alii, *Teoria Geral do Processo*, Ed. Revista dos Tribunais, 8ª edição, 1991, pp. 179 e 185).

Finalmente, devemos adendar que, conforme avaliamos, as regras que se pretende aprovar se situam efetivamente na esfera das normas gerais, na medida em que estatuem critérios com fulcro nos quais os Estados e o Distrito Federal deverão aprovar as suas tabelas de emolumentos relativos aos serviços notariais e registrais, porém sem pretender especificar os valores desses emolumentos, matéria que compete a cada Estado e ao Distrito Federal.

De outra parte, quanto à Emenda nº 1, do Ilustre Senador Romeu Tuma, a nossa opinião é pela sua rejeição, perante as razões seguintes.

A Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, que regulamentou o § 1º do art. 236 da Constituição Federal, estabeleceu, no caput do seu art. 40, que os notários, oficiais de registro, escreventes e auxiliares são vinculados ao regime geral da previdência social. Tal regra guarda consonância com a alteração perpetrada pela Lei Maior de 1988, que federalizou a legislação concernente aos serviços notariais, até então disciplinados pelas leis estaduais de organização judiciária.

Não obstante, o parágrafo único do mesmo art. 40 garantiu aos notários, oficiais de registro, escreventes e auxiliares, os direitos e vantagens previdenciários adquiridos até a data da publicação da referida lei.

Ademais, o art. 51, do mesmo diploma legal (Lei nº 8.935/94), assegurou aos profissionais que estivessem em exercício por ocasião da sua vigência o direito de percepção de proventos de acordo com a legislação que anteriormente os regia, desde que mantidas as contribuições nela estipuladas até a data do deferimento do pedido ou de sua concessão.

Ou seja, em resumo, para os que já exerciam as atividades notariais e de registro em 18 de novembro de 1994, a Lei nº 8.935/94 estabeleceu um direito de opção, para que permaneça, sem no regime previdenciário anterior ou aderisse ao novo regime, inclusive em observância do preceito constitucional que veda a retroação da lei nova para desconstituir relações jurídicas legalmente firmadas (art. 5º, XXXVI).

Dessa forma, segue em vigor toda, a legislação previdenciária anterior para aqueles que optaram por permanecer no antigo regime previdenciário de cada Estado.

E é com base nessa legislação pretérita que diversos regimes estaduais de previdência dos profissionais em questão (a exemplo do Paraná, de São Paulo, entre outros) são custeados, pelo menos parcialmente, com recursos oriundos de percentuais de valores que incidem sobre os emolumentos.

Outrossim, em nosso entendimento, essa legislação previdenciária pretérita não quedará revogada com a entrada em vigor da nova lei que ora examinamos. A uma primeira razão porque estamos legislando para o futuro e não para o passado. Perceba-se, aliás, o tempo do verbo do dispositivo em questão: o que o art. 3º, V, do Projeto veda é ins-

tituir taxa, contribuição, acréscimo ou percentual sobre os emolumentos..." Portanto, o que hoje estiver instituído com base em ato jurídico perfeito continuará em vigor.

Assim, se a legislação previdenciária estadual hoje em vigor, aplicável aos que já eram notários e afeiçoados em 18 de novembro de 1994, prevê que um determinado valor percentual dos emolumentos será recolhido como contribuição previdenciária, tal regra perdurará após a entrada em vigor da lei que aqui discutimos.

Diga-se, ademais; que tal valor percentual tem natureza de contribuição previdenciária descontada dos próprios beneficiários, pois o art. 28 da Lei nº 8.935/94 esclarece que os notários e oficiais de registro têm direto à percepção dos emolumentos integrais pelos atos praticados na serventia.

Por outro lado, não podemos concordar, como prevê a Emenda nº 1, com a instituição de novas taxas e contribuições previdenciárias que impliquem majoração dos preços dos emolumentos, pois os custos dos benefícios previdenciários dos notários não podem ser arcados pelos usuários dos serviços notariais e de registro.

Ante o exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei da Câmara, nº 38, de 2000, e, no mérito, pela sua aprovação, com rejeição da Emenda nº 1.

Sala da Comissão, 29 de novembro de 2000.
José Agripino, Presidente – **Lúcio Alcântara**, Relator – **José Fogaça** – **Bello Parga** – **Édison Lobão** – **Jefferson Péres** – **Sérgio Machado** – **Íris Rezende** – **Antônio Carlos Valadares** – **Pedro Simon** – **José Eduardo Dutra** – **Romeu Tuma** – **José Roberto Arruda**.

**LEGISLAÇÃO CRIADA, ANEXADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**REPÚBLICA FEDERATIVA
DO BRASIL CONSTITUIÇÃO**

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XXXVI – a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada;

LEI N° 8.935, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1994

Regulamenta o art. 236 da Constituição Federal, dispondo sobre serviços notariais e de registro

Art. 28. Os notários e oficiais de registro gozam de independência no exercício de suas atribuições, têm direito à percepção dos emolumentos integrais pelos atos praticados na serventia e só perderão a delegação nas hipóteses previstas em lei.

Art. 40. Os notários, oficiais de registro, escreventes e auxiliares são vinculados à Previdência Social, de âmbito federal, e têm assegurada a contagem recíproca de tempo de serviço em sistemas diversos.

Parágrafo único. Ficam assegurados, aos notários, oficiais de registro, os escreventes e auxiliares os direitos e vantagens previdenciários adquiridos até a data da publicação desta lei.

Art. 51. Aos atuais notários e oficiais de registro, quando da aposentadoria, fica assegurado o direito de percepção de proventos de acordo com a legislação que anteriormente os regia, desde que tenham mantido as contribuições nela estipuladas até a data do deferimento do pedido ou de sua concessão.

§ 1º O disposto neste artigo aplica-se aos escreventes e auxiliares de investidura estatutária ou em regime especial que vierem a ser contratados em virtude da opção de que trata o art. 48.

§ 2º Os proventos de que trata este artigo serão os fixados pela legislação previdenciária aludida no caput.

§ 3º O disposto neste artigo aplica-se também às pensões deixadas, por morte, pelos notários, oficiais de registro, escreventes e auxiliares.

LEI N° 9.265, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1996

Regulamenta o inciso LXXVII do art. 5º da Constituição, dispondo sobre a gratuidade dos atos necessários ao exercício da cidadania

LEI N° 9.534, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1997

Dá nova redação ao art. 30 da Lei nº 6.015¹, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos; acrescenta inciso ao art. 1º da Lei nº 9.265², de 12 de fevereiro de 1996, que trata da gratuidade dos atos necessários ao exercício da cidadania; e altera os arts. 30 e 45 da Lei nº 8.935³, de 18 de novembro de 1994, que dispõe sobre os serviços notariais e de registro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – O parecer lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – A Presidência comunica ao Plenário que o Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 2000 (nº 4.653/98, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que regulamenta o § 2º do art. 236 da Constituição Federal, mediante o estabelecimento de normas gerais para a fixação de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro, cujo parecer foi lido anteriormente, ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis, a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, "d", do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Os Srs. Senadores Ademir Andrade e Lúcio Alcântara enviaram discursos à Mesa para serem publicados, na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as}s serão atendidos.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, mais uma vez, ocupo esta tribuna para tratar de assunto relacionado à execução orçamentária na área da saúde. O momento é oportuno, considerando-se que esta Casa, juntamente com a Câmara dos Deputados, concentra esforços na discussão e aprovação do Orçamento Geral da União, para o ano de 2001.

Gostaria de lembrar aos Srs. Senadores que a construção da lei orçamentária tem sua origem em cada área de atuação do Governo. Os ministérios encaminham suas demandas e propostas para o exercício seguinte, cabendo ao Ministério do Planejamento compatibilizar as propostas e elaborar o texto que é encaminhado ao Poder Legislativo até o dia 31 de agosto de cada ano. Aqui no Congresso, através da Comissão Mista de Orçamento, se debate profundamente o texto – separadamente por área – através

de subcomissões, para, somente depois, ser aprovada a Lei de Orçamento Geral da União.

Digo isso, Srs. Senadores, para lembrar que o Orçamento Geral da União, que sai aprovado todos os anos do Congresso Nacional, nasce na base de cada órgão do Governo e passa por discussões nesta Casa, fórum dos representantes do povo e dos Estados brasileiros. Trata-se, portanto, de um processo democrático. Pode até ter falhas e certamente as têm, mas a Lei quando sai daqui aprovada, sai com grande respaldo. Arrisco a dizer que a aprovação da Lei Orçamentária está entre as principais atribuições que cabe ao Poder Legislativo.

Há poucos meses, quando estive aqui para debater sobre a execução do Orçamento, o fiz por entender como absurdo o fato de, até o mês agosto, segundo informações obtidas no SIAFI, o Governo ter gasto apenas um pequeno percentual dos recursos previstos para projetos na área social, especialmente na área da saúde, reforma agrária e saneamento. Lembro-me que para a erradicação da aedes aegypti, o mosquito transmissor da dengue e da febre amarela, embora previstos R\$ 6,2 milhões, até o mês de agosto haviam sido liberados somente R\$ 9,7 mil, ou seja, 0,16% do total. Para minha Região, a Amazônia, isso é um desastre. Mas não é só isso, os investimentos em saneamento, equipamentos hospitalares, dentre outros gastos previstos com a saúde, haviam sido irrisórios até àquela data, prejudicando qualquer planejamento e comprometendo o andamento dos programas de saúde. Por isso, na ocasião, ocupei este espaço e cobrei do Governo o cumprimento do Orçamento Geral da União.

Hoje, vejo-me obrigado a voltar a esta tribuna para abordar tema semelhante. O Governo Fernando Henrique Cardoso, de forma arbitrária como de costume, através de um decreto de execução orçamentária, cortou, somente do Ministério da Saúde, R\$ 873 milhões do Orçamento deste ano. Foi uma decisão arbitrária, desrespeitosa a todo o processo de discussão do Orçamento, que nessa área, especialmente, já é enxuto e insuficiente.

O Ministério da Saúde adverte que se o decreto não for revisto e esses recursos não forem liberados até a próxima semana, serão necessários cortes em investimentos importantes, tais como: construção de rede de esgoto e saneamento básico, construção, ampliação e equipamentos na rede ambulatorial e hospitalar, entre outros. Também vários programas terão custeio reduzidos drasticamente, como, por

exemplo: controle de endemias (malária, chagas, dengue, etc.); saúde do trabalhador; saúde mental; vigilância sanitária; combate à hanseníase; combate à tuberculose e mesmo a aquisição de medicamentos estratégicos para o tratamento da AIDS, diabetes, hemofilia, etc.

Segundo informou a Frente Parlamentar de Saúde, até mesmo prestadores de serviços ambulatoriais e hospitalares do SUS e os repasses a Estados e Municípios, estarão comprometidos.

Srs. Senadores, todos os anos essa maluca se repete. O Orçamento que sai aprovado daqui, praticamente é engavetado pelo Executivo e os recursos são gastos onde o Presidente e sua equipe econômica querem e bem entendem, seguindo uma orientação infeliz da realidade brasileira. Somente os pagamentos de juros da dívida, acordados com o FMI, são feitos na forma prevista. E não raro, o Governo paga mais do que o inicialmente previsto.

É o momento, Sr. Presidente, de voltar a discutir nesta Casa uma mudança na legislação, fazendo com que a Lei Orçamentária deixe de ser apenas autoritativa, como é hoje. Torna-se necessária a criação de mecanismos que obrigue o Poder Executivo a gastar, de fato, um maior percentual do que atualmente está destinado às áreas essenciais para a população. O que o Governo tem feito hoje é apenas "jogar para a platéia". Aloca os recursos no Orçamento, faz-se muita propaganda disso e na hora de efetivar os gastos não o faz como inicialmente previsto. E, lamentavelmente, o Congresso Nacional tem sido conivente com essa situação.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB – CE) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, embora aparentemente prosaico, quero trazer hoje à discussão um assunto que assume cada vez mais relevância em nossos dias: a comunicação por intermédio da Internet, mais precisamente o uso do correio eletrônico. Trata-se de evitar que as muitas vantagens trazidas por esse mecanismo sejam obnubiladas pelo seu mau uso.

Para se ter uma idéia do volume dessas correspondências, em 1999 foram trocadas 600 milhões de mensagens em todo o planeta. Obviamente que isso significa uma ampliação em grande escala das comunicações pessoais, até então restritas às cartas, telefonemas, fax e telegramas, sem o inconveniente de cada um desses meios: cartas são de demorado envio; telefonemas a longa distância são dispendiosos;

fax ocupa muito tempo no envio (além de tarifa telefônica) e telegramas são excessivamente curtos.

Eis que vem o correio eletrônico, em que o usuário pode escrever uma mensagem do tamanho que desejar, enviá-la em instantes, para qualquer lugar do mundo ao custo do impulso de um telefonema local.

Se essas vantagens fossem empregadas meramente para as relações interpessoais, entre amigos ou entre parceiros, tudo bem! No início, ainda na década de 70, prestava-se à comunicação entre cientistas e comunidade acadêmica, em geral. Não tardou para que esse potencial de acesso direto às pessoas fosse descoberto e utilizado pelas grandes empresas. Uma das empresas de maior valor no mercado mundial (a Amazon), está centrada no comércio eletrônico, que utiliza o e-mail como forma de contato com os consumidores.

Obviamente que não vamos questionar a legitimidade de uma empresa querer se comunicar com seus potenciais clientes pelo correio eletrônico. A questão ética e legal surge no modo como as empresas têm acesso aos e-mails dessas pessoas. No Brasil, mesmo que ainda seja pequeno o número de usuários, existe uma empresa que oferece à venda um cadastro com 2,2 milhões de endereços eletrônicos. Aqui entram os questionamentos: como essa empresa obteve esses endereços? E o pior: o dono desse endereço autorizou ser "vendido" em um cadastro? Muito provavelmente, não.

Sei que o Congresso Nacional não tem estado alheio a esta questão e já existem pelo menos três projetos de lei propondo sanções para quem utilizar indevidamente os endereços de usuários do correio eletrônico. Mas pode ser que, mesmo aprovadas, seja difícil fazer cumprir tais leis. Pode ser que a auto-regulamentação venha a ser o melhor meio. Nos Estados Unidos, a Mecca dos usuários de e-mails, já existem selos conferidos a empresas que se comprometem a fazer um uso seguro dos dados de seus clientes. Mas não tem sido fácil chegar a essa solução negociada. Milhares de processos já abarrotam a Justiça americana com casos de invasão de privacidade de usuários da Internet.

Uma pesquisa autorizada aponta que 9 em cada 10 usuários de correio eletrônico, recebem por semana, pelo menos, uma mensagem indesejada, enviada por empresas ou por particulares. São, além de anúncios, disseminação de "correntes eletrônicas" e assimelados. Para alcançar os destinatários, os respon-

sáveis por malas diretas digitais invadem a vida das pessoas sem pedir licença. E não é difícil saber por que fazem isso: ampliação do mercado e economia de escala nos gastos com publicidade. Por exemplo, uma campanha publicitária pela Internet custa pelo menos 10% do preço de uma campanha convencional com folhetos impressos. Além disso, pode ser montada e enviada em cinco dias; ao passo que a convencional demora, pelo menos, um mês. Por outro lado, as respostas às campanhas eletrônicas são de até 40% contra 0,5% de retorno a cartas comerciais enviadas pelo correio convencional.

A principal dificuldade, pois, é esta: estabelecer padrões éticos que protejam o direito à privacidade, sem inviabilizar a utilização comercial dos dados das pessoas. Esse é um ponto sobre o qual podemos nos debruçar.

A outra questão candente no uso do correio eletrônico diz respeito à proteção da privacidade de seus usuários. Nossa Constituição consagra, no art. 5º, Inciso XII, o direito à inviolabilidade do sigilo da correspondência das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas. A exceção fica para as hipóteses em que a lei permitir o acesso a tais correspondências para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.

Mas não é assim que pensam grandes corporações, onde se localizam mais de 60% dos usuários do correio eletrônico. Alegando que os equipamentos de informática são para uso da empresa ou da instituição, estabelecem controles ou espionagem sobre as mensagens trocadas por seus empregados.

Ocorre que o correio eletrônico equivale a uma caixa postal privada, acessada mediante uma senha; não se compara a um quadro de avisos público de uma empresa, ao qual todos têm acesso. Portanto, qualquer "bisbilhotice" de empresas ou instituições públicas no correio de seus funcionários atenta contra os direitos civis. Mas, infelizmente, não há meios de impedir essa invasão. E creio que essa é uma questão a ser enfrentada por nós.

Mas, além do abuso dos anunciantes, vendedores de cadastros e de empresas, há também o abuso de usuários comuns, que enviam mensagens do tipo "pedido de socorro para uma menina com câncer" e outros nesse estilo, na maior parte, falsas. Como resultado, inundam as caixas de correio dos usuários, causando desconforto e fazendo com que percam um tempo precioso descartando esse lixo epistolar.

Mas o risco pode ir além, pois as mensagens podem levar embutidas alguns vírus letais para os programas dos usuários, como ocorreu recentemente com o tal do "I Love You", que se espalhou pelo mundo todo em menos de 24 horas e trouxe enormes prejuízos a diversas empresas e ameaçou comprometer a segurança de algumas corporações.

Vou mencionar agora outro efeito – esse, sutilmente danoso: o envio de e-mails com conteúdo pornográfico (fotos, filmes, piadas obscenas) em que, protegidos pelo anonimato, invasores da privacidade espalham sua "verborréia" pelos correios eletrônicos de conhecidos e desconhecidos.

E, ainda nessa linha de invasão, que dizer do chamado "assédio eletrônico" em que, igualmente protegidos pelo anonimato, usuários perpetram invasões da privacidade dos outros, causando desconforto e insegurança?

Não poderia deixar de citar como um dos males derivados desse fenômeno, o empobrecimento da linguagem escrita. No passado, o gênero epistolar fez uma carreira gloriosa, como no caso de São Paulo, com suas cartas de catequização; em passado menos remoto, tivemos a publicação de cartas como forma de biografia literária de pessoas famosas, e assim por diante. Pois, hoje, com as facilidades do correio eletrônico, de elaborar e enviar uma mensagem em segundos, assistimos à decadência do gênero epistolar. Trata-se de mensagens elaboradas sem a observância de regras mínimas de português, sem uso de maiúsculas, com uma pontuação deficiente, às vezes sem o uso de acentuação adequada (por não ser aceita em determinados casos), enfim, uma pauperização de nossa língua, que é tão rica.

No caso dos chats, que são as "conversas virtuais", está sendo criada uma outra linguagem, mais econômica, para acelerar as comunicações. É claro que o uso de códigos particulares não chega a ameaçar a estabilidade lingüística. A linguagem dos usuários de radioamador, cheias de códigos particulares, nunca trouxe qualquer prejuízo a nossa querida língua. Mas esse contato, por escrito, pode acarretar alguns prejuízos para a formação lingüística dos seus jovens usuários. Prejuízos cuja dimensão ainda não é possível aquilar.

Pois bem, terminei esta fala sem chegar a uma conclusão sobre o assunto. Desejo apenas colocar o tema em discussão para que nós, do Senado, possamos nos debruçar sobre a questão e fornecer nossa contribuição.

Creio que a contribuição mais significativa virá da discussão de uma nova ética derivada das comunicações por meio do correio eletrônico. Nesse caso, nosso papel, mais que normativo, é de apoio a um debate mais profundo na sociedade. E não podemos ser "atropelados pela realidade". Devemos fazer com que essa discussão, que se dá principalmente no campo ético, encontre amparo entre nós e que o Senado sirva como foro para mudar essa realidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – A Presidência lembra ao Plenário que o tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da sessão deliberativa ordinária de amanhã, dia 30, será dedicado a homenagear o centenário de nascimento do ex-Senador Milton Campos, de acordo com o Requerimento nº 138, de 2000, do Senador Francelino Pereira e de outros Srs. Senadores. Esclarece ainda que continuam abertas as inscrições para a referida homenagem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando as Sr's e aos Srs. Senadores que constará da sessão deliberativa ordinária de amanhã, a realizar-se às 10 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

– 1 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 1999

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 1999 (nº 1.064/91, na Casa de origem), que regulamenta o § 4º do art. 199 da Constituição Federal, relativo à coleta, processamento, estocagem, distribuição e aplicação do sangue, seus componentes e derivados, estabelece o ordenamento institucional indispensável à execução adequada dessas atividades, e dá outras providências, tendo pareceres da Comissão de Assuntos Sociais, sob nºs

– 48, de 1999, Relator: Senador José Alves, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS, que apresenta; e

– 1.075, de 2000 (em reexame, nos termos do Requerimento nº 130, de 1999), Relator: Senador Geraldo Althoff, favorável.

– 2 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 168, DE 2000

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 168, de 2000 (nº 327/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga a permissão à MR Radiodifusão Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Vitória do Mearim, Estado do Maranhão, tendo

Parecer favorável, sob nº 1143, de 2000, da Comissão de Educação, Relator: Senador Edison Lobão, com abstenção do Senador Geraldo Cândido.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 39 minutos.)

(OS 19860/00)

AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

29-11-2000
quarta-feira

15:30 – Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Convocação

O Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar convoca a 14ª Reunião do Conselho, a realizar-se no dia 6 de dezembro de 2000, quarta-feira, às 17h, na Sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada a ouvir, nos Autos da Denúncia nº 1, de 2000, o Sr. Pedro José Coelho Pinto, Advogado do Banco do Brasil S/A, lotado na Assessoria Jurídica Regional no Estado do Pará; e os Srs. Lucimálva Saraiva Barbosa e José Raimundo Farias Canto, ex-Advogados da mesma instituição, atendendo à solicitação, deferida pela Presidência do Conselho, da Exm^a Sr^a Senadora Heloisa Helena, Relatora do processo em referência.

Brasília, 29 de novembro de 2000. – Senador Juvêncio da Fonseca, Vice-Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

PARECERES

PARECER Nº 64, DE 2000-CN

Da COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, sobre o Projeto de Lei n.º 46, de 2000 - CN, que "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, em favor de diversos Órgãos do poder Executivo, crédito suplementar no valor global de R\$ 8.816.931,00, para reforço de dotações nos orçamentos vigentes".

AUTOR: Poder Executivo

RELATOR: Deputado Luciano Castro

I - RELATÓRIO

Com base no art. 61, § 1º, inciso II, b, da Constituição Federal, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete ao Congresso Nacional, por intermédio da Mensagem n.º 914 de 2000-CN (n.º 1.432/2000, na origem), o Projeto de Lei n.º 46, de 2000 - CN, que "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, em favor de diversos Órgãos do poder Executivo, crédito suplementar no valor global de R\$ 8.816.931,00, para reforço de dotações nos orçamentos vigentes", conforme a seguir discriminado:

ÓRGÃO/UNIDADE	R\$ 1,00
Presidência da República	1.150.000
Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano - SEDU	150.000
Empresa Brasileira de Comunicação S/A - RÁDIOBRÁS	1.000.000
Ministério de Minas e Energia	68.000
Agência Nacional de Petróleo - ANP	68.000
Ministério das Comunicações	1.600.000
Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL	1.600.000
Ministério do Meio Ambiente	2.917.000
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA	2.917.000

Ministério da Integração Nacional	3.081.931
Administração direta	171.931
Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE	1.210.000
Departamento Nacional de Obras Contra às Secas - DNOCS	1.700.000
TOTAL DO CRÉDITO	8.816.931

De acordo com a Exposição de Motivos n.º 265/MP do Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, as suplementações propostas assim se destinam:

1. Presidência da República – os recursos propostos para a Radiobrás visam ao pagamento de despesas com serviços públicos, transmissão via satélite – EMBRATEL, reposição de peças danificadas de TV e rádio, combustíveis, lubrificantes e serviços de manutenção em geral, indispensáveis ao funcionamento do canal NBR; quanto à SEDU destinam-se à elaboração de Projetos de Saneamento Integrado – PSI e a Planos de Desenvolvimento Local Integrado – PLDI, voltados ao atendimento de populações urbanas de baixa renda, assentadas em condições precárias em aglomerados subnormais das regiões metropolitanas e nos Municípios com mais de 75.000 habitantes.
2. Ministério de Minas e Energia – destinam-se à cobertura de gastos com auxílio transporte e assistência pré-escolar da ANP.
3. Ministério das Comunicações – visam a atender despesas com ações de informática decorrentes da prorrogação de contrato de manutenção e assistência técnica, na sede da ANATEL e em 27 unidades descentralizadas, bem como daquelas referentes à renovação, prorrogação e/ou aditivos dos contratos de aluguel de veículos que servem à atividade de fiscalização daquela autarquia.
4. Ministério do Meio Ambiente – destinam-se a atender despesas de capital da ação “Gestão e Manejo de Unidades de Conservação – PNMA I”; ao custeio do projeto “Prevenção de Queimadas e Incêndios no Arco do Desmatamento na Amazônia – PROARCO” e ao pagamento de juros e encargos da dívida externa.
5. Ministério da Integração Nacional – visam ao pagamento de auxílio alimentação e transporte, decorrentes do aumento do número de beneficiários, da manutenção dos serviços administrativos e dos

transportes, da conservação de bens imóveis, dos serviços de informática e de assistência médica e odontológica aos servidores e seus dependentes.

Ainda, segundo a citada Exposição de Motivos, os recursos necessários ao atendimento deste crédito são oriundos do cancelamento de dotações alocadas em programações dos Órgãos mencionados, que apresentam disponibilidade orçamentária superior à execução provável no corrente exercício.

II - EMENDAS

Ao Projeto de Lei n.º 46, de 2000-CN não foram apresentadas emendas.

III - VOTO DO RELATOR

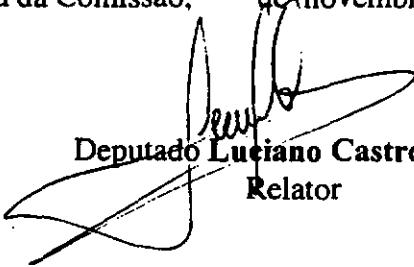
O exame da proposição quanto à sua compatibilidade com o Plano Plurianual mostra que esta se ajusta ao estabelecido pelo Plano.

Igualmente, observa-se que as suplementações pretendidas por este crédito adicional não contrariam as vedações expressas na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente, nem quaisquer outros dispositivos legais relativos à alocação de recursos. O detalhamento do projeto, por sua vez, se acha realizado segundo os princípios de boa técnica orçamentária.

Diante do exposto, **VOTO PELA APROVAÇÃO DO PL N.º 46, de 2000-CN**, na forma proposta pelo Poder Executivo.

Sala da Comissão, 10 de novembro de 2000

Deputado Luciano Castro
Relator



CONCLUSÃO

A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, na Sétima Reunião Ordinária, em 21 de novembro de 2000, **APROVOU**, contra os votos dos Deputados Luiz Sérgio, Giovanni Queiroz, Jorge Bittar, Carlito Merss, Virgílio Guimarães, João Coser e João Grandão, o Relatório do Deputado LUCIANO CASTRO, favorável nos termos do Projeto de Lei nº 46/2000-CN. Ao Projeto não foram apresentadas emendas.

Compareceram os Senhores Deputados Alberto Goldman, Presidente, Pedro Chaves, Segundo Vice-Presidente, Adolfo Marinho, Agnaldo Muniz, Airton Dipp, Alexandre Santos, Almir Sá, Anivaldo Vale, Antônio Carlos Konder Reis, Antônio Feijão, Armando Abílio, Arnon Bezerra, Aroldo Cedraz, Átila Lins, Augusto Nardes, Carlito Merss, César Bandeira, Clementino Coelho, Cleonâncio Fonseca, Coriolano Sales, Danilo de Castro, Darcísio Perondi, Djalma Paes, Eujálio Simões, Eunício Oliveira, Eurípedes Miranda, Félix Mendonça, Fernando Coruja, Fernando Gonçalves, Fernando Marroni, Francisco Garcia, Francisco Rodrigues, Gerson Gabrielli, Gilmar Machado, Giovanni Queiroz, Gonzaga Patriota, Helenildo Ribeiro, Iberê Ferreira, Ildefonço Cordeiro, João Coser, João Grandão, João Hermann Neto, João Leão, João Ribeiro, João Tota, Jorge Alberto, Jorge Bittar, Jorge Khouri, José Borba, José Carlos Elias, José Priante, Juquinha, Laura Carneiro, Luciano Castro, Luiz Sérgio, Marçal Filho, Márcio Reinaldo Moreira, Mário Negromonte, Nair Xavier Lobo, Nárcio Rodrigues, Nelson Meurer, Neuton Lima, Nilo Coelho, Olavo Calheiros, Olímpio Pires, Osvaldo Coêlho, Pastor Valdeci Paiva, Paulo Kobayashi, Paulo Mourão, Pedro Canedo, Pedro Novais, Professor Luizinho, Raimundo Gomes de Matos, Renato Vianna, Ricardo Barros, Ricardo Rique, Roberto Balestra, Santos Filho, Sérgio Guerra, Silas Brasileiro, Virgílio Guimarães, Wagner Salustiano, Waldemir Moka, Wilson Braga, Zila Bezerra; e Senadores Jonas Pinheiro, Primeiro Vice-Presidente, Lúcio Alcântara, Terceiro Vice-Presidente, Amir Lando, Carlos Bezerra, Carlos Patrocínio, Emília Fernandes, Gilberto Mestrinho, Juvêncio da Fonseca, Luiz Pontes, Marluce Pinto, Moreira Mendes, Mozarildo Cavalcanti, Nabor Júnior, Romero Jucá, Sebastião Rocha, Tião Viana.

Sala de Reuniões, em 21 de novembro de 2000.


Deputado ALBERTO GOLDMAN
Presidente


Deputado LUCIANO CASTRO
Relator

A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO apresenta a Redação Final do Projeto de Lei nº 46/2000-CN, que "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos Órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor global de R\$ 8.816.931,00 (oito milhões, oitocentos e dezesseis mil, novecentos e trinta e um reais), para reforço de dotações constantes dos orçamentos vigentes".

Sala de Reuniões, em 10 de novembro de 2000.


Deputado **ALBERTO GOLDMAN**
Presidente


Deputado **LUCIANO CASTRO**
Relator

PARECER Nº 65, DE 2000-CN

Da COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, sobre o Projeto de Lei nº 47, de 2000 - CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Meio Ambiente, crédito especial no valor de R\$ 110.000,00, para os fins que especifica"

AUTOR: Poder Executivo

RELATOR: Deputado César Bandeira

I - RELATÓRIO

Com base no art. 61, § 1º, inciso II, b, da Constituição Federal, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete ao Congresso Nacional, por

intermédio da Mensagem nº 915, de 2000-CN (nº 1.433/2000, na origem), o Projeto de Lei nº 47, de 2000 - CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Meio Ambiente, crédito especial no valor de R\$ 110.000,00, para os fins que especifica"

A Exposição de Motivos n.º 266/MP, do Senhor Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, esclarece que a "proposição em pauta justifica-se em função da necessidade de inclusão das ações : Educação Ambiental – Projeto de Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos em Parceria Comunitária – Belo Horizonte e Impacto Ambiental dos Resíduos Agroindustriais e seu Potencial Energético no Oeste do Estado do Paraná, pertencentes aos programas Educação Ambiental e Fomento a Projetos de Controle Ambiental, Ordenamento Territorial e Desenvolvimento Tecnológico, respectivamente no Orçamento da Administração direta do MMA, uma vez que tais programações foram indevidamente consignadas no orçamento do Fundo Nacional do Meio Ambiente – FNMA, por emenda parlamentar".

Esclarece, ainda que os "recursos necessários à abertura do crédito são oriundos da anulação de dotações do Fundo Nacional do Meio Ambiente – FNMA, sem qualquer prejuízo para a execução de seu objetivo, uma vez que se referem à mesma programação, objeto da suplementação, alterando-se apenas a unidade orçamentária executora".

II - EMENDAS

Ao Projeto de Lei n.º 47, de 2000-CN não foram apresentadas emendas.

III - VOTO DO RELATOR

O exame da proposição quanto à sua compatibilidade com o Plano Plurianual mostra que esta se ajusta ao estabelecido pelo Plano.

Igualmente, observa-se que as suplementações pretendidas por este crédito adicional não contrariam as vedações expressas na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente, nem quaisquer outros dispositivos legais relativos à alocação de recursos. O detalhamento do projeto, por sua vez, se acha realizado segundo os princípios de boa técnica orçamentária.

Diante do exposto, **VOTO PELA APROVAÇÃO DO PL N.º 47, de 2000-CN**, na forma proposta pelo Poder Executivo.

Sala da Comissão, de novembro de 2000

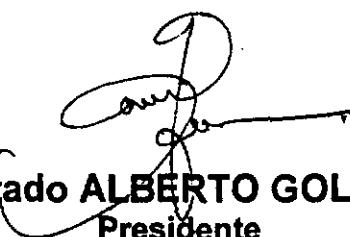

Deputado CÉSAR BANDEIRA
Relator

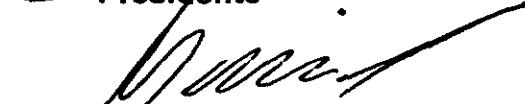
CONCLUSÃO

A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, na Sétima Reunião Ordinária, em 21 de novembro de 2000, **APROVOU**, por unanimidade, o Relatório do Deputado CÉSAR BANDEIRA, favorável nos termos do Projeto de Lei nº 47/2000-CN. Ao Projeto não foram apresentadas emendas.

Compareceram os Senhores Deputados Alberto Goldman, Presidente, Pedro Chaves, Segundo Vice-Presidente, Adolfo Marinho, Agnaldo Muniz, Airton Dipp, Alexandre Santos, Almir Sá, Anivaldo Vale, Antônio Carlos Konder Reis, Antônio Feijão, Armando Abílio, Arnon Bezerra, Aroldo Cedraz, Átila Lins, Augusto Nardes, Carlito Merss, César Bandeira, Clementino Coelho, Cleonâncio Fonseca, Coriolano Sales, Danilo de Castro, Darcísio Perondi, Djalma Paes, Eujálio Simões, Eunício Oliveira, Eurípedes Miranda, Félix Mendonça, Fernando Coruja, Fernando Gonçalves, Fernando Marroni, Francisco Garcia, Francisco Rodrigues, Gerson Gabrielli, Gilmar Machado, Giovanni Queiroz, Gonzaga Patriota, Helenildo Ribeiro, Iberê Ferreira, Ildefonço Cordeiro, João Coser, João Grandão, João Herrmann Neto, João Leão, João Ribeiro, João Tota, Jorge Alberto, Jorge Bittar, Jorge Khoury, José Borba, José Carlos Elias, José Priante, Juquinha, Laura Carneiro, Luciano Castro, Luiz Sérgio, Marçal Filho, Márcio Reinaldo Moreira, Mário Negromonte, Nair Xavier Lobo, Nárcio Rodrigues, Nelson Meurer, Neuton Lima, Nilo Coelho, Olavo Calheiros, Olímpio Pires, Osvaldo Coêlho, Pastor Valdeci Paiva, Paulo Kobayashi, Paulo Mourão, Pedro Canedo, Pedro Novais, Professor Luizinho, Raimundo Gomes de Matos, Renato Vianna, Ricardo Barros, Ricardo Rique, Roberto Balestra, Santos Filho, Sérgio Guerra, Silas Brasileiro, Virgílio Guimarães, Wagner Salustiano, Waldemir Moka, Wilson Braga, Zila Bezerra; e Senadores Jonas Pinheiro, Primeiro Vice-Presidente, Lúcio Alcântara, Terceiro Vice-Presidente, Amir Lando, Carlos Bezerra, Carlos Patrocínio, Emilia Fernandes, Gilberto Mestrinho, Juvêncio da Fonseca, Luiz Pontes, Marluce Pinto, Moreira Mendes, Mozarildo Cavalcanti, Nabor Júnior, Romero Jucá, Sebastião Rocha, Tião Viana

Sala de Reuniões, em 21 de novembro de 2000.


Deputado ALBERTO GOLDMAN
Presidente


Deputado CESAR BANDEIRA
Relator

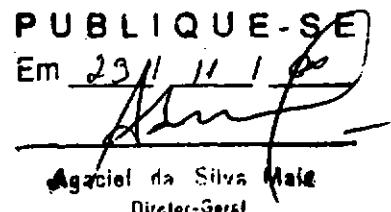
A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO apresenta a Redação Final do Projeto de Lei nº 47/2000-CN, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Meio Ambiente, crédito especial no valor de R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais), para os fins que especifica”.

Sala de Reuniões, em 20 de novembro de 2000.


Deputado ALBERTO GOLDMAN
Presidente


Deputado CÉSAR BANDEIRA
Relator

ATOS DO PRESIDENTE

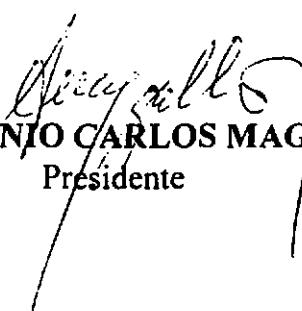
P U B L I Q U E - S E
Em 29/11/00

Agaciel da Silva Maia
Diretor-Geral

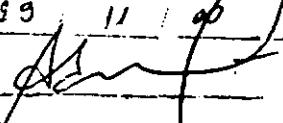
ATO DO PRESIDENTE Nº 47, DE 2000

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução nº 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 14413/00-0,

RESOLVE dispensar o servidor GLÁUCIO RIBEIRO DE PINHO, matrícula 4398, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo – Área 2 – Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Chefe de Gabinete. Símbolo FC-8, do Gabinete do Senador Eduardo Siqueira Campos, com efeitos financeiros a partir de 06 de novembro de 2000.

Senado Federal, 29 de novembro de 2000.


Senador ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
Presidente

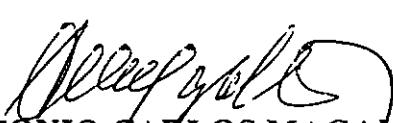
PROSUL/2000-SE
Data 29/11/00

Assinado em Rio de Janeiro
Ministério da Fazenda

**ATO DO PRESIDENTE
Nº 48, DE 2000**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução nº. 9. de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº. 014670/00-3,

RESOLVE designar o servidor CESAR AUGUSTO GUIMARÃES, matrícula 4851, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Chefe de Gabinete. Símbolo FC-8, do Gabinete do Senador Eduardo Siqueira Campos, com efeitos financeiros a partir de 09 de novembro de 2000.

Senado Federal, 29 de novembro de 2000.


Senador **ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES**
Presidente

ATO DA COMISSÃO DIRETORA

(Handwritten signature)
PUBLIQUE-SE
EM 01/11/2000
Diretor da SSAPES

(*) ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 15, DE 2000

A COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL, no uso de sua competência regimental e regulamentar, e de acordo com decisão anterior em caso idêntico exarada no Processo nº 013.815/99-7,

RESOLVE

Art. 1º. Ficam transformadas oito vagas existentes na Área de Apoio Técnico ao Processo Legislativo, Especialidade Processo Legislativo, da Categoria Funcional de Analista Legislativo (Nível III), do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em vagas na Área de Apoio Técnico ao Processo Legislativo, Especialidade Taquigrafia, da mesma Categoria Funcional.

Art. 2º. Para atender o disposto no artigo 1º deste Ato, são extintas 8 funções comissionadas de Assistente de Comissão, símbolo FC-4, da Subsecretaria de Comissões, 7 funções comissionadas de Assistente de Controle de Informação, símbolo FC-4, da Subsecretaria de Expediente, 5 funções comissionadas de Assistente de Controle de Informação, símbolo FC-4, da Subsecretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional, 9 funções comissionadas de Assistente de Controle de Informação, símbolo FC-4, da Subsecretaria de Coordenação Legislativa do Senado Federal, e 1 função comissionada de Assistente de Controle de Informação da Subsecretaria de Taquigrafia.

Art. 3º. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Reuniões da Comissão Diretora, em 31 de outubro de 2000.

(Handwritten signatures)

(*) Republicado por haver saído com incorreção no DSF de 02.11.2000,
página 21826.

ATOS DO DIRETOR-GERAL

PUBLICUE-SE
EM 29/11/2000
Diretor da SSAPES

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.182, DE 2000**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 15029/00-0,

RESOLVE dispensar o servidor EVALDO CARLOS BEZERRA DA COSTA, matrícula 4167, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 7 - Especialidade de Segurança, da Função Comissionada de Assistente de Atividade Policial, Símbolo FC-05, da Subsecretaria de Segurança Legislativa, com efeitos financeiros a partir de 16 de novembro de 2000, e lotá-lo na Diretoria-Geral a partir da mesma data.

Senado Federal, 29 DE NOVEMBRO DE 2000.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PUBLICUE-SE
EM 29/11/2000

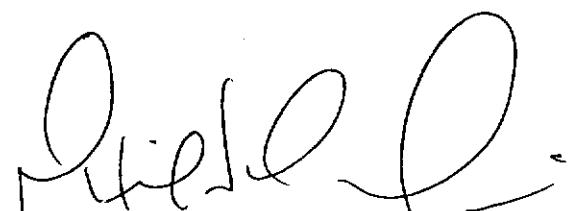
Diretor da SSAPES

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.183, DE 2000**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 15093/00-0,

RESOLVE dispensar o servidor SIDNEY DE JESUS SILVA VIANA, matrícula 1778, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Assistência a Plenários e Portaria, da Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete Parlamentar, Símbolo FC-04, do Gabinete da Senadora Emilia Fernandes, com efeitos financeiros a partir de 20 de novembro de 2000.

Senado Federal, 29 de novembro de 2000.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PUBLICA-SE
EM 29/11/2000

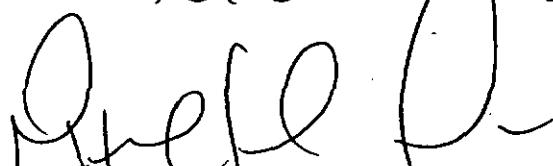
Diretor da SSAPES

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.184, DE 2000**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 014824/00-0,

RESOLVE designar o servidor JOÃO BATISTA LUCIANO DA SILVA, matrícula 2779, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-5, do Gabinete da Liderança do PFL, com efeitos financeiros a partir de 13 de novembro de 2000.

Senado Federal, 29 de novembro de 2000.


AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

PUBLICOU-SE
EM 29/11/2000

Diretor da SSAPES

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.185, DE 2000**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 015092/00-3,

RESOLVE designar o servidor SIDNEY DE JESUS S. VIANA, matrícula 1778, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Assistência a Plenários e Portaria, para exercer a Função Comissionada de Assistente de Controle de Informação, Símbolo FC-4, da Subsecretaria de Biblioteca, com efeitos financeiros a partir de 20 de novembro de 2000.

Senado Federal, 29 DE NOVEMBRO DE 2000.


AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

PUBLICA-SE
EM 23/11/2000

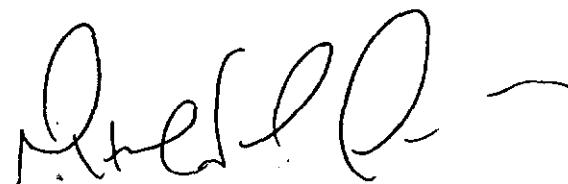
Diretor da SSAPES.

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.186, DE 2000

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 015225/00-3,

RESOLVE dispensar a servidora MARIA CRISTINA PORTELLA DE AZEVEDO, matrícula 4431, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-5, do Gabinete do Senador Francelino Pereira, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do mesmo Órgão, com efeitos financeiros a partir de 22 de novembro de 2000.

Senado Federal, 29 DE NOVEMBRO DE 2000.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PUBLIQUE-SE
EM 29/11/2000

Diretor da SSAPES

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.187, DE 2000**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 015147/00-2,

RESOLVE dispensar o servidor MARCO CESAR SGRECCIA, matrícula 2698, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Chefe de Serviço, Símbolo FC-7, do Serviço de Recepção e Contatos da Subsecretaria de Relações Públicas, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, da Secretaria de Comunicação Social, com efeitos financeiros a partir de 21 de novembro de 2000.

Senado Federal, 29 DE NOVEMBRO DE 2000.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PUBLICOU-SE
EM 29/11/2000

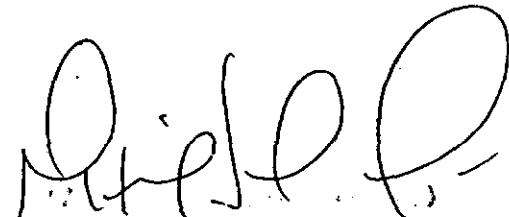
Diretor da SSAPES

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.188, DE 2000**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 015146/00-6,

RESOLVE dispensar o servidor GUSTAVO ANTONIO MENDONÇA DE FREITAS, matrícula 4287, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, da Secretaria de Comunicação Social, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Chefe de Serviço, Símbolo FC-7, do Serviço de Recepção e Contatos da Subsecretaria de Relações Públicas, com efeitos financeiros a partir de 21 de novembro de 2000.

Senado Federal, 29 de novembro de 2000.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PUBLICQUE-SE
EM 28/11/2000

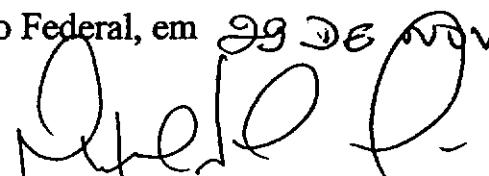
Diretor da SSAPES

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.189, DE 2000**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 015387/00-3,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **LYZ MARIA SOARES TEIXEIRA**, para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PFL.

Senado Federal, em 29 DE NOVEMBRO DE 2000.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PUBLIQUE-SE
EM 29/11/2000

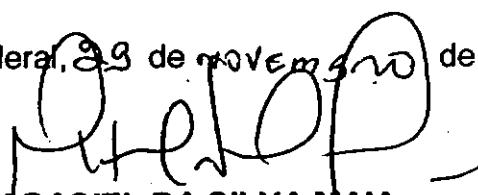
Dir. da SCAPES

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.190, DE 2000**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução nº 9, de 1997,

RESOLVE dispensar a servidora **SANDRA MARIA GOES DOS SANTOS**, matrícula 3549, da Função Comissionada de **AUXILIAR DE CONTROLE DE PRODUÇÃO**, Símbolo FC-3, do Serviço de Impressão Eletrônica, da Subsecretaria Industrial, e designá-la para exercer a Função Comissionada de **ASSISTENTE DE CONTROLE DE INFORMAÇÃO**, Símbolo FC-4, da Subsecretaria de Apoio Técnico, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, responsável pelo segundo turno de trabalho, com efeitos financeiros a partir de 1º de dezembro de 2000.

Senado Federal, 29 de novembro de 2000.


AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

P U B L I Q U E - S E
EM 20/11/2000

Diretor SSAPES

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.191, DE 2000**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares e de acordo com o Art. 19, parágrafo único, do Ato da Comissão Diretora nº 15, de 1997, R E S O L V E :

Art. 1º - Designar os gestores do contrato, titular e substituto, celebrado entre a SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES e a empresa abaixo relacionada:

AMMC COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA. -
Contrato de fornecimento parcelado de 10.000 (dez mil) quilos de açúcar cristal, conforme estipulado no Convite nº 086/2000 - (Processo nº 1543/00-8) - Titular: **HOMERO GALDINO DOS SANTOS**, matrícula 3347; Substituto: **MARIA ELCI DE OLIVEIRA**, matrícula 2262.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de novembro de 2000.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**Órgão de Controle e Fiscalização Externos da Política
Nacional de Inteligência (OCFEPNI)**
(art. 6º da Lei nº 9.883, de 7-12-1999)
Presidente: Senador José Sarney

DEPUTADOS
Líder da Maioria (Bloco PSDB/PTB) - Deputado Aécio Neves
Líder da Minoria (PT) - Deputado Aloizio Mercadante
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – Deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB)
SENADORES
Líder da Maioria (PMDB) – Senador Jader Barbalho
Líder da Minoria (Bloco PT/PDT) Senadora Heloisa Helena
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – Senador José Sarney (PMDB)

Instalado em 21-11-2000 (SF)

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Eleito em 30-6-1999)

Presidente: Ramez Tebet (*)
Vice-Presidente: Juvêncio da Fonseca (*)

Titulares

Suplentes

PMDB

UF/Ramal

1. Casildo Maldaner (1) SC/2141
2. Ramez Tebet - MS/2221
3. Nabor Júnior - AC/1478
4. Ney Suassuna - PB/4345
5. Amir Lando - RO/3130

UF/Ramal

1. Mariuza Pinto - RR/1301
2. Gerson Carasta - ES/3203
3. Jader Barbalho - PA/2441
4. Renan Calheiros - AL/2261
5. Carlos Bezerra - MT/2291

PFL

UF/Ramal

1. Geraldo Althoff - SC/2041
2. Francisco Pereira - MG/2411
3. Paulo Souto - BA/3173
4. Juvêncio da Fonseca - MS/1128

UF/Ramal

1. José Agripino - RN/2361
2. Carlos Patrocínio - TO/4058
3. Djalma Bessa - BA/2211
4. Fréitas Neto - PI/2131

PSDB

UF/Ramal

1. Lúcio Alcântara - CE/2301
2. Osmar Dias - PR/2124
3. José Roberto Arruda - DF/2014

UF/Ramal

1. Antero Paes de Barros - MT/1246
2. Ricardo Santos - ES/2022
3. Romero Jucá - RR/2111

Bloco de Oposição

UF/Ramal

1. Lauro Campos - DF/2341 (PT)
2. Heloísa Helena - AL/3197 (PT)
3. Jefferson Peres - AM/2061 (PDT)

UF/Ramal

1. José Eduardo Dutra - SE/2391 (PT)
2. Marina Silva (2) - AC/2183 (PT)
3. Roberto Saturnino - RJ/4229 (PSB)

Membro Nato
Romen Tuma (Corregedor do Senado) - SP/2051 (PFL)

(*) Eleitos em 24.11.99.

(1) Licenciado no período de 18/08 a 16/12/2000.

(2) Licenciada no período de 10/10/2000 a 07/02/2001.

Ao Serviço de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento, vinculado à Secretaria-Geral da Mesa, compete providenciar o expediente de seus dirigentes e conceder suporte administrativo, de informática e de instrução processual referentes às suas atribuições institucionais definidas na Constituição Federal (art. 220 a 224), na Lei nº 8.389, de 1991, no Regimento Interno e, especificamente, nas Resoluções nºs 17 e 20, de 1993, e 40, de 1995. (Resolução nº 9/97).

Fone: 311-3265



SENADO FEDERAL

**SECRETARIA - GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES**

Diretora: CLEIDE MARIA BARBOSA F. CRUZ

Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

**SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E
PARLAMENTARES DE INQUÉRITO**

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO

Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal 3508);
DULCÍDIA FRANCISCA RAMOS (Ramal 3623)
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal 3510)
JANICE DE CARVALHO LIMA (Ramal 3492)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MÍSTAS

Chefe: SÉRGIO DA FONSECA BRAGA

Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
CLEUDES BOAVENTURA NERY (Ramal: 4256)
HAMILTON COSTA DE ALMEIDA (Ramal: 3509)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Chefe:

Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários:

CAE	- DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605) - LUIZ GONZAGA DA SILVA FILHO (Ramal: 3516)
CAS	- JOSÉ ROBERTO ASSUNÇÃO CRUZ (Ramal: 4608) - ELISABETH GIL BARBOSA VIANNA (Ramal: 3515)
CCJ	- ALTAIR GONÇALVES SOARES (Ramal: 4612) - GILDETE LEITE DE MELO (Ramal: 3972)
CE	- JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604) - PAULO ANTONIO FIGUEIREDO AZEVEDO (Ramal 3498)
CFC	- JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935) - AIRTON DANTAS DE SOUSA (Ramal 3519)
CI	- CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)
CRE	- MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3496) - MARCOS ANTONIO MORAES PINTO (Ramal 3529)

COMISSÕES PERMANENTES

(Arts. 72 e 77 RISF)

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Presidente: NEY SUASSUNA

Vice-Presidente: BELLO PARGA

(27 titulares e 27 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
AGNELO ALVES	RN	2481/2467	1. GERSON CAMATA	ES	3203/3204
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	2. PEDRO SIMON	RS	3230/3232
JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621	3. ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407
RENAN CALHEIROS	AL	5151/	4. ALBERTO SILVA	PI	3055/3057
MAGUITO VILELA	GO	3149/3150	5. MARLUCE PINTO	RR	1301/4062
GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3108	6. MAURO MIRANDA	GO	2091/2097
RAMEZ TEBET	MS	2221/2227	7. WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195
NEY SUASSUNA	PB	4346/4346	8. AMIR LANDO	RO	3130/3132
CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297	9. JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206	1. JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367
FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417	2. JOSÉ JORGE	PE	3245/3248
EDISON LOBÃO	MA	2311/2317	3. ROMEU TUMA	SP	2051/2057
BELLO PARGA	MA	3069/3072	4. BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087
JONAS PINHEIRO	MT	2271/2272	5. EDUARDO SIQUEIRA		
FREITAS NETO	PI	2131/2137	CAMPOS	TO	4070/4071
PAULO SOUTO	BA	3173/3175	6. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
			7. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
RICARDO SANTOS	ES	2022/2024	1. SÉRGIO MACHADO	CE	2261/2267
ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348	2. JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017
LÚDIO COELHO	MS	2381/2387	3. LUIZ PONTES	CE	3242/3243
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117	4. LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2111/2117
PEDRO PIVA	SP	2351/2355	5. OSMAR DIAS	PR	2121/2137

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PV)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
EDUARDO SUPLICY - PT	SP	3213/3215	1. ANTONIO C. VALADARES -PSB (1)	SE	2201/2207
LAURO CAMPOS - PT	DF	2341/2347	2. SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/2247
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397	3. CARLOS WILSON -PPS (1)	PE	2451/2457
ROBERTO SATURNINO - PSB (1)	RJ	4229/4230	4. JÚLIO EDUARDO - PV	AC	2181/2187
JEFFERSON PERES - PDT	AM	2061/2067	5. HELOISA HELENA - PT	AL	3197/3199

PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LUIZ OTÁVIO (2)	PA	3050/4393	1. ERNANDES AMORIM (4)	RO	2265/2257

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Desfiliou-se do PPB, em 15/12/1999.

(4) Licenciado, a partir de 27/07/2000.

Reuniões: Terças-feiras às 10:00 horas

Secretário: Diretório Vieira Machado Filho

Telefones da Secretaria: 311-3516/4605

Sala nº 19 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reuniões: 311-32 55

Fax: 311-4344 - E-mail: direceu@senado.gov.br

Atualizada em: 22/11/2000.

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Presidente: OSMAR DIAS
Vice-Presidente: HELOÍSA HELENA
(29 titulares e 29 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
CARLOS BEZERRA	MT	2291/97	1. RENAN CALHEIROS	AL	2281/67
GILVAM BORGES	AP	2151/87	2. JOSÉ SARNEY	AP	3430/31
JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621	3. ALBINO BOAVENTURA	GO	2091/2097
HENRIQUE LOYOLA	SC	2141/47	4. JADER BARBALHO	PA	2441/47
MAGUITO VILELA	GO	3149/50	5. JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/74
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062	6. AMIR LANDO	RO	3130/3132
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	7. GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/08
VAGO			8. JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607
VAGO			9. VALMIR AMARAL	DF	4064/65

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JONAS PINHEIRO	MT	2271/77	1. EDISON LOBÃO	MA	2311/17
JUVÉNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228	2. FREITAS NETO	PI	2131/37
DJALMA BÉSSA	BA	2211/17	3. BERNARDO CABRAL	AM	2081/87
GERALDO ALTHOFF	SC	2041/47	4. PAULO SOUTO	BA	3173/75
MOREIRA MENDES	RO	2231/37	5. JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/67
MARIA DO CARMO ALVES	SE	4056/57	6. JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206
EDUARDO SIQUEIRA			7. VAGO		
CAMPOS	TO	4070/4071	8. VAGO		
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163			

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348	1. ARTUR DA TÁVOLA	RJ	2431/37
LUIZ PONTES	CE	3242/43	2. RICARDO SANTOS	ES	2022/24
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/07	3. PEDRO PIVA	SP	2351/63
OSMAR DIAS	PR	2121/25	4. JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/17
SÉRGIO MACHADO	CE	2281/85	5. TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/96
ROMERO JUCÁ	RR	2111/17	6. ÁLVARO DIAS	PR	3206/07

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PV)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2171/77	1. EMILIA FERNANDES - PDT	RS	2331/37
JÚLIO EDUARDO - PV	AC	2181/87	2. LAURO CAMPOS - PT	DF	2341/47
SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/47	3. ROBERTO FREIRE-PPS (1)	PE	2161/64
HELOÍSA HELENA - PT	AL	3197/99	4. JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/97
TIÃO VIANA - PT	AC	3038/3493	5. JEFERSON PERES - PDT	AM	2061/67

PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LEOMAR QUINTANILHA	TO	2071/77	ERNANDES AMORIM (2)	RO	2251/57

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Licenciado, a partir de 27/07/2000.

Reuniões: Quartas-feiras de 9:00 às 11:00 horas (*)

Secretário: José Roberto A. Cruz

Telefones da Secretaria: 311-4608/3515

(*) Horário de acordo com o calendário do Colégio de Presidentes de Comissões e Lideranças Partidárias

Sala nº 09 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3359

Fax: 311-3652 - E-mail: jrac@senado.gov.br

**2.1) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA ACOMPANHAMENTO E INVESTIGAÇÃO DE CASOS DE
EXPLORAÇÃO DO TRABALHO E PROSTITUIÇÃO INFANTO-JUVENIS**

**PRESIDENTE: SENADORA MARLUCE PINTO
VICE-PRESIDENTE: SENADORA MARIA DO CARMO ALVES
RELATORA: SENADORA HELOÍSA HELENA**

MARLUCE PINTO	RR-1301/4062
VAGO (2)	

GERALDO ALTHOFF	SC-2041/47
MARIA DO CARMO ALVES	SE-4055/57

OSMAR DIAS	PR-2121/25
-------------------	-------------------

HELOÍSA HELENA (PT)	AL-3197/99
SEBASTIÃO ROCHA (PDT)	AP-2241/47
EMÍLIA FERNANDES (PDT)	RS-2331/37

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Vide Resolução nº 51/2000, do Senado Federal.

**SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO Á CRUZ
SALA N° 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA N° 11A - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.: DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359**

**2.2) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO**

**PRESIDENTE: SENADOR LEOMAR QUINTANILHA
VICE-PRESIDENTE: SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA
RELATOR: SENADOR SEBASTIÃO ROCHA**

VAGO (2)	
MARLUCE PINTO	RR-1301/4062
JUVÊNCIO DA FONSECA	MS-1128/1228
DJALMA BESSA	BA-2211/17
ANTERO PAES DE BARROS	MT-1248/1348
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/47
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/77

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Vide Resolução nº 51/2000, do Senado Federal.

**SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA N° 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA N° 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359**

**DESIGNADA EM: 06/10/1999
ATUALIZADA EM 22/11/2000**

**2.3) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO DA SAÚDE**

**PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:**

**MARLUCE PINTO RR-1301/4062
MAURO MIRANDA (1) GO-2091/97
JOÃO ALBERTO SOUZA MA-4073/74**

**GERALDO ALTHOFF SC-2841/47
MOZARILDO CAVALCANTI RR-1160/63**

**LÚCIO ALCÂNTARA CE-2301/07
ANTERO PAES DE BARROS MT-1248/1348**

**SEBASTIÃO ROCHA(PDT) AP-2241/47
TIÃO VIANA(PT) AC-3038/3493**

**SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA N° 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA N° 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359**

(1) LICENCIADO

DESIGNADA EM: 26/04/00

ATUALIZADA EM: 06/10/2000

**2.4) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO DA QUESTÃO HABITACIONAL**

**PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:**

MAURO MIRANDA (1)	GO-2091/97
CARLOS BEZERRA	MT-2291/97
PEDRO SIMON	RS-3230/32
DJALMA BESSA	BA-2211/17
MARIA DO CARMO ALVES	SE-4055/57
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/85
ROMERO JUCÁ	RR-2111/19
SEBASTIÃO ROCHA(PDT)	AP-2241/47
GERALDO CÂNDIDO(PT)	RJ-2171/77

**SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA N° 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA N° 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359**

(1) LICENCIADO

DESIGNADA EM: 01/06/2000

ATUALIZADA EM: 22/08/2000

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA – CCJ

Presidente: JOSÉ AGRIPINO

Vice-Presidente: RAMEZ TEBET

(23 titulares e 23 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
AMIR LANDO	RO	3130/3132	1. CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297
RENAN CALHEIROS	AL	2261/2262	2. AGNELO ALVES	RN	2461/2467
IRIS REZENDE	GO	2032/2039	3. GILVAM BORGES	AP	2161/2157
JADER BARBALHO	PA	2441/2447	4. HENRIQUE LOYOLA	SC	2141/2142
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	5. NEY SUASSUNA	PB	4345/4346
PEDRÓ SIMÓN	RS	3230/3232	6. WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195
RAMEZ TEBET	MS	2221/2227	7. JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621
ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407	8. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087	1. MOREIRA MENDES	RO	2231/2237
JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367	2. DJALMA BESSA	BA	2212/2213
EDISON LOBÃO	MA	2311/2317	3. BELLO PARGA	MA	3069/3072
FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417	4. JUVÉNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228
ROMEU TUMA	SP	2051/2057	5. JOSÉ JORGE	PE	3245/3246
MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057	6. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207	1. ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348
ARTUR DA TAVOLA	RJ	2431/2437	2. PEDRO PIVA	SP	2351/2353
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	3. LUIZ PONTES	CE	3242/3243
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017	4. ROMERO JUÇÁ	RR	2111/2117
SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287	5. TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/4095

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PV)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTONIO C. VALADARES – PSB (1)	SE	2201/2204	1. SEBASTIÃO ROCHA – PDT	AP	2241/2247
ROBERTO FREIRE – PPS (1)	PE	2161/2167	2. JÚLIO EDUARDO – PV	AC	2181/2187
JOSÉ EDUARDO DUTRA – PT	SE	2391/2397	3. HELOÍSA HELENA – PT	AL	3197/3199
JEFFERSON PERES – PDT	AM	2061/2067	4. EDUARDO SUPLICY – PT	SP	3215/3217

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

Reuniões: Quartas-feiras às 10:30 horas (*)

Secretário: Altair Gonçalves Soares

Telefones da Secretaria: 311-3972/4612

(*) Horário de acordo com deliberação do Colegio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários

Horário regimental: Quartas-Feiras às 10:00 horas.

Sala nº 03 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3541

Fax: 311-4315 - E-mail: altairg@senado.gov.br

Atualizada em: 27/11/2000

3.1. COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS "INDICAÇÕES APONTADAS" NO RELATÓRIO FINAL DA "CPI DO JUDICIÁRIO" E RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO.

**PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:
(7 TITULARES E 7 SUPLENTES)**

TITULARES

SUPLENTES

PMDB - 3

PFL - 2

PSDB - 1

BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT) - 1

**SECRETÁRIO: ALTAIR GONÇALVES SOARES
SECRETÁRIA ADJUNTA: GILDETE LEITE DE MELO
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612**

**SALA Nº 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. SALA DE REUNIÕES: 311-3641
FAX: 311- 4315
E-MAIL- altairgs@senado.gov.br**

**Criada Conforme Requerimento nº 12-CCJ, de 1999,
nos termos do Art. 73, do RISF.
Aprovado em 15/12/1999.**

- Retirada as indicações pelas Lideranças
- em 6 e 13.9.2000.

Atualizada em 19/9/2000

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO – CE

Presidente: FREITAS NETO
Vice-Presidente: LUZIA TOLEDO
 (27 titulares e 27 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
AMIR LANDO	RO	3130/3132	1. MAGUITO VILELA	GO	3149/3150
AGNELO ALVES	RN	2461/2467	2. NEY SUASSUNA	PB	4345/4346
GERSON CAMATA	ES	3203/3204	3. RAMEZ TEBET	MS	2221/2227
IRIS REZENDE	GO	2032/2039	4. ALBERTO SILVA	PI	3055/3057
JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431	5. JADER BARBALHO	PA	2441/2447
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	6. VALMIR AMARAL	DF	1961/1966
ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407	7. JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607
GILVAM BORGES	AP	2151/2157	8. ALBINO BOAVENTURA	GO	2091/2092
HENRIQUE LOYOLA	SC	2141/2142	9. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087	1. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
FREITAS NETO	PI	2131/2137	2. FRANCELINO PEREIRA	MG	2214/2217
DJALMA BESSA	BA	2212/2213	3. JONAS PINHEIRO	MT	2271/2277
JOSÉ JORGE	PE	3245/3246	4. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163
JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206	5. ROMEU TUMA	SP	2051/2057
EDUARDO SIQUEIRA	TO	4070/4071	6. EDISON LOBÃO	MA	2311/2317
CAMPOS	MA	3069/3072	7. MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057
BELLO PARGA					

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ALVARO DIAS	PR	3206/3207	1. CARLOS WILSON (2)	PE	2451/2457
ARTUR DA TÁVOLA	RJ	2431/2437	2. OSMAR DIAS	PR	2121/2125
RICARDO SANTOS	ES	2022/2024	3. PAULO HARTUNG (PPS)	ES	1031/1231
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	4. LÚDIO COELHO	MS	2381/2387
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/4095	5. ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PV)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
SEBASTIÃO ROCHA – PTD	AP	2241/2247	1. GERALDO CÂNDIDO – PT	RJ	2117/2177
HELOÍSA HELENA – PT	AL	3197/3199	2. ANTONIO G. VALADARES – PSB (1)	SE	2201/2207
EMILIA FERNANDES – PTD	RS	2331/2337	3. LAURO CAMPOS – PT	DF	2341/2347
ROBERTO SATURNINO – PSB (1)	RJ	4229/4230	4. TIÃO VIANA – PT	AC	3038/3493
JÚLIO EDUARDO – PV	AC	2181/2187	5. JEFFERSON PERES – PDT	AM	2061/2067

PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PFL)	TO	4070/4071	1. LEOMAR QUINTANILHA	TO	2071/2077

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Filiou-se ao PPS, em 23/9/1999. Licenciado, a partir de 26/05/2000.

Reuniões: Terças-feiras às 17:00 horas (*)

Secretário: Júlio Ricardo B. Linhares

Telefones da Secretaria: 311-3498/4604

(*) Horário de acordo com deliberação do Colegiado de Presidentes de Comissões e Lideres Partidários.

Horário regimental: Quintas-Feiras às 14:00 horas

Sala nº 15 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3276

FAX: 311-3121

Atualizado em: 27/11/2000.

4.1) – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV

**PRESIDENTE:
(09 TITULARES)**

TITULARES

AMIR LANDO	RO-3130/32
GERSON CAMATA	ES-3203/04
PEDRO SIMON	RS-3230/32

DJALMA BESSA	BA-2211/17
ROMEU TUMA	SP-2051/57

ÁLVARO DIAS	PR-3206/07
ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/37

GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ-2171/77
EMILIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

REUNIÕES: SALA N° 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES

TEL (1) DA SECRETARIA: 311-3498/4604

FAX: 311-3121

E-MAIL: julioric@senado.gov.br

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

ATUALIZADA EM: 27/03/2000

4.2) - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO DO CINEMA BRASILEIRO

**PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ FOÇAÇA
RELATOR: SENADOR FRANCELINO PEREIRA
(06 TITULARES E 06 SUPLENTES)**

TITULARES

JOSÉ FOÇAÇA	RS- 1207/1607	1- AGNELO ALVES	2461/6
MAGUITO VILELA	GO- 3149/50	2- GERSON CAMATA	3203/0
FRANCELINO PEREIRA	MG- 2414/17	1- MARIA DO CARMO ALVES	4055/5
LÚCIO ALCÂNTARA	CE- 2303/08	1- ÁLVARO DIAS	3206/0
ROBERTO SATURNINO-PSB(1)	RJ- 4229/30	1- SEBASTIÃO ROCHA	2241/47
PAULINO LUIZ OTÁVIO (2)	PA-3050/4393	1- LEOMAR QUINTANILHA	2071/79

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Desfiliou-se do PPB, em 15/12/1999.

REUNIÕES: 5ª FEIRA ÀS 9:00 HORAS

SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

FAX: 311-3121

E-MAIL: julioric@senado.gov.br

SALA N° 15 – ALA SEN. ALEXANDRE COS

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

ATUALIZADA EM: 27/03/2000

5) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL – CRE

Presidente: JOSÉ SARNEY
Vice-Presidente: CARLOS WILSON
(19 titulares e 19 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106	1. AGNELO ALVES	RN	2461/2467
JADER BARBALHO	PA	2441/2447	2. GERSON CAMATA	ES	3203/3204
JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074	3. HENRIQUE LOYOLA	SC	2141/2142
JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431	4. MAGUITO VILELA	GO	3149/3150
MAURO MIRANDA	GO	2081/2097	5. MARLUCE PINTO	RR	1301/4062
WELLINGTON ROBERTO	PB	3184/3195	6. JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	7. PEDRO SIMON	RS	3230/3232

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087	1. HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087
ROMEÚ TUMA	SP	2051/2057	2. JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367
JOSÉ JORGE	PE	3246/3246	3. DJALMA BESSA	BA	2212/2213
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237	4. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	5. PAULO SOUTO	BA	3173/3175

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ARTUR DA TÁVOLA	RJ	2431/2437	1. LÚCIO ALCANTARA	CE	2301/2307
ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207	2. JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017
LÚDIO COELHO	MS	2381/2387	3. ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117
PEDRO PIVA	SP	2351/2353	4. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
LAURO CAMPOS – PT	DF	2341/2347	1. SEBASTIÃO ROCHA – PDT	AP	2241/2247
EDUARDO SUPLICY – PT	SP	3215/3217	2. ROBERTO SATURNINO – PSB(1)	RJ	4229/4230
TIÃO VIANA – PT	AC	3038/3493	3. EMILIA FERNANDES – PDT	RS	2331/2337

(1) Retiraram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

Reuniões: Terças-feiras às 17:30 horas (*)

Secretário: Marcos Santos Parente Filho

Telefone da Secretaria: 311-3259/3496/4777

(*) Horário de acordo com a deliberação do Colégio de Presidentes de Comitês e Lideranças Partidárias.

Horário regular: Quintas-Feiras às 10:00 horas.

Sala nº 07 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3367

Fax: 311-3546

6) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA – CI

Presidente: EMILIA FERNANDES
 Vice-Presidente: ALBERTO SILVA
 (23 titulares e 23 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ALBERTO SILVA	PI	3055/3057	1. CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297
GERSON CAMATA	ES	3203/3204	2. IRIS REZENDE	GO	2032/2039
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062	3. JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431
ALBINO BOAVENTURA	GO	2091/2097	4. RAMEZ TEBET	MS	2221/2227
GILVAM BORGES	AP	2151/2152	5. ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407
VALMIR AMARAL	DF	1961/1966	6. GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3108
VAGO			7. VAGO		
VAGO			8. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JOSÉ AGRIPIINO	RN	2361/2367	1. JONAS PINHEIRO	MT	2271/2277
PAULO SOUTO	BA	3173/3175	2. JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4208
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	3. HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087
VAGO			4. MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057
JUVÉNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228	5. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO	4070/4071
ARLINDÓ PORTO PTB (casado)	MG	2321/2327	6. FREITAS NETO	PI	2131/2137

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017	1. ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2. ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348
OSMAR DIAS	PR	2121/2125	3. LÚDIO COELHO	MS	2381/2387
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117	4. CARLOS WILSON (PPS)	PE	2451/2457
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/4095	5. VAGO		

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PV)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTONIO C. VALADARES-PSB (1)	SE	2201/2207	1. EDUARDO SUPILCY - PT	SP	3215/3217
EMILIA FERNANDES - PDT	RS	2331/2337	2. TIÃO VIANA - PT	AC	3038/3493
GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2171/2177	3. JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397
ROBERTO FREIRE - PPS (1)	PE	2161/2164	4. ROBERTO SATURNINO-PSB(1)	RJ	4229/4230

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

Reuniões: Quintas-feiras de 9:00 às 11:30 horas (*)

Secretário: Celso Parente

Telefone da Secretaria: 311-4354/4607

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários
 Horário regimental: Terças-Feiras às 14:00 horas

Sala nº 13 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3292

Fax: 311-3286

Atualizada em: 27/11/2000

7) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

Presidente: ROMERO JUCÁ
 Vice-Presidente: ROMEU TUMA
 (17 titulares e 9 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ALBERTO SILVA	PI	3055/3057	1. GILVAM BORGES	AP	2151/2157
VALMIR AMARAL	DF	1961/1966	2. IRIS REZENDE	GO	2032/2039
JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074	3. RENAN CALHEIROS	AL	2261/2262
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062			
NEY SUASSUNA	PB	4345/4346			
WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195			

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
HUGO NAPOLEÃO	PI	3086/3087	1. BELLO PARGA	MA	3069/3072
GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047	2. FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417
ROMEU TUMA	SP	2051/2057			
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237			
ERNANDES AMORIM	RO	2251/2255			

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
RICARDO SANTOS	ES	2022/2024	1. PEDRO PIVA	SP	2351/2353
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117			

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
EDUARDO SUPlicy - PT	SP	3215/3218	1. GERALDO CÁNDIDO - PT	RJ	2171/2177
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397	2. ROBERTO SATURNINO-PSB(1)	RJ	4229/4230
JEFFERSON PÉRES - PDT	AM	2061/2067			

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Filiam-se ao PPS em 23/9/1999. Licenciado, a partir de 26/05/2000.

(3) Licenciado, a partir de 22/05/2000.

Reuniões: Quartas-feiras às 18:00 horas (*)

Secretário: José Francisco B. Carvalho

Telefone da Secretaria: 311-3935/3519

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Lideranças Partidárias.

Sala nº 06 – Ala Senador Nilo Coelho
 Telefone da Sala de Reunião: 311-3254
 Fax: 311-1060

Assinada em: 06/10/2000

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(Representação Brasileira)

PRESIDENTE DE HONRA: SENADOR JOSÉ SARNEY

MESA DIRETORA

CARGO	TÍTULO	NOME	PART	UF	GAB	FONE	FAX
PRESIDENTE	DEPUTADO	JULIO REDECKER	PPB	RS	621	318 5621	318 2621
VICE-PRESIDENTE	SENADOR	JOSÉ FOGAÇA	PMDB	RS	*07	311 1207	223 6191
SECRETÁRIO-GERAL	SENADOR	JORGE BORNHAUSEN	PFL	SC	** 04	311 4206	323 5470
SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO	DEPUTADO	FEU ROSA	PSDB	ES	960	318 5960	318 2960

MEMBROS TITULARES **MEMBROS SUPLENTES**
SENADORES

NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PMDB									
JOSÉ FOGAÇA	RS	*07	311 1207	223 6191	PEDRO SIMON	RS	*** 03	311 3230	311 1018
HENRIQUE LOYOLA	SC	311 2141	323 4063		MARLUCE PINTO	RR	** 08	311 1301	225 7441
ROBERTO REQUIÃO	PR	*** 09	311 2401	3234198	AMIR LANDO	RO	### 15	311 3130	323 3428
PFL									
JORGE BORNHAUSEN	SC	** 04	311 4206	323 5470	DJALMA BESSA	BA	# 13	311 2211	224 7903
GERALDO ALTHOFF	SC	### 05	311 2041	323 5099	JOSE JORGE	PE	0 04	311 3245	323 6494
PSDB									
ANTERO PAES DE BARROS	MT	** 24	311 1248	321 9470	GERALDO LESSA	AL	#02	3111102	3233571
PEDRO PIVA	SP	0 01	311 2351	323 4448	Luzia Toledo (1)	ES	*13	311 2022	323 5625
PT/PSB/PDT/PPS									
EMÍLIA FERNANDES	RS	##59	311-2331	323-5994	ROBERTO SATURNINO	RJ	# 11	311 4230	323 4340

LEGENDA:

* ALA SEN. AFONSO ARINOS	# ALA SEN. TEOTÓNIO VILELA	@ EDIFÍCIO PRINCIPAL
** ALA SEN. NILO COELHO	## ALA SEN. TANCREDO NEVES	@ ALA SEN. RUY CARNEIRO
*** ALA SEN. ALEXANDRE COSTA	### ALA SEN. FELINTO MÜLLER	*# ALA SEN. AFONSO ARINOS
@@@ ALA SEN. DINARTE MARIZ		

(1) Afastada do exercício do mandato em 31/05/2000.

MEMBROS TITULARES**MEMBROS SUPLENTES****DEPUTADOS**

NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PFL									
NEY LOPES	RN	326	318 5326	318 2326	MALULY NETTO	SP	219	318 5219	318 2219
SANTOS FILHO	PR	522	318 5522	318 2522	LUCIANO PIZZATTO	PR	541	318 5541	318 2541
PMDB									
CONFÚCIO MOURA	RO	* 573	318 5573	318 2573	EDISON ANDRINO	SC	639	318 5639	318 2639
GERMANO RIGOTTO	RS	838	318 5838	318 2838	OSMAR SERRAGLIO	PR	845	318 5845	318 2845
PSDB									
NELSON MARCHEZAN	RS	# 13	318 5963	318 2963	MARISA SERRANO (*)				
FEU ROSA	ES	960	318 5960	318 2960	JOÃO HERRMANN NETO	SP	637	318 5637	318 5637
PPB									
JÚLIO REDECKER	RS	621	318-5621	318-2621	CELSO RUSSOMANNO	SP	756	318 5756	318 2756
PT									
LUIZ MAINARDI	RS	*369	3185369	3182369	PAULO DELGADO	MG	* 268	318 5268	318 2268

LEGENDA:

* Gabinetes localizados no Anexo III

Gabinetes localizados no Anexo II

SECRETARIA DA COMISSÃO:

ENDEREÇO: CÂMARA DOS DEPUTADOS - ANEXO II - SALA T/24 - BRASÍLIA - DF - 70160-900

FONE: (55) (061) 318 7436 - 318 7186 - 318 8232 - 318 7433 - FAX: (55) (061) 318 2154

http://www.camara.gov.br (botão de Comissões Mistas)

e-mail - mercosul@abordo.com.br

SECRETARIO: ANTONIO FERREIRA COSTA FILHO

ASSESSORIA TÉCNICA: Dra. MARIA CLÁUDIA DRUMMOND, Dr. JORGE FONTOURA e Dr.

FRANCISCO EUGÉNIO ARCANJO

Atualizada em 25/10/2000

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,0
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

**sg = 020002
gestão = 02902**

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho, Ordem de Pagamento pelo Banco do Brasil, Agência 3602-1, conta nº 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (0xx61) 224-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminados:

02000202902001-3 – Subsecretaria de Edições Técnicas
02000202902002-1 – Assinaturas de Diários
02000202902003-X – Venda de Editais
02000202902004-8 – Orçamento/Cobrança
02000202902005-6 – Venda de Aparas de Papel
02000202902006-4 – Alienação de Bens (leilão)
02000202902007-2 – Secretaria Especial de Editoração e Publicações

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA - DF - CEP 70165-900
CGC 00.530.279/0005-49**

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN

Maiores informações pelos telefones (0xx61) 311-3812 e (0xx61) 311-3803. Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de Assinaturas, com José Leite, Ivanir Duarte Mourão ou Solange Viana Cavalcante.



EDIÇÃO DE HOJE: 192 PÁGINAS